

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL IV



EDITORA
ARTEMIS

2022

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL IV



EDITORA
ARTEMIS

2022



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadoras	Prof. Dr. Jorge José Martins Rodrigues Prof. ^a Dr. ^a Maria Amélia Marques
Imagem da Capa	ciempies
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”, Cuba*
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, *Universidade Federal de Uberlândia*
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, *Universidade Federal da Paraíba*
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Ana Júlia Viamonte, *Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal*
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano, Peru*
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, *Universidade do Estado de Mato Grosso*
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
Prof.^a Dr.^a Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato, México*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Padovesi Fonseca, *Universidade de Brasília-DF*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, *Universidade Aberta de Portugal*
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, *Universidade Federal da Grande Dourados*
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, *Universidade Estadual do Maranhão*
Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira, *Universidade Estadual do Ceará*
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal*



Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, *University of Miami and Miami Dade College*, USA
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla – La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES – Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Lúvia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências socialmente aplicáveis [livro eletrônico] : integrando saberes e abrindo caminhos: vol. IV / Organizadores Jorge José Martins Rodrigues, Maria Amélia Marques. – Curitiba, PR: Artemis, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

Edição bilíngue

ISBN 978-65-87396-59-0

DOI 10.37572/EdArt_290522590

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I. Rodrigues, Jorge José Martins. II. Marques, Maria Amélia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

O livro que ora se encontra nas vossas mãos, no seu quarto volume, é por tradição um livro de temática interdisciplinar e transdisciplinar no campo das ciências sociais aplicadas. É interdisciplinar porque cruza várias disciplinas do saber. A sua transdisciplinaridade fica a dever-se aos múltiplos campos do conhecimento abrangidos, com os trabalhos apresentados a inserirem-se em temáticas emergentes nos vários campos científicos.

A metodologia seguida na organização deste volume, podendo ser discutível, privilegiou os conteúdos dos artigos, o que originou um macro título Sociedade-Cidadão-Ambiente, abrangendo os eixos temáticos: Sociedade, cultura e turismo, Cidadania, saúde e bem-estar, Recursos energéticos e sustentabilidade ambiental. Na construção da estrutura de cada um destes eixos procurou-se seguir uma lógica em que cada artigo possa contribuir para uma melhor compreensão do artigo seguinte, gerando-se um fluxo de conhecimento acumulado que se pretende fluido e em espiral crescente.

Assim, o eixo Sociedade, cultura e turismo é constituído por oito artigos que revelam preocupações holísticas com o planeta Terra. A interdependência financeira das economias desenvolvidas mostra como as liberdades individuais, fruto de redes de relações nem sempre perceptíveis, as quais hipotecam os recursos da sociedade, se nada for feito, podem ter efeitos devastadores nas comunidades locais. Contudo, se o desenvolvimento económico for enquadrado por um planeamento estratégico que congregue os interesses e expectativas dos diferentes *stakeholders*, toda a comunidade poderá sair a ganhar. O desenvolvimento e crescimento turístico com base nos costumes e tradições locais, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios, pois atrai mais turistas e consumidores, com maior impacto nas produções da economia local, e contribui para o efeito de economias de escala nas produções desses territórios.

O eixo Cidadania, saúde e bem-estar junta seis artigos que, com recurso ao estudo de casos, advogam o diagnóstico precoce, quer de doenças crónicas quer de indícios de violação de direitos laborais ou outros. Na sociedade existem padrões estereotipados, os quais poderão conduzir a que os seus ícones com maior visibilidade se sintam marginalizados por não corresponderem ao que deles se espera, levando os mesmos a viver em mentira e enganos, quais mecanismos conscientes ou inconscientes de sobrevivência. Logo, aquela metodologia permitirá antecipar a implementação de mecanismos para o tratamento adequado e a prevenção da violência, evitando o escalar daquelas anomalias, contribuindo para uma saúde de qualidade e de bem-estar social.

O eixo Recursos energéticos e sustentabilidade ambiental reflete sobre um conjunto de sete artigos, os quais têm como preocupação central as mudanças climáticas e a eficiência energética. O sol é uma fonte de energia limpa e renovável que tende a substituir a energia gerada com recurso a extração de recursos não renováveis e geradores de emissões de gases de efeito de estufa. Em tese, aquela fonte permite que cada pessoa autogere o seu próprio consumo. Contudo, este hipotético cenário ainda está refém da eficiência da conversão conseguida pelos diferentes fabricantes de painéis fotovoltaicos. Por outro lado, é necessário proteger a identidade do território, valorizando as relações do indivíduo com o meio envolvente físico – paisagem natural – o que levou a que esta seja objeto de um tratados internacionais que a protegem. Esta proteção tem por finalidade estratégica conservar a biodiversidade, evitando o uso ou depósito de materiais não biodegradáveis.

Com a disponibilização deste livro e seus artigos, esperamos que os mesmos gerem inquietude intelectual, mais curiosidade científica e proatividade na procura de satisfação de novas necessidades e descobertas, motor de todas as fontes de inovação.

Jorge Rodrigues, ISCAL/IPL, Portugal
Maria Amélia Marques, ESCE/IPS, Portugal

SUMÁRIO

SOCIEDADE – CIDADÃO - AMBIENTE

SOCIEDADE, CULTURA E TURISMO

CAPÍTULO 1.....1

THE ECONOMIC CRISIS OF 2008 AND ITS SOCIAL IMPACT IN EUROPE

Célia Maria Taborda da Silva

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225901

CAPÍTULO 2..... 15

EL PROYECTO ARQUITECTÓNICO COMO GENERADOR DE UN SISTEMA POLÍTICO (PÚBLICO) DE RELACIONES E INTER-ACCIONES SOCIALES

Carlos Eduardo Burgos

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225902

CAPÍTULO 3.....27

PROCESSO DAS INUNDAÇÕES URBANAS NO BAIRRO DO CHAMANCULO “C”, MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Rosalina Inácio Fumo Langa

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225903

CAPÍTULO 4..... 36

O PROCESSO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO EM MUNICÍPIOS DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL EM PORTUGAL

Celestino Almeida

Deolinda Alberto

Luís Quinta-Nova

Domingos Santos

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225904

CAPÍTULO 5.....47

OS PROJETOS CULTURAIS COMO INSTRUMENTO DE URBANICIDADE: O CASO “FALA VILA”

Lucas Silva Pamio

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225905

CAPÍTULO 6..... 61

SOCIEDADE CIVIL, REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Marcelino de Souza Lima
Timothy Leonard Koehnen

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225906

CAPÍTULO 7..... 80

RESORTS BRASILEIROS: CENÁRIO DO DESEMPENHO DAS VENDAS ENTRE 2017 E 2018, SEGMENTADOS POR AMBIENTE GEOGRÁFICO

Antonio Carlos Bonfato
Gabriel Furlan Coletti
Victor Ragazzi Issac

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225907

CAPÍTULO 8.....102

EVENTUALES EFECTOS DEL DESARROLLO TURÍSTICO EN COMUNIDADES: EL CASO DE DOS MANGAS EN LA PROVINCIA DE SANTA ELENA

Jhony Yumisaca Tuquina
Silvia Zulema Plaza Hidalgo

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225908

CIDADANIA, SAÚDE E BEM-ESTAR

CAPÍTULO 9..... 119

YA SE VEÍA VENIR, PERO AUN ASÍ LE HICIERON CASO A ESTE VIEJO CONOCIDO: CONSIDERACIONES TRANSTEXTUALES DEL CORONAVIRUS COMO PROCESO DE SOLEDAD, TRANSFORMACIÓN Y VUELTA AL SENTIR DE LA EXISTENCIA

Bairon Jaramillo Valencia
Samantha Castaño Sepúlveda

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225909

CAPÍTULO 10..... 131

MARILYN MONROE – A TRAGÉDIA POR TRÁS DO ESTRELATO

Salomé Mouta
Isabel Fonseca Vaz
Sara Freitas Ramos

Bianca Jesus
João Martins Correia
Diana Cruz e Sousa
Sílvia Fontes

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259010

CAPÍTULO 11..... 141

O TUDOR QUE FICOU POR NASCER! – MARIA TUDOR E AS SUAS GESTAÇÕES FANTASMA

Isabel Fonseca Vaz
Diana Cruz e Sousa
Sara Freitas Ramos
Bianca Jesus
João Martins Correia
Salomé Mouta
Sílvia Castro
Ana Marinho Soares

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259011

CAPÍTULO 12..... 150

POR QUE MENTIMOS? - A MENTIRA NA PSICOPATOLOGIA

Rafaela Nunes Farinha
Melissa Alfafar Marques
Filipa Tavares Pontes

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259012

CAPÍTULO 13..... 157

IMPORTANCIA DE LA VALORACIÓN HOLÍSTICA DE LAS ARTICULACIONES TEMPOROMANDIBULARES EN PACIENTES CON ARTRITIS REUMATOIDE

Karen Vanesa Rhys
Carla Andrea Gobbi
Beatriz Busamia
María Elena Castrillón
Carolina Paulazo
Matías Moron
Eduardo Albiero
Paula Alba

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259013

CAPÍTULO 14.....167

ESTUDIO CUALITATIVO DE LAS ESTRATEGIAS DE AFRONTAMIENTO: HACIA UN MODELO DE AFRONTAMIENTO CREATIVO, REACTIVO Y PROTECTIVO

Lautaro Cirami

Liliana Edith Ferrari

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259014

RECURSOS ENERGÉTICOS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

CAPÍTULO 15.....179

INVESTIGACIÓN Y APLICACIÓN DE ENERGÍAS LIMPIAS A TRAVÉS DE ENERGÍA SOLAR EN LA CIUDAD DE NEIVA

Ana Lucia Paque Salazar

Arnold Ferney Torres Ome

Camilo Rojas Ramírez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259015

CAPÍTULO 16.....187

COSTOS DE ABATIMIENTO DEL CAMBIO CLIMÁTICO Y EXTRACCIÓN DE RECURSOS NO RENOVABLES EN EL PERÚ

Edelina Coayla

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259016

CAPÍTULO 17.....198

LA APLICACIÓN DEL CONVENIO EUROPEO DEL PAISAJE A LA PLANIFICACIÓN DE LOS ESPACIOS NATURALES PROTEGIDOS ANDALUCES

José David Albarrán Periañez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259017

CAPÍTULO 18.....208

PAISAJE RIBEREÑO, APROPIACIÓN E IDENTIDAD

Cecilia Craig

Nora Pastor

Sandra Ursino

Dante Barbero

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259018

CAPÍTULO 19218

UNA HERRAMIENTA PRÁCTICA PARA LA EVALUACIÓN DE LA HUELLA HÍDRICA EN GRANJAS DE PRODUCCIÓN DE LECHE DE LA REGIÓN PAMPEANA ARGENTINA

Gustavo Daniel Gimenez

Pablo Roberto Marini

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259019

CAPÍTULO 20230

FLORA PRELIMINAR DA FLORESTA CILIAR DO RIO MOGI GUAÇU NA GUARNIÇÃO DA AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA (SÃO PAULO, BRASIL)

Renata Sebastiani

Ana Lúcia Batista Botelho Laschi

Emmanuély Maria de Souza Fernandes

Israel Henrique Buttner Queiroz

João Victor Urbano

José Victor da Silva

Luis Felipe Mendes

Pedro Henrique Godoy Fernandes

Ricardo Vinícius Zandonadi

Silvana Barros Silva

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259020

CAPÍTULO 21242

USO Y ABUSO DEL PLASTICO Y UNICEL EN ODONTOLOGÍA LA UAO/UAZ

Jesús Rivas Gutiérrez

José Ricardo Gómez Bañuelos

Nubia Maricela Chávez Lamas

María del Carmen Gracia Cortes

Guadalupe Rodríguez Elizondo

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259021

SOBRE OS ORGANIZADORES258

ÍNDICE REMISSIVO259

CAPÍTULO 1

THE ECONOMIC CRISIS OF 2008 AND ITS SOCIAL IMPACT IN EUROPE

Data de submissão: 14/02/2022

Data de aceite: 04/03/2022

Célia Maria Taborda da Silva

Lusophone University of Porto, Portugal

Rua Augusto Rosa, nº25, Porto

<https://orcid.org/0000-0002-2547-2480>

ABSTRACT: In 2008, a financial crisis broke out in the United States of America and quickly spread to the rest of the world. Related to the subprime, this crisis was associated with real estate speculation, leveraged by the banking sector. At first, Europe thought that the “housing bubble” that burst in the USA, leading banks and investment companies to bankruptcy, was a strictly American problem, however, the exposure of European economies to international markets revealed the opposite and it soon became apparent that the European real estate and financial sectors were also on the verge of ruin, both inside and outside the eurozone, such as Greece or Iceland. Some countries in order not to go bankrupt had to ask for external financial support from the European Union, European Central Bank and International Monetary Fund. The aid that these organizations provided called for a drastic austerity plan for the countries involved. In a scenario of crisis, austerity, unemployment and precariousness, Europeans took to the

streets to demonstrate all their dissatisfaction with the crisis but also with the politicians and policies they implemented to solve economic problems. Across Europe there have been huge protests, especially in countries that have received international aid. The social impact of the economic and financial crisis was particularly felt in countries such as Iceland, Ireland, Greece and Portugal. This article seeks to demonstrate how the economic crisis of 2008 awoke the citizenship of Europeans and changed their relationship with politics and government, exemplifying with the case of Greece and Iceland.

KEYWORDS: Citizenship. Contestation. Crisis. Europe.

1 INTRODUCTION

The 2008 economic and financial crisis is considered the biggest crisis since the Great Depression, in the 1930s, and one of the biggest crises of capitalism. The symbolic beginning of this crisis was the bankruptcy of Lehman Brothers, the fourth largest North American investment bank, on September 15, 2008. A bank founded in 1850, which survived two world wars, the Great Depression, and others crises, did not resist this 2008 crisis and its fall marked a new era in the economy and financial markets. In fact, the crisis started

much earlier and was already evident since the summer of 2007. Financial deregulation, overvalued financial derivatives (supported by rating agencies), high risk mortgage loans (subprime) were some of the ingredients that triggered the crisis.

Effect of globalization, the crisis quickly hit the old European continent, showing the weaknesses of its banking system and the imbalance of its public finances, revealing the indebtedness of states, companies and families.

The crisis originated in the North American real estate market in 2007 and involved developed economies and developing economies, due to the effect of commercial and financial globalization and the importance of the United States of America in the global economy.

The emergence of this crisis, after the collapse of the American housing bubble, was due to the expansion of bank credit and the use of new financial instruments. However, it intensified due to the bankruptcy of investment bank Lehman Brothers.

The panic reached the financial institutions, resulting in an increase in the preference for liquidity, destroying the process of selling assets on a large scale and causing the prices of these financial assets to drop and bank loans to be taken. This situation then caused a drop in international industrial and commercial production, reaching economies globally (Cechin & Montoya, 2017, p. 167). This crisis was, therefore, “a deep crisis of mistrust” (Bresser-Pereira, 2009, p. 133), of Europeans in relation to politicians, liberal and capitalist policies and even Democratic ideology.

This article seeks to demonstrate how the economic crisis of 2008 awoke the citizenship of Europeans and changed their relationship with politics and government, exemplifying with the case of Greece and Iceland.

2 THE BEGINNING OF THE ECONOMIC-FINANCIAL CRISIS

In the 1970s and 1980s, neoliberal policies were implemented, beginning the path of financial deregulation, which caused the bursting of the speculative bubble related to shares of companies in the Internet business, leading to the loss of billions of dollars and the devaluation of these actions (Jardim, 2013, p. 13).

However, this deregulation has not been resolved, only transferred. Thus, in the early 2000s, transactions and lending in the real estate market intensified, with the North American mortgage market reaching its peak in 2003 (Cechin & Montoya, 2017, p. 156).

Low-cost loans have enabled low-income Americans to realize the dream of home ownership, while offering high-income and stable Americans another dream, that of high financial profitability, thus making their dreams compatible.

In this way, real estate financing contracts were made with high interest rates but with different percentages over time, that is, at the beginning of the contract, interest rates were low, being increased exponentially to compensate for the *ab initio* reduction, thus being proportional to the risk of operation. The payment guarantees for these contracts were often informal work and variable income, and thus, one day the guarantees disappeared and the installments of the home were no longer paid. This situation is called subprime, which is exactly high-risk credits granted to investors who do not have payment guarantees, the so-called NINJA loans (No Income, no Job or Asset).

The preservation of this expansionist real estate cycle lasted until the end of 2006 due to “the importance of the subprime, both in the issuance of new mortgages and in the securitization process” (Cechin & Montoya, 2017, p. 156).

Thus, at the beginning of 2007, all financial institutions decided to sell their high-risk securities that were worth almost nothing, so when asset prices went into acute deflation, the market entered a liquidity crisis.

These high-risk securities made up the assets of many of the US financial institutions and, if on the one hand, most of the assets are quoted on the market, on the other, their liabilities are recorded in contracts, unbalancing and making the capital of the insufficient financial institution itself to guarantee the continuity of its operations.

So, initially we were facing a “credit crisis, which turned into a liquidity crisis that, in turn, turned into an equity crisis” (Sicsú, 2009, pp. 144-145).

As the situation worsened, the US government decided not to support the fourth largest investment bank Lehman Brothers, which ended up declaring bankruptcy in September 2008, and the financial crisis acquired great proportions internationally, becoming a systemic crisis.

This systemic crisis therefore threatened “the international financial architecture”, explaining the limitations of the basic principles of the banking and financial regulation and supervision system in force and also of the survival of financial institutions (Farhi et al, 2009, p. 135).

According to Jennifer Hermann, this systemic crisis can be explained by the American monetary policy that failed in the interpretation and banking supervision, considered the element that propagated the crisis, and the excess of “spontaneous optimism”, which led to flagrant errors in risk assessment. Also, according to the same author, the crisis was caused by the liberal model of financial regulation “which was in charge of spreading its assets to the whole world” (Hermann, 2009, p. 140).

The crisis is banking and stemmed from the irresponsible granting of mortgage loans to creditors who were unable to pay or who would not have it from the moment

the interest rate started to rise, in addition to the use of “financial innovations” to securitize (financial practice of grouping types of assets for their trading on the market) rotten securities, transforming them into AAA securities by financial institutions and risk agencies. Thus, it is a crisis whose direct cause was the deregulation of the national financial systems, due to the neoliberal ideological wave legitimized by the neoclassical economic theory, dominant since 1970 in the United States of America (Bresser-Pereira, 2009, pp. 133-134).

This crisis is also a social crisis, caused by the increase in individual indebtedness and the consequent increase in eviction actions, the increase in bankruptcies of banks, financial institutions and companies and the resulting increase in unemployment. This situation resulted in enormous social discontent.

In this crisis, the “contagion effect” played an important role, since the globalization process allowed the economies to be exposed to external influences, that is, it made the instability of an economy easily spread to other economies (Cechin & Montoya, 2017, p. 152).

3 THE EXPANSION OF THE CRISIS TO EUROPE

The most globalized economic-financial integration has been in development since the 1980s, which made the expansion of this crisis considerably rapid.

The 2008 crisis, which started in the mortgage market, ended up reaching all types of markets and involving financial institutions and non-financial institutions, although it mainly affected the global financial system, conditioning investment, production and employment.

The world was attentive to the United States of America’s performance since the first signs of the crisis and, therefore, global economies retracted immediately after the fall of Lehman Brothers. This was the clear and obvious symbol of this crisis, representing its globalization.

With the spread of the crisis, the set of bankruptcies and interventions at a global level spread distrust in the national financial markets and in the companies themselves.

After the globalization of this crisis, the States acted in a coordinated way in an attempt to save the responsible financial institutions, through the injection of capital, redemption or purchase. However, the crisis was already installed in the United States of America and, thus, began its installation in several countries.

In this way, this crisis represented a “threat to the American hegemony”, while severely affecting the European economies and the Chinese economy (Jardim, 2013, p. 14). The 2008 crisis show the vulnerability of capitalism in the globalized world and the ineffectiveness of statesmen to resolve it (Silva, 2017, p. 104).

In European countries, some concern began to arise, considering that “the American credit risk was taking on large proportions”, having crossed the “Atlantic” not only through the market (...) but also through institutions, directly affecting the European financial sector (Cechin & Montoya, 2017, p. 161), a sector that presented marked volatility in its stock markets and an outstanding vulnerability in its financial conglomerates.

Therefore, this “moment of rupture in the functioning of a system” (Bobbio, 1998, p. 305), covered the whole of Europe, inside and outside the Eurozone. Since the Great Depression, there has been no such serious crisis in the capitalist system, especially financial capitalism on a global scale (Capinzaiki, 2015, p. 156). The exposure of the European financial system to the purchase of high-risk securities triggered chain banking problems after the fall of Lehman Brothers. And from a financial crisis, there was an economic crisis, and the huge public debts of countries like Greece, Ireland and Portugal originated their rescue.

Foreign aid was accompanied by a “rhetoric about the moral responsibility of defaulters and the limits of indebtedness”, thus throwing the responsibility to the countries of southern Europe, to unsustainable public spending, to high wages, to the social benefits of workers and excessive consumption by families (Nunes, 2013, p. 11).

According to neo-Keynesian thinkers, unsustainable economic, financial and social policies were adopted in Europe, in which the main beneficiaries were “national and global elites”, the same ones who approved the speculation and economic-financial deregulation, privatization public functions and the almost absence of a common economic and social policy in the European Union (Nunes, 2013, pp. 11-12).

In social terms, this financial crisis brought austerity, unemployment and precariousness to Europeans, which provoked great popular discontent, as demonstrated by the wave of protest demonstrations that erupted in Europe between 2011 and 2013, especially in countries that received international aid (Silva, 2017, p. 104), case of Greece and Iceland.

In European countries, “the debt problems and austerity programs that are supposed to restore confidence have not only aborted any kind of recovery, but have produced renewed recessions and rampant unemployment” (Krugman, 2013, p. 16).

3.1 THE CRISIS IN THE EUROZONE: GREECE

The economic crisis began in Greece in late 2009/early 2010, when rating agencies (Moody’s, Fitch and Standard & Poor’s) were alerted to the problematic growth of the country’s public deficit. Greece’s level of indebtedness had grown over the previous

decade, driven by increased public spending, civil servants' salaries, pension spending and tax evasion. Its deficit was already more than 3% prior to the crisis of 2008 (Grigoriadis, 2013); after that, the deficit increased considerably and fostered distrust in the markets in relation to public debt. This increased interest rates, thereby rendering the repayment of loans more onerous. The level of indebtedness was such that there was real fear Greece would fail to service its external debt. The Greek situation threatened to contaminate the entire eurozone. In order to minimise this threat, the Greek government adopted certain containment measures intended to control public spending and increase revenue. However, as the deficit did not decrease, the executive had to resort to requesting foreign aid in April 2010.

Greece joined the European Economic Community (EEC) in 1981, at a time when the country was experiencing a period of economic growth after having freed itself from a military dictatorship. In 2001, Greece was accepted into the eurozone and, hence, it was considered safe for investments, which led to a growth in the GDP (gross domestic product), but also in national expenditure. After 2008, the financial situation became uncontrollable. External financial aid was provided by the European troika (International Monetary Fund [IMF], European Central Bank [ECB] and European Commission [EC]), but it was not without stipulations. Greece was required to adopt austerity measures. To comply with the rescue agreement, the Greek government announced a series of “draconian” measures, including tax increases, wage and pension reductions, privatisations, etc., the social impact of which was such that it brought the Greeks out onto the streets and squares of major cities to demonstrate and protest against austerity (Grigoriadis, 2013).

From 2010 to 2012, there was constant social upheaval, since the first rescue package proved insufficient and rendered a new rescue packet necessary, which was accompanied by more restrictions. The crisis was becoming uncontrollable and the protests in Syntagma Square and other squares across the country seemed permanent, with spontaneous movements of citizens who gathered in defence of democracy, as their ancestors had once met in the *agora* to exercise democracy, organising mass demonstrations. Between 2010 and 2013, these organised movements, which were led by the trade unions, resulted in nine general strikes that practically brought the industry, commerce, public administration and transport sectors to a stop, thereby aggravating the already weak Greek economy (Lima & Artiles, 2014).

Demonstrations took place in the largest squares and streets of Athens, as well as in major cities across Greece. Syntagma Square was the scene of the largest demonstrations, many of which ended in violence. Demonstrators, especially young men, threw rocks and bombs at the authorities, smashed windows and set fire to rubbish bins

and buildings. In an attempt to contain the situation, the police retaliated with tear gas and arrested some demonstrators (Jornal Sol, 06/15/2011). In 2012, the dispute increased due to Greece's need for a second bailout, as well as the fact that the parliament had to approve more austerity measures in order to receive it. The protests became even more violent, with clashes between protesters and police resulting in fires in several buildings in central Athens and some arrests (El País, 12/02/2012). In April 2012, the suicide of a retired pharmacist, 77, who killed himself in the middle of Syntagma Square, and who had left behind a handwritten letter expressing his desperation due to austerity measures, further escalated the protests (El Mundo, 04/04/2012).

Although the youths stood out due to their rebelliousness and irreverence, there were people of all ages involved in the protests, including unemployed adults who could not afford to support their families, pensioners whose pensions had been considerably reduced and youngsters who either had no job or else lived precariously.

In addition to the obvious economic problems, Greek citizens were disgusted by the lack of adequate response from their political institutions. Relatedly, Estanque (2014) considers the inefficacy of public policies to be the fundamental cause of the conflict seen in recent years.

3.2 THE CRISIS OUTSIDE THE EUROZONE: ICELAND

Iceland was the first country in Europe to be severely hit by the economic and financial crisis, triggering problems at the economic, financial, political and social level. However, Iceland was also one of the first countries to show signs of some recovery “just three years after the bankruptcy of its banking system” (Oliveira, 2015, p. 4).

The severe signs of the crisis in the country were triggered by the bankruptcy of the investment bank Lehman Brothers, causing the fall of the three largest Icelandic banks, the freezing of the international payment system, the strong devaluation of the currency, the growth of inflation and, consequently, the loss of thousands of jobs.

The crisis that then hit Iceland showed the severe weaknesses and structural problems of its system, such as the very high trade deficit, the high level of household indebtedness and an oversized and poorly regulated banking system (Dufour, 2015, p. 7). In addition, the internationalization of Icelandic banking, with high-risk investments in the United States of America and Europe, made banks vulnerable to the crises in the countries where they invested (Oliveira, 2015, p. 10).

It is from 2002 that real estate growth begins to be noticed, caused by speculative housing prices, government aid and incentives for the purchase of home ownership and the ease of access to credit, through the Housing Financing Fund.

The housing boom has led to debt growth in the private, financial and domestic sectors at an unprecedented rate. However, the economy continued to grow, benefiting the banking system, which now has greater access to international markets.

Thus, Icelandic banks started to have a high exposure to the North American market, through the securitization of their banks assets in collateralized debt obligation, that is, the banks' main customers were also their main shareholders. This situation consisted of a coincidence between the interests of some shareholders and the interests of managers, "allowing risk taking and the reduction of liability to third creditors, resulting in a high concentration of risk" (Terlica, 2013, p. 130). Indirectly, "Icelandic banks were exposed to a global capital market risk, as they were financing highly leveraged domestic companies in assets of international companies" (Dufour, 2015, p. 16). Thus, in the event of a global collapse, insolvency would be possible.

In 2006, Iceland began to suffer from rising inflation and the devaluation of the currency - the Icelandic krona - causing an alarming lack of liquidity. Consequently, the applied monetary policy was quite restrictive as the official interest rate increased. However, it was not enough to "offset the increase in the provision of liquidity to the financial system, given the leverage of banks in foreign markets" (Terlica, 2013, p. 130).

As an alternative, deposit systems were created for customers outside the country, namely in the United Kingdom, Denmark, Germany and the Netherlands. The most relevant system was Icesave, as it offered very attractive interest rates.

Until 2007, consumption was always evolving, encouraged by tax cuts, easier access to credit, high asset prices and a favorable exchange rate, resulting in a high purchasing power for the population. This economic growth has led to a historic decrease in unemployment levels, an increase in wages, an appreciation of the currency and, consequently, an increase in the surplus.

However, this illusion of wealth in the population was the result of the increase in foreign currency inflows, which led to a strong appreciation of the Icelandic krone, encouraging investment. The assets of the Icelandic financial system were considered to be of good quality, but had longer maturities compared to liabilities and many of them were not liquid. As such, banks faced a risk of rushing deposits and, if that happened, there would be no chance of a bailout.

The Icelandic banking system was made up of few institutions, of considerable size and very closely linked, as it had three internationally relevant banks - Landsbanki, Glitnir and Kaupthing, but there was no entity capable of acting as a liquidity guaranteeing institution in the last instance. (Dufour, 2015, p. 22).

The summer of 2007 was marked, essentially, by the trigger of the international financial crisis and, with the fall in the prices of products directly related to the subprime mortgage market in the United States of America, the financial markets broke down. Immediately, Icelandic banks began to face serious difficulties and therefore they tried to reduce their activities to accumulate capital, but international markets demanded credit and foreign investors demanded the return on their investments, especially those applied in Icesave.

The banks thought that this situation could be resolved by taking more deposits and, therefore, increased the interest rates on retail deposits in order to attract more deposits. This measure, however, did not compensate for the movement of capital outflows and, in view of this situation, banks increased short-term financing through collateralized loans with central banks.

Contrary to what would be expected, Icelandic banks increased the number of loans granted and loans contracted with collateral in domestic bonds, further reinforcing liquidity problems. At the end of 2007, the lack of capital and liquidity led the banking sector to a critical situation (Terlica, 2013, p. 130). Then government decided to intervene, passing a law that allowed the government to borrow money to improve the Icelandic Central Bank's reserves. However, a few months later, the investment bank Lehman Brothers went bankrupt, further deteriorating the Icelandic market (Dufour, 2015, p. 26).

Within a single week, Iceland's three largest banks, which accounted for 85% of the financial system, went bankrupt. Trying to control the situation, the government separated bankrupt banks into new banks that should take responsibility for national deposits and loans, and into old banks that should keep assets in order to liquidate them. This measure was intended to maintain a payment and credit system in operation in the country (Dufour, 2015, p. 27).

The effort made to recover the banking and financial system corresponded to the devaluation of assets and the loss of billions in Icelandic kronor.

Thus, the liberal measures taken over the last decades of the 20th century and the beginning of the 21st century allowed the emergence of a financial bubble that burst in October 2008, when the three largest banks, with extensive international operations, collapsed and the financial sector has practically disappeared (Oliveira, 2015, p. 13).

The economic situation has thus changed dramatically. The deterioration of the Icelandic krone, the growth in the inflation rate and the increase in the external debt caused a decrease in the population's purchasing power and, consequently, a historical contraction in consumption. The unemployment rate has increased and wages have not kept pace with the rate of inflation, while working hours have decreased, causing

real disposable income to fall. As a result, financing facilities ended due to the collapse of banking, resulting in a cross-sectional fall in all branches of business, a decrease in disposable income and immigration levels, while emigration levels increased.

With the rapid deterioration of the Icelandic situation, on November 19, 2008, the International Monetary Fund approved a contingent credit agreement (or stand-by agreement) in the amount of US \$2.1 billion, with a duration of two years (from agreed value, \$827 million was made available immediately).

This agreement was necessary to recover the international confidence and to allow the rescue loan from Icesave. The agreement then provided for the following measures: preventing further currency devaluation through a contractionary monetary policy and greater control of capital; ensure long-term fiscal stability by creating new taxes, increasing existing taxes and reducing spending; and develop a plan for restructuring the banking and financial system through asset control measures, recovery strategies and regulatory practices.

At the end of 2008, the Icelandic government began negotiations with the governments of the United Kingdom and the Netherlands, which demanded the payment of investments by their citizens. Thus, through a vote in parliament, they decided that the country should bear the losses caused by the banks. Parliament decided to return 3.5 billion euros to the United Kingdom and the Netherlands, which meant that all Icelandic families would pay this payment for a period of 15 years. The people refused to pay the bill, and the Icelanders came to the streets of the capital Reykjavík to demonstrate against political and financial institutions. As the Icelandic crisis worsened, the protests took on large proportions and were supported by the majority of the population. Under social pressure, President Ólafur Ragnar Grímsson, refused the vote, requesting a referendum.

The demonstrations were called “The pots and pans Revolution”, seeking the resignation of the Haarde government, the scheduling of new elections and the revision of the Constitution. The sheer scale of these demonstrations made them historic in Iceland’s democratic history.

Initially, the demonstrations were constantly ignored but as the weeks went by and the protests intensified, the people made themselves heard. Done in front of Althing, they led to clashes with the police, who used tear gas and detained several protesters who defied government leaders and demanded a Real Democracy.

As the protests intensified, the government led by Haarde gave in, having resigned in January 2009. This resignation was followed by the resignation of the heads of the Central Bank of Iceland and the Icelandic Financial Supervisory Authority.

The elections were scheduled for April 25, 2009. On May 10, Jóhanna Siguroardóttir took office as Icelandic Prime Minister for the Social Democratic Alliance (Samfylkingin-Jafnaðarmannaflokkur Íslands), having held office until 2013. She was the first woman to hold office in Iceland.

In that same year, Iceland made an effective application for entry into the European Union, “based on the importance of joining the single currency as a means of stabilizing exchange rate volatility and reducing the impact of future financial and exchange rate crises in the country” (Terlica, 2013, p. 131).

In early 2010, President Ragnar Grímsson again refused to approve the parliamentary debt payment decision, holding a new referendum in March of the same year, which resulted in the vote against taking responsibility for the payment of debts that were incurred by banks.

This popular decision was reaffirmed in April 2011 after approval of the payment of debts with new conditions in parliament and after the Icelandic president refuses to ratify. The president referred: “The new conditions are better, but Icelanders will have to carry a debt that their banks have a duty to assume” and reforce “Iceland is a democracy, not a financial system” (Oliveira, 2015, p. 15).

In 2013, the Icelandic government took the decision to suspend negotiations for membership of the European Union. This decision was reaffirmed in 2015, reiterating the importance of close relations between Iceland and the European Union.

4 CONCLUSION

The factors that triggered the crisis in Greece were not the same as in Iceland, although in both countries it was the international situation that resulted from the fall of Lehman Brothers that originated the crisis. In terms of social impact, the consequences of the 2008 crisis were identical: debts, austerity, discontent.

In Greece, adherence to the single currency increased confidence in financial markets and led to further liberalization of the sector, resulting in a decrease in interest rates and an increase in private credit, although the lack of competitiveness in its economy and external indebtedness were structural weaknesses of the Greek economy. The 2008 crisis accentuated these weaknesses and showed others, leading the rating agencies to downgrade the Greek public debt rating, affecting their financing capacity. Unable to be able to finance itself directly on the financial markets, he had to seek external assistance from the EU and the IMF.

In Iceland, it was the problems arising from the privatization of banking and the consequent investment by Icelandic banking in the United States and Europe that led

to foreign indebtedness. The strategy adopted was to borrow on international capital markets and then lend to large Icelandic business groups, controlled by the owners of the banks themselves, which would invest in stakes in foreign companies.

In this way, the Icelandic banking system has grown too much, considering the size of the country itself, making the Icelandic Central Bank no longer able to guarantee the system, protect its assets and provide liquidity. The past situation in the country was “a dangerous combination of over-dimensioning, lack of regulation and supervision, over-indebtedness” that ended up contaminating other European economies, especially those that invested in Icesave (Machado, 2010, pp. 28-29). This combination was fundamental to the sequence of events that placed Iceland as the first victim of the strong crisis faced in 2008, which also suffered serious consequences from countries such as Greece, Ireland, Portugal, and Spain.

The financial crisis that hit the world showed the weaknesses of the Greek and Icelandic system, where there were structural problems such as a deficit in the trade balance, a high level of household debt and an oversized and poorly regulated banking system.

In both countries, the crisis caused a huge social impact, throwing citizens into unemployment, precariousness, and discontent with the policies and politicians that materialized in large demonstrations in the public space. This crisis raised awareness of citizenship, and they took to the streets to express their feelings about the crisis and the way politicians were facing it. The way in which citizens looked at representative democracy also changed, since many did not feel represented or safeguarded their interests, and began to demand a real democracy. The political response to social demands is that it was completely different. While in Greece there was an external intervention that demanded extreme austerity measures, supported by the citizens without having been consulted. In Iceland, initially, the government was following the same line of action as the European Union, but as the president refused to act without consulting the people through a referendum, the Icelanders resolved the crisis in their own way. Icelanders were the first to feel the crisis but they were also the first to resolve it, and the Greeks saw the crisis drag on and their sacrifices dragged on, and they were the last European country to come out of it.

The crisis of 2008 highlighted the vulnerability of capitalism in the globalised world, as well as the inability of statesmen to adequately tackle the problem. The exposure of European economies to the international markets globalised the crisis (Mason, 2016), revealing that the European real estate and financial sectors were also on the verge of ruin.

LITERATURE

Bernburg, J. G. (2015). Economic Crisis and Popular Protest in Iceland, January 2009: The Role of Perceived Economic Loss and Political Attitudes in Protest Participation and Support. *Mobilization*, 20 (2), pp. 231–252.

Bobbio, N. et al. (1998). *Dicionário de Política*, 11ª ed. Brasília: Universidade de Brasília.

Bresser-Pereira, L. C. (2009). A crise financeira de 2008. *Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 1 (113), pp. 133-149.

Capinzaiki, M. R. (2015). 2008 e a crise do status quo: uma análise polanyiana do consenso da globalização. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados*.v. 4, n.8.

Cechin, A. & Montoya, M. A. (2017). Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008. *Teoria e Evidência Económica*. Ano 23, nº 48, pp. 150-171.

Coelho, M. O. C. (2013). *A crise económica e a metáfora da baleia branca: Representações sociais e estratégias de poupança*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Dylan, M. P. (2013). *O país que não resgatou os seus bancos*. Lisboa: Marcador.

Dufour, R. (2015). *Crise Financeira da Islândia: Um estudo de caso*. Curitiba: Universidade federal do Paraná.

Estanque, E. (2014). Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, pp. 5380.

Farhi, M. et al. (2009). A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional. *Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 1 (113), pp. 135-138.

Grigoriadis, I.N. (2013). A Grécia e a Crise do Euro: da beira do colapso à inevitável reforma. *Cadernos Adenauer*, XIV, nº1, pp. 73-80.

Hermann, J. (2009). Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao Paraíso. *Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 1 (113), pp. 138-141.

Jardim, E. B. (2013). *Uma análise sobre as possíveis causas e consequências da crise financeira de 2008 e sua relação com a hegemonia mundial dos Estados Unidos*. Santa Cruz do Sul.

Krugman, P. (2013). *Acabem com esta crise já!*, 5ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.

Legutko, A. J. (2017). Iceland's financial crisis in 2008. Political, economic and social consequences. *International Studies: Interdisciplinary political and cultural journal*, vol. 20, number 1.

Lima, M. C. & Artilles, A. M. (2014). Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, pp. 137-172.

Machado, J. E. A. (2010). *Crise Económica: o caso islandês. Evidência de uma crise interna anunciada*. Porto: Universidade do Porto.

Mason, P. (2016). *Pós-Capitalismo*. Lisboa: Objectiva.

Nunes, J. P. A. (2013). *Da “Crise de 1929” à “Crise de 2008”. Reflexão em torno do conceito de “Estado-providência”*. Coimbra: FLUC e CEIS20.

Nydegger, M. (2013). *A crise financeira de 2008 e a relação entre Estados e Mercados: o caso da Islândia*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

Oliveira, E. M. A. (2015). *Crise Financeira Mundial de 2008: Um estudo de caso sobre a Islândia*. Brasília: Instituto de Relações Internacionais.

Önnudóttir, E. H. (2016). The ‘Pots and Pans’ protests and requirements for responsiveness of the authorities. *Icelandic Review of Politics and Administration*. Volume 12, Issue 2, pp. 195-214.

Passos da Silva, T. L. (2015). *Islândia versus Irlanda: Quem se saiu melhor no pós-crise 2008?* Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.

Sicsú, J. (2009). Para além das políticas de resgate. *Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 1 (113), pp. 144-145.

Silva, C. T. (2017). Crise e contestação na Europa. A propósito das manifestações portuguesas de 2012. *The Overarching Issues of the European Space: Society, Economy and Heritage in a Scenario*, Porto: FLUP, pp. 103-116.

Terlica, S. (2013). Islândia: a crise de 2008 e repercussões atuais. *Janus*, anuário 2013, pp. 130-131.

CAPÍTULO 2

EL PROYECTO ARQUITECTÓNICO COMO GENERADOR DE UN SISTEMA POLÍTICO (PÚBLICO) DE RELACIONES E INTER-ACCIONES SOCIALES¹

Data de submissão: 15/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Carlos Eduardo Burgos

Instituto Interdisciplinario de
Investigación en Diseño

Universidad Nacional del Nordeste
PhD Filosofía, Ciencia, Tecnología y Sociedad
Universidad del País Vasco-España

Departamento de Teoría de la
Arquitectura y del Diseño
Corrientes - Argentina

<https://orcid.org/0000-0003-4509-3987>

RESUMEN: La Arquitectura, concebida como un coherente producto cultural, es el resultado intencional de un proceso de producción denominado proyecto. La naturaleza y dinámica metodológica de este proceso es un tema de debate desde hace más de un siglo y forma parte de la agenda actual de investigación científica sobre la disciplina

a nivel global. Sin embargo, aún hoy, se mantienen de manera a-crítica *concepciones heredadas* que sitúan al proceso proyectual en “la cabeza inspirada de los diseñadores”, como si fuera un mecanismo creativo individual y expresión de un “*expertise*” profesional (Cross 2004, Cross 2011, Lawson, Dorst 2009). Ante la inadecuación de este abordaje, se ofrece una revisión del modelo, cuyas prescripciones todavía perviven en nuestras escuelas y facultades de arquitectura. Con este fin se utilizan nuevos marcos teóricos y abordajes epistémicos descentrados de la lógica tradicional del proyecto (Callon 1986, Latour 1997, Latour 2005). EL punto de partida de este cambio radica en el uso de las herramientas que aporta la teoría del actor-red (ANT *actor network theory*) que posibilitan concebir al proyecto como un mecanismo constitutivo de redes de relaciones significativas entre aspectos subjetivos, sociales y culturales relevantes, poniendo en relación un conjunto de agencias diversas que permiten producir resultados coherentes con la dimensión pública, urbana y política de la arquitectura. Se propone, finalmente, un modelo metodológico-conceptual diferente sobre el proyecto de arquitectura, inmune a las críticas de la lógica tradicional y adecuado para generar transformaciones significativas (no meramente creativas) en el escenario urbano actual.

PALABRAS CLAVE: Arquitectura. Modelo. Actor-red. Método. Agencia.

¹ Sobre resultados generados por el Proyecto de Investigación Acreditado PI- C-003/Res. N°155/18 HCS-UNNE.

THE ARCHITECTURE PROJECT AS A GENERATOR OF A POLITICAL (PUBLIC) SYSTEM OF SOCIAL RELATIONSHIPS AND INTERACTIONS

ABSTRACT: Architecture, conceived as a coherent cultural product, is the intentional result of a production process called project. The nature and methodological dynamics of this process has been a topic of debate for more than a century and is part of the current scientific research agenda of the discipline at a global level. However, *inherited conceptions* are still maintained, and these place the design process in “the inspired mind of the designers”, as if it were an individual creative mechanism and an expression of professional *expertise* (Cross, 2007; Cross, 2011). Given the inadequacy of this approach, a review of the model whose prescriptions still survive in our architecture schools is offered. With this in mind, new theoretical frameworks and epistemic approaches which are decentralized from the traditional logic of the project are used (Callon, 1986; Latour, 1997; Latour, 2005). The starting point of this change lies in the use of the tools provided by the *actor-network theory* that make it possible to conceive the project as a constitutive mechanism of networks of meaningful relationships between relevant subjective, social and cultural aspects, linking a set of diverse agencies that allow to produce coherent results with the public, urban and political dimension of architecture. Lastly, a different methodological-conceptual model on the architecture project is proposed, a model immune to the criticisms of the traditional logic and suitable to create significant transformations (which are not merely creative) in the current urban situation.

KEYWORDS: Architecture. Model. Actor-network. Method. Agency.

OBJETIVOS

Analizar la concepción teórico-metodológica dominante sobre el proceso diseño, revisando la vigencia de sus presupuestos y proponer una nueva imagen del proyecto, derivada de su condición de *mecanismo modelizador de la realidad*, con base en el registro re-presentacional de la inter-acción de agencias humanas y materiales diversas que inciden en la constitución de la cultura urbana.

METODOLOGÍA EMPLEADA

Esta investigación ha focalizado en la *praxis metodológica* del proyecto desde dos enfoques: (i) Uno, *epistémico*, elucidando categorías conceptuales y metodológicas heredadas, derivadas de un análisis crítico de resultados recientes de investigación; (ii) Otro, *praxeológico*, focalizando en los *procesos-de-la-práctica-efectiva* que realizan los diseñadores.

Para ello se realizó una *triangulación* de tres estrategias metodológicas concurrentes:

- (i) *Un relevamiento del estado de la cuestión* sobre las categorías más relevantes que la investigación actual propone en el campo proyectual, en el área específica que la literatura dedica a los “*Design Studies*” (Chai, Xiao 2014).
- (ii) *Un análisis crítico* de los modelos metodológicos dominantes que intentan explicar cómo funciona el proceso en las disciplinas proyectuales (Dubberly 2004; Lawson 2006).
- (iii) *Una estrategia cuasi-experimental* sobre el proyecto, sus procesos de razonamiento y toma de decisiones, mediante la técnica de *Análisis de Protocolo de Réplica -RPA-Protocol-* a partir de los dibujos, diagramas, notas y argumentos, relevados de 12 unidades de análisis proyectuales tomados como casos de estudio seleccionados con una muestra intencional por criterios de variabilidad (Galle 1996).

1 LA IMAGEN RESTRINGIDA DEL PROYECTO, PRODUCTO DE LA PREMINENCIA DE CONCEPCIONES HEREDADAS

Con el fin de realizar un relevamiento-diagnóstico de las concepciones heredadas en el campo de la metodología proyectual se han revisado propuestas y modelos surgidos en los últimos 60 años, con base en el movimiento denominado de los “métodos sistemáticos” y que tienen aún influencia en nuestras concepciones actuales. Por otra parte, se ha intensificado la búsqueda de posturas más actuales que nutren la discusión de los últimos tiempos sobre la estructura y dinámica del proceso implicado en el diseñar (Cross 1984).

Las cuestiones que se abordan con mayor frecuencia en los últimos quince años han generado una trama de relaciones entre sus resultados de investigación y, asimismo, han puesto de manifiesto las cuestiones que permanecen abiertas en la agenda de problemas de los estudios de diseño Chai, Xiao (2014)². Se identifican así, no solo aquellos trabajos que han sido más citados, sino también las tendencias en el desarrollo de temas que continúan siendo abordados por la comunidad de investigadores en el campo expandido del diseño en diferentes disciplinas proyectuales.

Derivado de este análisis, se puede afirmar que en la actualidad el eje de investigación dominante que se pone manifiesto en estos trabajos, es el análisis de

² En este estudio se han analizado más de 12.107 citas de 459 artículos publicados entre 1996 y 2012, incluyendo más de 83 publicaciones en las cuales se publicaron los artículos citados. A partir de este dato he marcado aquellas de mayor frecuencia de citación para considerar el espacio problemático más significativo de los últimos 15 años. Entre las publicaciones (*Journals*) más citadas están *Design Studies*, *Environment and Planning B*, *Planning and Design*, *Research in Engineering*, *Design Issues*, *Cognitive Science*, *Journal of Engineering Design* (Chai, Xiao 2014, p. 31).

la práctica del diseño, aunque en un modo sesgado y restringido hacia lo que hace el diseñador, bajo ciertas reglas derivadas de su propia inteligencia e intencionalidad experta, y hacia el uso de un tipo de racionalidad (sistémica) presentada como un tipo de razonamiento especial del diseño. En algunos estudios, la estructura del proceso está todavía vinculada con la secuencia de actividades organizadas en un proceso lineal, más allá de la técnica que se use para representarlo (en helicoides, círculos, planos, espirales, etc.)

A partir de los datos analizados desde la literatura, se han detectado tres rasgos relevantes de la imagen clásica sobre el proyecto:

- (i) una supuesta distinción nítida y polarizada entre *problemas* (necesidades y demandas “de la realidad”) y *soluciones* (propuestas arquitectónicas);
- (ii) una concepción del territorio proyectual como una *secuencia lineal* y jerárquica de etapas, fases o pasos y;
- (iii) una confianza excesiva en la primacía de la *inteligencia creativa* o experticia individual de los diseñadores para configurar una propuesta coherente y adecuada.

1.1 LA DISTINCIÓN ENTRE PROBLEMAS Y SOLUCIONES

Existe una tradición teórica (Simon 1996, Farrell 2013) que intenta justificar una distinción nítida entre un punto de partida problemático *dado* en una situación de intervención y la propuesta arquitectónica, es decir, entre el problema-*inicial* y la solución-*final*.

Figura 1. Diseño como proceso de optimización entre problemas y soluciones en el planteo germinal de H. Simon (1996).

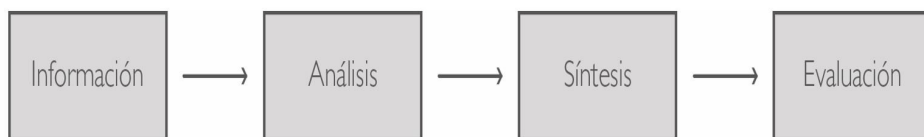


Esta es una manera de plantear la vieja distinción *realidad vs. representación* o, *real-objetivo vs. simbólico-subjetivo*. Se piensa así que la propuesta es una solución óptima a un problema disponible de antemano, a partir de un “*supuesto relevamiento objetivo de datos*” sobre parámetros iniciales vinculados con la demanda y el contexto. El proyecto se ve como un *salto creativo entre “lo-dado” y “lo-nuevo”*, sin embargo, con una trama de actores oculta, la propuesta “*óptima*” parece original, aunque es claramente arbitraria. Este modelo alimenta la creencia de que la realidad (objetiva) se manifiesta antes del proceso proyectual y aparece luego recibiendo el impacto que produce la introducción de un “objeto” -arquitectónico- nuevo en el contexto cultural³.

1.2 EL PROYECTO COMO SECUENCIA DE PASOS

En general, la metodología del diseño es vista como un itinerario de etapas a cumplir (Dubberly, H. 2004) analítica-creativa-propositiva; informativa-sintética-evaluativa; de relevamiento-diagnóstico-propuesta; de formulación de problemas y resolución de problemas; etc. En los casos analizados estos “formatos” solo han sido expresados por los actores como un *marco organizativo supuesto*, ya que las acciones y decisiones proyectuales se generaron en dinámicas más complejas, alejadas de esos esquemas. Este modelo -ciertamente heredado de las exploraciones iniciales sobre el método- plantearía la secuencia:

Figura 2. El proceso de diseño en cuatro etapas. Fuente: Jones, 1992.



Pero los procesos reales no son pre-concebidos *ex-ante* como en este esquema, sino que se constituyen *ex-post* de manera compleja y derivados de la propia práctica proyectual (Schön 1992).

Desde posiciones más actuales y críticas a las de Jones, Visser (2009) ha notado un importante sesgo lineal en las teorías metodológicas, advirtiendo un denominador común en los enfoques que, aunque siendo distintos, preservan una estructura común con base en los mismos procedimientos de diseño: (i) la formulación del problema, (ii) la búsqueda de la información, (iii) el análisis de los datos, (iv) la síntesis de la información, (v) las instancias de evaluación y modelización, etc.

³ Esta idea coherente con un cierto “realismo ontológico” excluye al proyecto de la posibilidad de configurar, construir o constituir la realidad en el mismo proceso de manera experimental y creativa. Las relaciones e interacciones sociales, políticas y urbanas son creadas en el proyecto.

En el esquema siguiente podemos advertir los rasgos comunes de estos abordajes:

Figura 3. Pasos o etapas en el modelo metodológico del *problem-solving* (Visser 2006, p. 34).

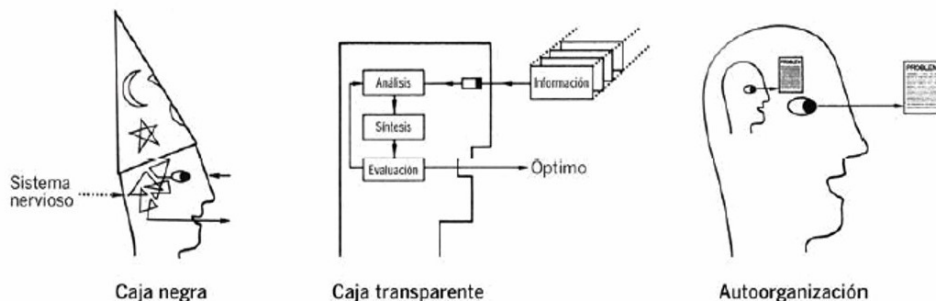
Author or Source	Stage 1		Stage 2	Stage 3		
Simon (1996)	Structuring (if ill-structured problem)		Problem solving			
Hamel (1989)	Analysis		Synthesis	Molding		
Classical Cognitive Psychology	Problem - representation construction		Solution generation	Solution evaluation		
Schön	Naming	Framing	Moving	Evaluation		
De Groot	Perception / observation		Trying	Evaluation		
Jones	Analysis		Synthesis	Evaluation		
VDI Guideline 2221	Problem analysis	Problem definition	System synthesis	System analysis	Evalu- ation	Decision making

Sea cual fuere la secuencia y lo que se considera como etapa o pasos no coincide con el proceso que efectivamente realizan los diseñadores. En el laboratorio proyectual, estos “campos” se interconectan constantemente en configuraciones más complejas y diversas que en el “alineamiento jerárquico”, conectando elementos de diferentes dimensiones del proyecto: aspectos funcionales, estéticos, estructurales, económicos, normativos, etc.

1.3 EL SUJETO CREATIVO-EXPERTO

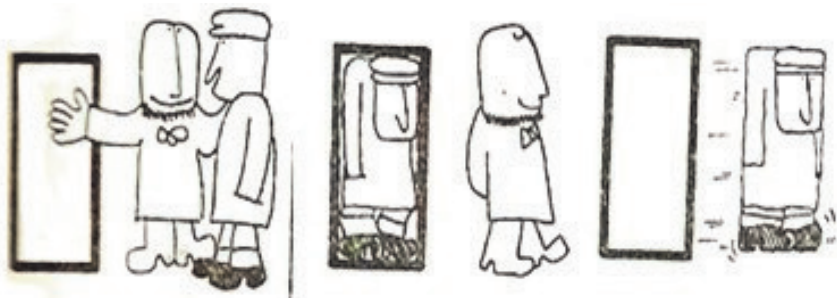
En este modelo, *la naturaleza del sujeto del diseño es, esencialmente, personal*. La actividad estaría conducida por procesos intencionales y metodológicos traducidos en planes y cursos de acción, operados por un sujeto diseñador (aún actuando en equipos) que poseería una capacidad experta, derivada de una *inteligencia* proyectual especial (Cross 2007; Lawson 2009 design expertise). Así, el proceso se acercaría más al de un *expertise*, en el que la *inteligencia creadora del sujeto* sería un argumento casi excluyente del proyecto. Estas ideas alimentan múltiples paradigmas epistémicos, aunque distantes de los procesos concretos que se dan en la “trinchera” de la práctica, limitando así su potencial explicativo. Si bien es cierto que posturas actuales se alinean con estas perspectivas, fue Ch. Jones el primero en delinearlas:

Figura 4. Modelos de diseñador como sujeto “mago, sistemático o racional”. Fuente: Jones (1992, p. 46).



Incluso, está expandida la imagen del arquitecto como un agente que puede *determinar* las condiciones del uso y *modelar* los procesos vivenciales del usuario. Esto supone una cierta capacidad del diseñador para determinar de manera arbitraria las condiciones del habitar y subordinar los usos, las percepciones y las valoraciones, tal como se sugiere en el dibujo de Llorens:

Figura 5. Determinismo Arquitectónico. La acción experta del diseñador amolda el ambiente y da forma a los objetos y a las personas (Llorens et.al. 1973, p. 55).



Es preciso salir de la trampa del *subjetivismo creativo* del proyectista que se sitúa a un paso de los personalismos y los “*estilos de firma*” que dan la espalda a dinámicas más democráticas en la configuración del espacio arquitectónico y urbano, al no contemplar una gama amplia de actores y situaciones que sean capaces de vehicular la expresión, el protagonismo y la participación de múltiples aspectos de la manifestación arquitectónica en nuestras ciudades.

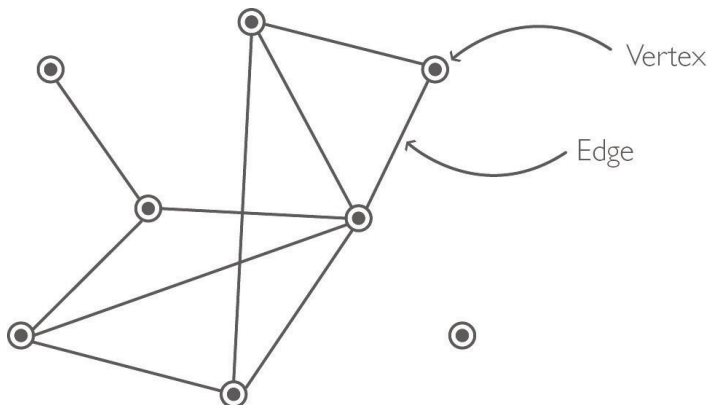
2 OTRAS CONCEPCIONES SOBRE EL PROYECTO: REDES DE ACTORES, AGENCIAS Y DINÁMICAS CULTURALES

Desde una nueva imagen -descentrada de sus rasgos heredados- el proyecto puede configurarse como un **sistema político de relaciones** que se materializa

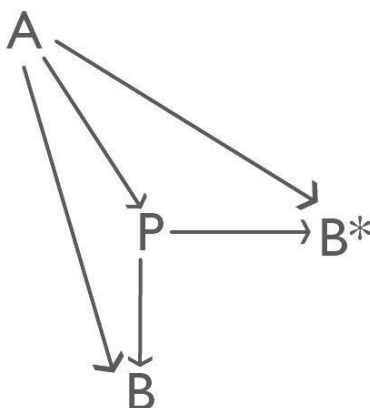
arquitectónicamente en un lugar, en un objeto o en un espacio. Político, en tanto permite la expresión protagónica de los actores que constituyen la vida urbana (pública); no como un proceso meramente creativo, sino actuando como un “líquido revelador” de las inter-acciones que subyacen a una configuración proyectual con impacto social. Así pensado, asume un rol *modelizante* sobre las necesidades, las condiciones del problema, las entidades (humanas y no humanas) que deben poder expresarse en el proyecto y co-constituirse de manera co-evolutiva. No hay una realidad “objetiva” que pre-existe de modo nítido. Nada pre-existe, todo se construye originalmente en el proyecto, tomando forma y expresión definitiva. Esto es: *las ideas, las restricciones y los procesos de modelización* son condición de posibilidad para que pueda configurarse el *problema*, el *objeto* y la *demanda* final. Este “mecanismo” se materializa como una *red de relaciones e inter-acciones permanentes que el proyecto logra capturar* y, con ellas, dar forma y expresión original a la realidad política y social sobre la que interviene.

En concreto, el diseñador puede comenzar su actividad operando sobre algún aspecto o variable implicada en el proyecto. Esa aspecto -denominado *agencia*- produce el paso-a-otro-aspecto/agencia, con el que se vincula naturalmente, necesariamente. Así, por su *naturaleza constructivo-relacional*, el *proyecto de arquitectura logra identificar y modelizar relaciones e inter-acciones propias de una determinada situación de intervención*. No se trata pues de ninguna creación personal, experticia o cumplimiento de alguna etapa pre-establecida, o de la materialización de una rutina planificada, sino que es el mecanismo mismo del proyecto el que permite que los factores, aspectos, variables o *agencias* se *expresen*, se visibilicen, se hagan explícitos y, con ellos, otras redes de agencias, materiales, humanas, políticas o culturales a las que pudieran estar asociadas, según sea el caso.

Figura 6. Nodos y conexiones de una red (Newman 2003, p. 169)



En el esquema de la figura 6 se observa una estructura típica del mecanismo reticular descrito, con nodos (aspectos) y conexiones (relaciones) que permiten la re-presentación de agencias diversas en el proyecto. Estos componentes pueden variar en la construcción de la red, así como el conjunto de los diferentes tipos de inter-acciones que se producen en-ella y solo a-partir-de-ella en la praxis proyectual. En este *modelo reticular de agencias*, actores (humanos) y actantes (ideas, cosas, materiales, normas, restricciones, etc.) se expresan y se **condicionan mutuamente**, en lo que se puede denominar: un **movimiento dialéctico de ideaciones y restricciones entre actores y actantes**.



Este *proceso de ideación y restricción* puede graficarse y ejemplificarse como muestra el esquema: “**A**” representa la entidad o “actor” *proyectista*. “**B**”, representa el “actante” *terreno* y **B***, el “actante” *área urbana*. “**P**”, el “actante” *idea de zonificación* que logra constituirse como un “par ordeno”, en el cual B y B* son conjuntos (estructurados). Estos rasgos de la red muestran indicios de una propiedad que permite **estabilizar la propuesta, es decir la dialéctica proyectual entre ideación y restricción**. Así, las restricciones condicionan las ideas y las ideas redefinen las restricciones, configurándose mutuamente en un proceso dialéctico y no lineal o secuencial.

De este modo las inter-relaciones entre las personas y sus condicionantes espaciales, perceptuales y ambientales se expresan (logran protagonismo político) “encarnados” en agencias o factores, mediados por los instrumentos de re-presentación proyectual, que actúan como un verdadero “*líquido revelador*”. Todos estos aspectos se van encadenando constructivamente en una **estructura reticular** que tiene capacidad operativa para distinguir entre dinámicas tecnológicas, funcionales y culturales subyacentes al tema de proyecto. Esta **dialéctica entre ideas y restricciones** solo se hace presente en la práctica proyectual, y es el proyecto el que permite estabilizar las tensiones entre ambos territorios, a priori, contrapuestos.

Visto así, el diseño puede ser entendido como un **modelo de innovación socio-técnica** en el que los actores y factores se co-constituyen dentro de una estructura praxeológica y metodológica de índole reticular, y en la cual se fraguan simultáneamente aspectos humanos, materiales y políticos (como vehículos de la dimensión pública de la arquitectura). Actores y redes de relaciones son la clave de este proceso, a tal punto que no es posible pensar el uno sin el otro, configurándose una nueva categoría de actor-red. En este sentido, afirmamos junto a Callon que *el actor-red no es reductible ni a un simple actor ni a una red. (...) Un actor-red es, simultáneamente, un actor cuya actividad consiste en **entrelazar elementos heterogéneos** y una red que es capaz de redefinir y transformar aquello de lo que está hecha* (Callon, 1991: 156), así el diseño se presenta como un mecanismo dialéctico capaz de re-presentar (a través de los recursos proyectuales) las inter-acciones de todos los aspectos que participan de una determinada situación de intervención⁴.

En esta nueva imagen del proyecto de arquitectura, la realidad no es una entidad que pre-existe al proyecto y que luego se presenta nuevamente para recibir el impacto de un objeto arquitectónico terminado, como si la realidad tuviera un protagonismo antes y después del proyecto. Consideramos que es el proyecto y su mecanismo representacional el que modeliza la realidad entendida como un constructo de relaciones e interacciones significativas entre agencias humanas y no humanas. Por ello es un escenario propicio para desarrollar en él nuevas formas de vida y uso del hábitat construido, nuevos protagonismos de los actores y usuarios en la evolución de las configuraciones urbanas. *Es aquí donde el Proyecto de Arquitectura adquiere el sentido de “lo público”, donde su valoración se desprende de su capacidad “constructiva” o “constituyente” de lo social, de su dimensión pública.*

3 CONCLUSIÓN

Las agencias (humanas o materiales) se “descubren” o logran protagonismo por la interferencia de restricciones u obstáculos a la posibilidad de aplicación de las ideas e intenciones del proyecto: una **dialéctica de la ideación y la restricción**. Son las relaciones entre agencias las que logran re-presentar las cuestiones que definen una propuesta arquitectónica, y no la mera inspiración del diseñador o la topología de fases, etapas o pasos supuestos en el mecanismo proyectual.

La dimensión pública [política] de la Arquitectura asume un protagonismo esencial en una *imagen democrática del proyecto*, no subordinada a los caprichos estilísticos de

⁴ Llamamos “situación de intervención” a la configuración variables, intenciones, parámetros, restricciones, demandas, protagonistas, condicionantes y posibilidades que participan potencialmente de cada proceso proyectual. Resume aspectos humanos, materiales, sociales y culturales.

un diseñador “experto” o a la incorporación a-crítica de procedimientos metodológicos “heredados”. Proponemos, entonces, pensar en un *nuevo imperativo categórico metodológico* para permitir que el proyecto sea capaz de capturar el sentido del contexto, registrar la condición urbana como restricción significativa y re-construir la dimensión política (pública) de la vida social: **¡Construya la Red!** y, con ella, exprese las verdaderas relaciones [de poder] que habitan la ciudad, nutriendo los rasgos significativos de una nueva identidad arquitectónica y cultural.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Callon, M. (1986). The Sociology of an Actor-Network. En, J. Law, A. Rip, (eds.) *Mapping the Dynamics of Science and Technology*, (pp. 19-34). London: Macmillan.
- Callon, M. 1991, “Techno-Economic Networks and Irreversibility”. En: *A Sociology of Monsters: Essays on Power, Technology and Domination*, J. Law (ed.), 1991, Routledge, London, pp. 132-161.
- Cross, N. (1984). *Developments in design methodology*. London: John Wiley.
- Cross, N. (2004). Expertise in design: an overview. *Design Studies*, 25, 427-441.
- Cross, N. (2007). *Designerly Ways of Knowing*. Berlín: Birkhäuser Verlag AG.
- Cross, N. (2011). *Design thinking: Understanding how Designers Think*. New York: Berg.
- Chai, K., Xiao, X. 2012, “Understanding Design Research: A Bibliometric Analysis of Design Studies (1996–2010)”, *Design Studies*, vol. 33, no. 1, 24-43.
- Dubberly, H. 2004, *How do you Design? A compendium of Models*. [En línea]: <http://www.dubberly.com/wpcontent/uploads/2008/06/ddo_designprocess.pdf>
- Farrell, R., Hooker, C. 2013, “Design, Science and Wicked Problems”, *Design Studies*, vol. 34, no. 6, pp. 681-705.
- Galle, P. (1996). Replication protocol analysis: a method for the study of real-world design thinking. *Design Studies*, Vol. 17, (2), pp. 181–200.
- Jones, J., 1992, *Design Methods*, 2a edn., John Wiley & Sons, New York.
- Latour, B. (1997). On Actor Network Theory: A Few Clarifications”, *Soziale Welt*, 47, (4), 369-381.
- Latour, B. (2005) *Reassembling the social*. Oxford: Oxford University Press.
- Lawson, B., 2006, *How Designers Think. The Design Process Demystified*, Oxford: Elsevier.
- Lawson, B., Dorst, K., 2009, *Design Expertise*, Elsevier - Architectural Press, Oxford.
- Llorens, T., et.al. (1973). *Hacia una Psicología de la Arquitectura: Teoría y Métodos*, Barcelona: Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña y Baleares.

Newman, M., 2003, "The Structure and Function of Complex Networks", *SIAM Review*, vol. 45, no. 2, pp. 167-256.

Schön, D., & Wiggins, G. (1992). Kind of seeing and their functions in designing. *Design Studies*, 13(2), 135-156.

Simon, H., 1996, *The Sciences of the Artificial*, 3rd ed., The MIT Press, Cambridge, MA.

Visser, W. (2006). *The Cognitive Artifacts of Designing*. Mahwah, NJ.: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Visser, W. (2009). Design: One, But in Different Forms. *Design Studies*, 30(3), 187-223.

CAPÍTULO 3

PROCESSO DAS INUNDAÇÕES URBANAS NO BAIRRO DO CHAMANCULO “C”, MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Data de submissão: 10/03/2022

Data de aceite: 05/04/2022

Rosalina Inácio Fumo Langa¹
Departamento de Ambiente e
Desenvolvimento
Faculdade de Ciências da Terra e
Ambiente da
Universidade Pedagógica de Maputo
Moçambique

RESUMO: Quando as chuvas caem sobre o Bairro do Chamanculo a população fica preocupada porque uma parte da mesma fica retida nos quintais. Este fato mostra que a inundação urbana constitui uma das grandes preocupações, daí que foi realizada esta pesquisa cujo título é Processo das Inundações Urbanas no Bairro do Chamanculo “C”, Maputo. Constitui objetivo geral compreender o processo de inundação, sendo objetivos específicos identificar os fatores de inundação, descrever o processo de inundação e a origem da mesma. Iniciou-se com uma fase de revisão documental e depois

¹ Department of Environment and Development, Faculty of Earth Sciences and Environment, Pedagogical University, Mozambique. rosalinafumo@yahoo.com.br

seguiu-se o trabalho de campo recorrendo-se a entrevistas e observação direta e coleta de dados para análise com recurso ao geoprocessamento e ao EPI-INFO, 3.4.5. Concluiu-se que os fatores de inundação no Bairro, são diversos desde o relevo, com solos impermeáveis, o assoreamento dos canais de drenagem devido a deposição de resíduos, ao modelo de parcelamento e de uso do solo.

PALAVRAS-CHAVE: Inundações urbanas. Pluviosidade. Fatores. Processos.

URBAN FLOOD PROCESS IN THE CHAMANCULO NEIGHBORHOOD “C”, MAPUTO, MOZAMBIQUE

ABSTRACT: When the rains fall on the neighborhood of Chamanculo the population is worried because a part of it is retained in the backyards. This fact shows that urban flooding is one of the main concerns, and this research was carried out, the title of which is the Urban Flood Process in the Chamanculo Neighborhood “C”, Maputo. It is a general objective to understand the flooding process, with specific objectives being to identify the flooding factors, describe the flood process and the origin of the flood. It began with a document review phase and then followed the fieldwork using interviews and direct observation and data collection for analysis using geoprocessing and EPI-INFO, 3.4.5. It was concluded that the flooding factors in the neighborhood are diverse from relief, with

impermeable soils, sedimentation of drainage channels due to the deposition of residues, to the model of land use and parceling.

KEYWORDS: Urban floods. Rainfall. Factors. Processes.

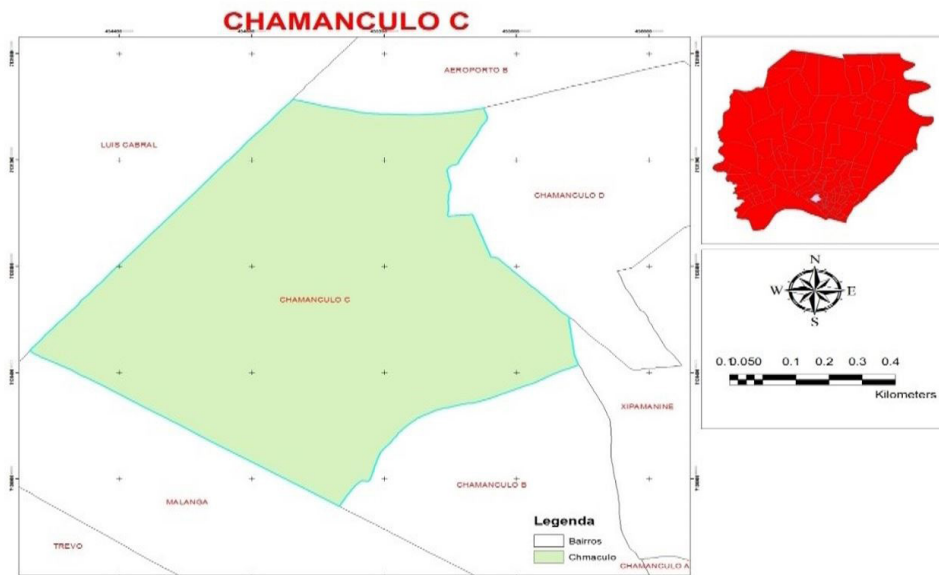
1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização transformou os centros urbanos em áreas cujos efeitos negativos refletem diretamente sobre o sistema de drenagem. A ausência de planejamento urbano capaz de equacionar os impactos da urbanização sobre os processos hidrológicos, a pressão demográfica e a especulação imobiliária fazem com que a concepção do sistema de drenagem urbana esteja, sobretudo, condicionada ao parcelamento, ocupação e usos do solo, bem como as mudanças climáticas. O acelerado e desordenado processo de urbanização ocorrido nas últimas décadas transformou os centros urbanos em áreas apresentando altas densidades populacionais, cujos efeitos negativos refletem diretamente sobre os aparelhos urbanos referentes a recursos hídricos e, em especial, sobre o sistema de drenagem. A ausência de planejamento urbano capaz de equacionar os impactos da urbanização sobre os processos hidrológicos, a pressão demográfica e a especulação imobiliária fazem com que a concepção do sistema de drenagem urbana esteja, sobretudo, condicionada ao parcelamento, ocupação e usos do solo, assim como ao sistema viário. As inundações urbanas têm causado impactos negativos nas cidades, pois tem provocado sérios danos e prejuízos à população, registando, ao nível mundial, tanto o aumento como a intensidade de ocorrência. Uma das consequências disso é o aumento de impactos económicos causados por estes eventos e a mensuração de danos associados.

2 ÁREA DE ESTUDO

O Bairro do Chamanculo “C”, localiza-se na zona periférica da Cidade de Maputo, fazendo fronteira a Norte com Bairro do Aeroporto B, a Sul Bairro da Malanga e Chamanculo B, a Leste Chamanculo D e B e Oeste Bairro Luís Cabral, com uma área de 1595 m² (CMCM, 2014). A precipitação que tem se registado entre os meses de Outubro a Março, (Verão), com temperaturas que oscilam entre 30 a 42 graus centígrados, têm sido a causa para o processo de inundações, neste Bairro.

Figura 1. Mapa da Localização do Bairro do Chamanculo “C”.



Fonte: Adaptado pela Autora, 2014 CMCM.

3 QUADRO TEÓRICO

As precipitações de tipo chuva são a maior causa das inundações. Em geral, as chuvas de grande duração que atingem grandes áreas, são as maiores causadoras de inundações (TUCCI, 2001:89). Uma parte da área inundada são os centros urbanos, passando o fenômeno a denominar-se de inundação urbana. WHEATHER (s/d) considera que as inundações urbanas acontecem num período de tempo relativamente curto e podem inundar uma área de vários pés de água. O problema principal com a inundação urbana é o fato que elas ocorrem em áreas altamente povoadas, devido a demanda na procura de moradias nas áreas urbanas. Os processos das inundações urbanas têm a ver com vários fatores, desde meteorológicos, hidrológicos, urbanização, mau uso do solo, entre outros, segundo defende m muitos autores (ABREU, 2013; ROCHA, 1993; CAMPINA e TUCCI, 2001 e 2005; BECKER, 2000; BARROS, 2005; SILVEIRA, 2010; BAPTISTA, 2007; FARIA, 2005; PEREIRA & BALTAZAR, 1998; SOARES, 2005; MIGUEZ, 1999 e BERTONI, 2004). Para os autores RAMACHANDRA (2007) e NAGY (2004), a inundação urbana é específica no fato de a causa ser uma falta da drenagem em uma área urbana. Como há um pouco de solo aberto que pode ser usado para o armazenamento de água, o alto aguaceiro pode causar a inundação quando o sistema de canais de drenagem não tem a capacidade necessária para escoar a chuva. O crescimento urbano tem

contribuído para a dinâmica das inundações urbanas no território, porque tem havido alteração no sistema de drenagem, aliado a impermeabilização do solo urbano, construção inadequada de diques, alteração de cursos naturais dos rios, projetos ineficazes de captação da água pluvial (WAGNER, 2015). As inundações são consideradas as maiores causadoras de desastres, com as maiores consequências e grandes parcelas de vítimas e prejuízos, principalmente em extensões territoriais densamente povoadas. Nos espaços urbanizados, as inundações estão entre as ameaças naturais que mais causam danos humanos e materiais. (ALMEIDA, 2017). A urbanização tem efeitos negativos sobre os recursos hídricos, o ciclo hidrológico, as variações climáticas, as cheias naturais dos rios, nos usos e ocupações do solo e no balanço hídrico.

4 METODOLOGIA

A metodologia consistiu na consulta bibliográfica e documental que permitiu a realização do trabalho de campo. No campo, visualizou-se *in loco* os efeitos, captou-se imagens e usou-se o método de entrevista estruturada. Para uma amostra de 350 agregados familiares. Para o tratamento dos dados do campo, resultantes das entrevistas, foi usado o pacote designado EPI-INFO, na sua versão 3.4.5, que consistiu no lançamento dos dados para criação de base de dados e por fim a elaboração de gráficos. O Epi-Info é um poderoso software de domínio público desenvolvido pelo *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC), nos Estados Unidos e tem como objetivo o apoio a profissionais da área da saúde de todo o mundo, tanto na realização de pesquisas, quanto na formação de banco de dados de rotina, sendo considerado um dos programas computacionais mais importantes para a comunidade científica e de saúde pública. Também usou-se o Sistema de Informações Geográficas, pois tratando-se de estudos ambientais, o mesmo se tornou bastante útil e eficaz para se fazer o estudo no terreno, que consistiu na delimitação das áreas vulneráveis ao risco de inundação. A pesquisa teve como abordagem qualitativa-quantitativa e paradigma interpretativo, uma vez que teve como foco a descrição convincente e que faz sentido, não somente para quem relata, mas também para o leitor e por ter sido feita por pesquisadora/narradora.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O processo de inundação do Bairro Chamanculo “C” depende de fatores tais como:

- a) Drenagem.
- b) Disposição das casas ou parcelamento.

a) Drenagem

O deficiente sistema de drenagem no bairro constitui um dos fatores responsáveis pela inundação do Bairro. No Bairro do Chamanculo “C” foi construída uma rede de drenagem de águas pluviais. Contudo, a mesma já não realiza as funções para a qual foi edificada, tendo se transformado numa área de depósito de resíduos sólidos domésticos de todo o tipo como se pode verificar na figura (2).

Figura 2. Canal de drenagem assoreado devido ao depósito de resíduos.



Fonte: Autora 2014.

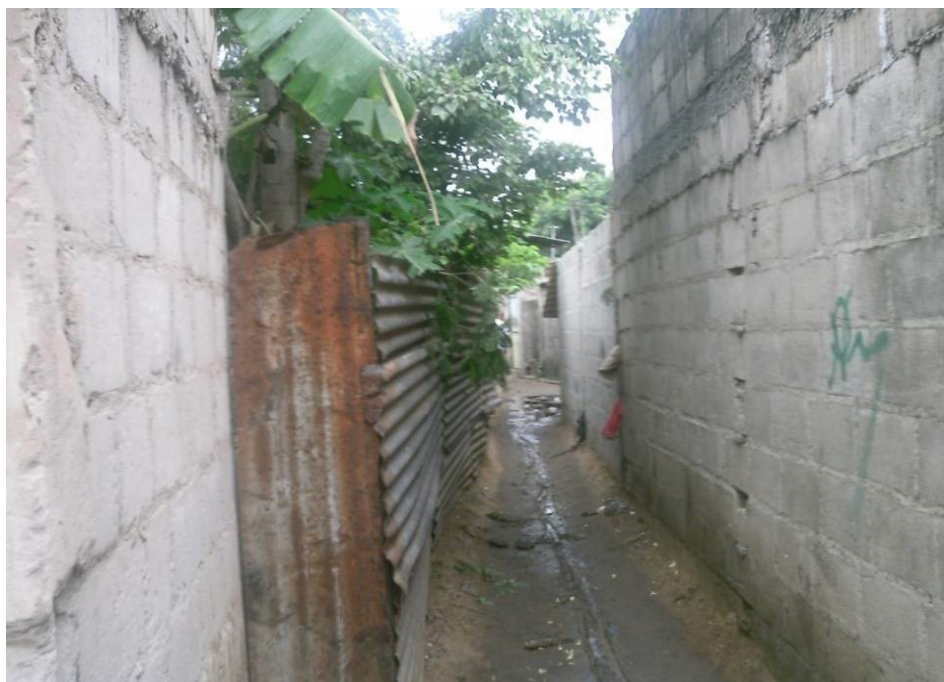
Atualmente é frequente ver os residentes a depositarem resíduos nas valas de drenagem, dificultando assim a circulação das águas, fato que reduz a velocidade do escoamento, contribuindo para a ocorrência de inundações. A população também deposita os resíduos sólidos diretamente no solo, fora dos contentores, muitas em frentes dos quintais das suas residências. Assim, durante o período chuvoso, o escoamento superficial remove os resíduos para o interior dos canais, impedindo, desta forma o normal funcionamento dos mesmos. Deste modo, o canal assoreado, se converte em fonte de inundação devido ao transbordo das águas. Além do depósito dos resíduos nos canais, ocorre também a ocupação dos solos, muitas das vezes desrespeitando o sistema de drenagem natural das águas. Deste modo, as vias naturais da água ocupadas já não favorecem o amortecimento de inundações.

b) Disposição das casas ou parcelamento

O processo de urbanização intervém no sistema de drenagem natural das águas. Ao ser uma área deprimida, foram construídos pequenos aterros. Estes últimos fizeram com que desaparecessem os antigos cursos de água ou de mananciais, e se impermeabilizar o solo, devido a compactação resultante do pisoteio de pessoas e viaturas. Assim, a área para o escoamento da água é reduzida, de modo que o caudal

incrementa rapidamente, transbordando dos pequenos canais ainda existentes, para os quintais e interiores de infraestruturas. Questionados aos moradores se o bairro era parcelado, 38% respondeu que não é parcelado, 30% disse não saber se é parcelado ou não. O fato do bairro não ser parcelado tem influenciado para a ocorrência das inundações, uma vez que há construções desordenadas. Este fato impede a livre circulação da água das chuvas ou do escoamento superficial, devido a superlotação de construções de habitações em reduzido espaço com ruas estreitas que não permitem o livre escoamento das águas pluviais, provocando desta maneira para um incremento da inundabilidade do território (figura 3).

Figura 3. Disposição das ruas.



Fonte: Autora, 2014.

As ruas principais somente é que são largas, mas em contrapartida na época chuvosa a intransitabilidade é notória uma vez que elas ficam inundadas, não só pelas águas da chuva, mas também pelas águas negras que os moradores tiram dos seus quintais para deitarem nelas, em virtude de, nos seus quintais já não haver condições para o tratamento das mesmas devido ao enchimento das fossas sépticas. Um dos efeitos negativos que refletem da ocupação e disposição atual das residências é sobre o sistema de drenagem, que influencia na ocorrência de inundações, ao não permitir a edificação de canais de escoamento de águas pluviais (figura 4).

Figura 4. Disposição das casas dentro de um quintal.



Fonte: Autora 2014.

A ocupação desordenada do espaço urbano foi testemunhada no terreno, uma vez que neste bairro, para além do desordenamento territorial predomina a ocupação desordenada e superlotação dado que num quintal que era suposto estarem a viver cinco membros da família, no mesmo é possível existirem cinco casinhas com mais de cinco membros cada. Este facto tem sido responsável pela ocorrência da inundação, uma vez que o espaço fica pequeno e com a saturação do solo todas as **águas** usadas pelos ocupantes não tem onde ser drenadas, bastando uma pequena queda de chuva associadas as mesmas para o solo ficar alagado.

6 CONCLUSÃO

A ocupação desordenada, construção de habitações, o mau saneamento do meio bem como a deposição de resíduos sólidos em locais impróprios têm sido as causas da aceleração da inundação no Bairro do Chamanculo “C”. Os fatores de inundação urbana variam desde o estado de assoreamento dos canais de drenagem devido a deposição de resíduos, até ao modelo de parcelamento e de uso do solo. As inundações são agravadas pelo incremento da circulação superficial das águas pluviais numa área de impermeabilização do solo e com mau funcionamento ou subdimensionamento dos sistemas de drenagem pluvial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. **Riscos Naturais e Sítio Urbano- Inundações na Bacia Hidrográfica do Rio Maranguapinho**. Região Metropolitana de Fortaleza. Brasil. 2017.

Abreu. F. Gerardi. **Análise da Influência da Distribuição Temporal das Chuvas Intensas e de Cenários de Uso e Ocupação do Solo na Quantificação dos Prejuízos Económicos Directos Provocados pelas Inundações**. 2013. 21pp.

BAPTISTA, M. Benedito. **Técnicas Compensatórias para o Controle de Cheias Urbanas**. Belo Horizonte. 2007. 52pp.

Barros, M. T. L. de. **Drenagem Urbana Bases Conceituais e Planejamento**. In PHILLIPI JÚNIOR. A (org), **Saneamento, saúde e Ambiente. Fundamentos para Desenvolvimento Sustentável**. 2 ed.Barueri. São Paulo. Editora Manoele Ltda. 2005 179-185pp.

Becker, B. **Cenários de Curto Prazo para o Desenvolvimento da Amazônia**. Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro. Ano XIV. 2000 pp 53-85.

Bertoni, J. Carlos. Maza, J. Adolfo. **Inundaciones Urbanas en Argentina**. 2004. 16-18pp. Disponível em <http://www.ina.gov.ar/pdf/Libro-Inundaciones-Urbanas-en-Argentina.pdf>. Acesso 11/11/2014.

Campinas (Cidade). **Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Saúde**. Coordenadoria de Vigilância e Saúde Ambiental. Índice de condição devida. 2001. RESTITUTTI, M. C.; CARVALHO NETO, H. (Coord.) Disponível em:<<http://tabnet.saude.campinas.sp.gov.br/mapas/ICV.pdf>>Acesso em: 08/11/2013.

CMCM- **Direcção Nacional de Planeamento Urbano e Ambiente**. Maputo. 2014.

Faria. R. PEDROSA.A. **Impactos da Urbanização na Degradação do Solo Urbano e sua Relação com o Incremento de Inundações Urbanas em Sta Maria de Feira**. 2005. 6pp.

Jha Abhas *et al.* **Urban Flooding- Global University of Okaloma**. 2011 Disponível em <http://www.eos.ou.edu/hazards/urban/flooding>. Acesso 09/11/2015.

Miguez, M.G. **Modelação Matemática de Grandes Planícies de Inundação, através de um Esquema de Células de Escoamento, com Aplicação no Pantanal Mato-grossense**. Tese de Mestrado em Engenharia Civil, COPPE-UFRT. 1999. 120pp. Disponível em https://www.abrh.org.br/sgcv3/UserFiles/Sumarios/2f0edba5277f45c60b75a31947675b55_fc0cd24479700710eb97dcc1830c1b1e.p

Nagy. Andras *et all.* **Urban Flood Management. Introduction. 1st International Expert Meeting on Urban Flood Management**. 2004. Dissponível em <http://www.floodsite.net/junior.floodsite/htm/en/student/thingstoknowhydrology/urbanfloods.htm>

Pereira, D. S. P & Baltazar, L. A. **Saneamento e Recursos Hídricos: Os desafios de infiltração e a urgência de prioridade**. In Munhoz, Hector R. (org). Interface de Gestão de Recursos Hídricos. Desafios da Lei de Águas 1997. Brasília. 2000.

Rachamandra. J.V. **Urban Floods. Case Study of Bangalone. Indian Institute of Science**. Disponível em wghis-ces.usc.ernet.in/energy/waterpaper/urbanfloods-bangalore/floods-city.htm. Acesso 08/11/2015.

Rocha. J. **Prevenção de Inundações e Reabilitação de Edifícios em Zonas Inundáveis**. Territorium 16. 1995. 11-19pp.

Silveira, R. Dias. **Relação entre Tipos de Tempo, Eventos de Precipitação Extrema e Inundações no Espaço de São Sepé**. RS. Brasil. 2007. 21-42pp. Disponível em http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/dissertacoes_06-11/Renata%20Dias%20Silveira.pdf Acesso 22/6/2015.

Soares, Ana. *et al.* **Inundações Urbanas. O Caso das Ruas da Sta Marta, São José de Portas e de Santo António**. (Lisboa) X Colóquio Ibérico de Geografia. Lisboa. 2005. Disponível em http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/085.pdf Acesso 22/6/15.

Tucci, C. E. M. & Silveira. A. **Gerenciamento da Drenagem Urbana**. Departamento de Hidromecânica e Hidrologia. Instituto de Pesquisas Hidráulicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001. 89-329pp.

Wagner de Cergueira e Francisco. **"Inundações Urbanas"** Brasil Escola. Disponível em <http://www.brasilecola.com/geografia/inundações-urbanas.htm> Acesso em 05/11/2015.

CAPÍTULO 4

O PROCESSO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO EM MUNICÍPIOS DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL EM PORTUGAL

Data de submissão: 19/01/2022

Data de aceite: 04/02/2022

Celestino Almeida¹

Instituto Politécnico de Castelo Branco
Castelo Branco, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-4226-2733>

Deolinda Alberto²

Instituto Politécnico de Castelo Branco
Castelo Branco, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6606-618X>

Luís Quinta-Nova³

Instituto Politécnico de Castelo Branco
Castelo Branco, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-8464-7527>

Domingos Santos⁴

Instituto Politécnico de Castelo Branco
Castelo Branco, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-5357-0662>

RESUMO: No decorrer da vivência da autonomia autárquica o processo de tomada de iniciativa é a base para a dinâmica evolutiva do território, pois além da implementação das políticas nacionais, cabe às autarquias a definição de soluções para responder às expectativas das respetivas populações. É neste contexto que o planeamento estratégico emerge como instrumento privilegiado para a intervenção no território. Em 2004, a autarquia de Vila Velha de Ródão lançou ao Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional do Instituto Politécnico de Castelo Branco o desafio para a elaboração de um plano estratégico para o concelho. Daqui resultou a constituição de uma equipa multidisciplinar que, com base em metodologias de auscultação direta e participativa, produziu um documento validado pela autarquia e que foi instituído como o plano das intervenções estratégicas a implementar nos anos seguintes. Passados 15 anos procedeu-se à avaliação da execução das intervenções então propostas; atendendo a esta avaliação e às novas dinâmicas experienciadas no concelho, a edilidade considerou pertinente visitar o plano estratégico municipal. A presente comunicação descreve e discute o processo de planeamento estratégico que esteve na base da realização do primeiro “Plano Estratégico da Município de Vila Velha e Ródão”, e explora as linhas de orientação seguidas numa ótica de continuidade para um segundo plano estratégico.

¹ Instituto Politécnico de Castelo Branco, Unidade de Investigação QRural - Qualidade de Vida no Meio Rural, Centro de Estudos sobre Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS) - Projeto UIDB/00681/2020

² Instituto Politécnico de Castelo Branco, Unidade de Investigação QRural - Qualidade de Vida no Meio Rural, Centro de Estudos sobre Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS) - Projeto UIDB/00681/2020

³ Instituto Politécnico de Castelo Branco, Centro de Estudos sobre Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS) - projeto UIDB/00681/2020

⁴ Instituto Politécnico de Castelo Branco, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.NOVA

PALAVRAS-CHAVE: Estratégia. Planeamento. Processo Colaborativo. Desenvolvimento Local. Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Num território como o do município de Vila Velha de Ródão, que alia a sua pequena dimensão espacial à baixa densidade populacional, é natural que os autarcas experienciem uma maior proximidade com os seus munícipes e, de alguma forma, se sintam mais vinculados à perspectiva de lhes corresponder aos anseios. Obviamente que a gestão do município, e principalmente na vertente que diz respeito ao desenvolvimento sustentado do mesmo, não tem sentido ocorrer de forma casuística, deverá, portanto, ocorrer de forma organizada e sistemática, assente em planos estratégicos orientadores das intervenções numa lógica de médio, longo prazo.

No âmbito e no contexto referidos, foi elaborado em 2004 um Plano Estratégico para o município de VVR, o qual foi validado pelos órgãos competentes da autarquia, que posteriormente o foi implementando, através do seu envolvimento em projetos que decorriam direta ou indiretamente do plano traçado. Assim, e passado período previsto para a implementação, e verificada uma elevada taxa de execução relativamente as propostas contidas no plano estratégico, a autarquia optou por envolver-se na elaboração de um segundo plano estratégico, dando seguimento à dinâmica então criada.

Apesar de não ter sido feito qualquer estudo relativamente à eficácia da metodologia seguida pela equipa técnica que produziu o primeiro plano estratégico, temos a convicção que parte do sucesso do mesmo se deve ao formato metodológico seguido na sua elaboração, muito centrada na auscultação e envolvimento direto dos cidadão e atores de relevo na comunidade. Daqui ter-se optado, na elaboração do segundo plano estratégico por uma abordagem metodológica semelhante. Está foi objeto de discussão e aprovação por parte da autarquia perante a equipa técnica, ficando-se na expectativa de verificar se a população se mantinha recetiva e participativa como no primeiro Plano e, ao mesmo tempo tentar, por um lado, verificar até que ponto se sentiram vinculados ao longo do tempo, por outro lado, verificar níveis de entusiasmo e convicção que alimentassem o seu envolvimento/participação o processo de elaboração do segundo Plano Estratégico.

Por parte da autarquia foi assumido um papel informativo e incentivador junto dos cidadãos e atores locais no sentido de promover a participação dos mesmos

em cada momento solicitado pela equipa técnica, para a realização de entrevistas individualizadas e reuniões em grupo.

As linhas de orientação residiram essencialmente na disponibilidade ouvir e sentir os munícipes, numa lógica de enquadramento proactivo relativamente aos recursos e potencialidades do território, com vista à promoção do seu desenvolvimento equilibrado.

2 PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

A utilidade de um processo de planeamento estratégico à escala local filia na riqueza e na diversidade das respostas que possa formular para o conjunto de *stakeholders* políticos, sociais, económicos e culturais, avaliando as capacidades e o potencial endógeno, bem como as ameaças e as oportunidades que se podem abrir na trajetória de desenvolvimento prosseguida pela autarquia. O planeamento estratégico, que foi incorporado na análise territorial a partir das experiências bem-sucedidas na área da gestão empresarial, visa, no essencial, dar corpo a um modelo de políticas de desenvolvimento centradas no desenvolvimento do potencial endógeno das comunidades territoriais (Ferrão, 2002; Ferreira, 2007). O motor do processo de desenvolvimento passa a ser da responsabilidade dos atores locais – é um processo que decorre de “baixo para cima”, valorizador da base de recursos endógenos, mobilizador de vontades, participativo e antecipativo dos diferentes desafios futuros (Guerra, 2000).

O planeamento estratégico aplicado ao desenvolvimento territorial tem, contudo, radicado essencialmente nos reptos associados à complexidade da grande escala urbano-metropolitana e à sua inserção competitiva na economia-mundo. Rareiam, contudo, os exemplos provenientes da pequena escala territorial, centrados sobre territórios de baixa densidade demográfica e económica que são, normalmente, portadores de dinâmicas de desenvolvimento a que os princípios do planeamento estratégico podem fornecer um importante contributo de análise prospetiva (Güell, 1997; Fernandes, 2006).

A reflexão estratégico-prospetiva sobre um território possibilita levar em consideração uma lógica de futuro desejável e voluntarista nas orientações do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, superar as restrições e as contradições do curto prazo (Albrecht et al., 2017). Permite, igualmente, dinamizar com atores públicos e privados, numa lógica partilha e de aprendizagem coletiva, uma consciência da necessidade de

mudança rumo a objetivos de desenvolvimento sustentável, contribuindo, deste modo, para a tomada de decisões económicas mais eficientes, a equidade social e o respeito pelo meio ambiente.

O planeamento estratégico adota uma visão sistémica e construída da realidade territorial e nisso diferem de outros instrumentos de planeamento, designadamente no domínio do planeamento urbano. Mesmo que os planos urbanísticos se preocupem fundamentalmente em localizar, definir e regulamentar os usos do solo e planificar as infraestruturas urbanas, o objetivo último do planeamento estratégico é garantir uma maior competitividade económico-territorial e uma maior qualidade de vida. Dito de outra forma, um plano estratégico pretende encontrar “modelos de desenvolvimento local”, ultrapassando a redutora dimensão linear e cartesiana do planeamento e do ordenamento físico, e assumindo a complexidade socioeconómica e político-institucional da comunidade analisada como variável-chave do processo de planeamento. Nesse sentido, vale tanto pelo processo como pelo produto – as dinâmicas participativas subjacentes à elaboração do plano devem consubstanciar momentos pedagógicos por excelência, indutores da ação concertada para a melhoria dos patamares de qualidade de vida, de reforço dos laços de coesão comunitária, de qualificação da economia local, numa abordagem enquadrada pelos princípios do desenvolvimento sustentável. O seu quadro de referência é a ação e, nesta aceção, é encarado como uma vontade coletiva e sistemática de produzir resultados e de os controlar tratando-se, em última instância, de um processo de racionalização da ação pública no quadro de um determinado território (Kemp, 2018).

O planeamento estratégico propõe uma abordagem moderna, em termos de desenvolvimento territorial, apoiada numa visão de médio/longo prazo, detendo uma especial ênfase aos problemas estruturais, e menos aos conjunturais, ambicionando criar, em termos de gestão territorial, novas categorias de pensar e de agir que derivam do reconhecimento da crescente incerteza e complexidade do devir comunitário.

Nesse sentido, a utilidade da metodologia de planeamento estratégico justifica-se tanto para os grandes ou médios espaços urbano-metropolitanos quanto para os pequenos territórios concelhios periféricos com problemas estruturais de desenvolvimento. Cremos, até, que pelo desequilíbrio das forças e dinâmicas dos mercados, pela omissão de políticas públicas, pela rarefação de atores empresariais e institucionais, bem como pela menor dotação de meios financeiros, mais pertinente se torna ainda o planeamento estratégico no âmbito municipal (Ferrão, 2011; Knob, 2017). Trata-se, no fundo, de os municípios, no quadro das margens da respetiva autonomia, procurarem ativamente soluções para os

seus problemas de desenvolvimento, nunca numa perspectiva insular e autárquica, mas no quadro dinâmico da cooperação multinível.

Num tempo em que, em Portugal, a generalidade dos municípios procura afirmar fatores de diferenciação face aos concelhos vizinhos, melhorar o seu posicionamento competitivo, gerar emprego em quantidade e qualidade e garantir elevados patamares de coesão social, os instrumentos de análise, diagnóstico e ação prospetiva disponibilizados pelo planeamento estratégico constituem uma oportunidade para responder, com mais segurança, aos desafios da sociedade e da economia contemporânea.

3 O 1.º PLANO ESTRATÉGICO PARA O CONCELHO DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Em 2003, a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão lançou o desafio ao Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) para elaborar o plano estratégico para o concelho. Pretendia-se lançar “um olhar sobre Vila Velha de Ródão,” refletir sobre o modelo de desenvolvimento do concelho e, a partir do diagnóstico efetuado, definir os princípios orientadores para a implementação das políticas a seguir pela autarquia e sugerir a realização de um conjunto de projetos estruturantes que materializassem o processo de desenvolvimento estratégico a adotar.

Através do Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional (CEDER), estrutura de interface entre a academia e a comunidade onde esta se insere, este desafio foi aceite; para tal foi constituída uma equipa pluridisciplinar que desenvolveu a abordagem teórica e o trabalho de campo.

O planeamento estratégico desenvolvido no âmbito da primeira abordagem realizada para o território de Vila Velha de Ródão em 2003, tentou dar corpo a um modelo de políticas de desenvolvimento centradas na mobilização do potencial endógeno das comunidades territoriais. Foi, nessa altura, reconhecido que processo de desenvolvimento é da responsabilidade dos atores locais – é um processo que decorre de “baixo para cima”, valorizador da base de recursos locais, mobilizador de vontades, participativo e antecipativo dos desafios futuros.

Surgiu num contexto de abertura à sociedade civil, procurando que da interação das diferentes racionalidades dos atores territoriais fossem gerados projetos partilhados de desenvolvimento. Pretendendo-se articular e dar coerência a iniciativas da administração pública e dos sectores associativo, cooperativo e privado. Deste modo, a intervenção ao nível do planeamento estratégico visou estabelecer um roteiro de desenvolvimento, antecipando trajetórias possíveis e desejáveis de futuro.

O concelho de Vila Velha do Ródão já na altura era um território com fortes problemas estruturais de ajustamento a que interessava dar uma resposta eficaz e, nesse sentido, o planeamento estratégico assumiu-se como instrumento privilegiado rumo a trajetórias de desenvolvimento sustentável e à descoberta e promoção do potencial endógeno. Daí que a equipa técnica responsável pela elaboração do Plano Estratégico, à época, tenha tentado encontrar respostas junto dos atores locais, no sentido de ir ao encontro dos seus próprios anseios, interesses e, essencialmente nas suas disponibilidades para a participação no processo de desenvolvimento que perspetivam para o seu concelho.

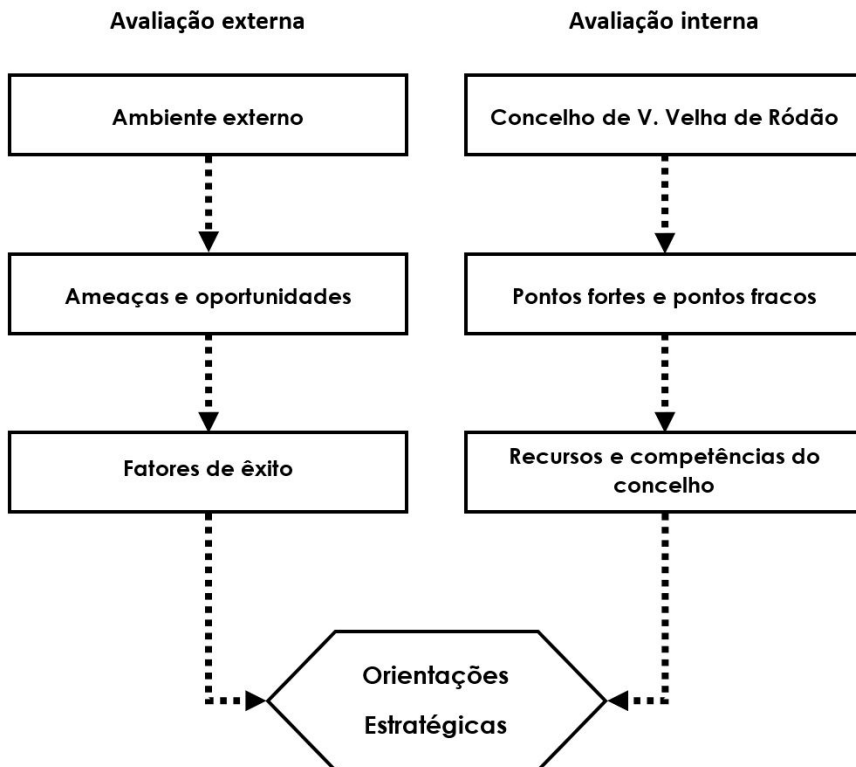
Assim, a proposta apresentada resultou das colaborações de todos aqueles que junto da equipa técnica manifestaram as suas posições e disponibilizaram informações e ideias, que no seu conjunto, permitem dizer que o trabalho é efetivamente do próprio concelho.

Em termos metodológicos o primeiro Plano Estratégico do Concelho de Vila Velha do Ródão tentou analisar os mecanismos que permitem potenciar o quadro de recursos endógenos existentes, afirmando os seus traços de inovação e de diferenciação num cenário de crescente abertura da economia internacional, conforme é apresentado na Figura 1.

Ao longo das várias etapas da implementação do Plano que implicou a consulta de fontes documentais, trabalho de campo e a auscultação de diversos atores locais, para além da realização de uma sessão aberta na autarquia para análise e discussão dos resultados intercalares, a equipa responsável pela elaboração deste Plano Estratégico seguiu algumas questões nucleares que balizaram todo o trabalho realizado, designadamente:

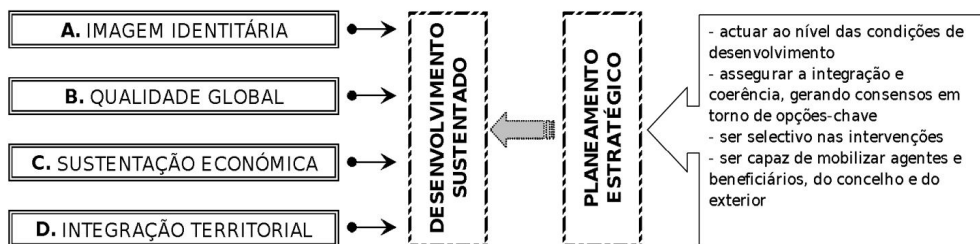
- O que pode vir a ser o Concelho de Vila Velha do Ródão num horizonte de médio/longo prazo? Em que situação se encontra? Para onde está a ir/ser conduzido? Para onde quer efetivamente ir?
- Como é que se pode enveredar por uma trajetória de desenvolvimento mais qualificante e promotora de maiores níveis de bem-estar social, económico e ambiental?
- O que é que os atores locais podem (querem, devem) fazer juntos para implementar e consolidar o sentido das mudanças?

Figura 1 - Roteiro metodológico do 1.º Plano Estratégico do Concelho de Vila Velha de Ródão.



O planeamento estratégico na altura enquadró as atuações ao nível das condições de desenvolvimento e a necessária integração e coerência por forma a gerar consensos em torno das opções-chave (Figura 2).

Figura 2 - Os vetores de desenvolvimento no planeamento estratégico.



Assim, a perspetiva estratégica global do Plano Estratégico assentou nas seguintes ideias principais:

- “Um concelho com bilhete de identidade e história”: Reforço das trajetórias identitárias, de coesão social e de afirmação territorial;

- “Um concelho onde sabe bem viver”: melhoria da qualidade de vida da população;
- Qualificação dos elementos de qualidade urbana, do meio ambiente e de paisagem;
- “Um concelho com futuro”: Dinamização socioeconómica, elevação dos patamares de competitividade e diversificação da base de sustentação.

Estas ideias foram, por sua vez, consubstanciadas em linhas estratégicas de desenvolvimento do município e, finalmente, apresentadas as propostas dos projetos estruturantes respetivos.

Ao longo do período de elaboração do plano foi mantido um canal de comunicação permanente com a autarquia de modo a auscultar e a incorporar as sugestões dos autarcas e serviços técnicos do município. Simultaneamente foi desenvolvida uma estratégia de proximidade com os atores locais, no sentido de conhecer as suas aspirações e a incorporá-las no plano.

No sentido de envolver a comunidade rodense no processo de tomada de decisão, foram efetuadas duas reuniões setoriais para discussão e validação dos projetos a incluir no plano estratégico. Procurou-se, igualmente, sensibilizar os participantes a contribuir ativamente para a concretização das ações a desenvolver.

O documento final foi submetido à apreciação da autarquia para aprovação final e passou-se à fase de ação.

4 A REVISITAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Em 2019, a autarquia de Vila Velha de Ródão lança ao IPCB o desafio de visitar o plano estratégico para o concelho.

Esta revisitação prende-se com a necessidade sentida de redefinir o modelo de desenvolvimento estratégico para o concelho face aos novos desafios resultantes da conjuntura interna e externa vigente e à dinâmica evolutiva experimentada pelo território nos últimos quinze anos.

No âmbito da revisão em curso, os princípios organizadores mantêm-se centrados na “prioridade do processo”, em contraponto à figura de um plano rígido. Mais do que a elaboração de um Plano Estratégico, pretende-se dinamizar a ação estratégica no concelho, colocando em situação de protagonismo efetivo os atores locais e visando promover iniciativas inseridas no conceito abrangente de desenvolvimento integrado e sustentável.

Nesse sentido, são incorporados na metodologia instrumentos que irão incrementar a participação dos diferentes atores, estimulando a inteligência e o esforço

partilhado de todos ao longo do processo de decisão. Neste particular, salientam-se a análise estrutural MIC-MAC, que permite identificar as variáveis-chave do sistema e as suas inter-relações e o contributo da metodologia *Focus-group* na identificação, caracterização, hierarquização e seleção dos projetos e ações de acordo com a sua importância estratégica para a definição da revisão do Plano.

Para a elaboração do novo Plano Estratégico foi efetuado um trabalho de recolha de informação que assentou na pesquisa de fontes documentais e estatísticas, na realização de entrevistas e na observação direta.

Segundo diversos autores (Marconi e Lakatos, 1996; Flick, 2005) a entrevista é uma das principais técnicas de recolha de dados em investigações qualitativas. Neste caso, a realização de entrevistas aos atores locais era de primordial importância uma vez que se pretendia o seu envolvimento de modo a assegurar que o documento final do plano estratégico refletisse a expressão coletiva de vontades e de ambição da comunidade rodense.

Optou-se por entrevistas semiestruturadas uma vez que as opiniões e pontos de vista dos entrevistados são mais facilmente expressos numa situação de entrevista aberta do que numa entrevista estruturada e, simultaneamente, proporcionam uma enformação mais rica e pormenorizada.

Bailey (1994) e Marconi e Lakatos (1996) caracterizam a observação como um método de recolha de dados que utiliza os sentidos para apreender diversos aspetos da realidade; não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em analisar os factos que se pretende estudar.

No decurso do trabalho de campo, a equipa técnica utilizou esta técnica adotando uma abordagem aberta, assistemática, participante e em situação natural.

Feito o diagnóstico e auscultados os atores locais partiu-se, então, para a apresentação de propostas de atuação no território que materializassem a vontade dos atores locais.

O modelo de desenvolvimento proposto assenta em seis eixos estratégicos:

- Valorização do complexo agroflorestal, promovendo uma abordagem integrada das atividades agrícolas com a gestão florestal e a conservação da natureza, potenciando a compatibilização dos interesses económicos, ambientais e culturais.
- Ordenamento do território e revitalização urbana, numa perspetiva de revitalização e valorização do espaço urbano, criando fatores de identificação e reforçando a atratividade local.

- Qualificação socioeducativa, cultural e desportiva, de modo a garantir a disponibilização de serviços socioeducativos, culturais e desportivos de qualidade, adequados às necessidades dos diversos públicos-alvo.
- Dinâmica económica - empresarial, com o objetivo de promover uma economia competitiva, inovadora, resiliente, diversificada e orientada para o mercado.
- Animação turística e lazer, pretende-se alavancar uma estratégia de desenvolvimento turístico através de processos de reinvenção criativa definindo um posicionamento distintivo.
- Marketing territorial e comunicação no sentido de construir e comunicar uma nova imagem do concelho, ancorada nos seus valores naturais e patrimoniais.

Para cada eixo estratégico foram propostas linhas de atuação que se consubstanciam em projetos específicos.

5 CONCLUSÕES

De facto, e estando praticamente na fase final de conclusão do documento, podemos desde já considerar que a participação foi de grande relevância, verificando-se até algum entusiasmo acrescido em alguns atores, que consideraram como positiva a primeira experiência da sua participação há sensivelmente 15 anos atrás.

O plano, per sí, constituiu-se num instrumento de comunicação entre a autarquia e os municípios em que em determinados momentos de exposição pública o mesmo é evocado no sentido de reforçar a ideia de que a intervenção em curso decorre da sua participação no processo do planeamento e está por eles subscrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albrechts, L., Balducci, A. e Hillier, J. (2017). *Situated Practices of Strategic Planning - an International Perspective*, Routledge, New York.

Almeida, C.A.M., Castela, A.P., Garcia, A.R., Ramos, G., Quinta-Nova, L., Brito, S., Santos, D. (2004). Plano de desenvolvimento estratégico de Vila Velha de Ródão. Castelo Branco: IPCB. 128 p.

Bailey, K. (1994). *Methods of Social Research*. New York: The Free Press. 553 p.

Fernandes, A.M.P. (2006). *Planeamento do Território e as Novas Estratégias Regionais de Desenvolvimento*, dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Ferrão, João (2002). Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajetórias territoriais de inovação, *Interações - Revista internacional de Desenvolvimento Local*. 3(4): 17-28.

Ferrão, João (2011). *O Ordenamento do Território como Política Pública*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Ferreira, A.F. (2007). *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Editora Monitor. 316 p.

Güell, J.M.F. (1997). *Planificación Estratégica de Ciudades*, Gustavo Gili, Barcelona.

Guerra, I. (2000). O Planeamento Estratégico das Cidades, Organização do Espaço e Ação Coletiva, *Cidades - Comunidades e Territórios*. 1: 37-55.

Kemp, R. (ed.) (2018). *Strategic Planning in Local Government. A Case Book*. Routledge, New York.

Knob, A. (2017). *Planejamento Estratégico para os Municípios de Pequeno Porte no Contexto das Cidades Criativas*, dissertação de doutoramento, UNISINOS, São Leopoldo.

Marconi, M., Lakatos, E. (1996). *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas. 278 p.

Sager, T. (2013). *Reviving Critical Planning Theory*. Routledge, New York.

CAPÍTULO 5

OS PROJETOS CULTURAIS COMO INSTRUMENTO DE URBANICIDADE: O CASO “FALA VILA”

Data de submissão: 20/03/2022

Data de aceite: 06/04/2022

Lucas Silva Pamio

Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho
Planejamento Urbano e
Políticas Públicas
Bauru/São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/6133467212870187>

RESUMO: Apesar de um direito básico, a cultura muitas vezes faz-se inexistente e pouco utilizada em espaços urbanos favelizados das cidades. Quando esta é produzida, ou desenvolvida pelos indivíduos locais, muitas vezes é vista com maus olhos. O que não se tem conhecimento é que a cultura além de conferir pertencimento a estes espaços de contraste com o restante da cidade, asseguram localmente maior qualidade de vida, além de prezar pelo direito à cidade, tornando-se projetos de sucesso, como foi o Fala Vila. A cultura é um bem intangível e um modelo de expressão, comunicação e atuação. Revela artistas,

pensadores, pesquisadores, atores políticos e profissionais especializados em compreender processos de construção urbano-social com maestria, em partes, em decorrência por possuírem esta abertura e visão macro e micro de território, sociedade e direitos.

PALAVRAS CHAVE: Cultura. Projetos Culturais. Pertencimento. Urbanicidade. Favela.

CULTURAL PROJECTS AS AN INSTRUMENT OF URBANITY: THE CASE OF “FALA VILA”

ABSTRACT: Despite being a basic right, culture is often non-existent and little used in slumized urban spaces in the cities. When it is produced, or developed by local individuals, it is often frowned upon. What is not known is that culture, besides conferring belonging to these spaces that contrast with the rest of the city, ensures a better quality of life locally, besides praising the right to the city, becoming successful projects, such as Fala Vila. Culture is an intangible good and a model of expression, communication and performance. It reveals artists, thinkers, researchers, political actors and professionals specialized in understanding processes of urban-social construction with mastery, in parts, as a result of their having this openness and macro and micro vision of territory, society, and rights.

KEYWORDS: Culture. Cultural Projects. Belonging. Urbanity. Slum.

1 INTRODUÇÃO

Grande parte das cidades paulistas compartilham a mesma gênese no que diz respeito ao processo de desenvolvimento urbano; visivelmente pautado por profundos processos de desigualdade, observados em diferentes escalas e polos, estando presente no que diz respeito à economia, política, acessos, qualidade urbana, o social e o cultural. Felizmente existem alguns métodos para reestabelecer as conexões entre os conjuntos urbanos que compõem a cidade, conferindo a estes não somente sentimento de pertencimento local, como também externo a comunidade. Além de contribuir com a melhora na qualidade de vida e de novas oportunidades, esses métodos muitas vezes afastam o indivíduo das más escolhas, preservando sua integridade e identidade numa lógica que descreve o pertencimento como forma de enfrentamento as más escolhas e as diferenças sociais na cidade.

É necessário compreender a cidade como espaço de morada do indivíduo que a ocupa, fortalecendo a luta pelo direito à cidade tão negada a uma grande parcela da população, tal qual aponta Harvey (2010, p. 1), “o direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente”.

O trabalho proposto pretende discutir o uso da cultura como método para o desenvolvimento de pertencimento e identidade, além de contribuir com a qualidade de vida comunitária, fortalecendo o convívio e colaborando com a reestruturação urbana, uma vez que mais que um bem de uso e acesso, a cultura é um direito universal. A existência de leis, regimentos e da garantia dos direitos básicos (sendo a cultura um destes) são imprescindíveis para garantir a liberdade de expressão, o sentimento de pertencimento e o instrumento de voz ativa; todavia, devido às falhas na aplicação e na criação de projetos que criem intervenções artísticas, cria-se uma lacuna que impede a conexão. (Davies, 2008).

No início dos anos 2000 houve um aumento significativo no número de ONGs e projetos culturais criados a partir do princípio da “cidadania cultural”, por parte dos órgãos gestores e suas respectivas secretarias resultando no surgimento de movimentos culturais de grande importância para o cenário local das regiões periféricas das cidades, conforme aponta como aponta Aderaldo (2013).

Em cidades maiores os coletivos e ONGs locais surgem nas comunidades como pontos de apoio a expressão e o manifestar cultural. Contudo, em cidades menores, mesmo havendo organização e interação entre moradores, a necessidade em haver orientação por meio das Secretarias de Cultura e os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS contribuem para com a realização de projetos culturais que conecte a população menos beneficiada por esse direito.

O CRAS possui papel fundamental na estruturação e na conexão entre as comunidades e bairros atendidos por ele com o restante da cidade. De acordo com a própria definição constante na cartilha de Orientações Técnicas a respeito do Centro de Referência (2009, p. 9) trata-se de “uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social”. Logo, dá-se sua importância. Possuindo grande capilaridade territorial no que diz respeito a atender a demanda diversificada, o CRAS reforça seu compromisso de engajamento plural a serviço da população.

Considerado um processo ainda recente, o inchaço populacional combinado com a dificuldade econômica acaba repelindo indivíduos citadinos para as bordas das cidades, com isso, a segregação sócio espacial junto com os problemas advindos da integração sociocultural – que é mais visível em formações urbanas maiores – acaba ocorrendo também em cidades menores. São muitos os apontamentos para que ocorram tanto a segregação, quanto o barramento cultural, a má estruturação do tecido, devido a falhas no planejamento urbano, assim como a disputa pelo uso do solo, sendo este um produto especulativo, são fortes indícios que comprovam como as cidades menores sofrem com o espraiamento, não sendo difícil encontrar cidades pequenas com formações de favelas, principalmente nas bordas.

No que tange a cultura, hoje, já não mais há a obrigatória dependência da cidade-metrópole para nutrir à periferia, de fato, essas regiões ainda que sejam evidentes os traços de precariedade no que diz respeito à falta de planejamento, arquitetura rudimentar e deficiência de acessos e infraestruturas, houve avanços no que diz respeito ao conhecimento, aplicação e notório empenho de órgãos municipais atuantes nesses espaços, como o próprio CRAS, juntamente com o papel militante dos indivíduos sociais que compõe os subúrbios periféricos ou não.

Em busca da identidade cultural local, Aderaldo (2013) avalia que isso contribui para o desenvolvimento de complexos processos de interlocução, responsáveis pela elaboração de formas renovadas de debate e participação política. Faz-se jus compreender que na estrutura que os compõem desenvolvem-se produtos culturais consumidos por toda a sociedade, compreendendo-se quão importantes é a realização de projetos e iniciativas culturais para seu fortalecimento, engajamento e pertencimento.

2 PRODUTO CULTURAL SUBURBANO

A compreensão acerca do que o subúrbio produz muitas vezes é indevidamente negligenciado. É comum e corriqueiro devido a uma série de questões que tangem a

economia, o cenário político e o mau planejamento das cidades, negligenciar os produtos culturais advindos das comunidades suburbanas que muitas vezes, indevidamente, são referidas com depreciação. Todavia, apesar das áreas favelizadas possuírem de fato um histórico de resistência que caminha junto ao burburinho midiático quanto às manchetes, oculta-se que se tratam de espaço de moradia, de lazer, de educação e, portanto, a ela cabe o respeito. Soma-se a esta análise o fato de que é na favela que muito do que a sociedade contemporânea consome iniciou-se ou se desenvolve.

A heterogeneidade presente nas periferias das cidades é vasta. Na cidade de São Paulo, palco de grandes eventos e manifestações político e culturais, um evento na comunidade Jardim Guarujá, zona sul da cidade chama a atenção pela organização, pelos temas sempre bem pautados e pelo público misto de indivíduos de diferentes bairros. O Sarau Cooperifa, criado e organizado pelo poeta Sérgio Vaz já realizou mais de 800 edições, sempre prezando pelo compromisso com a leitura e democracia de pensamentos, “cada um fala o que quer, seja de sua autoria ou de alguém consagrado ou não”. (Vaz, 2008, p.127).

No campo musical e dentro desse contexto um marco referencial para o entendimento e reconhecimento atribuído a cultura das periferias foi à década de 90, com a formação do grupo de rappers Racionais, formado por Mano Brown, Edi Rock, Ice Blue e o dj KL Jay, os Racionais assumiram a brilhante tarefa (do ponto de vista atual), porém dura e militante para a época de produzir letras que narrassem à luta diária do povo periférico, obtiveram não somente sucesso, como também por meio das rimas carregadas de sentimentos e experiências deram voz aos indivíduos sociais residentes das franjas e favelas centrais das cidades, sendo considerados até hoje inspiração para grupos socioculturais de resistência, conforme apura Frederico (2013).

Tal qual o rap, o funk assumiu um importante papel cultural, tornando-se parte da herança das favelas e sendo consumido não somente pela população marginalizada, quanto pela sociedade como um todo. Além de multicultural, o funk é uma celebração compreendida por todos, conforme alega o dj Marlboro – precursor do Funk Brasileiro; para Matta (2009), quando o cara ouve funk ele se identifica porque tem um pouco da cultura dele ali, mesmo que fracionada, e ele se identifica. Em São Paulo, o funk aposta em letras com certo apelo sexual e alusão à riqueza material, o popularmente conhecido funk ostentação.

Também conjunto a oralidade, porém com origem e finalidade mais poética têm-se o *Slam* que consiste num desafio de poesia falada, com intuito de partilhar valores e militâncias, também é uma forma de reconhecimento de si e do espaço a que se pertence. Originário de Chicago, na década de 80, mantém sua raiz no hip hop. Os encontros,

geralmente ocorrem em locais públicos, mantendo ativo o princípio de usabilidade daquilo de que pertence a todos, de acordo com Neves (2017), o slam é um grito. Apesar de recente no Brasil, os slammers, como são chamados os poetas do slam se multiplicam, trazendo para os miolos urbanos a poesia carregada de fundamentos históricos e vivências periféricas. “É preciso resistir para existir. Poesia é reexistência” (Neves, 2017).

Outro produto advindo da cultura periférica e também originado em território americano e já incorporado à cultura e herança brasileira, são as batalhas de MC's. Uma vertente do movimento hip hop que surgiu nos anos de 1970 no subúrbio nova-iorquino, as batalhas figuram como duelos de rimas e ritmos geralmente entre dois mestres de cerimônias (MC). As batalhas, que geralmente ocorrem em espaços públicos, assim como os slams, reivindicam o direito ao uso da cidade, revelando-se como atos político-artísticos no contexto urbano, principalmente para os MC's em busca de se profissionalizar. “No caso do Brasil, as Batalhas funcionam como lugar de visibilidade para os MC's que não estão inseridos na mídia tradicional e na grande indústria cultural” (Ferreira, 2019 p. 852).

O grafite – manifestação artística emergida dos movimentos populares americanos da década de 70 iniciou-se como uma forma de declamar situações cotidianas e mensagens por meio dos traços, das formas e cores em muros e calçamentos. Protagonizados por negros e imigrantes latinos, como apura Tartaglia (2013, como em Oliveira, 2006), assumiu-se como um importante produto cultural, reconfigurando a estética paisagística. No Brasil, o grafite aparece primeiramente na capital paulista juntamente com a cultura do hip hop. Em seu sentido literal, grafite tem sua origem no latim e significa “escrita feita com carvão”.

É provável que a temática por trás da autonomia conceitual da arte pela arte não seja aplicada no que diz respeito aos subúrbios e áreas favelizadas, devido o cerne que a mantem - quando existente - a possibilitada em exercitá-la e inseri-la no contexto desses espaços urbanos de confronto que muitas vezes possuem um longo histórico de debilitações, logo, adota-se outra temática, ora expressada de arte pelo protesto, ora de arte pela ressignificação social. Baseado nessa relação desenvolvida, a arte feita pela comunidade, com ela e para ela, transforma-se num instrumento de comunicação, visibilidade e manifestação.

3 A CULTURA E A SOCIEDADE SUBURBANA

É de entendimento e saber de que tanto legislativa quanto socialmente, a cultura é um bem inegável e de direito de acesso, uso e replicação de todos, todavia a relação entre a cultura e a cidade suburbana apresenta barreiras que dificultam, quando não

impedem seu acesso. É válido destacar que em relação ao que tange este estudo, a cultura concerne ao conjunto de práticas e preceitos ora religiosos ora patrimoniais tangíveis as artes, educação e musicalidade. Para esta relação, há uma definição que sintetiza de forma clara os valores acerca da cultura que diz que “cultura é a capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das ideias dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte”. (Chauí, 2006, p. 8).

Compreende-se como cultura suburbana aquela originada nesse tipo de formação urbana, ou aquela trazida e fora e adaptada à realidade local, ou utilizando desse arcabouço territorial como plano de fundo. Para tal, é necessário haver a compreensão do que se trata essa formação urbana presente em tantas cidades, porém confundida frequentemente com outro tipo de formação urbana: a periferia. Do ponto de vista geográfico, ambos se encontram nas franjas urbanas, todavia, diferem-se no que diz respeito ao modo como se deu a formação espacial. Para Martins (2001), no subúrbio os lotes são maiores, há uma proporção de espaço utilizável nas habitações maior que no conjunto caracterizado como periferia. Socialmente, tanto o subúrbio quanto a periferia possuem os mesmos traços segregacionistas e distantes do restante da cidade quanto à caracterização territorial.

A cultura possui discussão ampla e dinâmica de modo a compor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS sugeridos pela Organização das Nações Unidas – ONU como um conjunto de diretrizes, compondo a Agenda 2030, seguida por diversos países com o intuito de torna-los sustentáveis ambiental, social, econômica, política e culturalmente. É nesse conjunto assertivo que se fundamenta o desenvolvimento e valorização cultural local, não diretamente, porém ao encontro do ODS de número 11, com o compromisso de assegurar o fortalecimento das cidades e seus conjuntos urbanos tornando-os mais inclusivos.

Para Nascimento e Bonini (2017) a cultura é imprescindível na formação educadora e questionadora do jovem periférico, ele atende na antecedência do possível ocorrido, como também na posterioridade, ou seja, a cultura evita o aumento da criminalidade podendo prevenir o crime, o que conseqüentemente desafoga a segurança pública que passa a ser mais eficiente, e caso haja o crime, a cultura serve de instrumento de ressocialização, contribuindo com a reintegração social do indivíduo.

Combater a violência e a criminalidade utilizando-se de projetos culturais não é somente possível como também é viável. A cultura – compreendendo-se como o conjunto de conhecimentos, crenças, artes, patrimônios, música etc., é um direito constitucional conforme Art. 215 (1988) do terceiro capítulo que institui a respeito da educação, da

cultura e do desporto, bem como se trata também de um direito humano universal de controle e cumprimento desse acesso conforme expõe a Declaração e Programa de Ação de Viena (ONU, 1993) que diz que “é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais”.

Talvez hoje ainda mais que nos anos anteriores, habitar as favelas – centrais ou nas franjas das cidades é visto como motivo de descaso e humilhação por parte da população daquele centro urbano e de constrangimento para o favelado, constrangimento este causado devido às injustiças sociais, conforme aponta Almeida (2019 como em Candido, 2004). Nesse contexto, o direito a cultura, seja ela qual for (musical, teatral, dança, fotografia, literatura, cinema, etc.) ocupa um papel dinamizador e preciso, pois, ela não somente contribui com a homogeneização social, como também resguarda o jovem marginalizado, uma vez que este passa a ter maior contato com caminhos diferentes e de desperte criativo, além de oferecer a favela atrativos do entretenimento e do conhecimento.

É preciso compreender que o direito ao acesso à cultura está diretamente ligado à convivência enquanto sociedade em usufruto da vida cultural, que pode ser os valores implícitos nas tradições, simbolismos, pertencimentos, e tange diferentes pontos artísticos e educacionais, como as artes visuais, midiáticas, musicais, de expressão e movimentos de corporeidade, etc. Para Cunha Filho (2018) o conjunto de direitos culturais é uma conquista social advinda de lutas coletivas que ainda perpetuam os dias atuais, fazem parte da participação popular, ou seja, mais que apenas um bem de uso e acesso, é um direito humano.

Todavia, apesar de regimentado constitucionalmente, tal qual a deficiência e interesse público para que a legislação seja cumprida quanto à infraestrutura e estruturação das franjas urbanas e favelas centrais, a criação de leis e programas de incentivo cultural também partem de luta social para sua criação, reivindicação e regimento, foi através dessa tríade que nasceu a Lei de Fomento à Cultura da Periferia - Lei nº 16.496 de 20 de Julho de 2016 que instituiu o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura da Periferia na cidade de São Paulo. O programa que foi uma conquista popular iniciado a partir do debate entre ONGs e coletivos culturais da periferia paulistana tornou-se um avanço que impulsionou a adoção da cultura como uma forma de comunicação e resgate interno de produção artístico, educacional, político e social nas comunidades.

Em Bauru, cidade do interior paulista muitos são os projetos que integrando coletivos e ONGs periféricas juntamente com ações do poder público municipal se compromissam a garantir entretenimento, dialogo e ações envolvendo a cultura suburbana que acaba sendo consumida por toda a cidade e redondeza. Exemplos desses grupos

sociais que possuem grande interpolação na celebração periférica na cidade são a ONG Periferia Legal e a ONG A casa do Hip Hop que recebe auxílio esporádico para a realização de eventos. A Casa do Hip Hop, promove por meio de suas diversas atividades um sadio intercambio entre o centro-periferia. Mais que apenas difundir a cultura, as oficinas e cursos promovidos pela Casa do Hip Hop possuem o objetivo em trabalhar questões adversas ligadas a dificuldades enfrentadas pelos jovens e indivíduos que habitam as diversas comunidades e bairros da cidade.

Na cidade de Presidente Prudente no oeste paulista, em que num trabalho conjunto entre governo municipal, à atuação da coordenaria da juventude, a parceria da equipe Batalha do Vale e apoio do coletivo cultural Galpão da Lua, promove-se esporadicamente o Circuito Batalha do Vale que tem a missão em difundir a cultura do rap e do hip hop na cidade. Assim como em Bauru, o evento ocorre na zona central da cidade, o evento que aborda temáticas advindas de injustiça sociais abraça causas diversas e o compõem pessoas advindas de diversas áreas da cidade incluindo as periféricas, atuante no compromisso de resgatar a cultura do hip hop por meio de ações e projetos culturais mesmo durante a pandemia do novo Corona vírus por meio de transmissões virtuais.

Ramos e Lemgruber (2004) vão dizer que os projetos culturais possibilitados por meio de ONGs e programas de iniciativas locais e suas respectivas comunidades são um importante processo de mobilização comunitária; apesar de não resolverem os problemas muitas vezes mitigados pelo próprio poder público, tais programas culturais, mesmo pontuais, tendem a amenizá-los por tratarem de fala e inclusão abordadas na dicotomia centro-periferia.

4 FALA VILA

Apostando na elevação da cultura não somente como prática, como também conexão para a formação de novos diálogos é que a Secretaria Municipal de Cultura, a Associação de Moradores da Vila Divinéia, juntamente com o CRAS II São José - o CRAS Betinha (homenagem in memoriam a Elisabete Soares de Carvalho, ex. Diretora do CRAS II), e sua equipe, coordenado pela Psicóloga Antiella Carrijo Ramos, desenvolveram o projeto Fala Vila na Vila Divinéia em Santa Cruz do Rio Pardo, cidade estimada em pouco mais de 47 mil habitantes (IBGE, 2019) no interior do Estado de São Paulo, tendo sido iniciado no ano de 2016 o projeto excedeu sua criação e tornou um referencial de sucesso para os dias atuais.

O Fala Vila consiste num projeto sociocultural com a intenção de dar voz e visibilidade, tanto a nível de bairro, quanto em relação a cidade, manifestando a ideia de

que na vila - que está localizada na periferia de Santa Cruz do Rio Pardo também há atrativos, beleza e pessoas reivindicando seu lugar de uso e de voz no espaço urbano. O projeto alcançou não somente a participação de toda a comunidade, como além de ser replicado para outro bairro da cidade – Vila Bom Jardim, conectou-o e destacou sua importância social. Para o pesquisador e professor de Direitos Culturais Francisco Humberto Cunha Filho, os direitos culturais originários da luta e participação do povo é uma conquista da sociedade. Baseado neste argumento, para Cunha Filho (2018) a construção da cidadania e preservação da cultura é um direito social e deve ser zelado.

Anterior ao projeto, a comunidade carregava um estigma de desdouro, não que a população local se sentisse desonrada com o local ao qual habitava, porém em partes devido ao processo de formação do bairro, havia o receio na exposição pública de correspondência. A formação do bairro se deu devido a muita luta popular. Parte do terreno para a formação do bairro configurou-se por meio da doação municipal (prefeitura local) e outra parte foi doada por um antigo morador local (proprietário da área), isso no início dos anos de 1970.

Naquela época não havia infraestrutura urbana, não havia coleta de esgoto, água encanada ou rede elétrica e os poucos barracos existentes foram erguidos com barro, madeira e bambu como elementos construtivos, conforme aponta o vice-presidente da associação de moradores da vila, Jarbas Monteiro: “As casas eram feitas de barro com bambu, cobertas com folhas de coco. Eram poucas as construções de madeira”. (Monteiro, n.p., 2016).

A Vila - hoje bairro periférico - foi à primeira favela da cidade e mesmo passados pouco mais de 50 anos, preserva características desse período de favelização, todavia, hoje é vista com altivez pelos moradores impactados pelo projeto Fala Vila, conforme aponta a moradora e integrante de algumas ações do projeto Kauane Cristina Marques em matéria ao Jornal Debate de Santa Cruz do Rio Pardo: “Na verdade, eu tinha um preconceito muito forte em relação ao meu bairro. Isto se acentuou quando eu comecei a frequentar escolas distantes da comunidade. Costumava esconder minhas origens, mas o projeto me fez entender diferente. Hoje, tenho orgulho de dizer que moro na Divinéia”. (Marques, np, 2018). Logo a contribuição da cultura como forma de quebrar paradigmas.

Para Davies (2008), a cultura é sim um instrumento que contribui com a construção do indivíduo, ofertando a este, oportunidades de vivência e novas experiências, uma vez que o jovem periférico, levando em consideração seu meio e as facilidades na obtenção de quantias no mundo do crime acaba sendo comumente tragado pela violência e suas consequências, “não se trata mais do que podemos fazer pela Cultura, mas do que a Cultura faz por nós”. (Davies, n.p., 2008).

O projeto Fala Vila consistiu numa série de atividades produzidas por e para seus moradores, destacando pontos de interesse local, bem como homenageando personalidades locais, como o João Batista Pedro, mais conhecido como João Nervoso, ilustre morador da vila e já falecido, grande articulador local, promovia diversão para as crianças e jovens da vila, conforme é lembrado com carinho por Tereza Cipriano: “Ele era uma pessoa brincalhona, Na época de carnaval, e das festas juninas ele divertia todo mundo. Dançava quadrilha, se vestia de palhaço”. (Cipriano, n.p., 2016).

Um dos produtos gerados a partir do Fala Vila e que resultou na visibilidade da comunidade para a cidade foi o documentário Fala Vila Divinéia, nele a história da formação do bairro é contada a partir dos fatos memorizados de seus moradores que narram não somente a evolução urbanística pela qual a vila transformou-se, como também o processo de pertencimento ao quais os moradores passaram a sentir, uma vez que o projeto deu não somente força, como estruturou a identidade local, Carrijo (2018) diz que para a emancipação de uma comunidade, não existe outro caminho se não o caminho da educação, tendo a arte e a cultura como instrumentos fundamentais de trabalho. “Se nós queremos mudar o mundo, que seja o nosso mundo de Santa Cruz do Rio Pardo”. (Carrijo, n.p., 2018).

Outro projeto realizado a partir do Fala Vila foi desenvolvido em conjunto de três profissionais: as psicólogas Antiella Carrijo Ramos e Lívia Maria Rossetto Ortega, e a fotógrafa santa-cruzense Fernanda Botelho. Referenciando o trabalho do premiado fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, o projeto “Salgadinhos” – em alusão ao premiado fotógrafo, as crianças e jovens executores do projeto receberam (por meio de empréstimo) câmeras digitais junto à missão de fotografarem seu cotidiano e espaços de uso comum, tais como os arruamentos, calçamentos e avistamentos da paisagem local.

O produto final gerado a partir do projeto foi uma exposição que não somente acabou sendo expandida e relocada em outros pontos da cidade, como também ganhou destaque na mídia local e estadual.

A oficina de fotografia que originou o projeto “Salgadinhos” teve a habilidade em mostrar a beleza interna do local, revelando o cotidiano numa ótica de quem vivencia a Vila Divinéia. Para Carrijo (2016), o trabalho desenvolvido pelo CRAS a partir da vulnerabilidade da situação de risco é de trazer cultura e de revelar a cultura, o que colaborou com a mudança do paradigma de nosso próprio olhar. Para ela, “as fotos foram essenciais porque as crianças puderam se perceber ali, a gente pode captar o olhar delas a partir dos lugares em que elas brincam e dos lugares e pessoas que elas gostam” (Carrijo, n.p., 2016).

Ao longo da oficina os jovens fotógrafos tiveram contato com as características dos equipamentos, bem como referências da oitava arte, além de mostrar a temporalidade que a fotografia transmite, registrando o progresso e as mudanças na paisagem de um

determinado local. Porém havia um propósito de não fornecer tantos dados e orientações para o projeto Salgadinhos, a fim de preservar a noção espacial e artística dos jovens fotógrafos, conforme salienta Livia Ortega: “A gente optou por não ter nenhuma orientação técnica porque a gente queria mesmo saber o real olhar da criança frente à vila e o resultado surpreendeu todo mundo”. (Ortega, n.p., 2016).

Também compôs o Fala Vila, o grafite, fazendo-se presente como representação artístico-cultural conferindo maior identidade e embelezamento do bairro. Também por meio de oficina, hoje é possível identificar trabalhos realizados pelas crianças e adolescentes por toda a comunidade. O grafite contribuiu para acertar referências locais a comunidade. Para a oficina, a contribuição dos grafiteiros e Alexandre Beraldo Paiva e Gabriel Beraldo foram cogentes, contribuindo com os valores e ensinamentos acerca da técnica. A oficina foi responsável por pelo menos 04 murais personificando personalidades do bairro e referências tidas como inspiração como o mural localizado na fachada externa ao barracão da Associação de Moradores da Vila (local de encontro e partilha entre moradores) homenageando o “João Nervoso”, ex-morador da Divineia, já falecido e lembrado por todos.

Na articulação do projeto como um transporte entre o ensinar e o empreender, a partir do Fala Vila foi possível comercializar peças de roupas produzidas em oficina de costura e patchwork realizadas no CRAS Betinha. A coleção “Fala Vila” foi desenvolvida por costureiras do Ateliê Alinhavando Sonhos que pensaram as roupas que foram posteriormente fotografadas em desfile realizado no Palácio da Cultura – edifício multifuncional de Santa Cruz do Rio Pardo. As peças após serem amostradas ao público foram disponibilizadas por meio de um canal de vendas na página do Facebook do Ateliê. A proposta elucida a importância em se trabalhar o processo criativo que pode além de contribuir com a ocupabilidade, por meio dela obter-se renda.

O conjunto de ações que promoveram e tornaram o Fala Vila um projeto de sucesso, possibilitando o estímulo do protagonismo e o empoderamento da comunidade, permitiu a Vila Divineia ser portadora de sua própria forma de comunicação, dialogando urbanisticamente e estimulando a formação do pensamento crítico e difusão de valores que integraram e beneficiaram a toda a comunidade sem que esta mantivesse dependências com o centro. O que reforça o comprometimento da comunidade como articuladora, que por meio da cultura no caso Fala Vila reforça a força da cultura suburbana por meio do empenho público-local. Nas palavras de Vianna (2006), a periferia não precisa mais do centro para se comunicar.

Se por um lado o estigma, em partes, indevidamente contribuído pela grande mídia no que diz respeito ao noticiar sobre o tráfico, invasão e apropriação de terreno, infrações

comuns nesses conjuntos urbanos – devido a muitas questões relacionadas à política, geografia e território – por outro, ainda que verídicos, eles denigrem e encobrem os valores e laços comunitários tidos como harmoniosos na concepção estrutural de cidade.

Atualmente, porventura, habitar os subúrbios periféricos ainda é visto com descaso e descontentamento pela população centro-condômino, conforme aponta Almeida (2019). Porém, com a inserção de programas socioculturais, a exemplo o Fala Vila, a mentalidade urbana gradativamente evolui ao compreender que a favela e a cultura suburbana são tão ricas e importantes como qualquer outra e que articula como um importante método pela promoção da qualidade de vida e diminuição no índice de violência interna e externa a comunidade.

De acordo com relatos transmitidos por Carrijo (2016), o Fala Vila não apenas desenvolveu o conceito de cidadania na Vila Divinéia, como despertou os olhares a comunidade passando essa a ser aceita como parte da cidade, se antes o pensamento coletivo social local corroborava com a ideia infundada de que favela é um local perigoso onde residem pessoas de má índole, o Fala Vila permitiu que por meio dos diversos produtos desenvolvidos a partir do projeto que a cidade percebesse que a comunidade é formada por trabalhadores, por artistas criativos, indivíduos pensantes e questionadores acerca da política pública, que também lutam por dignidade, equidade e seu direito à cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diversos núcleos urbanos, apesar de desnutridos de infraestruturas e acessos, tão comuns nas regiões centrais que acabam passando despercebidos, são espaços ricos em cultura, sendo necessário enfatizar, valorizar e vivenciar os produtos culturais advindos do subúrbio. A cultura suburbana que é lazer e vivência do dia a dia também é símbolo de resistência, caracterizando um modo de pertencimento ao seu próprio espaço, reforçando o compromisso de resposta ao direito à cidade, além de ressaltar que a cultura deve ser vista como tal: substantivo e não adjetivo.

Se por um lado a periferia se dedica na realização de projetos culturais almejando a participação e a integração local, podendo ser consumido ou não pelo restante da cidade, do outro, a cidade parece ainda negar a periferia o ingresso ou o direito ao uso e consumo de outros tipos de cultura. Faz parte das políticas públicas e do incentivo a cultura a busca pelo alcance constitucional, permitindo e ampliando cada vez mais para que a cultura seja de fato um bem comum, e não um privilégio de poucos.

Apesar de todas as análises terem sido observadas em escala local, apontando como resultados das ações propostas pelo projeto cultural Fala Vila, comprova-se a

eficiência tanto do trabalho desempenhado por meio da ação conjunta entre Centro de Referência da Assistência Social São José – CRAS II (Betinha) junto com a Secretaria Municipal de Cultura e do empenho de todos os profissionais atuantes e engajados na produção artística cultural como ferramenta de diálogo e de identidade, podendo ser replicado para outros agrupamentos urbanos. Para Botelho (2016) o Fala Vila foi uma escola, e por meio dele constatou-se que é possível trabalhar a cultura destacando os valores e tesouros locais, e que as ações geradas a partir do projeto que impactou auspiciosamente o bairro, podem ser replicadas e desenvolvidas em outras comunidades.

A construção da cultura diz respeito aos instrumentos urbanísticos que não só garantem o direito à cidade, como também colaboram para com a construção participativa da vida em sociedade. A articulação entre o poder público - integrando a Secretaria Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social juntamente com o CRAS e seus funcionários bem como a participação ativa dos moradores atendidos por esses órgãos edificaram não somente o sucesso da realização do projeto, como também colaboraram com a comprovação de que com a educação, a cultura, a arte e o respeito constrói-se uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

Aderaldo, G. A. (2013). Reinventando a “cidade”: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de “coletivos culturais” em São Paulo. p. 382. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Brasil. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília, 2009. 72 p.

_____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2cff6l9>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

Caires, M. (2015). Semana do Hip Hop de Bauru chega ao quinto ano com 10 dias de integração dos 5 elementos e muita pedrada nos palcos. De 23 de julho de 2020.

Chauí, M. (2006). Cidadania Cultural. 1ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Carrizo, A., Ortega, L. M. R. Botelho, F. (2016). A exposição fotográfica “Salgadinhos – O belo do cotidiano”. [Entrevista concedida a Diego Singolani]. Rádio 104 FM + Alternativa, 104 FM Empresa de mídia/notícias. Santa Cruz do Rio Pardo. Disponível em: < encurtador.com.br/dwFKL >. Acesso em: 12 de junho de 2020.

Cunha, F. H., Studart, V. M. (2017). As “outras formas de acautelamento e preservação” do patrimônio cultural brasileiro. Revista de Direito da Cidade, vol. 09, nº 2. ISSN 2317-7721, p. 366-388.

Davies, R. (2008). A cultura é o futuro das cidades. IN. Coelho Teixeira (org.). A Cultura pela Cidade. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008, páginas 71-86.

- Decreto nº 16.496 de 20 de julho de 2016. (2016, 20 julho). Diário Oficial do Município, São Paulo – SP. Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo.
- Ferreira, A. G. (2019). Rinha dos MC's e as Batalhas de MC's de Hip Hop na Cidade de São Paulo: Uma Compreensão Antropológica. *Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 838 – 860.
- Frederico, C. (2013). Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 239-255.
- Harvey, D. (2010). “A crise mundial é uma crise da urbanização”. Disponível em: <http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma>. Acesso em: 12 de maio de 2020.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População Estimada. São Paulo. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santa-cruz-do-rio-pardo/panorama>> Acesso em 17 de julho de 2020.
- Marques, K., Carrijo, A. (2018). Divineia contou sua história no palco. [Entrevista concedida a] Sergio Fleury. *Jornal Debate*, Santa Cruz do Rio Pardo, 19 de novembro. Disponível em: <<https://www.debatenews.com.br/2018/11/19/divineia-contou-sua-historia-no-palco/>>. Acesso em: 07 de maio de 2020.
- Martins, J. S. (2001). “Depoimento”. In: Espaço & Debates, n 42, Periferia Revisitada. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. p. 75 a 84.
- Matta, F. L. (2009). O Funk no Brasil. (Viana, L. R. Entrevistador). Acesso em 14 de julho de 2020.
- Monteiro, J., Cipriano, T. (2019). Projeto social incentiva crianças a fazer fotografias do bairro: E assim possibilita um novo olhar para Vila Divinéia, uma antiga favela de Santa Cruz do Rio Pardo. [Entrevista concedida a] Rita de Cássia Cornélio. *JCNET - Jornal da Cidade Bauru*, Bauru, 04 de setembro.
- Nascimento, R. R., Bonini, L. M. M. (2017). A cultura como um instrumento de combate à violência urbana. *Revista Âmbito Jurídico*, São Paulo, nº 164 – Ano XX.
- Neves, C. A. B. (2017). Slams – Ietramentos literários de reexistência ao/no mundo contemporâneo. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 92-112. ISSN: 2236-4242. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/134615>>. Acesso em: 22 de junho de 2020.
- Organização das Nações Unidas. (1993). Declaração e Programa de Ação de Viena. Viena. Disponível em <<https://tinyurl.com/wge3jnj>>. Acesso em 12 de junho de 2020.
- Ramos, S, Lemgruber, J. (2004). Criminalidade e respostas brasileiras à violência. In: Observatório da Cidadania - Medos e privações: Obstáculos à segurança humana. Rio de Janeiro: Ibase, p. 45-52.
- Secretaria Municipal de Comunicação. (2016). Manifestações culturais de Hip Hop do Circuito Batalha do Vale tem início neste mês. Disponível em:< <http://www.presidentepudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=33470>>. Acesso em 23 de julho de 2020.
- Tartaglia, L. (2013). A paisagem e o grafite na cidade do Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.7, 2013, p. 191-202.
- Vaz, S. (2008). Cooperifa – antropofagia periférica. Rio de Janeiro: Aeroplano. p. 283.
- Vianna, H. (2006). Central da Periferia: texto de apresentação. *Overmundo*. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/banco/central-da-periferia-texto-de-divulgacao>>. Acesso: 09 jun. 2007.

CAPÍTULO 6

SOCIEDADE CIVIL, REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Data de submissão: 04/04/2022

Data de aceite: 28/04/2022

Marcelino de Souza Lima¹

<https://orcid.org/0000-0001-8930-9343>

Timothy Leonard Koehnen²

<https://orcid.org/0000-0002-9888-2640>

RESUMO: O artigo analisa as transformações na agricultura familiar do Semiárido brasileiro a partir do processo de negociação e implementação de políticas públicas para este setor produtivo, enquanto fenômeno social, do qual participaram diferentes atores governamentais e da sociedade civil. Investiga também se tais mudanças ocorreram por influência de uma série de mobilizações sociais protagonizadas pela sociedade civil organizada e apoiadas pela cooperação internacional. A metodologia utilizada foi a investigação qualitativa com estudo de caso (Meirinhos & Osório, 2010). Os instrumentos de recolha de dados e informações foram: uma entrevista com perguntas semiestruturadas e um inquérito (Isaac e Michael, 1982; Patton,

1990), ambos direcionados a profissionais de ONGs, redes, academia, e movimentos sociais e sindical. Esta base metodológica deu suporte à investigação a partir de uma amostra pequena de informantes-chaves qualificados. Face ao que foi investigado os resultados da análise de dados e informações sugerem que a sociedade civil influenciou este fenômeno social a partir das seguintes evidências: a) as políticas, programas e projetos foram sendo modificados a partir de pautas defendidas por organizações da sociedade civil; b) os processos de implementação de tecnologias sociais constituiu-se em referencial para a negociação da maioria das políticas públicas para a agricultura familiar; c) as formas de negociação e de implementação dessas políticas foram fortemente referenciados em processos já experienciados de gestão institucional e de convivência com as condições de semiaridez da região.

PALAVRAS-CHAVES: Agricultura familiar. Brasil. Movimentos sociais. Políticas públicas. Semiárido.

CIVIL SOCIETY, NETWORKS AND SOCIAL MOVEMENTS: PUBLIC POLICIES AND FAMILY AGRICULTURE IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID

ABSTRACT: The article analyzes the transformations of family farming in the Brazilian semi-arid region based on the process of negotiation and implementation of public

¹ Doutor em Ciências Agronômicas e Florestais – CETRAD/ ECAV/UTAD – Portugal. E-mail: m_s_lima@hotmail.com

² Diretor do CETRAD. Professor Doutor Associado, com Agregação – CETRAD-DESG-ECHS-UTAD – Portugal. E-mail: tkoehnen@utad.pt

policies for this productive sector, as a social phenomenon, in which different governmental and civil society actors participated. It also investigates whether such changes occurred under the influence of a series of social mobilizations carried out by organized civil society and supported by international donor cooperation. The methodology used was qualitative research through case study (Meirinhos & Osório, 2010). The instruments for collecting data and information were: an interview with semi-structured questions and a survey (Isaac and Michael, 1982; Patton, 1990), both aimed at professionals from NGOs, networks, academic entities, and social and trade union movements. This methodological foundation was corroborated in the research from a small sample of qualified key informants. In view of what was investigated, the results of the data and information analysis suggest that civil society influenced this social phenomenon based on the following evidence: a) policies, programs and projects were being modified based on guidelines defended by civil society organizations; b) the processes of implementation of social technologies constituted a reference for the negotiation of most public policies for family farming; c) the forms of negotiation and implementation of these policies were strongly referenced in already experienced processes of institutional management and coexistence with the semiarid conditions of the region.

KEYWORDS: Family farming. Brazil. Social movements. Public policies. Semi-arid region.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente o Semiárido, no Nordeste brasileiro, foi visto como uma região pobre, atrasada economicamente, e, majoritariamente, dependente. A forma de negociação e implementação de políticas e programas públicos pode ter sido a principal causa deste atraso, já que este processo se dava a partir do paradigma ultrapassado de combate à seca que promovia e dava suporte à *indústria da seca* (Pedrosa, 2011). Esse fenômeno de ocorrência histórica mantinha-se materializado numa prática de concentração de poder econômico e político pelas oligarquias regionais (Mattos, 2017), as quais detinham controle majoritário sobre os recursos governamentais para projetos e programas de desenvolvimento regional. Concentravam também a terra e a água em grandes propriedades, gerando problemas socioeconômicos e políticos (Pontes, 2013).

Tal sistema político causava mais pobreza e promovia dependência econômica da população rural que plantava nos latifúndios em troca de parte da produção, usando a água como um favor concedido pelos “proprietários” destes dois principais recursos, e, assim, a população rural pobre vivia atrelada a uma dependência cíclica e permanente, fortemente relacionada ao paradigma (Campos, 2014; Nascimento, 2010; R. Silva, 2003, 2008) outrora vigente.

Buscando uma solução holística e sustentável para os problemas resultantes daquele contexto socialmente vivenciado, um conjunto de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) promove um amplo movimento de implementação, monitoramento e

avaliação de tecnologias alternativas de baixo custo, adaptadas às condições locais (Diniz & Piraux, 2011; Jalfim, 2011; Weid, 1985, 1988a, 1988b) desde o início da década de 1980, visando a estabelecer experiências práticas de produção, extensão e comunicação rural, desenvolvimento regional, formação e mobilização social caracterizados como estratégias de construção de alternativas para a agricultura familiar. A intenção era construir novas formas de: organização; produção de conhecimento; de referência política; e, de aprendizado, combinando diferentes estratégias de trabalho no terreno, que apresentassem alternativas às práticas de “combate à seca”.

Tal combinação de estratégias contribuiu para o surgimento do novo paradigma da Convivência com o Semiárido, a qual obteve uma contribuição efetiva e determinante das redes sociotécnicas e agroecológicas, bem como de suas organizações. Este conjunto de atores sociais formularam, implementaram e melhoraram sistemas de produção alternativos e funcionais com Tecnologias Sociais (TS) e um processo de formação, e de intercâmbio de conhecimentos, que foi sendo construído ao longo dos anos (Weid, 2006a, 2013), e que se fortaleceu a partir da promulgação da nova Constituição Brasileira de 1988 (Araújo, 2014; Mattos, 2017; Sabourin, 2014).

Este novo paradigma surge, assim, como alternativa ao antigo paradigma de combate à seca (Silva, 2003), ganhando importância na medida em que avançavam e se consolidavam as lutas populares protagonizadas pelos movimentos sociais, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), as Associações Comunitárias Rurais (ACRs), e os Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTRs). Várias redes sociotécnicas tiveram grande importância neste processo: a Rede Projeto Tecnologias Alternativas (Rede PTA), entre 1980 e 2000; a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural das ONGs do Nordeste (Rede ATER NE), e a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) a partir dos anos 2000. Face ao que foi investigado neste estudo de caso, daremos destaque à ASA e suas dinâmicas institucionais de mobilização social e formação para a convivência com o Semiárido representadas por diferentes níveis de participação e de mobilização social.

Koehnen e Cristóvão (2006) realizaram um estudo de caso, sobre redes sociais, em Portugal, e identificaram as comissões locais como sendo o link mais fraco da rede de representação social naquele contexto. Os autores listaram algumas estratégias e mecanismos que podem ser usados para alterar aquela situação: “programas educacionais não-formais e debates organizados sobre conselhos consultivos e redes, o processo de ação social, participação, gestão de conflitos, responsabilidade social, entre outros temas, com as partes interessadas potenciais, a comunidade geral e a população-alvo” (pp. 32-33). Algumas estratégias e mecanismos semelhantes foram implementados

no contexto de trabalho da ASA com a clara determinação de criar e/ou melhorar o funcionamento das Comissões Municipais do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), visando a fortalecer a participação das famílias agricultoras e lideranças, populares e sindicais, como maiores interessados na implementação das tecnologias sociais.

Neste sentido, o termo convivência com o Semiárido pode ser relacionado diretamente ao paradigma da organização dos sistemas produtivos e sua reprodução a partir de novas territorialidades (Petersen, 2014). Como no caso dos Territórios da Cidadania, cujas dinâmicas políticas foram ampliadas e intensificadas visando a acelerar as transformações positivas que no âmbito da agricultura familiar (MDA, 2013; Nunes, Tôres, Silva, Sá, & Godeiro-Nunes, 2015; Wanderley, 2014), dentro de um contexto de relações sociais, econômicas e políticas que se manifestam mais amplamente no território (Grisa, 2012) como área referencial para as ações de desenvolvimento territorial rural (Sidersky, Jalfim, & Araújo, 2010).

No caso do Semiárido brasileiro nem todas as mudanças partiram do campo da investigação científica para a demonstração e difusão. Muitas tiveram origem no processo de busca incessante de inovações técnicas, incluindo o resgate de tecnologias, dentro dos sistemas agrícolas, bem como das relações sociais de produção, identificando, assim, novos sistemas que emergiam, com novas possibilidades de organização social e produtiva, com vários efeitos positivos do ponto de vista da convivência com o Semiárido (Almeida, 2009; Petersen, 2014). Todavia, é importante deixar claro que a emergência dos novos sistemas, se davam no âmbito das famílias e comunidades envolvidas diretamente nas ações das redes, ONGs, e movimentos sociais e sindicais.

Desta forma, a convivência com o Semiárido, passa a se constituir como estratégia fundamental, experimentada socialmente e divulgada por organizações e redes, numa perspectiva orientadora de práticas sociais, econômicas e ambientais que dão expressão à agricultura familiar (Petersen, 2014). Inscreve-se, portanto, na realidade do Semiárido, como o novo paradigma orientador dos debates sobre políticas públicas para a região, no contexto de atuação das redes e de OSCs.

Este artigo tem, portanto, o objetivo de analisar, à luz do câmbio dos paradigmas anteriormente mencionados, quais mudanças podem ter ocorrido nos processos de negociação e implementação de políticas públicas para a agricultura familiar no Semiárido brasileiro. Busca também compreender se tais mudanças foram decorrentes da influência dos atores sociais locais, materializadas nas diferentes estratégias de mobilizações sociais reivindicatórias dessas políticas, bem como nas relações construídas entre o Estado e a sociedade civil.

2 METODOLOGIA

Este artigo resulta de uma investigação qualitativa, realizada a partir de um estudo de caso (Meirinhos & Osório, 2010) no Semiárido brasileiro, cujos focos são as mobilizações sociais promovidas pela sociedade civil regional, visando conquistar e/ou melhorar políticas públicas e programas direcionados ao desenvolvimento da agricultura familiar na região.

Ao adotar um enfoque exploratório e descritivo, o investigador que opte por um estudo de caso deverá estar aberto às suas descobertas (Yin, 2001, 2009), principalmente quando este presumir um aprofundamento sobre o conhecimento dos efeitos e impactos do fenômeno na sociedade.

A intenção do aprofundamento é a de responder às questões: como e por que certos fenômenos ocorrem (Godoy, 1995), com a preocupação de mostrar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação social, uma vez que a realidade é sempre complexa (Godoy, 1995; Minayo, 2012; Stake, 1999; Yazan, 2015; Yin, 2009) e, por esta razão, difícil de ser explicitada.

Yin (2009) sugere que um estudo de caso “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Complementarmente, o autor afirma que o estudo de caso lida com múltiplas fontes de evidência; com dados que precisam convergir de forma triangulada; e, beneficia-se da formulação prévia de proposições teóricas para orientar a coleta e análise de dados (p. 18). Godoy (1995) argumenta que a investigação deve preservar as características significativas, holísticas ou sistêmicas, integradas ao fenômeno social estudado.

Com base nessas premissas metodológicas adotou-se a entrevista como instrumento principal de recolha de informações e dados, cujas perguntas semiestruturadas visaram a obter evidências a serem aprofundadas a partir de uma amostra pequena (Duarte, 2004; Isaac & Michael, 1982; Patton, 1990). Portanto, foram entrevistados 31 profissionais conhecedores do fenômeno social em estudo (Patton, 1990). Cada entrevista foi gravada e posteriormente transcrita, obtendo-se destas uma síntese das respostas (Duarte, 2004) as quais foram replicadas numa tabela facilitando sua comparação. Garantiu-se o anonimato de cada entrevistado pela utilização de um código alfanumérico, por entrevistado, agrupados em cinco tipologias³ (Lima, 2019, p. 49).

³ RST: Rede Sociotécnica; ACI: Agência de Cooperação Internacional; ACD: Academia (Universidade); CIQ: Consultor/a Informante Qualificado; OSC: Organização da Sociedade Civil. Os códigos alfanuméricos aparecem referenciados no texto, p. ex. nos seguintes formatos: E 09 ACI; E 20 OSC; E 30 SIQ; E 19 ACD; ou E 17 RST.

Como instrumento de recolha auxiliar de informações e dados aplicou-se um inquérito on-line⁴ para 193 profissionais de ONGs e redes sociotécnicas no Semiárido. 57 inquéritos foram devolvidos, obtendo-se, assim, uma taxa de resposta de 30%. As informações e dados dos inquéritos foram utilizadas a partir da ferramenta “resumo de todas as respostas”, proporcionada pela plataforma @Google⁵, em forma de gráficos, tabelas e agrupamento de texto curto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DO COMBATE À SECA À CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: TRANSIÇÃO DE PARADIGMAS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Mobilizações sociais, relações interorganizacionais, tecnologias sociais e cooperação internacional contribuíram, conjuntamente, para realizar uma ampla experimentação de um processo de transformação social no Semiárido brasileiro, protagonizada pela sociedade civil organizada. Tal processo resultou no surgimento do paradigma da Convivência com o Semiárido em substituição ao velho paradigma de Combate à Seca. O novo paradigma surge num processo de coevolução e coexistência de diferentes mobilizações da sociedade civil. Entre estas duas mobilizações sociais tiveram significativo efeito, face ao que foi investigado: a) a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1993, em protesto contra a grave situação de fragilidade da população do Semiárido, provocada pela seca severa que se abateu sobre a região entre os anos de 1989 e 1993; e, b) o protesto que encerrou a Ponte Presidente Dutra, sobre o Rio São Francisco, em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), em defesa do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e de outras tecnologias sociais e ações estratégicas de convivência com o Semiárido, em 2011.

Petersen (2014) afirma que “a mudança da noção de combater a seca para conviver com o semiárido é uma manifestação da construção de uma nova coerência estratégica que favorece o reposicionamento dos atores locais face à sua realidade” (p.185). O paradigma da convivência com o Semiárido não coexistiria, e não teria atingido a capacidade de gerir conhecimento, projetos, programas e influenciar políticas, dentro da realidade do Semiárido se não tivesse havido uma forte atuação da sociedade civil: por um lado, como mediadora de processos sociais e políticos, assumindo para si a responsabilidade de negociar e propor ações viabilizadoras de políticas públicas, de garantir orçamentos e de avaliar qualitativamente as ações e atividades propostas; e, por

⁴ O inquérito on-line foi aplicado com o objetivo de ampliar a recolha de informações e dados de forma complementar àqueles recolhidos pela entrevista. Foi elaborado, enviado e processado em plataforma Google de inquéritos com perguntas diretas, de múltipla escolha e de resposta curta.

⁵ Fonte: <https://docs.google.com/forms> (Referenciado no texto, mas não acessível para manter anonimato).

outro lado como dinamizadora e estimuladora, ela própria, de tais processos referenciados nas redes sociotécnicas, principalmente na ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro).

É através das dinâmicas de gestão da ASA que a sociedade civil adquire efetiva capacidade de gerir programas de execução descentralizada, sob a gestão das ASAs Estaduais (Brito, 2007). Conselhos consultivos e comissões locais viabilizam o aumento da participação local (Koehnen & Cristóvão, 2006), tal como aconteceu com as Comissões Municipais do P1MC, e Conselhos Territoriais e Municipais no contexto da ação da sociedade civil no Semiárido brasileiro. A gestão institucional descentralizada foi, segundo depoimentos dos entrevistados, um dos pontos-chaves para a implementação direta do grande número de Tecnologias Sociais (TS) na região até maio de 2019, como mostra o quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Número e finalidade das TS implementadas pela ASA.⁶

Nº de TS	TS	Finalidade
626.791	Cisterna de 16m ³	Água para beber e cozinhar
103.528	Cisterna de 52m ³ + tanques de pedra + barragens subterrâneas	Água para a produção agrícola
6.848	Cisternas de 52m ³ em escolas rurais	Água para beber
793	Bancos de sementes crioulas, nativas, ou adaptadas	Produção vegetal
223	Viveiros de mudas de árvores	Produção vegetal
1.319	Boletins "O Candeeiro"	Comunicação e difusão de TS
57.930	Encontros de troca de conhecimentos e experiências	Comunicação e difusão de TS

A capacidade de implementar e desenvolver TS constituiu-se num fator preponderante de influência em políticas públicas, por gerar capacidade de demonstração da funcionalidade e da eficácia das TS, como um fator de convencimento de gestores públicos, iniciativa privada e cooperação internacional. O P1MC, neste sentido, tornou-se uma ampla "vitrine" de processos sociais de desenvolvimento regional de sucesso. Durante a COP 3 (Conferência da ONU para o Combate à Desertificação) em Olinda, em novembro de 1999, a sociedade civil montou um pequeno parque demonstrativo de tecnologias sociais para o qual convidou o então Ministro do Meio Ambiente à época. Segundo uma pessoa entrevistada,

...foi feita a apresentação da cisterna para ele, desde o processo de construção, na relação com a família, que, na época, era muito mais participativo... e depois da apresentação ele disse que havia se encantado com a tecnologia (cisterna) e que a tecnologia faria a diferença numa família agricultora: "Precisamos ver um meio do governo contribuir com essa tecnologia".

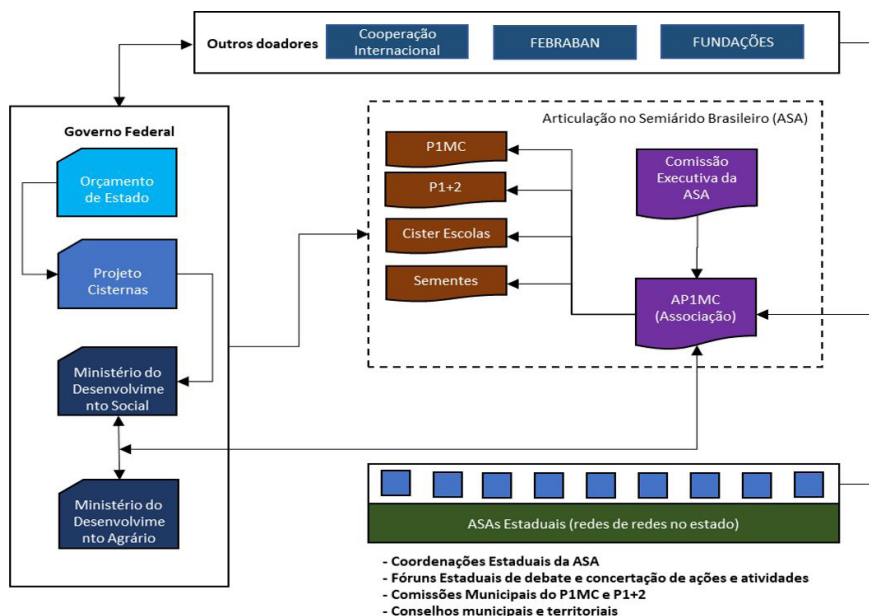
...Não foi uma coisa pensada: foi a partir da cisterna demonstrativa e a partir da capacidade que tivemos de levar o ministro lá. Ninguém sabia se ele iria ou não, e a UNICEF, apoiada pela OXFAM-GB, DED e CRS, teve grande mérito na mobilização do ministro (E 18 OSC).

⁶ Informações e dados recolhidos do Sítio WEB da ASA <https://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/>. Visita em 28.05.2019.

As diferentes atividades de comunicação da ASA, através do seu setor de comunicação (a ASACom), foram também importantes para influenciar políticas e programas oficiais, com destaque para três estratégias principais: a) a sistematização de “histórias de vida”, difundidas por todo o semiárido através do boletim “O Candeeiro” com a publicação de 1.319 exemplares⁷; b) a organização de dados e informações sobre o processo de formação e construção de TS, principalmente de cisternas, que resultou na construção do “mapa de tecnologias sociais”⁸; c) a ampla difusão de informações e dados (publicações, resultados de investigações, programas de rádio, videocliques, etc.) e veiculação de outros materiais de fácil decodificação pelas comunidades rurais, fomentando a circulação de informações e promovendo o aprendizado coletivo.

Portanto, a implementação de muitas tecnologias sociais no Semiárido, creditada à ação da ASA, tornou-se realidade devido ao poder de articulação política, gestão institucional, mobilização social e comunicação, experienciado pelos gestores da rede, facilitando o acesso a recursos, políticas e programas públicos de apoio à agricultura familiar no Semiárido (Lima, 2020). Um modelo desta articulação é demonstrado na figura 1 a seguir.

Figura 1: Sociograma representativo das relações entre os atores sociais envolvidos na gestão e no suporte político-financeiro da ASA. Nota: elaboração dos autores.



A figura 1 evidencia três principais dimensões sociais das ações estratégicas da ASA: os doadores; as arenas de debate político, enquanto espaços de controle social; e, a estrutura político-executiva: a Comissão Executiva (CE) e a Associação Programa Um

⁷ Boletins “O Candeeiro” acessíveis em: <https://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro>. Visita em 28.05.2019.

⁸ Mapa de Tecnologias Sociais acessível em: <http://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/>. Visita em 30.05.2019.

Milhão de Cisternas (AP1MC). Tais dimensões articuladas com as relações em evidência configuram uma harmonização de tarefas, em diferentes arenas políticas, que possibilitaram à ASA executar programas tão complexos como o P1MC e P1+2, provavelmente devido à experiência e aprendizados que a Comissão Executiva adquiriu ao longo dos anos.

O P1MC foi, portanto, o programa da sociedade civil, cujos resultados influenciaram grande parte das ações de desenvolvimento regional e territorial, a começar pelo convencimento dos doadores de recursos, principalmente o governo federal entre os anos de 2003 a 2014. Embora a influência da sociedade civil tenha se enfraquecido, entre 2011 e 2014, o governo federal continuou a financiar parte dos programas da ASA (e de outras redes).

Os recursos oficiais permitiram às redes e ONGs, implementar programas relacionados com o novo paradigma da convivência com o Semiárido, a partir do qual, cada TS passava por um processo de coevolução e desenvolvimento coletivo-participativo, enquanto pressuposto, como se pode perceber no quadro 2 a seguir, o qual traz o exemplo da evolução cognitiva e prático-operacional da cisterna de placas para armazenar água das chuvas para beber e cozinhar.

Quadro 2: coevolução da TS cisterna de placas de 16m³, em cinco passos⁹.

1. A Cisterna de placas com capacidade de armazenar 16 m³ de água da chuva, foi desenvolvida por Manoel Apolônio de Carvalho, alcunha Nel, um agricultor do Estado de Sergipe. Em São Paulo ele aprendeu a técnica de construção de piscinas que junta placas curvas de argamassa, dando o formato circular.
2. Ele usou a mesma técnica para construir as primeiras cisternas para amigos e vizinhos, com a ajuda das próprias famílias. A ideia e as cisternas se espalharam rapidamente pela sua comunidade. A nova cisterna era barata, fácil de fazer e retinha água melhor do que as tradicionais feitas de tijolos cozidos de argila.
3. Investigadores da cooperação francesa, que trabalhavam em Pintadas, Bahia, tiveram conhecimento da novidade e, após uma visita às cisternas do Nel, levaram a ideia e a técnica de construção para aquele município, apoiados pela ORSTOM e o governo municipal.
4. Outras ONGs no Semiárido também se interessaram em testar as cisternas do Nel. Outros pedreiros foram capacitados e o conhecimento sobre a construção se espalhou junto com a tecnologia, tornando-se de domínio público, e de implementação difusa no Semiárido, a partir de processos de educação popular, metodologias participativas e princípios pedagógicos de aprendizagem e de critérios de atendimento a famílias mais pobres.
5. No final dos anos 90, durante a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, a COP 3, construiu-se um acordo ousado com o então Ministro do Meio Ambiente e iniciou-se, já no ano 2000 a construção de 500 cisternas, que resultaria na mais ousada ideia de construção descentralizada de cisternas e outras TS de convivência com as condições de semiaridez, jamais vista no país, resultando em 626.791 cisternas construídas diretamente pelas organizações da ASA, até maio de 2019. Este número, somado aos de outras iniciativas de construção, chegam ao total número de 1,2 milhão de cisternas construídas em todo o Semiárido.

⁹ História elaborada a partir de informações e dados evidenciados nas entrevistas (E 30 CIQ; E 11 RST; E 10 RST, E 04 OSC, E 19 ACD; E 28 ACI; E 31 RST) e coletadas em reportagens publicadas no Sítio web da ASA, Governo Federal e outros. Fontes: (Mattos, 2017); <https://pacionunes.blogspot.com/2017/09/premiado-pela-onu-programa-cisternas.html>; <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2018/05/cisterna-e-a-tecnologia-mais-eficaz-contraseca-diz-especialista.shtml>; <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/setembro/asa-recebe-na-china-o-chamado-oscar-das-politicas-publicas>; <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2018/05/cisterna-e-a-tecnologia-mais-eficaz-contraseca-diz-especialista.shtml>.

Esta breve sistematização da história da evolução da cisterna de placas, que armazena água das chuvas para famílias de até 5 pessoas, suprindo suas necessidade de beber e cozinhar durante um ano, *descreve etapas* cognitivas de cocriação e coevolução (Petersen & Silveira, 2007; Ploeg, 2014; Sabourin, 2008) participativa vivenciadas também em implementações de outras tecnologias sociais, experiências e processos de mobilização social (Petersen, 2014) identicamente desenvolvidos pela ASA e outras redes no Semiárido.

3.2 AVANÇOS PARADIGMÁTICOS E INFLUÊNCIA NAS NEGOCIAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Independentemente do momento histórico em que ocorre, o papel desempenhado pela sociedade civil frente ao Estado é concebido como autolimitado: não substitui a função dessa estrutura, porém exerce influência sobre suas decisões políticas, sem necessariamente criar estruturas paralelas, a partir de pressão social e de ação direta. É realizado em dois planos: um, constituído por diversos tipos de ação coletiva de caráter incisivo; outro de caráter defensivo, para estruturar identidades coletivas e conquistar espaços na forma de direitos mais amplos (Teixeira, 1999), como sugere este trabalho no contexto do objeto estudado.

O padrão de negociação de políticas públicas para a agricultura familiar no Semiárido adquiriu novos contornos e novas formas de expressão a partir das mobilizações e pressões sociais de redes e organizações da sociedade civil, as quais resultaram numa maior participação desta nos conselhos, fóruns e conferências, enquanto arenas de debate e tomada de decisão sobre políticas e programas. (Dias, 2004; Petersen, 2014; Possas, 2013; Sabourin, 2007, 2014). Petersen (2014) sugere, enquanto metáfora, que “ao novo não se permite roupagem velha”. E como isso se materializa no contexto da inovação nos processos de mobilização social? Por um lado as próprias organizações da sociedade civil passam a atuar buscando alcançar melhores condições de vida e superação dos desequilíbrios sociais para as populações rurais, resultando na implementação de tecnologias sociais associadas a processos de formação e mobilização social, comunitária e territorial. Por outro lado, as organizações da sociedade civil esforçaram-se em manter sua independência dos setores público e privado, permitindo a elas próprias experimentar mecanismos de luta cidadã, identificada com as camadas populares, de grande importância para se fortalecer, defender a democracia e reconstruir um ideário de transformação social (Possas, 2013). É importante destacar, entretanto, que a ASA alcançou os melhores resultados de articulação, mobilização social

e implementação de tecnologias sociais quando estabeleceu uma sólida parceria com organismos governamentais nos âmbitos federal e estadual, principalmente. Embora nem sempre houvesse concordância plena no que se referia a objetivos comuns, acordos foram construídos visando à funcionalidade dos programas governamentais de apoio à agricultura familiar, ou seja ao desenvolvimento regional e local. Um ponto indispensável para o cumprimento dos acordos passava pela participação plena da sociedade civil nos espaços de debate sobre políticas públicas.

A participação da sociedade civil em conselhos, fóruns e conferências foi determinante para concretizar suas reivindicações, resultantes de pressões populares no Semiárido (Lima, 2020). Um exemplo é a luta por mais direitos e acesso a políticas de desenvolvimento para as populações do campo, iniciada bem antes da ocupação da SUDENE¹⁰ em 1993, mas que atinge o ápice naquela ocupação, durante a qual se elabora o documento “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste / Semiárido Brasileiro”¹¹ com propostas da sociedade civil para áreas estratégicas de desenvolvimento regional¹².

A ocupação da SUDENE, foi um ato de protesto que deu visibilidade à situação de calamidade vivenciada na região. Agricultoras e agricultores do Nordeste, principalmente do Semiárido, e grande parte da sociedade civil organizada, exigiram do poder público providências contra a situação de flagelo causada pela grave seca na região, reivindicando ações permanentes e sustentáveis para reverter o quadro de miséria, abandono e humilhação a que foi submetida a sua população (Fórum-Nordeste, 1993).

Embora a sociedade civil tenha vivenciado momentos de desmobilização social após a referida ocupação, ela se reorganiza e forma a ASA no final de 1999, “como parte de um processo de articulação em rede, reunindo, desde ONGs de maior porte até Associações Comunitárias Rurais” (Lima, Koehnen, & Pires, 2016, p. 14), e, a partir daí, sob uma nova formatação a sociedade civil ocupa as arenas políticas qualificando melhor os debates naqueles espaços que se diversificam e ganham importância política e funcional. Face ao que foi investigado a sociedade civil culmina sua participação nos debates sobre políticas públicas para a agricultura familiar, entre os anos de 2003 e 2010, período no qual o governo apresentou maior abertura para tal participação (Lima, 2020). O quadro 4,

¹⁰ O evento de ocupação da SUDENE foi realizado pelo FÓRUM-NORDESTE e contou com o apoio político e financeiro de CESE, FASE, OXFAM-GB, SACTES/DED, CRS, da própria SUDENE e da Cáritas Brasileira.

¹¹ Em maio de 1993 foram publicadas e distribuídas 5000 (cinco mil) cópias do referido documento, cujo conteúdo é reconhecido como importante referencial para a evolução da formulação de políticas públicas para a agricultura familiar no Semiárido.

¹² Segundo Fórum-Nordeste (1993), as “ações permanentes” foram as seguintes: i) desenvolvimento científico e tecnológico apropriado; ii) desenvolvimento comunitário e fortalecimento da organização dos pequenos produtores; iii) ampliação da infraestrutura produtiva e social; iv) política agrícola diferenciada; v) democratização das políticas públicas; e, vi) reestruturação fundiária.

a seguir, ilustra bem esta afirmativa, mesmo trazendo apenas o exemplo da participação das seis OSCs referenciais nesta investigação. As evidências recolhidas nas entrevistas, revelaram que estas seis OSCs participaram de fóruns e conselhos, principalmente nos municípios e territórios, sob a coordenação e orientação das redes, resultando numa formidável presença governamental através das centenas de organizações da Articulação no Semiárido brasileiro (ASA) em praticamente todos os territórios da região, como ilustramos a seguir com o depoimento de um dos entrevistados:

A ASA está nos mais longínquos rincões, através das organizações filiadas, seja uma ONG local, seja um grupo ou associação comunitária. Esses atores sociais dão voz à ASA e fazem com que o Estado esteja presente. Assim a ASA cumpre um dos mais importantes papéis: o de fazer com que o Estado esteja presente no Semiárido (E 11 RST).

O número de organizações da sociedade civil filiada à ASA é incerto, porque esta rede não exige um registo formal de filiação. Em 2007 eram “cerca de 700 entidades” (Duque, 2008, p. 137), ou “800 organizações” em atuação (Küster & Martí, 2009, p. 11), ou cerca “de 600...” (Luna, 2011, p. 38). O número, neste caso é o que menos importa, mas é relevante reafirmar dois destaques desta ação em rede: o primeiro é que as organizações são classificadas como sindicatos, igrejas, ONGs e associações, orientadas pela “Declaração do *Semi-Árido*” da ASA e focadas no princípio da “Convivência” nesse espaço geográfico e social (Duque, 2008); a segunda é que o conjunto de organizações teve indiscutível influência nos conselhos locais, territoriais, estaduais e nacionais. Trazendo um exemplo, Lima (2019) lista 12 redes sociotécnicas e nove conselhos e fóruns territoriais, estaduais e nacionais, dos quais participam as seis OSCs que estiveram diretamente ligadas a este estudo de caso (p. 216), sem contar as dezenas de conselhos e comissões com as quais interagiram nos municípios de atuação (Lima, 2020). Este exemplo ilustra a capacidade de influência exercida pelo conjunto de organizações da sociedade civil filiadas à ASA, nas arenas de debate.

Vale aqui destacar que não foram somente os conselhos, fóruns e conferências influenciados pela sociedade civil. Sua influência chegou ao âmbito dos ministérios e da Casa Civil, e de outros organismos governamentais que mostraram considerável abertura para tratar as demandas oriundas dos debates sobre políticas públicas e programas nos diversos níveis geográficos de representação institucional (Lima, 2020). Alguns autores confirmam tal afirmativa (Belik, 2015; Freitas & Silveira, 2015; Grisa & Schneider, 2014; Silva, 2008), a qual é também ilustrada pelo depoimento de um entrevistado, ao destacar a relação entre o Estado sociedade civil, principalmente entre os anos de 2003 e 2010:

...houve uma característica interessante que foi a abertura para o diálogo e o respeito às instâncias de formulação de políticas públicas. Aquele governo (do PT) sempre respeitou a autonomia do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável)¹³, sempre ouviu o Conselho de Desenvolvimento Econômico e instituiu as conferências nacionais como um instrumento de definição de políticas públicas. Então tinha uma dinâmica de definição de políticas públicas e isso no meio rural era muito forte: as políticas de crédito, os programas de compra institucional... bem como o CONSEA, que tinha um papel muito importante na definição de recursos para, por exemplo, o programa cisternas, o que tornava aquele conselho num espaço de extrema relevância na definição de políticas públicas na ótica da agricultura familiar (E 03 CIQ).

Mas nem todos os entrevistados concordaram com esta afirmativa otimista. Um deles afirma que, mesmo no período em que o Governo Federal deu mais abertura para uma aproximação com a sociedade civil, estabelecendo processos e ações mais efetivas e construindo sinergias para atuar conjunta e complementarmente, nem tudo funcionou bem. Enquanto a sociedade civil defendia uma dotação de recursos para a agricultura familiar que se aproximasse, ou mesmo ultrapassasse, o montante direcionado para a agricultura empresarial, o governo mantinha a diferença historicamente estabelecida para um e outro setor produtivo no campo, divergindo estrategicamente do que defendiam os movimentos sociais rurais (Lima, 2020). É o que comprovamos em depoimentos resultantes das entrevistas, dos quais destacamos dois:

...mesmo com um governo mais progressista como o que a gente tinha antes, a gente também teve alguns momentos que, eu acho que da própria disputa deste "mercado", ... digamos, com as empresas e tal, desse setor, eu acho que pegando aí do agronegócio, do hidronegócio, ... a balança pesou mais para aquele lado. Eu acho que tinha muito a ver com a ação política daquele momento, ... de tentar negociar entre o agronegócio e a agricultura familiar, e conseguir manter os dois (E 05 OSC).

O Governo do Partido dos Trabalhadores não "abriu" a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para a possibilidade de fortalecer seriamente a agricultura familiar e os processos de cooperação nesta perspectiva. A nossa cooperação (oficial) foi muito ruim. Numa reunião com EMBRAPA e CONTAG, eu ouvi da CONTAG que "dos 20 projetos que a EMBRAPA tinha de cooperação com a África, só um era na base da Agricultura Familiar ... Então tinha 19 que era pra transposição, pro agronegócio, ... transgênico, etc. (E 09 ACI).

Os dois depoimentos anteriores sugerem, portanto, que a própria política governamental bilateral de cooperação, também não priorizava a agricultura familiar, na intensidade desejada pela sociedade civil. A própria ABC poderia ter tido um papel muito diferente. Por exemplo o de fortalecer processos de cooperação que valorizassem mais a participação da sociedade civil e das organizações representativas da agricultura familiar.

¹³ O CONDRAF assume a função de propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas ativas no que diz respeito ao desenvolvimento rural sustentável, à reforma agrária e à agricultura familiar, articulando governos em diferentes níveis e as organizações da sociedade civil (Weid, 2006b).

Ou seja, fica claro que durante o período analisado por este artigo o governo terminou mantendo (comparativamente) um maior apoio à agricultura empresarial, afirmativa esta comprovada pelo depoimento de uma entrevistada:

...o marco (de investimento) é mesmo o PRONAF¹⁴, mas depois vieram outras políticas, principalmente no governo Lula, quando o debate sobre a agricultura familiar passa a ter um lugar no governo. Mesmo assim, se a gente compara com o agronegócio, as diferenças, por exemplo de investimento, ainda guardam uma grande distância entre um e outro (E 21 OSC).

Para esta participante da investigação, embora o debate sobre a agricultura familiar passe a ter lugar no governo, seria necessário inverter (ou equiparar) os montantes de investimentos feitos para a agricultura familiar e para o agronegócio, o que efetivamente não aconteceu. Tomando como exemplo o ano agrícola 2015-2016, o volume de recursos anunciado pelo governo foi de R\$ 187,7 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) (85,7%) e R\$ 28,9 bilhões para o PRONAF (14,3%), disponibilizando o valor total de R\$ 216,6 bilhões para financiar a safra, um aumento de 20% em comparação ao ano agrícola anterior. Este valor é expressivo se comparado ao Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) em 2015, que foi de R\$ 498,5 bilhões (INPUT, 2016).

As cifras falam por si sós e mostram a grande diferença entre um e outro investimento, nos dois anos destacados, informação esta, também reafirmada pelo depoimento a seguir:

O Governo (entre 2003-2015) apostou muito mais no agronegócio do que na agricultura familiar..., tanto no que se refere aos recursos como nas batalhas travadas no Congresso: a sociedade civil perdeu todas as batalhas relacionadas com os transgênicos; venceram as grandes empresas de agronegócio que dominam o mercado de sementes de grandes monoculturas a ex. da soja. ... Não conseguimos quebrar a hegemonia do agronegócio e isso está muito claro ao examinarmos os orçamentos do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e do MAPA (Ministério da Agricultura, Produção e Abastecimento), via Planos Safra anuais (E 20 OSC).

Este conjunto de evidências nos mostram, portanto, que do ponto de vista histórico a sociedade civil influenciou em políticas públicas para o Semiárido, mas somente pelas conquistas somadas ao longo do tempo. A sociedade civil desejou, entretanto, ter maior poder de influência nos ministérios, programas e projetos de governo voltados para a agricultura familiar (Lima, 2020). O propósito da sociedade civil era de que a agricultura familiar se constituísse na base estrutural para o desenvolvimento rural do país como um todo, coisa impensável para os estrategistas de governo à época, dadas as atuações em diferentes frentes das diversas forças políticas com objetivos de desenvolvimento tão distantes e contraditórios, no que se refere ao modo de produção agrícola.

¹⁴ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou um fenômeno social ocorrido no Semiárido brasileiro, caracterizado pela influência da sociedade civil nas formas de negociação e implementação de políticas de fortalecimento da agricultura familiar na região.

A maior participação da sociedade civil nos conselhos municipais, territoriais, estaduais e nacionais permitiu-lhe maior efetividade nas decisões estratégicas sobre políticas públicas, desde os estágios primários de discussão e formulação, até o estágio de implementação destas.

A sociedade civil desempenhou um importante papel no processo de influência às políticas direcionadas à agricultura familiar na região, para o qual podem-se dar três destaques: 1º) o apoio da Cooperação Internacional, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, permitindo, assim, acumular conhecimento para atrair outros recursos, inclusive recursos governamentais; 2º) a visibilidade dos problemas sociais, econômicos e ambientais proporcionada pelas mobilizações sociais a reivindicar programas e políticas públicas de convivência com as condições de semiaridez; 3º) as experiências de mobilização social da sociedade civil e a implementação de tecnologias sociais possibilitou às organizações e redes construir e compartilhar um rico conhecimento sobre convivência com as condições de semiaridez da região.

Neste sentido sugerimos que a sociedade civil teve influência no aprimoramento das seguintes políticas e programas mais diretamente relacionadas com a agricultura familiar: 1ª) o PRONAF, a partir da ampliação dos tipos de financiamento alcançando públicos específicos (ex. Mulheres e jovens) e das modalidades de produção (ex. Agroecologia e agroindústria); 2ª) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma adaptação da antiga política pública de compra e distribuição de merenda escolar, é reformulado com novas estratégias, incluindo a compra de alimentos da agricultura familiar; 3ª) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): modalidade surgida no contexto do trabalho da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), de grande importância para fortalecer a agricultura familiar. Estes três programas foram estratégicos para alterar o formato das relações interorganizacionais e contribuir para mudar as formas de negociar e implementar políticas e programas a partir dos debates locais e territoriais nos conselhos, comissões e conferências.

Entretanto, é importante destacar os depoimentos que afirmaram a maior participação do Governo Federal, entre 2003 e 2010, proporcionada pela maior abertura para a construção de sinergias institucionais e melhoramento da relação Estado-sociedade, apesar de mantidas as diferenças entre os investimentos no agronegócio (85,7%), em relação aos investimentos na agricultura familiar (14,3%), tendo como

referência o ano agrícola 2015-2016. Mesmo com o corte brutal de verbas do governo em 2016, que praticamente inviabilizou os projetos, a Articulação no Semiárido brasileiro (ASA) deu continuidade ao trabalho de compartilhar a metodologia, as tecnologias e os processos sociais de desenvolvimento rural sustentável para outros povos de regiões semiáridas. Desde seis anos atrás, com o apoio da FAO-ONU, desenvolve a ideia de ajustar seus programas para países do Sahel e do Corredor Seco da América Central. Visando a este propósito a ASA tem realizado eventos de intercâmbio de conhecimentos, informações e tecnologias de convivência com o semiárido com agricultores/as, técnicos/as assessores/as das regiões semiáridas citadas e construída uma cisterna demonstrativa na região do Sahel, mais precisamente no Senegal.

Pelos números apresentados no Quadro 1 (pág. 7), mas também pelo fato de mobilizar e formar cidadãos para a convivência com o semiárido, bem como novos pedreiros a cada ano, para construir cisternas, a ASA recebeu um prêmio internacional de segunda melhor e mais efetiva política pública para áreas em processo de desertificação. O evento ocorreu na província de Ordos, China, em setembro de 2017 durante a COP 13. O prêmio, denominado Política para o Futuro, é considerado o Óscar das Políticas Públicas, comemorado em todo o Semiárido, como reconhecimento da influência da ASA em políticas públicas para a região, através da realização, com sucesso, de seus programas, nomeadamente do programa Um Milhão de Cisternas.

REFERÊNCIAS

Almeida, S. (2009). Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In P. Petersen (Ed.), *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro* (1st ed., pp. 67–84). Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia.

Araújo, T. B. de. (2014). *Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas* (Biblioteca Digital No. 19). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste* (Vol. 1). Retrieved from <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2801>

Belik, W. (2015). A Heterogeneidade e suas Implicações para as Políticas Públicas no Rural Brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(1), 009–030. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301001>

Brito, P. (2007). *REDES, SOLIDARIEDADE E CIDADANIA DEMOCRÁTICA: A experiência inovadora da Articulação do Semi-Árido - ASA*. Universidade Federal de Pernambuco.

Campos, J. N. B. (2014). Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. *Estudos Avançados*, 28(82). <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000300005>

Dias, M. (2004). *As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: Um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Retrieved from http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/d_marcelo_mina_dias_2004.pdf

Diniz, P., & Piraux, M. (2011). Agroecologia e convivência com o Semiárido: breves notas de uma longa trajetória de diálogo e interfaces. In J. R. T. de Lima (Ed.), *Agroecologia e Movimentos Sociais* (1st ed., p. 272). Recife: Edições Bagaço.

Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar Curitiba*, (24), 213–225.

Duque, G. (2008). “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, (17), 133–140.

Fórum-Nordeste. (1993). Ações permanentes para o desenvolvimento do Nordeste Semi-árido brasileiro: propostas da Sociedade Civil. Recife-PE, Brasil: CONTAG / ASSOCENE.

Freitas, G., & Silveira, S. (2015). Programa Luz para Todos: uma representação da teoria do programa por meio do modelo lógico. *Planejamento e Políticas Públicas*, (45), 177–198.

Godoy, A. (1995). Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20–29. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

Grisa, C., & Schneider, S. (2014). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(Supl. 1), 125–146. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

INPUT. (2016). *Evolução Do Crédito Rural No Brasil Entre 2003-2016* (Vol. 4). Brasília. Retrieved from http://www.inputbrasil.org/wp-content/uploads/2016/08/Evolucao_do_Credito_Rural_CPI.pdf

Isaac, S., & Michael, W. (1982). *Handbook in research and evaluation: for education and behavioral sciences*. (R. Knapp, Ed.) (2nd ed.). San Diego, California: EdITS publishers.

Jalfim, F. (2011). Notas sobre a caminhada da Agroecologia no Semiárido pernambucano. In J. R. T. de Lima (Ed.), *Agroecologia e Movimentos Sociais* (1st ed., p. 272). Recife: Edições Bagaço.

Koehnen, T., & Cristóvão, A. (2006). Constructing a Social Development Network within a Rural Municipal Government in Portugal. *Agricultural Economics Review*, 7(1), 26–34.

Küster, A., & Martí, J. (2009). *Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil*. (A. Czymmeck, Ed.) (1ª). Fortaleza: Konrad Adenauer Stiftung.

Lima, M. (2020). *Convivência com o Semiárido: Mobilizações sociais, políticas públicas e agricultura familiar*. 1. ed. - Curitiba : Appris, 2020 379 p. ISBN 978-65-5820-738-2

Lima, M. (2019). *Cooperação internacional, organizações e redes da sociedade civil influenciando políticas públicas para a convivência com o Semiárido: contextos locais e sustentabilidade da agricultura familiar*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD.

Lima, M., Koehnen, T., & Pires, A. (2016). Contribuições da cooperação internacional , redes e organizações da sociedade civil para os avanços paradigmáticos em políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa no Nordeste do Brasil. In *VIII Congresso da APDEA e o II Encontro Lusófono em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural* (pp. 1–20). Coimbra.

Luna, C. F. (2011). *Avaliação do Impacto do Programa Um Milhão De Cisternas Rurais (P1MC) na saúde: ocorrência de diarreia no Agreste Central de Pernambuco*. Universidade Federal de Pernambuco.

Mattos, L. (2017). *Um tempo entre secas: superação de calamidades sociais provocadas pela seca através das ações em defesa da convivência com o semiárido*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MDA. (2013). *Políticas públicas para agricultura familiar*. (L. Müller, V. Bianchini, & A. L. B. Zarzar, Eds.), Ascon/Mda (1ª). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Retrieved from <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/4346.pdf>

Meirinhos, M., & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: Revista de Educação*, 2(2), 49–65. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

Minayo, M. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621–626. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>

Nascimento, H. (2010). Semiárido Brasileiro e Baiano: dimensão territorial e estratégia de desenvolvimento. In *48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Tecnologia, Desenvolvimento e Inteegração Social* (p. 17). Campo Grande.

Nunes, E. M., Tôres, F. de L., Silva, M. R. F. da, Sá, V. C. de, & Godeiro-Nunes, K. F. (2015). Dinamização Econômica e Agricultura Familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(3), 529–554. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005303009>

Patton, M. Q. (1990). Qualitative evaluation and research methods. In Sage (Ed.), *Qualitative designs and data collection* (pp. 169–186). Beverly Hills, CA.

Pedrosa, A. (2011). *Avaliação da contribuição do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) na qualidade de vida da população rural no município de Soledade-PB*. Universidade Federal de Campina Grande.

Peixinho, A. M. L. (2013). A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciencia e Saúde Coletiva*, 18(4), 909–916. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>

Petersen, P. (2014). Hidden treasures. Reconnecting Culture and Nature in rural development dynamics. In *Constructing a New Framework for Rural Development Research in Rural Sociology and Development* (Vol. 22, pp. 157–194). Emerald Group Publishing Limited. https://doi.org/10.1300/J105v01n02_01

Petersen, P., & Silveira, L. (2007). *Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades*. (P. Petersen & A. Dias, Eds.), *Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia* (1ª). Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia - Secretaria Executiva. Retrieved from http://198.46.83.194/~leceles/iieb.org.br/files/4813/5215/3881/public_out_construcao_conhecimento.pdf.pdf#page=105

Ploeg, J. (2014, February). Dez qualidades da agricultura familiar. *Cadernos de Debate*, 7–14. Retrieved from http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Agriculturas_Caderno_Debate-N01_Baixa.pdf

Pontes, E. (2013). A Estreita Relação entre Mulher e Água no Semiárido : o Caso do Programa um Milhão de Cisternas Rurais. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 4(1), 14–21.

Possas, M. D. C. (2013). Institucionalização das manifestações da sociedade civil ;, 11(2), 17–25.

Sabourin, E. (2007). Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? *Sociedade e Estado*, 22(3), 715–751. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922007000300009>

Sabourin, E. (2008). Face aos Impérios Agro-alimentares: o principio camponês. *Revue Du Mauss Permanente*, 12(7), 1–7. Retrieved from http://www.jornaldomauss.org/jornal/extra/2009_01_20_21_42_37_resenha.pdf

- Sabourin, E. (2014). Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil (pp. 1–27). Brasília-DF: CIRAD, UMR Art Dev e UnB.
- Sidersky, P., Jalfim, F., & Araújo, E. (2010). *A Estratégia de Assessoria Técnica do Projeto Dom Helder Camara*. (P. R. Sidersky, F. T. Jalfim, & E. Rufino, Eds.) (2ª). Recife-PE, Brasil: FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola. Retrieved from http://www.projetedomhelder.gov.br/site/images/PDHC/Artigos_e_Publicacoes/Projeto_Dom_Helder_Camara/Assessoria_Tecnica_PDHC.pdf
- Silva, R. (2003). Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. *Sociedade e Estado*, 18(n.1/2), 361–385. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922003000100017>
- Silva, R. (2008). *Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. (A. Costa, Ed.) (1ª). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Retrieved from www.bnb.gov.br
- Silva, S. (2008). *Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma Abordagem Territorial do Pronaf no Médio Jequitinhonha*. Universidade Federal de Viçosa.
- Stake, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos*. (J. Morata, Ed.) (2nd ed.). Madrid: MORATA.
- Teixeira, E. C. (1999). Sociedade Civil e seu Papel Político: O Local e o Global como Espaços de Participação Cidadã. *O & S*, 6(14), 105–114.
- Wanderley, M. (2014). O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia Social Rural*, 52(1), 25–44. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>
- Weid, J. (1985). Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. *Proposta Nº 27 - Experiências Em Educação Popular (FASE)*, 9–13.
- Weid, J. (1988a, January). A trajetória do Projeto Tecnologias Alternativas. *Proposta Nº 36, Ano XIII - Experiências Em Educação Popular (FASE)*, 2–7.
- Weid, J. (1988b, January). As práticas inovadoras: identificação, sistematização e difusão. *Proposta Nº 36, Ano XIII - Experiências Em Educação Popular (FASE)*, 8–13.
- Weid, J. (2006a, April). A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. *Revista Agriculturas*, 18–20.
- Weid, J. (2006b, April). Construindo políticas públicas em apoio à agroecologia. *Agriculturas*, 4–6.
- Weid, J. (2013). 30 anos de AS-PTA: Uma visão pessoal Parte I – A gênese do Projeto Tecnologias Alternativas. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia. Retrieved from <http://aspta.org.br/2013/05/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/>
- Yazan, B. (2015). Three approaches to case study methods in education: Yin, Merriam, and Stake. *The Qualitative Report*, 20(2), 134–152. Retrieved from <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR20/2/yazan1.pdf>
- Yin, R. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e Métodos* (2ª). Porto Alegre: Sage Publications.
- Yin, R. (2009). *Case study research: design and methods*. *Applied social research methods series*; (4th ed., Vol. 5.). SAGE Publications. <https://doi.org/10.1097/FCH.0b013e31822dda9e>

CAPÍTULO 7

RESORTS BRASILEIROS: CENÁRIO DO DESEMPENHO DAS VENDAS ENTRE 2017 E 2018, SEGMENTADOS POR AMBIENTE GEOGRÁFICO

Data de submissão: 15/02/2022

Data de aceite: 04/03/2022

Antonio Carlos Bonfato

<http://lattes.cnpq.br/4567329157627709>

<https://orcid.org/0000-0003-0251-5828>

Gabriel Furlan Coletti

<http://lattes.cnpq.br/6217798761778671>

<https://orcid.org/0000-0001-7053-5308>

Victor Ragazzi Issac

<http://lattes.cnpq.br/8034108952906937>

<https://orcid.org/0000-0001-6838-6956>

RESUMO: O presente artigo analisa desempenho dos resorts brasileiros, no que tange ao desempenho de vendas. O objetivo foi gerar um ferramental que interprete o comportamento das variáveis taxa de ocupação, receita média e TRevPAR, de modo que contribua para a melhora do planejamento de vendas dos gestores dos empreendimentos. Serviram de amostragem os 49 resorts filiados à Associação Brasileira de Resorts/ABR, distribuídos e em 13 estados brasileiros. A pesquisa aplicada, recorreu às fontes secundárias, com interpretação de obras literárias e relatórios e, após, às fontes primárias, com a sistematização e

interpretação das variáveis geradas por dados depositados mensalmente pelos resorts da amostragem, desde janeiro de 2017 a dezembro de 2018. As variáveis foram tratadas tanto considerando os resorts como um único grupo, quanto subdivididas em dois subgrupos: praia e campo. Assim foi possível interpretar as tendências de comportamento tanto do setor como um todo, quanto entender as diferenciações de desempenho de vendas dos dois subgrupos divididos por ambiente. Constatou-se que houve uma melhora do desempenho do TRevPAR, que foi alavancada principalmente pela alta da receita média.

PALAVRAS-CHAVE: Resorts. Taxa de ocupação. Receita média. TRevPAR.

BRAZILIAN RESORTS: SALES PERFORMANCE SCENARIO BETWEEN 2017/2018, SEGMENTED BY DIFFERENT LOCATIONS

ABSTRACT: This article analyzes the performance of Brazilian Resorts in terms of sales performance. The objective was to generate a tooling that interprets the behavior of the variables occupancy rate, average revenue and TRevPAR, so that it can contribute to the improvement of the sales planning of the managers of the undertakings. The 49 resorts affiliated to the Brazilian Association of Resorts/ABR, distributed in 13 Brazilian states, served as sampling. The applied research, resorted to

secondary sources, with interpretation of literary works, reports and, after, the primary sources, with the systematization and interpretation of the variables generated by data deposited monthly by the Resorts of the sampling, from January 2017 to December 2018. The variables were treated both considering the Resorts as a single group, and subdivided into two subgroups: beach and countryside. Thus, it was possible to interpret the behavior trends of both the sector as a whole, and understand the differentiations of sales performance of the two subgroups divided by environment. It was found that there was an improvement in the performance of TRevPAR, which was leveraged mainly by the increase in average revenue.

KEYWORDS: Resorts. Occupancy rate. Average revenue. TRevPAR.

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objeto de estudo a análise do comportamento dos resorts brasileiros, no que se refere ao seu desempenho de vendas. Para a investigação foi criado um banco de dados em conjunto com a Associação Brasileira de Resorts (ABR). Esse banco de dados foi alimentado pelos 49 resorts filiados à ABR durante os dois anos da pesquisa, 2017 e 2018. Os dados foram colhidos, sistematizados e analisados após esse período. A intenção do estudo foi analisar o comportamento das variáveis que indicam o desempenho de vendas, na medida de se obter informações que possam auxiliar os gestores dos resorts, no processo de criação das políticas de vendas futuras dos empreendimentos. Sendo assim, as variáveis podem indicar qual é o comportamento de consumo dos clientes que ocorrem aos resorts brasileiros.

As variáveis que serviram de base para o estudo foram: taxa de ocupação, receita média e TRevPAR¹, descritas no item metodologia. Sendo assim, o objetivo geral do estudo é gerar mais um instrumento de análise que facilite a interpretação do comportamento das vendas dos resorts do Brasil. Como objetivo específico, o estudo buscou interpretar como a localização geográfica interfere no volume de vendas e na geração de receitas dos resorts nesses diferentes ambientes.

Desse modo, duas hipóteses podem ser consideradas:

- i) Como se comportou o desempenho de vendas dos resorts entre os anos de 2017 e 2018?
- ii) Quais foram as diferenças constatadas, em termos de receita, entre os resorts localizados no campo e os resorts localizados na faixa litorânea?

A título de contextualização é importante afirmar que os resorts se consolidaram como um setor expressivo na hotelaria brasileira apenas na década de 2000 a partir

¹ TRevPAR- Total Revenue per Available Room: Valor médio resultante das receitas aferidas divididas pelas unidades habitacionais disponibilizadas pela organização hoteleira, excluindo-se as destinadas a cortesia, ao uso interno e as em manutenção ou reforma.

da implantação de grandes complexos hoteleiros, como Costa do Sauipe (GUTHERY; PHILLIPS, 2000). Os principais complexos foram implantados predominantemente na faixa litorânea do território brasileiro, embora existam projetos que se consolidaram no interior do país. O ano de 2001 foi um marco nesse processo de consolidação, ao se criar a Associação Brasileira de Resorts/ABR, que se tornou a entidade representativa da classe não só junto às autoridades responsáveis pela gestão do turismo no país, como se tornou a porta voz do setor junto à mídia da área². A visão da ABR é “Ser uma entidade representativa do segmento de resorts e do turismo nacional, unindo todos os resorts brasileiros em torno de uma entidade de classe reconhecida no Brasil e no exterior, na busca de um crescimento sólido e qualitativo da entidade, respeitando sua matriz de classificação”³. Sendo assim, a entidade foi a primeira a criar uma matriz de classificação específica para resorts no país.

Com a maior profissionalização da área a ABR sentiu a necessidade realinhar sua nova missão, que passou a ser de “Fomentar a performance dos resorts, desenvolvendo a sua representatividade por meio de sinergia e parcerias, disseminando a informação o posicionando-os como referência dos serviços turísticos”⁴. Dentro dessa nova realidade, a entidade buscou estabelecer parcerias com organizações ligadas ao trade turístico brasileiro a fim de se tornar uma geradora de informações não só para os filiados como para a os interessados na área. Nesse processo, nasceu a parceria como o Centro Universitário Senac *campus* Águas de São Pedro, na medida de abastecer de informações todo o trade turístico. Um relatório trimestral, intitulado inicialmente de “Resorts Brasil em Perspectiva” e que, atualmente, se denomina de “ABR em Números”, foi criado e está em sua 34ª edição (DOMINGUES, 2018).

Devido ao fato de que, normalmente, esses empreendimentos se localizam em pequenas comunidades do interior ou do litoral, entende-se que as decisões administrativas dos gestores desses empreendimentos costumam exercer grande influência no meio social desses locais onde se inserem (CARDOSO, 2005). As decisões relativas à gestão operacional e estratégica dos resorts, tendem a se refletir de forma mais intensa nas comunidades que as abrigam.

2 MÉTODOS E TÉCNICAS

O estudo tem natureza descritiva (GIL, 2008), com os dados e informações que serviriam de dados para gerar variáveis sendo depositados pelos resorts filiados à

² Ver em <https://www.resortsbrasil.com.br/institucional/>, acessado em 17/12/2018.

³ Op. Cit., acessado em 18/12/2018.

⁴ Ver em <https://www.resortsbrasil.com.br/institucional/>, acessado em 17/12/2018.

Associação Brasileira de Resorts/ABR, de forma mensal, durante um período de dois anos, entre os meses de janeiro de 2017 e dezembro de 2018. O procedimento inicial foi o levantamento de dados por fontes secundárias (LAKATOS; MARCONI, 2001; SANTAELLA, 2006; GIL, 2008), com análise de literatura a fim de compor o referencial teórico do tema abordado. Tanto as obras literárias referenciais da área de operação de resorts, como Gee (1998), Mill (2003), Guijarro (2003), Weygandt (2005), quanto também os relatórios gerados, historicamente, por empresas de consultoria e assessoria hoteleira, com Jones Lang LaSalle, e BSH International, dentre outras, compuseram essa base teórica. Artigos da mídia do trade turístico e qualquer informação adicional que versaram sobre os resorts também tiveram sua parte na contribuição da construção dessa etapa.

Após essa fase inicial, os estudos se concentraram na análise dos indicadores gerados via fontes primárias (SANTAELLA, 2006). O passo seguinte foi o tratamento dos dados depositados mensalmente, pelos filiados da associação, no banco de dados da Associação Brasileira de Resorts criado, anteriormente pela ABR, com o auxílio dos presentes pesquisadores. Depois do fechamento do prazo de depósito dos dados que gerariam os índices, os valores foram coletados, sistematizados, tabulados e analisados (DENCKER, 2003).

Esse procedimento foi necessário a fim de se detectar o comportamento de crescimento ou queda de desempenho vendas. A prática foi aplicada tanto do setor como um todo, como segmentados por subgrupos divididos segundo sua localização geográfica – ambiente campo e ambiente praia. Essa segmentação dos empreendimentos objetivou não apenas se chegar ao objetivo geral proposto, mas, também, se atingir os objetivos específicos descritos na introdução do presente artigo.

As variáveis que serviriam de base para o tratamento dos dados – coleta, sistematização e análise (SANTOS, 2006), foram compostas por:

- a) Taxa de ocupação geral e por ambiente geográfico: resultante da divisão entre as unidades habitacionais comercializadas e as unidades habitacionais oferecidas durante um determinado período. Não se contabilizaram como disponíveis as unidades habitacionais de uso da casa, em manutenção/reforma ou cota/cortesia;
- b) Receita média geral e por ambiente geográfico: resultante da divisão do total das receitas do estabelecimento com as unidades habitacionais comercializadas em determinado período. Não se utilizou-se da diária média, tendo em vista que os resorts depositam as receitas gerais e não apenas da área de hospedagem e;

- c) TRevPAR – *Total Revenue per Available Room* geral e por ambiente geográfico: resultante da divisão do total das receitas pelas unidades habitacionais disponibilizadas em determinado período. Também, nos mesmos moldes da receita média, não se utilizou do conceito de *RevPAR – Revenue per Available Room*.

Logo depois de coletados, os dados foram sistematizados e foi estabelecida uma comparação entre os meses dos dois anos analisados. Sendo assim, também se trata de pesquisa correlacional (COSTA, 2001). Também cabe afirmar que é uma pesquisa aplicada (SANTAELLA, 2006; VERGARA, 2010), o relatório resultante da geração de dados deverá ser disponibilizado para os gestores dos resorts da ABR, na medida de se tornar um instrumento de auxílio na criação das políticas de venda. O universo de amostragem (SEVERINO, 2000) foi composto pelos 49 resorts filiados à Associação Brasileira de Resorts/ABR, que estão distribuídos pelas cinco regiões do país. Sendo assim, os resorts foram divididos da seguinte forma:

- 32 resorts localizados na praia, relativos a nove estados brasileiros: Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará e;
- 17 resorts localizados no campo, fora da área litorânea, relativos a oito estados brasileiros: Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Amazonas.

Por fim, ressalte-se que os dados primários (SANTAELLA, 2006) foram tratados de forma descritiva, gerando informações que permitiram se chegar aos objetivos gerais e específicos do presente estudo. Também durante o processo de tratamento dos dados, foi aplicada a técnica de entrevista pessoal (DENCKER, 2003), com a participação do Diretor Executivo da Associação Brasileira de Resorts/ABR, Ricardo Domingues⁵, no sentido de reafirmar ou se contrapor aos indicadores gerados pelo tratamento dos dados depositados pelos filiados.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PANORAMA GERAL SOBRE OS RESORTS NO BRASIL

A hotelaria brasileira passou por um processo de desenvolvimento expressivo desde a década de 1990. Enquanto a década de 1980 foi de estagnação no setor, o final da década seguinte foi marcado pela entrada de redes internacionais no país, como Marriott, Choice Hotels, Carlson Hotels (PROSERPIO, 2007), dentre outras; consolidação

⁵ Ver em <https://www.resortsbrasil.com.br/nossa-diretoria/>, acessado em 18/12/2018.

de redes nacionais como Blue Tree, Transamérica, Nacional Inn, Bourbon, Intercity, dentre outras (BOEGER, 2005), bem como contou com uma alavancagem de investimentos das redes internacionais que já atuavam no país, como Accor e Intercontinental Group, e nacionais, como Transamérica Hotéis (ROSA, 2013), além do surgimento de segmentos sofisticados, oferecendo hotéis boutique e design, como Unique, Fasano, Emiliano (BONFATO, 2006) e mais recentemente, Palácio Tangará da rede Oetker Collection. A hotelaria brasileira evoluiu de cerca de 5300 unidades hoteleiras em 2002 (BONFATO, 2016) para mais de 10.341 unidades hoteleiras que ofereceram mais de 541 mil unidades habitacionais, em 2017 (JLL, 2018).

No cenário de 2017, as redes hoteleiras compuseram 10,9% das unidades hoteleiras e 35,5% dos apartamentos disponibilizados diariamente. Nesse mesmo período relatórios evoluíram e passaram a abordar índices de desempenho não só entre períodos, mais também segmento os meios de hospedagem (JLL, 2013, p.10). Os relatórios prosseguiram se ampliando tanto em número quanto em dados gerados. O mercado turístico passou a receber os dados de taxa de ocupação, diária média e RevPar, gerados pelos relatórios das consultorias. Na tabela 01 pode-se constatar como o mercado hoteleiros brasileiro se caracterizou pela oscilação entre altas e quedas de desempenho nos últimos anos.

Tabela 1. Desempenho qualitativo e quantitativo de vendas da hotelaria brasileira – média geral.

Year	OCC	Variation	ADR	Variation	RevPAR	Variation
2003	52,0%		USD 41,68		USD 21,68	
2004	55,0%	5,80%	USD 40,38	-3,1%	USD 22,21	2,5%
2005	60,0%	9,00%	USD 42,66	5,6%	USD 25,59	15,2%
2006	58,0%	-3,30%	USD 45,59	6,9%	USD 26,44	3,3%
2007	63,0%	8,60%	USD 48,20	5,7%	USD 30,37	14,8%
2008	65,0%	3,20%	USD 49,83	3,4%	USD 32,39	6,7%
2009	63,0%	-3,10%	USD 53,73	7,8%	USD 33,85	4,5%
2010	68,0%	7,90%	USD 58,61	9,1%	USD 39,86	17,7%
2011	69,5%	2,20%	USD 68,71	17,2%	USD 47,75	19,8%
2012	65,6%	-5,60%	USD 79,14	15,2%	USD 51,91	8,7%
2013	65,9%	0,36%	USD 84,44	6,7%	USD 55,65	7,2%
2014	64,9%	-1,52%	USD 86,89	2,9%	USD 56,39	1,3%
2015	59,6%	-8,17%	USD 80,76	-7,1%	USD 48,13	-14,6%
2016	55,2%	-7,10%	USD 86,67	7,3%	USD 47,84	-0,6%
2017	56,5%	2,36%	USD 80,00	-7,7%	USD 45,20	-5,5%

OCC: Occupancy rate; ADR: Average Daily Rate; RevPAR: Revenue per Available Room.

Fonte: elaborado pelos autores com base em relatórios de mercado da Jones Lang LaSalle.

No que tange aos resorts, o relatório Hotelaria em Números 2018, da Jones Lang LaSalle destacou que existem 119 meios de hospedagem que se classificam como

resort, no Brasil. No entanto, a Associação Brasileira de Resorts possuía apenas 49 resorts filiados devido aos critérios mínimos de classificação como resort que a ABR estabeleceu, impedindo estabelecimentos que não cumprissem os requisitos, que se filiassem à associação.

No universo dos estudos acadêmicos as obras que versam exclusivamente sobre os resorts no Brasil, são escassas. A busca pelo termo “resorts”, no banco Spell – Scientific Periodicals Eletronic Library obteve o retorno de apenas 28 resultados. Quando acrescidas a palavra-chave Brasil gerou-se apenas 2 registros. A primeira é a obra *Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de resorts no litoral nordeste do Brasil*, de Itamar Cordeiro, Eloíza Bento e Carlos Britto⁶, de 2011, que estuda o caso das políticas ambientais que ditaram a implantação dos resorts na região Nordeste do Brasil. Onde se encontra a maior incidência dessa tipologia de meio de hospedagem no país. O outro artigo é intitulado *Resorts no Brasil: uma avaliação do desempenho*, de Bonfato e Baltieri, publicado em 2016, na Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTur), que versa especificamente sobre o desempenho mercadológico e financeiro dos resorts brasileiros.

No que tange ao desempenho dos resorts o cenário dos últimos anos mostram um quadro evolutivo predominantemente positivo, como pode ser comprovado na tabela 2, a seguir:

Tabela 2. Índices quantitativos e qualitativos unitários dos resorts entre 2013 e 2018 (US\$).

Year	OCC	Average Revenue	TRevPAR	TRevPAR Variation
2013	52,70%	247,35	130,35	
2014	56,10%	235,42	132,07	1,32%
2015	58,70%	177,92	104,44	-20,92%
2016	63,50%	204,81	130,05	24,53%
2017	59,00%	230,53	136,01	4,58%
2018	62,80%	275,80	173,21	27,25%
Annual				7,37%

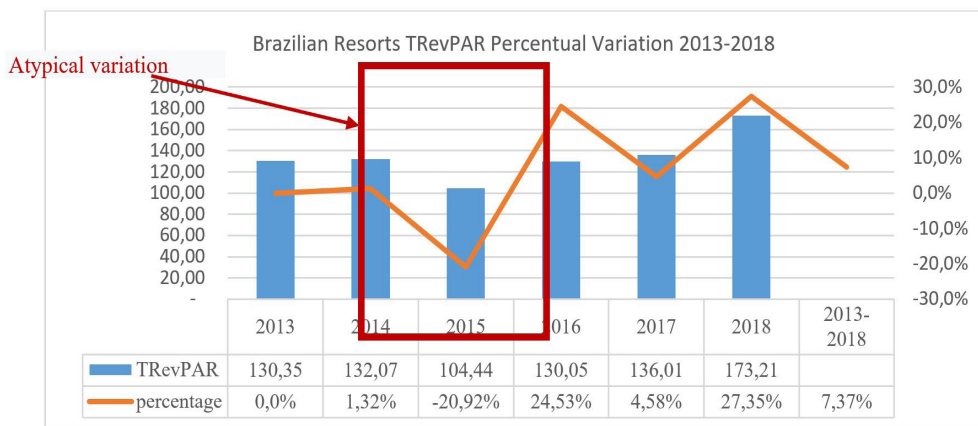
Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na ABR-Associação Brasileira de Resorts.

No que tange ao comportamento do índice geral do TRevPAR anual, fato que se destaca é a forte oscilação 2014-2016, com variação negativa de 2015 em relação a 2014 e variação positivas de 2016, em relação a 2015. Segundo o relatório “ABR e Números”, a oscilação negativa de 2015 foi devido ao fato dos valores de 2014 terem sido

⁶ Ver em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/1891/turismo-e-desenvolvimento-sustentavel--consideracoes-sobre-o-modelo-de-resorts-no-litoral-nordeste-do-brasil>, acessado em 02/10/2017, às 15:15.

extremamente alavancados pelo megaevento Copa do Mundo FIFA 2014. Segundo edição anual de 2018 do mesmo relatório, o ano de 2016 foi alavancado pela realização dos Jogos Olímpicos Rio2016 e, principalmente, pela alta da cotação de moedas fortes, como dólar americano e euro, que fizeram com que o turista doméstico deixasse de recorrer ao exterior, em suas viagens de férias. O custo proibitivo das viagens ao exterior fez com esse turista optar por um destino brasileiro (DOMINGUES, 2018). Após levantamento dessa pesquisa, constatou-se que o ano de 2018 recuperou perdas de anos anteriores e se elevou de maneira significativa, com alta de 27,25% no TRevPAR. Detalhes serão abordados à frente. As variações estão expostas no gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1. Variações do índice de TRevPAR nos resorts brasileiros 2013/2017.



Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na ABR-Associação Brasileira de Resorts.

Na busca de um entendimento de como se caracteriza a operacionalização e gestão do setor de resorts brasileiros, a presente pesquisa recorreu a mais duas variáveis e coletou os dados depositados pelo mesmo grupo de amostragem composto pelos filiados à ABR. As variáveis que podem ser denominadas de auxiliares ou secundárias foram à:

- i) Média de hóspedes por apartamento vendido e;
- ii) Média de colaboradores por apartamento disponibilizados.

Os valores gerados estão expostos na figura 04.

Tabela 3. Média de hóspedes e do n° de colaboradores por UH disponível nos resorts 2016/2017.

	Average guest				Employees per available apartments			
	2016	2017	2018	Growth Average	2016	2017	2018	Growth Average
JAN	2,5	2,4	2,6		JAN	1,35	1,34	1,41
FEB	2,4	2,3	2,4		FEB	1,29	1,32	1,39
MAR	2,8	2,2	2,1		MAR	1,31	1,31	1,46

Average guest					Employees per available apartments				
	2016	2017	2018	Growth Average		2016	2017	2018	Growth Average
APR	2,2	2,3	2,1		APR	1,29	1,34	1,51	
MAY	2,2	2,3	1,9		MAY	1,27	1,34	1,53	
JUN	2,2	2,2	1,87		JUN	1,27	1,36	1,52	
JUL	2,3	2,2	2,51		JUL	1,31	1,34	1,4	
AUG	2,6	2,6	1,97		AUG	1,3	1,35	1,44	
SEP	2,3	2,2	2		SEP	1,24	1,33	1,38	
OCT	2,2	2,1	2,1		OCT	1,26	1,38	1,52	
NOV	2,3	2,4	2,1		NOV	1,22	1,37	1,68	
DEC	2,3	2,3	2,3		DEC	1,31	1,43	1,86	
ANNUAL	2,36	2,29	2,16	-4,27%	ANNUAL	1,29	1,35	1,51	8,25%

Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na ABR-Associação Brasileira de Resorts.

A tabela 3 nos mostra que a média de hóspedes entre 2016 e 2018, oscilou para baixo entre 2,36 e 2,16 hóspedes por unidade habitacional comercializada, gerando um recuo médio de - 4,27% a.a. Já o número de colaboradores por unidade habitacional disponibilizada teve alta significativa, se elevando de 1,29 para 1,51 colaboradores/UH, mostrando um crescimento médio de 8,25% a.a. Esse crescimento mostra a elevação do nível de empregabilidade do setor de resorts. Isso se ressalta de forma mais significativa, ao se observar que a grande maioria desses empreendimentos operam em cidade do interior ou do litoral que, geralmente, são de pequeno porte. Assim, a importância desses empreendimentos, como geradores de emprego e renda, nesses municípios tem se elevado, ano após ano. Caracterizado o setor de resorts, a pesquisa passará a expor o comportamento das variáveis de taxa de ocupação, receita média e TRevPAR entre os anos de 2017 e 2018.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A fim de se cumprir os objetivos propostos na presente pesquisa, o processo de tratamento dos dados foi segmentado em dois momentos:

Momento 1) Tratamento dos dados relativos aos índices de taxa de ocupação, receita média e TRevPAR de forma geral: Considera todos os empreendimentos em um único grupo de resorts, a fim de se ter um panorama mais plural sobre o desempenho das vendas em termos de quantidade (taxa de ocupação), de qualidade (receita média) e de efetividade (TRevPAR);

Momento 2) Tratamento dos dados relativos aos índices de taxa de ocupação, receita média e TRevPAR segmentado por tipo de ambiente: Estabelece uma divisão

por ambiente geográfico no qual o empreendimento se situa. Assim os resorts foram alocados em dois subgrupos: os resorts localizados na orla litorânea e os demais resorts que se localizam na porção interior do território brasileiro.

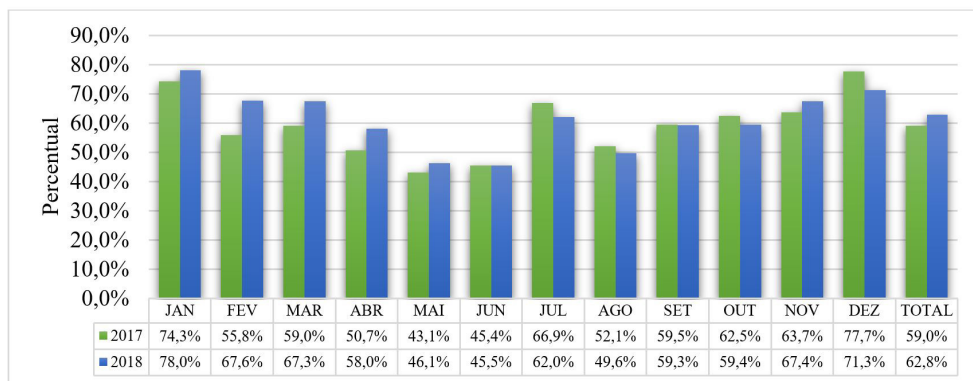
4.1 RESULTADOS GERAIS DOS RESORTS

Os indicadores foram analisados seguindo a natureza do índice. A taxa de ocupação apresenta os resultados quantitativos, o quanto se vendeu em relação às unidades habitacionais que foram disponibilizadas. Os resultados qualitativos são analisados por meio da receita média e mostra o quanto se captou por UH vendida, considerando todas as vendas agregadas. Por fim, a eficácia e a eficiência das políticas de venda foram medidas por meio da variável denominada TRevPAR que une os dados quantitativos e qualitativos e que gera uma interpretação mais clara e concisa a respeito dos resultados.

4.1.1 Taxa de ocupação geral

O gráfico 2 mostra o desempenho mensal da taxa de ocupação no período analisado e aponta para um crescimento entre os anos analisados, atingindo 62,8% em 2018, representando um incremento de 6,4% em relação a 2017. Embora os valores do segundo semestre recuaram, - 3,30% na média mensal, tais valores foram superados pelo bom desempenho quantitativo no primeiro semestre do ano, onde foi registrado um crescimento médio mensal de 10,45%. Quando aplicada o cálculo ponderado, considerando o peso de cada mês na amostra, se chega ao valor de crescimento anual citado acima. Sendo assim, observa-se um comportamento em direções contrárias ao se considerar os dois semestres do ano.

Gráfico 2. Taxa de ocupação geral dos resorts brasileiros da ABR – comparativo 2017/2018.



Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na Associação Brasileira de Resorts/ABR.

Ao se analisar a oscilação dos meses do ano de 2018, observa-se afirma-se o comportamento oposto entre os dois semestres do ano no que tange ao medidor quantitativo de vendas. Os meses que foram destaques positivos foram fevereiro, março e maio/18, perfazendo um trimestre extremamente produtivo nessa variável com elevações sucessivas de 21,1%, 14,1% e 14,5%, sequencialmente. Como destaques negativos estão os meses de julho e dezembro/18, com quedas sensíveis de -7,2% e - 8,2% respectivamente. Embora o crescimento de alguns meses foi bastante superior às quedas, importante afirmar que as duas maiores quedas foram exatamente nos meses de alta ocupação. Nesse sentido costumam gerar um valor ponderado maior que na maioria dos outros meses. Também podem ser resultantes da ausência de uma política de desconto mais agressiva. Nesse sentido, o sucesso, ou não, da ausência da política de promoção de descontos na alta temporada, deve ser medido considerando também a receita média gerada, pois a perda de ocupação pode ser compensada pela melhora desse último índice. Assim, o verdadeiro cenário poderá ser analisado tão somente após a medição da receita média e na geração dos valores da variável do TRevPAR, a ser realizada a seguir. Os resultados das variações mensais estão expostos no gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3. Variação mensal da taxa de ocupação dos resorts brasileiros – 2017/2018.



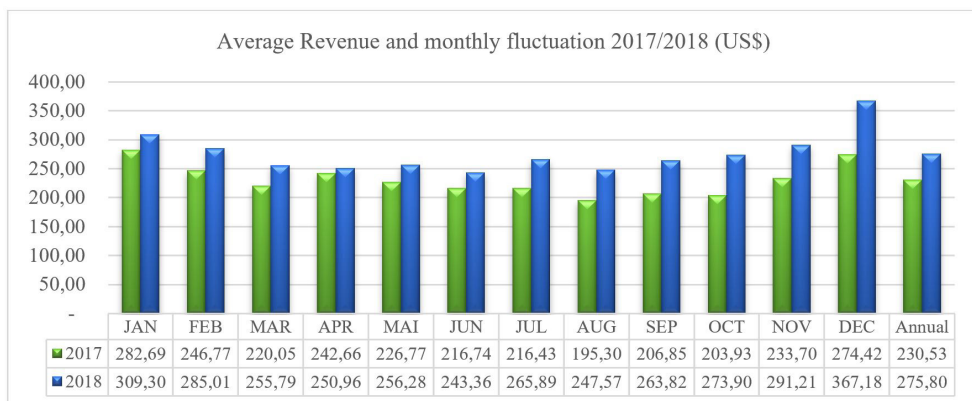
Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na Associação Brasileira de Resorts/ABR.

4.1.2 Receita média geral

A receita média geral dos resorts associados à ABR apresentou um crescimento extremamente positivo no ano de 2018. A receita média atingiu US\$ 275,80 perante US\$ 230,76 gerada em 2017. O valor representa um crescimento de 19,6 % entre os anos analisados. Recorrendo a dados anteriores, da Associação Brasileira de Resorts, observou-se que esse crescimento foi o mais elevado dos últimos cinco anos. O gráfico

4 aponta que todos os meses do ano foram superiores ao período anterior, gerando um crescimento expressivo durante todo o período. Nesse sentido, o cenário se manteve no campo positivo de maneira uniforme, durante todo o ano.

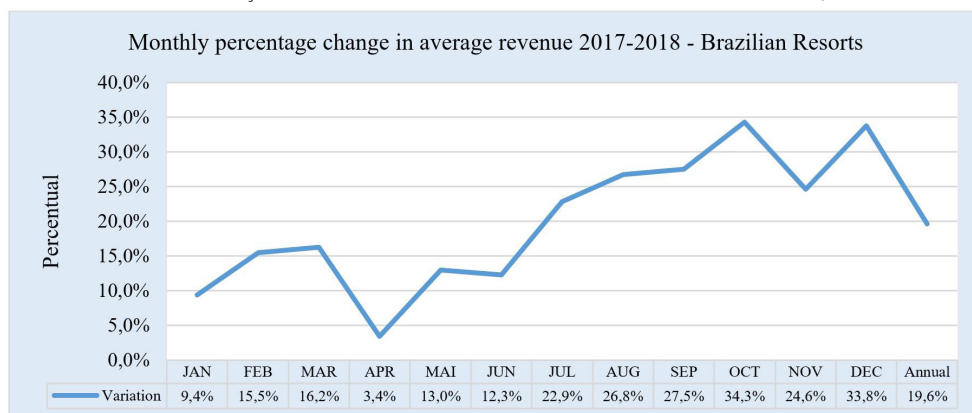
Gráfico 4. Receita média nominal dos resorts brasileiros ligados à ABR – comparativo 2017/2018.



Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na Associação Brasileira de Resorts/ABR.

O gráfico 5 mostra as variações mensais da receita média nominal, onde se destacam os meses de outubro/18 e dezembro/18, ambos com altas expressivas de 34,3% e 33,8%, respectivamente. No entanto, é importante afirmar que índices mensais que apresentaram elevação acima de 20% se fizeram presentes durante todo o ano.

Gráfico 5. Variação mensal da receita média nominal dos resorts brasileiros – 2017/2018.



Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na Associação Brasileira de Resorts/ABR.

Importante afirmar que esse crescimento da variável Receita Média, representa uma melhora qualitativa das vendas, pois as unidades habitacionais tiveram seus valores de comercialização efetiva, se elevando durante todo o ano.

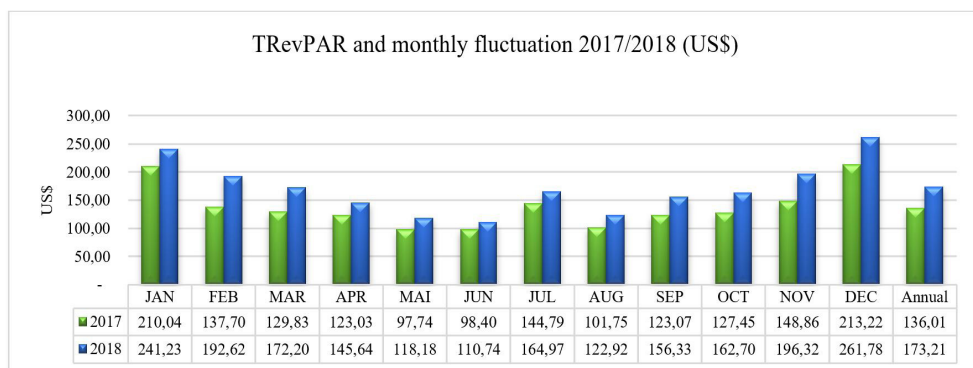
4.1.3 TRevPAR geral

O TRevPAR geral é o principal indicador do desempenho geral dos resorts tendo em vista que ele mescla os dados da taxa de ocupação e da receita média nominal. Pelas mesmas razões que o presente estudo se utiliza do índice da receita média e não da diária média, ele também se utiliza do TRevPAR e não do RevPAR.

No que tange a esse índice em específico, observa-se que o TRevPAR atingiu US\$ 173,21, perante US\$ 136,01 no mesmo período do ano anterior. Isso representa um crescimento de significativo de 27,4%, alavancados tanto pelo crescimento da variável quantitativa – taxa de ocupação – como da variável qualitativa – a receita média.

Assim, ao final do ano, o crescimento menor da taxa de ocupação foi alavancado pela melhora substancial da receita média. O gráfico 6 resume os resultados obtidos.

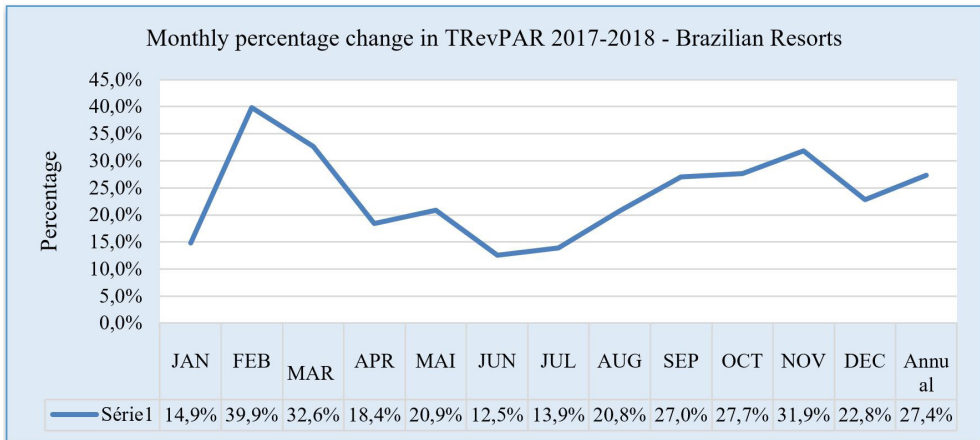
Gráfico 6. TRevPAR nominal dos resorts brasileiros ligados à ABR – comparativo 2017/2018.



Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na Associação Brasileira de Resorts/ABR.

O gráfico 7 mostra as variações dos meses, com a combinação da taxa de ocupação e da receita média, resultando em sucessivos TRevPAR mensais positivos, onde se destacam os meses de: **i) Fevereiro/18**, com crescimento expressivo das variáveis quantitativas e qualitativas, resultando em elevação de 39,9%; **ii) Março/18**, com o mesmo comportamento do mês anterior e elevação de 32,6%, e **iii) Novembro/18**, com 341,9%, alavancado essencialmente pela receita média.

Gráfico 7. Variação mensal do TRevPAR nominal dos resorts brasileiros – 2017/2018.

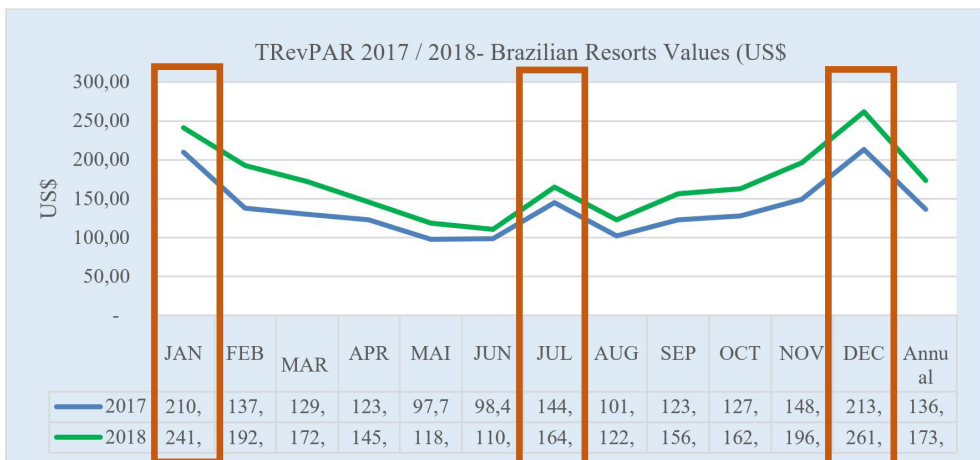


Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na Associação Brasileira de Resorts/ABR.

4.1.4 O TRevPAR e a sazonalidade

O TRevPAR, por ser o índice mais efetivo na análise do desempenho de vendas unitárias dos resorts, também serve para outras constatações de natureza mais global. Uma dessas constatações diz respeito às receitas unitárias absolutas comparadas com a sazonalidade da demanda. O gráfico 8 mostra as oscilações que ocorreram com os valores absoluto de TRevPAR e como os meses tendem a ter um comportamento muito próximo caracterizando uma sazonalidade bastante clara, com os picos de receitas nos meses de janeiro, julho e dezembro dos respectivos anos.

Gráfico 8. Valores do TRevPAR dos resorts brasileiros – anos de 2017/2018.



Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na Associação Brasileira de Resorts/ABR.

4.2 RESULTADOS SEGMENTADOS POR AMBIENTE – RESORTS DE CAMPO E RESORTS DE PRAIA

A partir da análise dos dados gerais e com a finalidade de se verificar o nível de interferência que a localização geográfica exerce no desempenho dos índices de vendas hoteleiras, o presente estudo se debruçou na análise do resultado gerados e depositados no banco de dados da Associação Brasileira de Resorts/ABR, durante os 24 meses que compuseram os dois anos pesquisados. Nesse sentido houve a necessidade de se subdividir o grupo de resorts em dois subgrupos, segmentados pela localização geográfica.

4.2.1 Resultados de taxa de ocupação, receita média e TRevPAR ambiente praia

Os valores obtidos através do cálculo da taxa de ocupação e da receita média permitiram a análise do desempenho segmentado, a através da observação do comportamento das variáveis. A figura 12 mostra a tabela resumo dos resultados encontrados segundo o subgrupo de resorts localizados na praia.

Tabela 4. Variações dos índices de OCC, Receita média e TRevPAR – Resorts de praia 2017/2018.

	Occupancy rate		Average revenue (US\$)		TRevPAR (US\$)	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
JAN	81,7%	86,4%	248,58	286,30	203,09	247,37
FEB	62,2%	69,8%	189,15	250,90	117,65	175,13
MAR	66,0%	71,4%	180,88	217,57	119,38	155,35
APR	54,0%	53,3%	188,89	193,28	102,00	103,02
MAY	47,2%	52,5%	171,41	182,69	80,91	95,91
JUN	48,4%	62,6%	166,49	215,76	80,58	135,07
JUL	69,2%	61,8%	191,09	221,55	132,23	136,92
AUG	53,9%	48,3%	170,57	196,41	91,94	94,87
SEP	60,6%	60,4%	181,63	190,28	110,07	114,93
OCT	67,4%	68,7%	173,10	208,35	116,67	143,15
NOV	66,2%	74,0%	194,73	2017,88	128,91	153,87
DEC	85,9%	81,1%	227,93	281,91	195,79	228,69
ANNUAL	65,6%	67,4%	185,27	226,39	117,76	152,53

Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na Associação Brasileira de Resorts/ABR.

Observando-se o comportamento dos índices desse subgrupo observa-se que **i)** a taxa de ocupação se elevou em 2,74% entre 2017 e 2018; **ii)** a receita média se elevou em 22,9%, no mesmo período e; **iii)** como resultante, o TRevPAR cresceu em 29,5% entre os anos.

4.2.2 Resultados de taxa de ocupação, receita média e TRevPAR ambiente campo

Após também ter suas variáveis analisadas de forma compartimentada, o grupo de resorts localizados no campo apresentou os valores gerais de desempenho de vendas também positivos.

Tabela 5. Variação dos índices de OCC, Receita média e TRevPAR – Resorts de campo 2016/2017.

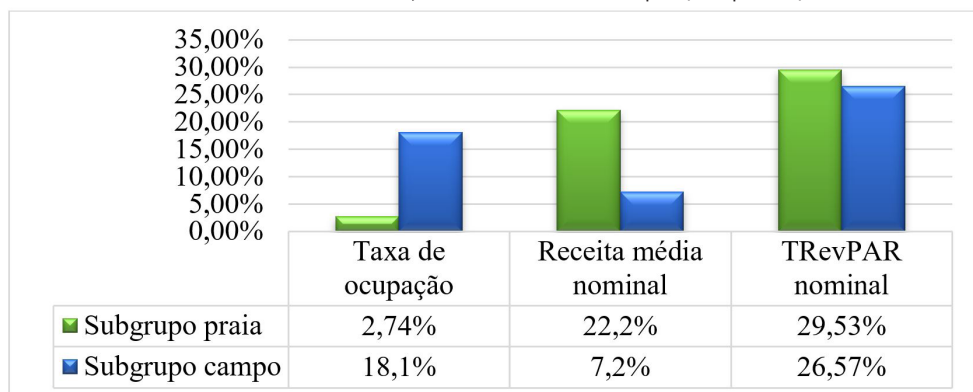
	Occupancy rate		Average revenue (US\$)		TRevPAR	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
JAN	59,0%	63,9%	353,23	369,25	208,41	235,95
FEB	42,3%	45,2%	366,93	358,91	155,21	162,23
MAR	45,0%	51,0%	298,71	321,19	134,42	163,81
APR	44,3%	48,6%	350,39	331,52	155,22	161,12
MAY	33,4%	53,1%	359,69	346,77	120,14	184,13
JUN	38,4%	43,3%	332,30	338,50	127,60	146,57
JUL	60,6%	64,1%	286,82	332,82	173,81	213,34
AUG	46,7%	48,4%	272,61	263,05	127,31	127,32
SEP	56,3%	53,4%	282,43	273,39	159,01	145,99
OCT	58,4%	48,0%	300,78	360,98	175,65	173,38
NOV	56,2%	51,7%	290,70	386,56	163,37	199,78
DEC	57,7%	58,8%	360,21	464,60	207,84	273,09
ANNUAL	44,9%	53,1%	321,23	344,38	144,37	182,73

Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na Associação Brasileira de Resorts/ABR.

Os valores resultantes expostos na tabela 5 demonstram que **i)** a taxa de ocupação se elevou em 18,10%, entre 2017 e 2018; **ii)** a receita média cresceu, no mesmo período, 7,2% e; **iii)** o TRevPAR foi alavancado em 26,57%, entre os anos analisados.

Como resultado, observa-se no gráfico 9 o comportamento das três variáveis:

Gráfico 9. Crescimento de OCC, receita média e TRevPAR praia/campo 2017/2018.



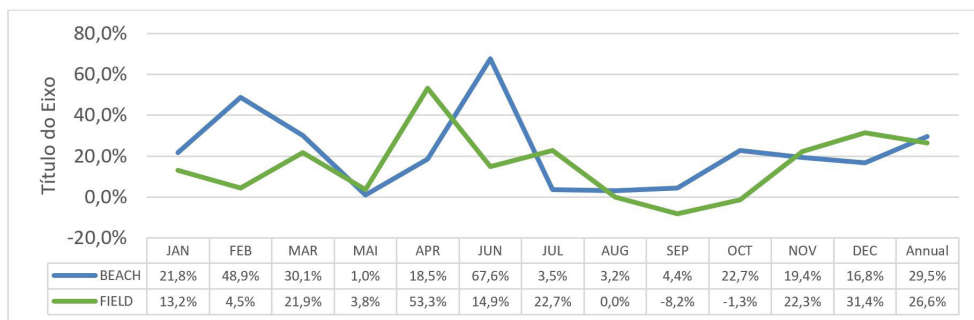
Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na Associação Brasileira de Resorts/ABR.

Assim, observa-se que a elevação do TRevPAR no subgrupo praia foi motivado pelo aumento significativo da receita média por unidade habitacional vendida e a elevação da taxa de ocupação foi o principal agente motivador da elevação do TRevPAR no subgrupo campo.

4.2.3 Comportamento das variações no TRevPAR nos subgrupos praia e campo

No que tange ao comportamento das variações mensais entre os anos, ao se analisar o gráfico 10, observa-se que **i)** os dois subgrupos geraram valores da variável TRevPAR muito próximos ao final do ano, com crescimentos equivalentes; **ii)** no subgrupo praia nota-se um comportamento muito positivo nos meses de fevereiro/18 (48,9%) e julho/18 (67,6%). Interessante observar que julho/18 é um mês de inverno, no Brasil; **iii)** no subgrupo campo as oscilações de TRevPAR maiores ocorreram nos meses de abril/18 e dezembro/18 com elevações de 53,3% e 31,4%; **iv)** O desempenho dos resorts se caracteriza pela amplitude dos intervalos entre os picos de alta de baixa de todas as variáveis – taxa de ocupação, diária média e TRevPAR, notadamente dessa última variável; **v)** ao final, as oscilações, embora tenham se comportado de forma diferente durante os decorrer dos meses, acabaram por gerar um resultado final muito próximo.

Gráfico 10. Oscilações do TRevPAR nos subgrupos praia e campo.

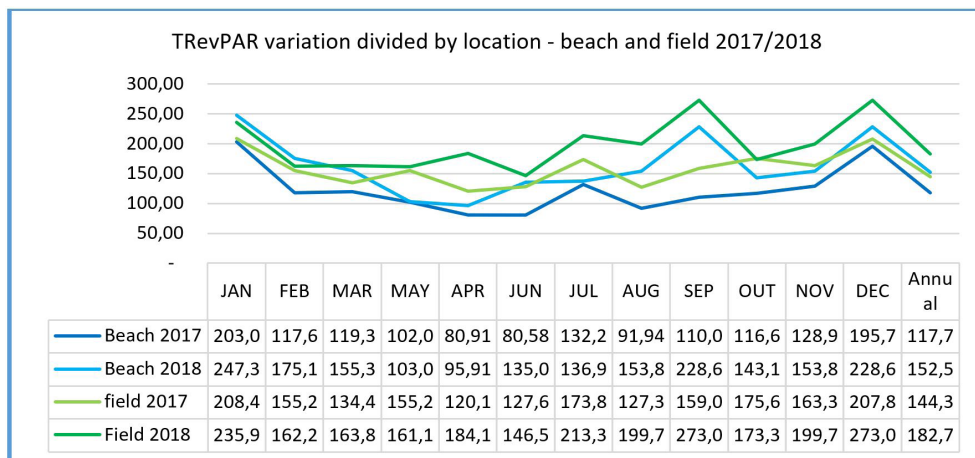


Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na Associação Brasileira de Resorts/ABR.

4.2.4 Comparativo valores absolutos TRevPAR – Praia e Campo – 2017/2018

Em termos de valores absolutos nota-se que os valores absolutos do TRevPAR oscilam e maneira muito próxima nos dois subgrupos. No entanto, os valores do TRevPAR dos resorts localizados no campo sempre se mantiveram acima dos localizados nas praias. No ano de 2017 o TRevPAR do grupo campo foi 22,59% acima do subgrupo praia. No ano de 2018, o subgrupo campo também se manteve 19,79% acima, como se observa no gráfico 11.

Gráfico 11. Valores absolutos das variações mensais 2016/2017 - TRevPAR campo e praia.



Fonte: elaborado pelos autores com pesquisa direta na Associação Brasileira de Resorts/ABR.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais foram segmentadas em três etapas:

5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO GERAL DOS RESORTS

Nesse item considerou-se o desempenho geral dos resorts agrupados de uma forma única, ou seja, os 49 resorts associados foram mantidos em um único grupo e considerados os resultados da totalização do grupo. Esse fato permitiu que se compreendesse o desempenho das vendas do setor de resorts como um todo. Algumas afirmações são possíveis de serem expostas:

- a) O desempenho geral de vendas dos resorts brasileiros, embora apresentem oscilações significativas nos últimos anos, têm mantido um viés de alta através dos anos, conforme pôde ser constatado no gráfico 1 do presente estudo. Nesse sentido, o setor segue em crescimento tanto em valores, quanto em significância no universo do trade turístico brasileiro. Corroborando tal afirmação, verificam-se grandes investimentos realizados por redes hoteleiras globais especializadas em resorts, como os grupos Iberostar e Fiesta, em algumas regiões do país, notadamente na região nordeste do Brasil, em estado como Bahia, a título de exemplo;
- b) No que tange ao desempenho dos anos analisados, é importante afirmar que a melhora do desempenho do TRevPAR foi alavancada principalmente pela melhora da receita média, fato que representa uma vitalidade do

mercado tendo em vista que a melhora desse índice foi provocada por uma variável que mede a qualidade das vendas, sendo entendida como mais positiva do que uma melhora alavancada pelo aumento unicamente da taxa de ocupação.

Finalmente cabe afirmar que existe a probabilidade de que questões do macro ambiente econômico tenham uma importante participação no desempenho tanto dos resorts, quanto do *trade* turístico como um todo. Mas essa questão não foi objeto de pesquisa do presente estudo, se abrindo a possibilidade de se investigar o quanto as oscilações econômicas interferem não só no grupo de resorts de forma geral, como divididos em subgrupos.

De modo geral, durante os anos analisados, os resorts do subgrupo do ambiente campo geraram TRevPAR tanto mensais quanto anuais, acima dos localizados no ambiente de praia. Esse fato ocorreu em todos os meses, e em todos os trimestres dos dois anos analisados. No geral os valores finais das receitas unitárias por apartamento disponibilizado foram, em média, 28% acima dos resultados gerados pelos resorts localizados na praia.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para alicerçar essa questão e devem ser objetos de pesquisa mais aprofundada. Nesse caso, uma das hipóteses possíveis pode ser atribuída ao fato de que a maioria dos estabelecimentos pertencentes a esse subgrupo operam com uma flexibilidade maior das diárias, permitindo se customizar esses valores cobrados ao interesse de cada segmento. Nos resorts localizados na praia a predominância maior é de resorts que operam no sistema *all inclusive*, que permite um controle maior dos gastos dos clientes, mas gera uma menor flexibilização das tarifas. No entanto, essa afirmação carece de uma pesquisa mais aprofundada onde esses dados devem ser cruzados. Assim essa afirmação não permite uma dedução definitiva e fica no campo das hipóteses até um novo estudo que aborde tal temática.

Por fim, cabe reafirmar o fato de haver variações significativas em ambos subgrupos. Esse comportamento aponta para um cenário que não se mostra o ideal para ambos os agrupamentos. A sazonalidade muito pronunciada, com significativos picos de alta e de baixa, é um fator dificultador do planejamento para exercícios futuros, pois desde o dimensionamento de pessoal até a aquisição de insumos perante os fornecedores, pode haver um prejuízo, resultante direto da inconstância das vendas.

Ações que se norteiem em tornar as oscilações sazonais mais suaves durante o ano, são positivas e devem se refletir no desempenho dos fluxos de caixa dos resorts, permitindo, aos gestores, um planejamento mais preciso e assertivo.

5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LIMITAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudou o desempenho de vendas dos resorts brasileiros nos anos de 2017 e 2018. Além de recorrer ao banco de dados criado pela associação, que serviu de fonte primária para o presente estudo, dados históricos compuseram o arcabouço de informações sobre a área estudada. No entanto, o estudo possui limitações:

- a) As análises foram elaboradas sob a égide das receitas, fato que, necessariamente, pode não representar a rentabilidade do negócio dos resorts, no Brasil. Para uma conclusão mais completa, faz-se necessário também que os gastos departamentais, operacionais e de outra natureza sejam considerados e analisados. No momento, os pesquisadores, em conjunto com a direção a Associação Brasileira de Resorts/ABR, está envolvida no processo de criação desse banco mais completo;
- b) As informações aqui descritas estão baseadas no depósito de dados feitos mensalmente pelos resorts filiados à ABR, que é a principal entidade representante do setor no país, mas existem organizações hoteleiras que se intitulam “resorts”, por opção própria e que, no entanto, não cumprem os requisitos para se filiarem à ABR e que, portanto, não constam do estudo aqui elaborado;
- c) Questões relativas ao macro ambiente econômico exercem influência não só no mercado de resorts, como na atividade turística como um todo. Isso se evidencia ainda mais em um cenário econômico volátil como o brasileiro;
- d) Da mesma maneira, questões típicas do setor de resorts podem influenciar os dados e não foram aqui descritas, como o caso do tipo de pensão que cada resort opera.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGARWAL, S. Restructuring seaside tourism: resorts life Cycle. **Annals of Tourism Research**, n. 29, vol. 1, p. 25-55, 2002.

ASMUSSEN, M. W. Entendendo o Jargão Hoteleiro: conceitos e terminologias básicas do ramo hoteleiro. In: **Real Estate: economia e mercado**. Departamento de Engenharia de Construção Civil. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo POLI-USP. São Paulo: A Escola. 02 (01) 01-46, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RESORTS. **ABR em Números**. Nº 24, edição anual. São Paulo: SENAC/ Associação Brasileira de Resorts-ABR, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RESORTS. **ABR em Números**. Nº 28, edição anual. São Paulo: SENAC/ Associação Brasileira de Resorts-ABR, 2018.

- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Atas do Comitê de Política Monetária – COPOM 196ª a 203ª** reunião. Brasília: BCB, 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Atas do Comitê de Política Monetária – COPOM 204ª a 211ª** reunião. Brasília: BCB, 2017.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Atas do Comitê de Política Monetária – COPOM 212ª** reunião. Brasília: BCB, 2018.
- BOEGER, M. A.; YAMASHITA, A. P. **Gestão financeira para meios de hospedagem**. São Paulo: Atlas, 2005.
- BONFATO, A. C.; BALTIERI, M. A. T. Resorts no Brasil: uma avaliação do desempenho. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 10(2), pp. 351-373, maio/ago., 2016.
- BSH INTERNATIONAL. **Relatório de Investimentos no Brasil: hotéis e resorts 2011**. São Paulo: BSH International, 2011.
- BSH INTERNATIONAL. **Resorts no Brasil: 2014**. São Paulo: BSH International, 2014.
- CANTERAS ASSOCIADOS. **Hotel Invest: relatório aos investidores hoteleiros**. São Paulo: HVS International, 2011.
- CARDOSO, R. C. **Dimensões Sociais do Turismo Sustentável: estudo sobre a contribuição dos resorts de praia para o desenvolvimento das comunidades locais**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- CASTELLI, G. **Gestão hoteleira**. São Paulo: Saraiva, 1º ed., 2006.
- COSTA, S. F. **Método científico: os caminhos da investigação**. São Paulo: Harbra, 2001.
- DENCKER, A. F. M.; BUENO, M. (Org.). **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- GEE, C. Y. **Resort's development and management**. 2. ed. East Lansing, Mich.: Educational Institute of the American Hotel & Motel Association – AMHA, 1998.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUIJARRO, D. **Guia de resorts brasileiros**. São Paulo: Online editora, 2003.
- GUTHERY, D.; PHILLIPS, R. O desenvolvimento de Sauipe: um novo destino turístico para o século XXI. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1ª ed. 185-195, 2000.
- JLL JONES LANG LASALLE. **Hotelaria em números 2015**. São Paulo: Jones Lang LaSalle, 2016.
- JLL JONES LANG LASALLE. **Hotelaria em números 2016**. São Paulo: Jones Lang LaSalle, 2017.
- LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MILL, R. C.; KAHL, S. **Resorts: administração e operação**. São Paulo: Bookman, 2003.

PANROTAS. Faturamento de agências Abracorp cai 2,3% em 2015. Acesso em 16 de março de 2016. Disponível em: <http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/viagens-corporativas/2016/01/faturamento-de-agencias-abracorp-cai-23-em-2015_123018.html>

PAPATHEODOROU, A. Exploring the evolution of tourism resorts. **Annals of Tourism Research**, vol. 31, n. 1, p. 219–237, 2004.

PROSÉRPIO, R. **O avanço das redes hoteleiras internacionais no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2007.

PULLMAN, M.; THOMPSON, G. M. Evaluating capacity and demand management decisions at a ski resort. **Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly**, vol. 43, n. 6, p. 25–36, 2002.

ROSA, S. E. S.; TAVARES, M. M. **A recente expansão dos resorts no Brasil**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 16, set. 2012. Acesso: 12/08/2012. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Turismo/200209_16.html>.

SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2006.

SANTOS, S. C. A. **Produção Matemática em um Ambiente Virtual de Aprendizagem: o caso da geometria euclidiana espacial**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, K. M.; FILHO, N. A. Q. V. Os resorts e seus impactos nas comunidades locais: estudo de caso do Águas do Treme Lake Resort no município de Inhaúma em Minas Gerais. **Revista acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo**, vol. 4, n. 3. 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WALTON, J. K. Prospects in tourism history: evolution, state of play and future developments. **Tourism Management**, vol. 30, n. 1, p. 783–793, 2009.

WEYGANDT, J. J. **Hospitality financial accounting**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2005.

DOMINGUES, R. Diretor Executivo da Associação Brasileira de Resorts. [Entrevista cedida a] Antônio Carlos Bonfato, **Associação Brasileira de Resorts**, à Rua Prof. Carlos de Carvalho, 28 - cj. 82 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, Brasil, CEP 04531-080, no dia 25 de abril de 2018, entre 09h00 e 12h00, 2018.

CAPÍTULO 8

EVENTUALES EFECTOS DEL DESARROLLO TURÍSTICO EN COMUNIDADES: EL CASO DE DOS MANGAS EN LA PROVINCIA DE SANTA ELENA

Data de submissão: 27/01/2022

Data de aceite: 11/02/2022

Jhony Yumisaca Tuquinga

Universidad Estatal Península de
Santa Elena, Ecuador

jyumisaca@upse.edu.ec

<https://orcid.org/0000-0001-7086-1963>

Silvia Zulema Plaza Hidalgo

Unidad Educativa Fiscal José de Villamil

silviaz.plaza@educación.gob

<https://orcid.org/0000-0002-8632-8896>

RESUMEN: El turismo constituye uno de los sectores económicos más dinámicos a nivel mundial y uno de los fenómenos sociales más significativos de la era contemporánea, su importancia radica en su evolución y diversificación constante, precisamente este estudio se enfoca en el último aspecto e intenta enfocar en los impactos que provoca las corrientes turísticas que buscan satisfacer sus necesidades a través de un turismo alternativo y comunitario, donde la cultura local ha pasado a un plano de importancia muy ligado al turismo; en este contexto se pretende determinar cuan incidente es la presencia de los visitantes en las costumbres y tradiciones de Dos Mangas, que hoy en día

es uno de los lugares referentes en ofertar una tipología de turismo alternativo. El trabajo se sustenta en una investigación exploratoria y descriptiva, respaldada en entrevistas y encuestas a actores locales, el tipo de análisis fue fundamentalmente descriptivo tratado en el programa spss. Como resultado final se determinó que la presencia de los visitantes, así como los medios de comunicación masiva y la globalización, por el efecto demostración han provocado ciertas alteraciones de tipo temporal en las costumbres y tradiciones de los jóvenes principalmente.

PALABRAS CLAVE: Corrientes turísticas. Impactos culturales. Efecto demostración. Costumbres y tradiciones.

EVENTUAL EFFECTS OF TOURISM DEVELOPMENT IN COMMUNITIES: THE CASE OF DOS MANGAS IN THE PROVINCE OF SANTA ELENA

ABSTRACT: Tourism is one of the most dynamic economic sectors worldwide and one of the most significant social phenomena of the contemporary era, its importance lies in its constant evolution and diversification, precisely this study focuses on the latter aspect and tries to focus on the impacts caused by tourist currents that seek to satisfy their needs through alternative and community tourism, where local culture has become an important plane closely linked to tourism; In this context, it is intended to determine how

incidental the presence of visitors is in the customs and traditions of Dos Mangas, which today is one of the leading places in offering a type of alternative tourism. The work is based on an exploratory and descriptive research, supported by interviews and surveys of local actors, the type of analysis was fundamentally descriptive treated in the spss program. As a final result, it was determined that the presence of visitors, as well as the mass media and globalization, due to the demonstration effect, have caused certain temporary alterations in the customs and traditions of young people mainly.

KEYWORDS: Tourist flows. Cultural impacts. Demonstration effect. Customs and traditions.

1 INTRODUCCIÓN

En los últimos años el crecimiento del turismo ha sido constante, los arribos internacionales registran 1466 millones de visitantes en el 2019 y alcanzarán los 1800 millones en el 2030 (UNWTO, 2016), reafirmando que es una de las actividades que aporta significativamente al crecimiento económico de los países que han incursionado y han visto en el turismo una fuente de dinamización económica, social y ecológica.

A pesar de que las cifras del 2021 demuestran un decrecimiento de hasta menos 73% de viajeros en relación con el año 2019 previo a la pandemia de COVID-19, la importancia global del sector sigue siendo evidente, y es que la industria turística es responsable de la creación de más de 270 millones de empleos, entre directos e indirectos, además, su aportación al PIB mundial superó los 4,5 billones de dólares estadounidenses en el último año (Orús, 2021).

En el Ecuador estas cifras siguen la tendencia mundial, implicando el arribo de 2.043,993 visitantes en el año 2019, permitiendo un ingreso de divisas de 2.287,5 millones de dólares, la generación de 134.541 empleos en diferentes áreas de la actividad turística, aporte al PIB directo del 2,2% y una inversión en capital de 1.0mil millones de dólares (MINTUR M. d., 2022).

Según datos de la Reserva de Producción de Fauna Marino Costera Puntilla de Santa Elena (REMACOPSE) y la Empresa Municipal de Turismo de la municipalidad de Santa Elena (EMUTURISMO), el arribo de visitantes a esta provincia alcanzó un aproximado de 714.449 personas en el 2016, de los cuales el 75% son nacionales y el restante corresponde a extranjeros (Yumisaca, Perfil sociodemográfico del turista de la provincia de Santa Elena en Ecuador. referencias para nuevas propuestas de desarrollo, 2017); sin embargo, hay que considerar que los principales feriados en el año son los motores de movilidad hacia este destino, lo que implica que esta provincia tiene una marcada estacionalidad que corresponde a la temporada alta de enero a abril; temporada media de julio a septiembre y, un periodo de baja afluencia en los meses de mayo, junio, octubre, noviembre y diciembre que se repiten año tras año.

Dentro de este contexto, la predominancia turística en esta provincia es la masiva de sol y playa, sin embargo, ante el requerimiento de diversificar su oferta para poder diferenciarse y posicionarse respecto de aquellos destinos turísticos litorales, se está emprendiendo en tipologías alternativas de turismo más consciente, ligado a la naturaleza, cultura y experiencias diversas que suelen darse al contacto entre dos culturas. En este sentido, la comuna Dos Mangasen el cantón Santa Elena atraviesa una etapa de implicación turística, en el que sus actores responden a las diversas necesidades y exigencias de los visitantes nacionales y extranjeros, cuyo espectacular ambiente rural permite la práctica del ecoturismo, turismo de aventura y el agroturismo, en los que se inmiscuye un sin número de costumbres y tradiciones que aportan a la multifuncionalidad, la pluriactividad y el empleo no tradicional en este territorio eminentemente rural.

Esta alternativa de diversificación turística para Santa Elena, a través del turismo en comunidades del interior distinto a la zona costera, requiere considerar atención al nuevo perfil de los visitantes y diversas exigencias, así también a las capacidades y disponibilidad de la comunidad residente de Dos Mangas. Sin embargo, de que esta diversificación sea una alternativa de dinamización económica, puede convertirse en arma de doble filo debido a la dinámica de la actividad.

En este contexto, la comuna Dos Manga es propietaria de un rico patrimonio intangible conformado por sus fiestas, procesiones, dialectos, comidas y bebidas, entre otras costumbres, las cuales irán desapareciendo si no se evalúa la posibilidad de su puesta en valor y el impacto que puede tener por la presencia de visitantes. Bajo esta perspectiva se presenta un análisis del impacto del turismo en la cultura de la comunidad, considerando como principal objetivo determinar si la afluencia turística hacia la comuna incide en las costumbres y tradiciones de sus pobladores, para lo cual, se parte de una indagación, aplicación de instrumentos y observación directa, lo que permite conocer la visión de los actores acerca de su comuna, sus valores, tradiciones, costumbres y su organización, así como también la indagación de sus opiniones acerca de los entes turísticos y el turismo, siendo este tipo de información de gran relevancia para determinar el verdadero significado del turismo para el desarrollo y como alternativa de conservación de su patrimonio cultural.

2 MARCO CONCEPTUAL

En la actualidad el turismo constituye uno de los sectores económicos más dinámicos e importantes a nivel mundial y uno de los fenómenos sociales más trascendentales de la era moderna, a su vez, los pilares del desarrollo sostenible del

turismo han adquirido una relevancia significativa en las sociedades actuales, a partir de la profunda interrelación de los factores económicos, sociales y ambientales que influyen en el mercado de los viajes. Además, los avances tecnológicos y los cambios en el comportamiento de la demanda inciden cada vez más en la evolución de los negocios y en el desarrollo de nuevos destinos.

En este escenario de rápido crecimiento turístico, las diversas modalidades de turismo y específicamente el turismo cultural contribuyen al dinamismo en las esferas socioculturales, ambientales y económicas, creando oportunidades para las poblaciones y para los gestores turísticos en el ámbito estatal, empresarial y comunitario. En este sentido, la Organización Mundial de Turismo OMT ha fijado dos objetivos generales en este ámbito: 1) velar para que el desarrollo del turismo cultural sea responsable, integrador y sostenible, contribuyendo al desarrollo socioeconómico de las comunidades de acogida y mejorando su bienestar, y 2) velar para que el turismo contribuya al enriquecimiento y la conservación de la identidad cultural del destino, promoviendo intercambios transculturales entre los visitantes y la comunidad de acogida, así como el fomento y la preservación del patrimonio cultural.

Queda claro entonces que el alcance de estos objetivos orienta a la consecución de acciones responsables y creación de compromisos eficaces entre el sector público, privado y comunitario. Entonces, tal como asevera UNWTO (2016) las distintas modalidades de turismo que se desarrollan en los diferentes espacios, específicamente en comunidades, tienen que enfocarse en el aspecto sostenible, para lo cual deben:

- Promover el respeto a los valores culturales y éticos de las comunidades de acogida en la elaboración de programas turísticos basados en su patrimonio cultural material e inmaterial, al tiempo que se fortalecen los intercambios transculturales con los visitantes y la calidad de vida de la comunidad de acogida.
- Empoderar a las comunidades de acogida para que protejan, conserven, presenten y expresen de forma contemporánea la singularidad de su patrimonio cultural material e inmaterial en el contexto del turismo mediante un mayor grado de sensibilización, sensación de orgullo e identificación.
- Encontrar un modelo más sostenible de desarrollo de diversos productos turísticos culturales que determine la vulnerabilidad y las limitaciones y se plantee enfoques nuevos e innovadores para gestionar las corrientes turísticas en los sitios del patrimonio, teniendo en cuenta la integridad de éstos y la comunicación eficaz de sus valores, dando cabida a la cadena de suministro turístico en su totalidad.

Basado en el contexto precedente, es menester decir que el turismo y la cultura guardan estrechas relaciones de funcionalidad, por lo que, una gestión sostenible del turismo se convierte en importante herramienta de conservación de la cultura, a su vez, esta última puede ser usada correctamente como elemento para el turismo. Es importante destacar que en la actualidad la cultura de la comunidad o destino receptor y el comportamiento de los turistas que los visitan son esenciales, por lo que, lo menos que pueden hacer los anfitriones es garantizar la seguridad tanto del turista como de las comunidades.

A la medida que el turismo ha evolucionado, la cultura ha pasado a un plano de importancia, muy ligado al turismo, dejando de lado esas conceptualizaciones que diferenciaban lo uno de lo otro, que a decir de The Organization for Economic Cooperation and Development – OECD (2009), la cultural estaba en gran medida orientada a las necesidades de consumo de la población local, a excepción de los elementos de alta cultura considerados emblemas de la cultura nacional y, por lo tanto, merecedores de la atención de los turistas.

Las exigencias de los demandantes han puesto en evidencia que la cultura y todo lo que encierra están estrechamente unidos, impulsados por elementos propios de la oferta y la demanda, en el primer caso se destaca: mayor interés en la cultura como manifestación de la identidad frente a la globalización; aumento de los niveles educativos; envejecimiento de la población del mundo desarrollado; patrones de consumo posmodernos y auge de la economía de la experiencia; crecimiento del turismo y mayor accesibilidad de los activos y las experiencias culturales.

Mientras que, en el caso de la oferta, el turismo ha pasado a verse como un importante sustento económico de la cultura, la oferta cultural se incrementa a la par que la concienciación sobre el patrimonio y las identidades locales, considerándose una modalidad de turismo que las naciones y regiones deben desarrollar.

Es evidente que en la actualidad se denota la relación muy estrecha entre turismo y cultura, sin embargo, se muestra deficiencias al conocer que los gestores del turismo se inclinan por patrimonios edificados, provocando que otras formas de cultura queden abandonadas al centrarse exclusivamente en unos pocos puntos de interés, en lugar de extender las iniciativas de desarrollo a zonas más amplias como las expresiones culturales inmateriales y orales (Schwab, 2016).

A partir de lo referido, se denota la necesidad de tomar en consideración definiciones más amplias de cultura, especialmente en lo referente al turismo. A decir de Richards (2001), uno de los problemas a la hora de determinar la importancia de la cultura para el turismo, y viceversa, es el hecho de que la definición misma de cultura

sea tan amplia, el término puede incluir elementos de alta cultura, como los museos y monumentos que visitan los turistas, pero también muchos elementos de cultura popular o de la vida diaria.

En este contexto, Ecuador ha dado pasos a la diversificación de su matriz productiva enfocados a generar nuevos ingresos a través del turismo, por lo que ha impulsado una serie de iniciativas en el sector turístico (Castillo, 2015). De acuerdo con el Plan Estratégico de Turismo Sostenible del Ecuador emitido por el MINTUR (2007), el país presenta una serie de productos turísticos como el comunitario y el cultural, con una serie de variantes que implica la intervención y participación de la población receptora.

2.1 LA AFLUENCIA Y EL SISTEMA TURÍSTICO

Bajo este precepto se refiere al número de turistas de origen nacional e internacional que se desplazan por algún motivo de su lugar de origen hacia alguno de los destinos turísticos (Rataric, 2008). Por consiguiente, al hablar de afluencia, se hace referencia a corrientes turísticas o demandantes de servicios que comúnmente se denominan también consumidores, que suelen ser muy heterogénea y compleja (Congreso del Ecuador, 2010); el consumidor es toda persona natural o jurídica que, como destinatario final adquiere, utiliza o disfruta de bienes y servicios.

La diversidad de demanda depende de la amplia variedad de ideas, perspectivas, productos y la prestación de servicios, dependiendo entonces, de la creatividad de la empresa o prestadora de servicios para llamar la atención del cliente, que de hecho presentan diferentes características sociodemográficas, motivaciones y experiencias, que, influenciadas por sus intereses y necesidades particulares, buscan satisfacer sus necesidades de viaje (Socatelli, 2013).

2.2 LA DEMANDA Y EL TURISMO CULTURAL

El turismo basado en la cultura local ha tomado vital importancia al momento de gestionar los destinos turísticos. La importancia radica en el crecimiento de la demanda como consecuencia de las actuales tendencias sociales y económicas del turismo (Grade, 2001). La importancia cuantitativa de la tipología de turismo ligado con aspectos culturales resulta valiosas al momento de trabajar en desestacionalizar los destinos de sol y playa como el de Santa Elena.

Una tendencia creciente del turista en búsqueda de nuevas satisfacciones combinadas entre turismo e interrelación cultural y nuevas motivaciones hacen difícil satisfacer a todos los demandantes. En este contexto, surgen y adquieren importancia

diferentes tipologías de turismo y, específicamente en el aspecto cultural: turismo arquitectónico, museístico, gastronómico, idiomático, religioso, musical, cinematográfico, etc. En definitiva, el interés por la cultura viva de muchos destinos, hacen que el segmento ligado al turismo comunitario y cultural adquieran importancia en los últimos tiempos, tanto desde el punto de vista cuantitativo como cualitativo, a la hora de incrementar la calidad y la competitividad de los destinos turísticos (Flores, 2015).

Sin embargo, dado que podría decirse que la cultura, desde una perspectiva amplia, de una u otra forma está presente en la gestión de productos y destinos turísticos, es fundamental entonces considerar la importancia de las costumbres y tradiciones como elemento cultural intangible que puesta en valor turístico o no puede producir impactos en la comunidad.

2.3 COSTOS Y BENEFICIOS RESULTANTES DE LA EXIGENCIA DE LA DEMANDA

Sin duda alguna que la exigencia de los demandantes de servicios turísticos acarrea beneficios y costos económicos y no económicos a los destinos turísticos o comunidades anfitrionas; sin embargo, se debe aclarar que los costos y beneficios no resultan iguales, ya que muchos de estos son de tipo social y difíciles de medir, a lo que, McIntosh (1999) manifiesta que el turismo mal planificado y desarrollado puede crear problemas, las demandas del turismo pueden entrar en conflicto con las necesidades y deseos de los residentes locales.

Entre los costos provocados y acusados al turismo están: contaminación de playas; incremento en el precio de la mano de obra, el suelo y los bienes, corromper los valores costumbres y tradiciones de los pueblos, ruido, desechos, delincuencia, pérdida de la identidad, conflictos sociales, deterioro ambiental y empleos temporales mal pagados.

Por lo mencionado, se puede afirmar que el turismo no es ninguna bendición ni panacea alguna, sin embargo, esta puede provocar grandes beneficios, así como grandes problemas sociales. Partiendo de las experiencias sobre turismo, lo mejor es equilibrar los beneficios y los costos.

A pesar de lo difíciles problemas que tiene que afrontar un destino y su sociedad como consecuencia de la actividad turística, los beneficios son diversos, que de una o de otra forma alivian los aspectos negativos ya citados, entre estos se pueden resaltar: oportunidades de empleo, infraestructura que ayuda a estimular otras actividades, diversifica la economía, provoca el efecto multiplicador, justifica la conservación ambiental y cultural, etc., en definitiva son muy valederas a la hora de aliviar la pobreza local.

Sin embargo, de los efectos positivos y de tipo económico provocados por el turismo, los impactos socioculturales de la actividad turística sobre las poblaciones

receptoras deben ser considerados muy seriamente. Según Acerenza (2006), los efectos principalmente negativos en comunidades receptoras se deben a las diferencias socioeconómicas y culturales que se dan entre la población local y los visitantes, cuando mayor son estas diferencias, mayor son los impactos del turismo sobre la estructura social de la comunidad y sus costumbres.

Los impactos están íntimamente relacionados con el potencial que tienen los territorios, por lo tanto, la actividad turística correctamente gestionada puede llegar a estimular y contribuir a un mejoramiento de las condiciones de vida de la población, a través del desarrollo de productos que se adapten a las condiciones territoriales y exigencia de los demandantes. A decir de Quintero (2014), cada producto tiene un impacto en el lugar donde se desarrollan las actividades turísticas; desde la perspectiva sociocultural, la magnitud de los impactos dependerá, en gran medida, de las diferencias socioculturales entre turistas y residentes, pudiendo afectar a una multitud de variables, entre ellas: formas de vida, sistemas de valores, comportamiento individual, niveles de seguridad, conducta moral y cultura tradicional.

2.4 EFECTOS SOCIOCULTURALES RESULTANTES DE LA AFLUENCIA TURÍSTICA

Los efectos del turismo en las comunidades se dan por la interacción tanto del anfitrión como del visitante, estos efectos pueden ser positivos y negativos. Acerenza manifiesta que, mientras mayor sean las diferencias entre estos mayores serán los impactos sobre la estructura social y costumbres.

Siguiendo con los aspectos negativos provocados por el turismo, la Cooperación Cultural Iberoamericana (2003) menciona en sus estudios que el turismo puede transformar las culturas locales en bienes de consumo, por tanto, las ceremonias religiosas, ritos y fiestas de carácter étnico pueden empobrecerse para responder a las expectativas de los turistas.

Evidentemente el turismo en el afán de servir y responder a las exigencias de los visitantes, se ve obligado a cambiar el uso, la función, tradiciones, costumbres, etc., provocando en muchos casos desplazamientos de la población local fuera de su propio territorio.

Sin embargo de lo mencionado, en compensación de los efectos negativos, debe decirse que los estudios demuestran también que el turismo tiene muchos efectos positivos para las comunidades. Para Miguel Acerenza la mayoría de los efectos positivos que tiene el turismo se relaciona con el patrimonio cultural, entre estas:

- Preservación de monumentos arqueológicos y testimonios de culturas antiguas.- demostrando que el turismo es uno de los instrumentos que más

ha contribuido a revalorizar los vestigios de culturas antiguas, las cuales constituyen la herencia cultural de los pueblos.

- Revalorización de los usos y costumbres de la población.- el turismo contribuye también a la revalorización del folklor, la gastronomía regional, las artesanías y las festividades populares.
- Renacimiento de formas de arte tradicionales.- la exposición de la cultura a otros grupos puede provocar la adaptación de las tradiciones artísticas mediante la modificación del arte original, lo que también podría mantener y revivir las tradiciones originales.
- Reconversión de edificios e instalaciones obsoletas o en desuso.- se trata de asignar nuevas funciones convirtiéndolas en verdaderos centros de atracción turística.
- Fomento de las actividades culturales.- la actividad turística estimula el desarrollo de las actividades culturales en las zonas receptoras, en todas sus manifestaciones, contribuyendo así a mejorar la vida social en las comunidades.

2.5 LA CULTURA INTANGIBLE (COSTUMBRES Y TRADICIONES) EN LAS COMUNIDADES RECEPTORAS

La cultura es la parte medular que identifica a una persona, por ende, esta identifica la vida de una sociedad en su propio hábitat, por lo que es única y muy diferente del resto de culturas del mundo; es precisamente la cultura de un pueblo que llama la atención a otras sociedades diferentes, haciendo que los visitantes se interesen en conocer y vivenciarlo a través de diversas actividades, y dentro de estas, está el turismo (Martínez. G. Yumisaca, 2015).

En la actualidad el turismo busca adentrarse en la historia de los pueblos a efecto de conocer los diferentes aspectos tangibles e intangibles del patrimonio heredado de las comunidades. La cultura genera ingresos económicos directos e indirectos a través del empleo generado por esta actividad, contradiciendo a teorías anteriores, que a decir de Benedict (1989) la cultura era parte de un vocabulario usado por un pequeño grupo de técnico o antropólogos profesionales.

En la actualidad las sociedades reconocen su cultura, lo asumen como suya y lo usan para referirse a un tiempo y lugar (Molano, 2007). La cultura se integra por un conjunto de imaginarios colectivos y estructuras simbólicas de pensamiento (criterios, conocimientos, valores), los cuales se traducen en manifestaciones o expresiones (actitudes, costumbres, estilos de vida) que cohesionan a los miembros de una sociedad determinada y que la hacen diferente de las demás (Hernández, 2016).

En este mismo sentido Stenou (2002) logra ampliar el concepto de cultura, definiendo como: El conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y efectivos que caracterizan a una sociedad o a un grupo social que abarca, además de las artes y las letras, los modos de vida, los derechos fundamentales del ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias.

Por los precedentes conceptuales, se puede decir que la cultura es generadora de bienestar y economía, que, a decir de la quinta Conferencia Iberoamericana de Cultura desarrollada en Lima en el 2002, la cultura es clave en los procesos de desarrollo endógeno, basado en las propias potencialidades de las naciones y las regiones.

La implicación de las comunidades hacia el turismo es posible, aunque esta debe ser progresiva, basado en diálogos con actores que deben entender todo lo que implica el turismo. En tal virtud, organismos como el Ministerio de Turismo - MINTUR, las Cámaras de Turismo y ONGs han mostrado interés en definir la importancia de la actividad turística y el papel del demandante en este proceso; apoyados en estrategias educativas y de capacitación han impulsado la denominada cultura turística, entendiendo que este término incorpora dimensiones de sostenibilidad, que brindan beneficios a la comunidad e incentivan la participación de los mismos con sus características singulares.

La cultura turística de una población hace referencia a una serie de valores, costumbres y tradiciones, que, mediante la práctica acertada y actitudes coherentes, favorece al desarrollo de la actividad en una localidad. El éxito de un destino turístico recae en el rescate y su puesta en valor para el visitante que afana compartir e intercambiar experiencias con personas de culturas diferentes a la suya.

2.6 LAS COSTUMBRES Y TRADICIONES ELEMENTOS DE LA OFERTA EN COMUNIDADES TURÍSTICAS

Al referirnos a las costumbres es preciso reconocer que estas provienen de tiempos inmemoriales y que en ocasiones no tiene explicación lógica o racional, simplemente se fueron estableciendo con el transcurso del tiempo hasta volverse irrevocables. En la actualidad el fenómeno de la aculturación ha ocasionado que las costumbres y tradiciones de las comunidades se vayan desapareciendo, dando paso a nuevas modalidades en los pueblos anfitriones.

La costumbre es una manifestación de la vida racional, como objeto propio de lo ético, es una práctica social con arraigo entre la mayor parte de los integrantes de una comunidad. La costumbre es un acumulado de actos usuales hasta llegar a ser habituales y guían al comportamiento de la sociedad. Por otro lado las tradiciones provienen del pasado, sin embargo, la tradición es un instrumento de resistencia de las clases

subalternas frente al avance de los sectores dominantes; las clases dominantes hacen una utilización de la tradición, como forma de condicionar la capacidad de aprehensión de la realidad social, al legitimar y naturalizar un orden establecido.

Las tradiciones son costumbres, ritos, usos sociales, ideas, valores, normas de conducta, históricamente formados y que se transmiten de generación a generación; elementos del legado sociocultural que durante largo tiempo se mantienen en la sociedad o en distintos grupos sociales. Sin duda que la tradición es una actividad que se hereda y que se pronuncia en un conjunto de acciones ya sea en un vocabulario determinado, expresiones corporales, vestuario específico de un escenario participativo, de una fecha y se convierte en un componente que agrupa a los individuos, un elemento de intervención cultural, sensibilidad y sentimiento de pertenencia.

3 MATERIALES Y MÉTODOS

El trabajo se sustenta en una investigación exploratoria y descriptiva; en el primer caso permitió explorar y comprender los impactos que percibe la comunidad respecto a la actividad turística, lo que permitió orientar y visualizar las acciones a seguir, por consiguiente, se describió la incidencia de los visitantes en la cultura local de Dos Mangas. El trabajo empírico que sigue esta investigación se respaldó en entrevistas y encuestas con los actores locales.

La fuente principal de información fueron los comuneros inscritos como tal en los registros de la comuna, para lo cual se procedió a estructurar una hoja de encuesta que se aplicó en los hogares mediante visitas en fines de semana. El trabajo de campo y la cumplimentación del cuestionario fueron tratados con la hoja de cálculo Excel y el programa estadístico SPSS.

El tipo de análisis fue, fundamentalmente descriptivo, en la medida en que se trata de un estudio exploratorio, pues no se dispone de ninguna investigación previa, de similares características en esta localidad ni contiguas. En total se realizaron 173 encuestas válidas, con un error muestral de $\pm 5\%$ para un nivel de confianza del 95%. En el siguiente cuadro se recoge una ficha en la que se resumen todos estos datos de la encuesta.

Tabla 1. ficha técnica.

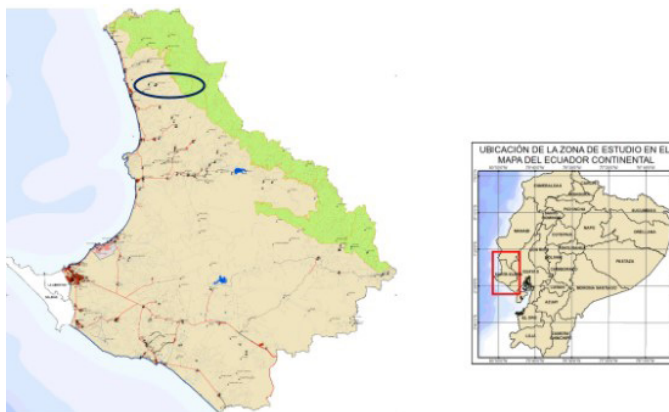
Universo	315
Ámbito geográfico	Comuna Dos Mangas
Tamaño muestral	173
Error muestral	5%
Nivel de confianza	95%

Fuente: elaboración propia.

4 RESULTADOS

La comuna Dos Mangas se encuentra ubicada al interior de la zona costera, al norte del cantón Santa Elena, en las estribaciones del bosque tropical Chongón Colonche en la provincia de Santa Elena. Territorio de relieve irregular y clima tropical húmedo, con condiciones propicias para una apropiada proliferación de flora y fauna.

Gráfico 1. Ubicación georreferencial de la comuna Dos Mangas.



El principal recurso turístico de la comuna Dos Mangas son los senderos que recorren bosques secundarios y en recuperación. Por las características de este bosque, esta zona sirve como nicho ecológico y hábitat de una gran variedad faunística (Yumisaca, 2015).

4.1 LOS RECURSOS TURÍSTICOS

Dos Mangas cuenta con un conjunto de bienes y servicios disponibles para ser usados y consumidos por los turistas, mismos que son presentados como parte de la oferta comunal que se estructura en un conocimiento de la infraestructura y de los recursos turísticos.

Existen recursos valiosos para ser aprovechados en actividades diferentes a las cotidianas, los espacios claves identificados como potenciales para el desarrollo de actividades turísticas se enfatizan en aspectos que hacen de Dos Mangas un área natural de singular importancia:

- a) El espacio geográfico presenta 2800.40 hectáreas de bosque nativo secundario en recuperación y un espacio similar dedicada a la actividad pecuaria, en el que se presenta remanentes de bosque con condiciones para la fauna típica de estos territorios, sin dejar de mencionar la formación de un

microclima agradable y la presencia de riachuelos, que crea los atractivos para que la comuna sea vista como un espacio de exploración para los distintos segmentos de visitantes.

- b) En cuanto a la fauna, se han descrito 84 especies de aves en el sector de los senderos, donde se aprecian especies como tucanes, tangarás y pájaros brujos; en la zona también se encuentran varias especies de anfibios, reptiles, peces e indeterminado número de invertebrados y, en la parte interna del bosque habitan unas 21 especies nativas de mamíferos.

Con lo expuesto, es pertinente identificar alternativas para el desarrollo de Dos Mangas, sustentado en sus múltiples recursos existentes; más debido a la fragilidad de sus ecosistemas, del conocimiento empírico de la población sobre la actividad turística y de la afluencia temporal de los visitantes, hace necesario un uso racional direccionado hacia la actividad recreativa y turística, que genere dinamización económica en el territorio.

Los datos que se presentan corresponden a una realidad que se suscita en este destino en etapa de implicación, como elementos propios de la interacción de dos culturas obligados a interactuar en pro de satisfacerse mutuamente.

La realidad de un destino turístico corre el riesgo de sufrir impactos negativos, en muchos de los casos irreversibles, dependiendo necesariamente de la concientización cultural y la formación que adquieran como anfitriones, capaces de superar costumbres y tradiciones foráneas que pueden ser transmitidos por los visitantes. En este contexto, la Realidad de dos Mangas muestra impactos que se producen en la sociedad como resultado de la llegada de los visitantes.

En este sentido, un 97% de la población encuestada en Dos Mangas reconoce que el turismo atrae inversión económica a la comuna, aduciendo que las inversiones han sido de parte del sector público en lo referente a infraestructuras básicas, mientras la inversión en servicios tanto de hospedaje, alimentación y complementarios son efectuadas por los propios comuneros de forma privada.

Un 78% de la población considera que el nivel de vida de las familias ha mejorado como consecuencia del turismo, principalmente en épocas de temporada alta que genera mayor afluencia de visitantes y esto contribuye a la calidad de vida de las personas que habitan en la comuna.

La población encuestada reconoce (91%) que la actividad turística ha permitido el intercambio cultural con los visitantes, aduciendo que durante el tiempo que han trabajado en turismo, los receptores se ven obligados a abrir espacios de diálogo y de enseñanza como parte del proceso turístico en este destino. El querer ser buenos anfitriones obliga a los comuneros a escucharlos y a aprender de ellos también, lo que implica tomar ciertos

aspectos y hacerlos suyos, aunque estos no sean significantes, como la forma de vestir y el idioma, por ejemplo; en todo caso, a la larga esto se puede hacerse más fuerte, aunque los adultos y fejes de familias se encuentran muy conscientes de esto, siendo los jóvenes los que están expuestos a ser influenciados por los visitantes.

Un 63% de entrevistados manifiestan que la actividad turística no ha provocado cambios en la cultura local, debido a que el contacto con extranjeros más bien facilita conocimientos de ellos. El 22% de la población manifiestan que el intercambio cultural ha incidido mayormente en la educación, motivando el aprendizaje empírico, autoaprendizaje y en ciertos aspectos ha motivado el ingreso a colegios y universidades.

Si bien es cierto es a través del turismo que la población expresa su cultura mediante música, danza folklórica, elaboración de artesanías e intercambio de idiomas, lo que en realidad para la comuna sería un aspecto positivo tal como se demuestra en párrafos anteriores.

Un 73% de la población manifiesta que la mayor afectación que se evidencia es la adaptación de costumbres ajenas, que se aprecian en los jóvenes por ser los más expuestos a los cambios culturales debido a la interacción con los visitantes, sin embargo, es menester mencionar que también los medios de comunicación masiva inciden en estos cambios.

De la población encuestada el 34% considera que la pérdida de costumbres se debe al desinterés de los jóvenes en mantener la vestimenta y lenguaje, siendo los principales en adoptar costumbres ajenas a las de su localidad.

Por otro lado, se evidencia que el turismo también ha causado impactos positivos en el medio ambiente, un 94% aducen que se ha logrado recuperar los recursos naturales gracias al desarrollo turístico. Esto conlleva a decir que el turismo en Dos Mangas es un gran hallado para el ámbito ambiental, logrando recuperar bosques nativos y mejorar parcelas mediante acciones de producción combinada, reconociendo que la exigencia de los visitantes ha provocado cambios en la población local.

El 61% de la población manifiesta estar satisfecha con la contribución del turismo al desarrollo de la comunidad. La satisfacción básicamente se relaciona con los ingresos económicos para las familias, a través de las fuentes de empleo generados y la posibilidad de incrementar equipamientos e infraestructuras.

El turismo en Dos Mangas es importante para el desarrollo y progreso de los comuneros, aunque es notoria la existencia de dos temporadas (altas y bajas), según Sandro Tigrero guardabosque de esta localidad, se recibe turistas locales, nacionales e internacionales durante todos los meses del año.

Los principales hallazgos resultantes de esta investigación hacen énfasis en que la presencia de los visitantes en esta comuna implica contacto con los residentes, produciéndose una convivencia que satisface a las dos partes. Este acercamiento de dos culturas distintas provoca en los comuneros aspectos tanto negativos como positivos en su accionar y desarrollo dentro de su sociedad, mientras que los visitantes realizan sus actividades y buscan satisfacerse de sus acciones.

Por tanto, las costumbres y tradiciones de la población han sufrido variaciones, que no necesariamente están relacionadas con la presencia de visitantes, pero si por cuestiones propias de la dinámica de la cultura, la influencia de los medios de comunicación y la presión de la globalización. Los principales cambios relacionados con la presencia de foráneos tienen que ver con el efecto demostración, que ha afectado principalmente a los jóvenes, aunque esta suele ser temporal no se descarta que pudiera agudizarse con el pasar del tiempo.

Los aspectos negativos del efecto demostración se refleja en la falta de visión comunitaria, copias en vestimenta, celebración de fiestas no lugareñas y comportamientos adquiridos. Por otro lado, los aspectos positivos que ha provocado la presencia de los visitantes se relacionan con la motivación de prepararse para ofrecer mejores servicios, inversiones mínimas en infraestructuras turísticas, ofertas de nuevos productos y servicios.

La investigación denota que la comuna está consciente en aspectos de mantener sus valores y de rescatar sus costumbres, así como, sus pobladores hacen esfuerzos por proteger su ambiente natural ya que consideran significativo el aporte económico que provoca la presencia de foráneos, por ende aún se está a tiempo de proteger estos destinos que son distintos a los tradicionales, aún están a tiempo de ofrecer nuevas alternativas para nuevos segmentos, diversificando tanto productos como los ingresos para las familias.

5 CONCLUSIONES

Dos Manga es un destino turístico en la provincia de Santa Elena que se desarrolla y se proyecta enfocando sus esfuerzos en una tipología de turismo alternativo, distinto al del tradicional sol y playa.

El turismo tiene una alta significancia para su población por su capacidad de generar divisas y su efecto dinamizador, lo que ha provocado numerosa inversión pública, privada y de ONGs, principalmente en infraestructura y formación del talento humano.

El contacto de dos culturas provoca efectos negativos insignificantes y temporales, aunque es preciso reconocer sus efectos positivos plasmados en interés de

aprendizaje sobre servicios turísticos, rescate de la cultura e interés por la conservación de sus recursos naturales.

La pérdida de las costumbres en Dos Mangas se debe al desinterés de los jóvenes por aprender de sus adultos, a la muerte de los abuelos que parten sin transmitir por completo sus conocimientos, a la migración, a la falta de programas de concienciación y cultura turística.

En definitiva, se puede evidenciar el aporte del turismo a remediar algunos impactos negativos (dependencia de la agricultura tradicional) provocados por otros fenómenos (crisis agrícola).

Las costumbres y tradiciones se han visto alteradas debido a la presencia de turistas hasta cierto punto, pues la juventud observa las formas de vestir hablar y actuar de los foráneos y quieren imitarlas; sin embargo, es preciso mencionar que la industrialización, la globalización y la presencia fuerte de los medios de comunicación masiva son contribuyentes a los cambios que se denotan en los jóvenes de este territorio.

BIBLIOGRAFÍA

Acerenza, M. (2006). *Efectos económicos, socioculturales y ambientales del turismo*. Mexico: Trillas.

Benedict, R. (1989). *Patterns of culture*. Boston: Houghton Mifflin.

Castillo, E. (2015). El Turismo en el Ecuador. Nuevas tendencias en el turismo sostenible y contribución al crecimiento económico. *Revista Galega de economía*, 24(2), 69 - 88.

Cooperación-Cultural-Iberoamericana. (2003). *Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura*. Obtenido de <http://www.oei.es/cultura2/marcodeaccion/ibermuseos.htm>.

Ecuador, C. N. (2010). *Ley Orgánica de defensa de consumidor* (1era ed.). Quito: FES - ILDIS.

Flores, D. (2015). Segmentación del turismo cultural: el turismo cinematográfico de festivales. *International Journal of Scientific Management and Tourism* , 233-258.

Grade, J. (2001). Análisis de la oferta de turismo cultural en España. *Estudios Turísticos*(150), 15 - 40.

Hernández, W. (2016). *Revista Torreón Universitario*, 4(11), 78- 81.

Martínez. G. Yumisaca, J. (2015). *Diseño de un centro de interpretación cultural con fines turísticos para la comuna Sinchal, Cantón Santa Elena, Provincia de Santa Elena*. La Libertad: UPSE.

McIntosh, R. (1999). *Turismo, planeación, administración y perspectivas*. Limusa Wiley.

MINTUR, M. d. (2007). *Plan estrategico de desarrollo de turismo sostenible para Ecuador: PLANDETUR2020*. Quito.

MINTUR, M. d. (24 de enero de 2022). *Visualizador de información turística del Ecuador*. Obtenido de Indicadores del turismo: <https://servicios.turismo.gob.ec/visualizador>.

Molano, O. (2007). Identidad cultural un concepto que evoluciona. *Revista Opera*(7), 69 - 84.

OECD, T. O.-o. (2009). *The Impact of Culture on Tourism*. París: OECD online bookshop. Obtenido de www.oecd.org.

Orús, A. (22 de octubre de 2021). *Statista*. Obtenido de <https://es.statista.com/temas/3612/el-turismo-en-el-mundo/#dossierKeyfigures>.

Quintero, L. (2014). Reflexiones acerca de la investigación científica en turismo. *RES NON VERBA. Revista Ciencia, Innovación y Sociedad del Conocimiento*(5), 27 - 42.

Rataric, M. (2008). *Organicemos las Ideas – Manual para Emprendedores Turísticos*. Secretaria de Turismo Argentina.

Richards, G. (2001). ¿Turistas culturales o cultura del turismo? Evolución del mercado europeo del turismo cultural. (ATLAS, Ed.) *Innovaciones en turismo cultural*, 1 - 9.

Schwab, K. (2016). *The global Competitiveness Report*. Ginebra: WEF. (2015). Ginebra: World Economic Forum.

Socatelli, M. (2013). *La Comercialización de Servicios - Productos y Destinos Turísticos Sostenibles*. San José Costa Rica: Intermark: Intermark – Consultores en Turismo.

Stenou, K. (2002). *Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural: una visión, una plataforma conceptual, un semillero de ideas, un paradigma nuevo*. UNESDOC.

UNWTO, W. T. (febrero de 2016). *Alianza entre turismo y cultura en el Perú – Modelos de colaboración entre turismo, cultura y comunidad*. doi:<https://doi.org/10.18111/9789284417575>.

Yumisaca, J. (2015). Tesis de grado: Propuesta para desarrollar el turismo rural en la comuna Dos Mangas provincia de Santa Elena. Guayaquil: Universidad Agraria de Guayaquil.

Yumisaca, J. (2017). Perfil sociodemográfico del turista de la provincia de Santa Elena en Ecuador. referencias para nuevas propuestas de desarrollo. *Revista Universidad y Sociedad*, 9(3), 52 - 59.

CAPÍTULO 9

YA SE VEÍA VENIR, PERO AUN ASÍ LE HICIERON CASO A ESTE VIEJO CONOCIDO: CONSIDERACIONES TRANSTEXTUALES DEL CORONAVIRUS COMO PROCESO DE SOLEDAD, TRANSFORMACIÓN Y VUELTA AL SENTIR DE LA EXISTENCIA¹

Data de submissão: 27/01/2022

Data de aceite: 11/02/2022

Bairon Jaramillo Valencia²

<http://orcid.org/0000-0001-6471-3139>

Samantha Castaño Sepúlveda³

<https://orcid.org/0000-0001-6477-8848>

RESUMEN: Este trabajo tiene como propósito poner en evidencia un reporte de caso, sobre las contribuciones de una ejecución metodológica en las clases secuenciales de un curso de licenciatura en pregrado. Dichas sesiones fueron desarrolladas en el Programa

¹ La investigación referente para la escritura de este texto, se nombra *Ejecución de sesiones transmediales para desarrollar competencias críticas en el programa de Humanidades y Lengua Castellana*. Esta propuesta crítico-reflexiva se cristaliza a lo largo de las discusiones llevadas a cabo en el semillero de investigación *Artes, Intermedialidad y Educación* (AIE), de la Facultad de Educación.

² Licenciado en Educación y Humanidades con Énfasis en Inglés, Especialista en TIC para la Educación, Magister en Educación con Especialidad en Educación Superior, Doctor en Educación; docente-investigador de la Línea de Investigación Pedagogía, Lenguaje y Comunicación, Universidad de San Buenaventura, Medellín - Colombia. Correo electrónico: bairon.jaramillo@usbmed.edu.co / <https://scholar.google.es/citations?hl=es&pli=1&user=2b28iRkAAAAJ>

³ Estudiante de Licenciatura en Humanidades y Lengua Castellana de la Universidad de San Buenaventura, Medellín - Colombia. Semillerista adscrita a AIE. Correo electrónico: samantha.castano17@tau.usbmed.edu.co

de Humanidades y Lengua Castellana – Facultad de Educación: Universidad de San Buenaventura, sede Medellín. El proceder se manifiesta gradualmente, a través de las reflexiones desarrolladas en el semillero denominado *Artes, Intermedialidad y Educación* (AIE); y como resultado, se gesta un proceder pedagógico y didáctico que permitió el trabajo en competencias de análisis transtextual. Esta investigación de análisis documental –y de corte mayoritariamente empírico– tuvo como bases metodológicas un enfoque hermenéutico y una herramienta de recogida *ad hoc* (Matriz Categorical de Relación Intertextual); y consecuentemente, entre los hallazgos más representativos, se pone en relieve la capacidad de relacionar, crítica y comprensiblemente, hechos fácticos del fenómeno *Coronavirus*, con la narrativa de distintos enfoques literarios modernos y contemporáneos. Por otra parte, se resalta la capacidad de emerger reflexiones aguzadas a partir de los hechos insoslayables de la experiencia, al igual que la manifestación de mensajes cargados de bases epistemológicas sólidas. Todo lo anteriormente enunciado, sin perder de vista las disposiciones institucionales que sustenta la universidad, y la libertad discursiva propiciada por los procedimientos internos que se desarrollan en cada clase, dando valor y reconocimiento a la autonomía discursiva de los estudiantes y docentes.

PALABRAS CLAVE: Transtextualidad. Intertextualidad. Coronavirus. Transformación. Existencia.

IT WAS EVIDENT, BUT EVEN SO THEY FOLLOWED THIS OLD ACQUAINTANCE: CORONAVIRUS TRANSTEXTUAL CONSIDERATIONS AS A PROCESS OF LONELINESS, TRANSFORMATION AND RETURN TO THE EXISTENCE FEELING

ABSTRACT: The purpose of this work is to highlight a case report on contributions about methodological executions in some sequential classes of an undergraduate degree course. These sessions were developed in the Humanities and Spanish Language Program – Faculty of Education: Universidad de San Buenaventura, Medellín campus. The procedure shows itself gradually through the reflections developed in the seedbed called *Arts, Intermediality and Education (AIE)*; and as a result, a pedagogical and didactic procedure that allowed the work in transtextual analysis competencies was developed. This research of documentary analysis – and mostly empirical – had as methodological bases a hermeneutical approach and *ad hoc* collection tools (Category Matrix of Intertextual Relation); and consequently, among the most representative findings, it could be perceived the ability to relate, critically and understandably, real situations of the *Coronavirus* phenomenon, with the narrative of different modern and contemporary literary approaches. Similarly, it is appreciated the ability to emerge deep reflections about unique facts from the experience in this aspect, as well as the manifestation of messages loaded with solid epistemological foundations. All that was previously mentioned, without losing sight on the institutional provisions that support the university, and the discursive freedom fostered by internal procedures that take place in each class, giving value and recognition to the discursive autonomy of students and teachers.

KEYWORDS: Transtextuality. Intertextuality. Coronavirus. Conversion. Existence.

1 INTRODUCCIÓN

Previo a poner de manifiesto cualquier tipo de revisión literaria, referente a las concepciones inherentes de la investigación fundante para la escritura de este artículo, se dan a conocer aquí las categorías que dieron motivación a la investigación *per se*; estos componentes funcionaron como “brújula” para delimitar el estudio y convertirlo en un proceso riguroso e investigativo:

Figura 1. Elementos categóricos que encauzaron el desenvolvimiento en la investigación.



Fuente: Diseño personal.

2 COMPRENDIENDO LA SOLEDAD EN LOS TIEMPOS DE CORONAVIRUS

A través de la historia de la humanidad, los seres humanos han padecido el irremediable azote de las pandemias; y aunque ahora parece estar el tema más acentuado – más aun en la manera cómo pulula la información, a través de los numerables dispositivos electrónicos – décadas atrás se registraban, de forma similar, epidemias que llegarían y dejarían su marca registrada:

Es preciso afirmar que el corona virus es una pandemia, sin embargo, no es la primera enfermedad epidémica que surge a escala global, como antecedentes directos del Covid-19, podemos citar el virus del Sars o síndrome respiratorio agudo grave detectado en febrero de 2003, el virus del Mers, la gripe aviar, la gripe porcina y la más reciente Influenza H1N1 declarada pandemia en septiembre de 2009, además de enfermedades como el Ébola, el dengue, la fiebre amarilla, la tuberculosis y el HIV (Saientz, 2020, p. 102).

Todas estas enfermedades de carácter colectivo se han presentado *ā divīnīs*, pues en los hospitales han muerto, a partir del contagio, tanto creyentes como aquellos que no lo son. Asimismo, los registros sobre los contagios de los virus se han dado en diversas naciones, mas dichos países nunca han sido penalizados por una acción aleatoria, como lo es el surgimiento de algo dañino para la humanidad; el Virus de la Inmunodeficiencia Humana, causada por la infección del VIH, es un ejemplo de cómo se propagó una enfermedad desde 1981 en los Estados Unidos hacia el mundo entero, y que aún se padece en la actualidad. En este caso, al igual que en los anteriores, ninguna entidad apuntó el dedo para ejercer algún tipo de reprimenda para dicho país, cosa que ahora los mismos Estados Unidos pretenden hacer a China por el surgimiento del corona virus, país que registró los primeros casos a nivel mundial. Desde hace muchas décadas, todos parecen orbitar en torno a lo que se dice en Norteamérica, ya pueden sacar sus propias conclusiones sobre los actos de doble moral. Así pues, volviendo a las formas de contagio de la actual pandemia, López et al., (2020) determinan lo siguiente:

El COVID-19 ingresa al organismo por medio de la boca, nariz u ojos, la forma de contagio principal de este nuevo corona virus es a través de gotas de Pflügge o gotículas respiratorias con un tamaño de 5 o más micras, las cuales se esparcen por medio de la exhalación, tos o estornudo de una persona contagiada, las que no se mantienen en suspensión, quedando así depositadas en las superficies entre 1 a 2 metros desde la fuente de emisión, esta forma de transmisión se denomina nosocomial (p. 3).

Después de esto, observar a las personas felizmente interactuar sin precaución alguna – soslayando los presupuestos científicos, y sin mencionar lo indecoroso y atípico que puede ser el hecho de desafiar a la muerte a partir de la ignorancia – genera en el ser lógico una impotencia resignante, puesto que son hechos colectivos que perjudican a

las individualidades; sujetos que no tienen más remedio que aislarse, ya sea por voluntad propia o por dictámenes estatales:

Por un lado, todas las personas pasamos tiempo a solas todos los días, e incluso en ocasiones la buscamos cuando necesitamos pensar o queremos descansar; de esta forma, la soledad es muchas veces una experiencia que nos resulta agradable e incluso deseable. Por otro lado, también es cierto que hay circunstancias y momentos en los que, precisamente la falta de compañía, nos causa tristeza y malestar (Blanco, 2020, p. 67).

Concatenando las consecuencias del fenómeno *Coronavirus* con el estado de soledad – referido de forma literal y figurativa – se hace necesario formular las preguntas sustanciales y relevantes para problematizar los factores desencadenantes en términos psicológicos. Así pues, la soledad por sí sola no es un acontecimiento nuevo en la vida del hombre, de hecho no se puede culpar a la pandemia actual de la forma cómo se debe asumir dicho estado, sabiendo de antemano que con o sin coronavirus la soledad hace parte de la existencia en el sujeto:

Concluimos que la soledad y el aislamiento social son unos condicionantes de salud muy prevalentes en nuestra población. Existen 2 grupos de personas solas, uno muestra una soledad moderada vinculada al envejecimiento y a las barreras a la socialización, y otro siente una soledad muy severa pero sin unas características específicas que aparentemente la expliquen (Gené et al., 2020, p. 230).

Descrito lo anterior, actualmente parece infravalorarse el control que el hombre puede tener con su estado psíquico, aduciendo que la pandemia ha causado – en un porcentaje de los seres humanos – un alto grado de aflicción y dependencia hacia la “interacción real”; cosa que comúnmente no parece reflejar queja, pues el tiempo invertido a través de dispositivos electrónicos – de manera voluntaria – parece ser mucho mayor al del usual contacto con el otro. Por consiguiente, no sería pertinente preguntar: ¿será que después de esta crisis se puede aprender a “vivir con el otro”? ¿será que es requerido un cambio sobre la cosmovisión del ser humano en sociedad?, ¿es posible vivir una soledad real, nutrida de reflexión e introspección hacia un bien personal y común? Posiblemente, algunos ni se cuestionen sobre el porqué se reside en este mundo, y de igual forma limiten esta dificultad a las frases propagadas por el cartel de los medios: “debemos reinventarnos; la sociedad debe reinventarse”; cuando en realidad lo que siempre se ha requerido es una real capacidad de adaptación hacia este mundo cambiante, inseguro y líquido.

3 ENTRE LA TRANSFORMACIÓN Y LA EXISTENCIA

En la actualidad – por causas que atañen mayoritariamente al confinamiento – los efluvios de ansiedad, insatisfacción, desesperación y demás, han salpicado en diferentes

grados a la población mundial; niños, jóvenes, adultos y hasta adultos mayores se han visto forzados a modificar sus rutinas y formas de pensar, y todos han de añorar el fin de esta realidad para volver a una aparente “normalidad” experimentada previamente. Así pues, entre muchos daños colaterales que ha dejado el Covid-19, se resalta que por más intentos que se hagan para mitigar la propagación de la pandemia, los seres humanos se han visto sujetos a reflexionar en cuestiones que por la volatilidad de la vida anterior a esta situación no se les permitía; actos mentales para efectuar una adaptación, más allá de la trillada “reinvención”:

Aunque no es imposible predecir el futuro, durante la pandemia se ha dicho que la “normalidad de antes ya no volverá”, esto nos pone de cara al sentido de la transformación; es decir, a un cambio irreversible. Así como la mariposa, ya no volverá a ser pupa o larva, la escuela del mañana, ya no volverá a ser la misma de ayer (Pardo y Rodríguez, 2020, p. 1).

Tal y como la glándula suprarrenal segrega el cortisol y la adrenalina en el cuerpo humano, crucial para una reacción de lucha en situación de supervivencia, los métodos voluntarios e involuntarios del cerebro para proveer solución a una situación se reflejan en las formas de vida actuales. En este sentido, desde el sector educativo se espera poner en práctica modalidades de alternancia y virtualización, con el fin de solucionar, en gran parte, los problemas que han emergido a causa del confinamiento. Al margen de lo anterior, las funestas conmemoraciones de las cifras diarias parecen ser normales en cierto sector de la sociedad, y no se pueden dejar de lado aquellos y aquellas que se sientan en frente de una cámara, mientras leen números y porcentajes en un *teleprompter*. En fin, sobre las modificaciones que han surgido en las dinámicas de enseñanza – aprendizaje, Zafrá (2020) establece lo siguiente:

En consecuencia, la educación al igual que todos los sectores se ha transformado o volcado a alternativas virtuales que si bien no son ajenas a la pedagogía si lo son para algunas áreas del conocimiento como la ingeniería. Medicina, gastronomía y todas aquellas que su forma natural de aprendizaje es la presencialidad (p. 8).

Actualmente, se percibe cómo las sociedades se ven obligadas al cambio de comportamiento, a raíz de las circunstancias que aparecen súbitamente en la realidad objetual. Es así como los seres humanos suelen mudar de costumbres, y no específicamente de manera exhaustiva en cuanto a reflexión e introspección se refiere; y una vez establecido esto, es necesario enfatizar que no es tarea fácil esperar un actuar crítico, cuando no se ofrecen las herramientas para ello (Valencia, 2020). Por lo cual, hoy en día se está a merced del internet y lo que surja en el futuro será una incógnita para muchos sociólogos y antropólogos. Ejemplo de ello lo comparten Camaño et al., (2020), al afirmar que:

La existencia es real, comemos, trabajamos, dormimos, amamos, tenemos sexo, todos estos aspectos conforman un espectro que podemos llamarlo real; sin embargo, cada uno de ellos está atravesado por la fantasía en la que se inscribe la virtualidad. En otras palabras, nuestro aparato psíquico (p. 13).

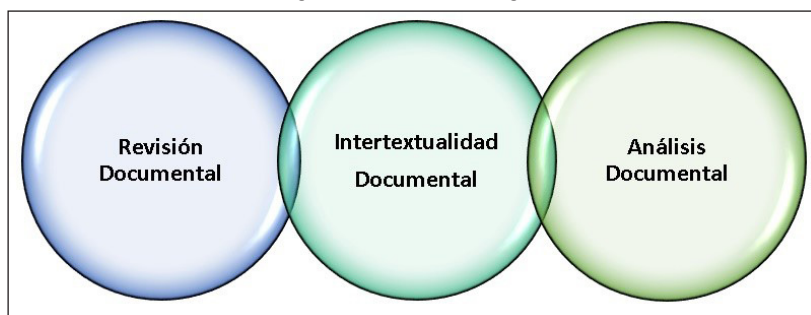
Para finalizar, es menester anotar que toda acción tiene una repercusión semejante y opuesta, es física elemental y los seres humanos constantemente recogen lo cosechado con antelación, mirando hacia un lado y lamentando las consecuencias de sus actos. La existencia siempre estará mediada por la fantasía y la realidad, una influenciando la otra como vasos comunicantes y con posibilidad de llegar a un punto de no retorno.

4 DISEÑO METODOLÓGICO

Es necesario especificar que esta es una investigación de análisis documental, cuyo enfoque fue el denominado *Hermenéutico*, a través de técnicas de recolección y análisis *ad hoc* (Matriz de Revisión Documental, Matriz de Paralelo Intertextual y Matriz de Análisis Documental). Esta comprensión se logró bajo el acompañamiento y los encuentros en el semillero AIE, específicamente con unas muestras que constaron de dos obras literarias. Estos textos posibilitaron la ejecución del círculo hermenéutico (triangulación), para comparar situaciones análogas de tres realidades distintas (Jaramillo et al., 2020). A su vez, el muestreo fue no probabilístico, por medio de un criterio de selección básico; es decir, las obras literarias escogidas debían tener relación con la situación actual que ha vivido la humanidad a causa del Covid-19.

Previo a la realización de la discusión, se hace imperativo dar a conocer las técnicas que ayudaron a recolectar la información, al igual que codificarla y finalmente analizarla; todo con el fin de garantizar un estado de arte analítico y riguroso:

Figura 2. Técnicas de recogida.



Fuente: Diseño personal.

Sobre los encuentros en el semillero, se especifica que 6 estudiantes fueron delegados a investigar sobre temas de interés; y de estas pesquisas, algunos de estos

coincidieron en seleccionar tópicos relativos a las consecuencias que ha dejado el coronavirus en la sociedad actual. Posteriormente, de forma individual, cada semillerista debió hacer un estado de arte sobre publicaciones literarias alusivas al eje temático seleccionado, dando como resultado diversidad en los hallazgos. En un segundo momento, se ejecutó un paralelo de codificación intertextual, el cual permitió filtrar, seleccionar y rechazar la información recolectada. Finalmente, se realiza un análisis de la información concluyentemente escogida, cuyo fin es ser plasmada en un texto crítico que ponga a dialogar agudamente los hechos ocurridos en los escenarios presentados. A continuación, se muestra la forma en que se desarrolló dicho proceso:

Tabla 1. Representación de la ejecución.

Descripción de los encuentros de análisis documental en el semillero	Reporte de ejecución
1) Los estudiantes, de forma individual, reportan sus respectivos gustos hacia la búsqueda de material literario. 2) Asimismo, cada quien comienza a realizar búsqueda de material literario en bibliotecas y bases de datos. 3) La búsqueda concluye con la selección de algunas obras que tratan sobre temas alusivos a sus gustos.	<ul style="list-style-type: none"> • Revisión Documental
1) Los estudiantes llevan a cabo lecturas de estos textos seleccionados. 2) Utilizan diversas estrategias para localizar, seleccionar y discriminar la información encontrada. 3) La labor concluye con el traslado de la información final hacia una matriz de análisis.	<ul style="list-style-type: none"> • Codificación Intertextual
1) Al cabo de tener la información lista en la matriz de análisis, los estudiantes se centran en las similitudes y diferencias, en cuanto a subtemas se refiere. 2) Las formas de análisis varían, pero cada quien realiza la triangulación requerida para llevar el resultado al texto final. 3) El proceso concluye con la realización de un texto que refleja el análisis documental ejecutado en las matrices anteriores.	<ul style="list-style-type: none"> • Análisis Documental

Fuente: Diseño personal.

Posterior a esta ejecución, se presenta el resultado de una de las semilleristas, dando a conocer su análisis transtextual en la escritura crítica y reflexiva del siguiente escrito.

5 DISCUSIÓN DE LOS RESULTADOS

5.1 ENCUENTROS INESPERADOS CON ELEMENTOS CONOCIDOS

Como se enunció previamente, esta sección es el resultado del ejercicio transtextual que pondrá de manifiesto la capacidad de comprensión y reflexión hacia un tema específico (modificaciones comportamentales de los seres humanos ante la llegada del Covid-19).

Soledad, ansiedad, encierro, melancolía, tristeza, depresión. Tan solo un cúmulo de sentimientos y emociones que se mezclaron para ser sentidas en un solo instante. ¿En qué punto de la vida se pensó que el ser humano viviría una experiencia un tanto desgarradora? Hace ya más de un año, el mundo se sacudió con la llegada del Covid-19; nadie lo esperaba. Aquel marzo de 2020, niños, jóvenes y adultos de diferentes países hicieron pausa a sus vidas, cuando la Organización Mundial de la Salud (OMS) declaró el 11 de marzo –de ese mismo año– una emergencia sanitaria a nivel mundial, catalogando así el virus como una pandemia. Desde entonces, la vida tuvo un giro de 360 grados, donde ya nada sería igual: salidas y encuentros con familiares o amigos, viajes a nivel local, nacional e internacional; y por supuesto, clases presenciales en cualquier institución educativa, llámese escuela, colegio o universidad. Es así como toda actividad presencial se vio en la obligación de ser trasladada a plataformas digitales como Zoom, Meet, Teams o Skype.

El inicio fue duro, pues tal acontecimiento desbordó incertidumbres sobre cuál sería el desenlace de esta situación. Para muchos, el pasar de los días se convertía en un círculo vicioso, donde todo era monotonía y un cuestionamiento profundo sobre la existencia y los sentires de la vida misma; unos tantos compartían el encierro con sus seres más queridos, pero a otros no les quedó opción alguna que pasar solos sin compañía. Esto genera muchas inquietudes al considerar que se suscitan un sinfín de cuestionamientos frente al tema. A este respecto, podría decirse que todo lo vivido durante la pandemia son aspectos que, muchos años atrás, ya han sido retratados y tocados por autores en algunos libros.

Ahora bien, centrando la mirada en una obra en particular que relata la invasión de una peste en Orán, ciudad de Argelia, se evidencia la expansión de un virus que dejará como única opción a las autoridades sanitarias el aislamiento preventivo de sus ciudadanos, tal como ha sucedido con la pandemia del Covid-19. Albert Camus, quien es el autor del libro que se menciona arriba, *La peste*, da ciertas pinceladas de la situación ocurrida en la ciudad ya nombrada, coincidiendo así en aspectos similares con lo que ha sucedido con el coronavirus.

Así pues, el libro fue publicado en el año 1947, y parece un tanto curioso que – al tener un poco más de 70 años – se crucen y emerjan temas que también competen con lo sucedido en el 2020. En paralelo con el libro y el Covid-19, se muestra cómo la enfermedad presenta para ambos contextos una propagación rápida, a tal punto de aislarse y perder todo contacto humano con los seres más queridos: “-Escúcheme -le dijo él-, es necesario aislarse y proceder a un tratamiento de excepción. Voy a telefonar al hospital y lo transportaremos en una ambulancia” (Camus, 1979, p. 21). Para nadie fue un secreto que, una vez diagnosticado un paciente con Covid, no quedaba más que aislarlo por 14 días. Un aislamiento que para los más afortunados se podía dar en casa, pero para aquellos que se complicaban, no quedaba más que tratarlo por medio de respiradores o entubaciones en la Unidad de Cuidados Intensivos (UCI).

Por otro lado, y antes de que las cosas se complicaran, la ciudadanía hacía su rutina sin preocupación alguna –la situación parecía tan lejana y para nada ajena– y podría decirse que se debía a que el virus en principio solo afectaba y se transmitía donde se originó: en la ciudad de Wuhan (China). Algo similar que se puede ver en *La peste*:

Nuestros conciudadanos pensaban que todavía todo era posible para ellos, lo cual daba por supuesto que las plagas eran imposibles. Continuaban haciendo negocios, planeando viajes y teniendo opiniones. ¿Cómo hubieran podido pensar en la peste, que suprime el porvenir, los desplazamientos y las discusiones? Se creían libres y nadie será libre mientras haya plagas (Camus, 1979, p. 35).

Así las cosas, y cuando ya el virus se fue propagando a una talla de nivel mundial, las personas se empezaron a tomar en serio que tal asunto, poco a poco, se convertía en una situación crítica, y que tarde o temprano se empezarían a tomar medidas extremas según las indicaciones de la OMS.

Como ya se mencionó, el virus que empezó siendo endémico luego se convirtió en pandemia por su alto nivel de contagio, que ya se presentaba en los diferentes países del mundo; lo más primordial era aislar a las personas para así reducir la propagación. Dicha situación fue difícil, puesto que no todos se encontraban en su ciudad de origen, no vivían con sus seres cercanos, o sí vivían en un sector cercano al de otros familiares era en vano porque no se podía salir: “Una de las consecuencias más notables de la clausura de las puertas fue, en efecto, la súbita separación en que quedaron algunos seres que no estaban preparados para ello” (Camus, 1979 p. 61).

Lo anterior da cuenta de lo difícil que un encierro puede generar, esa imposibilidad y lejanía que se tiene frente a lo que más se ama. Tal cual como lo describe Camus (1979): “un sentimiento tan individual como es el de la separación de un ser querido se convirtió de pronto, desde las primeras semanas, mezclado a aquel miedo, en el sufrimiento

principal de todo un pueblo durante aquel largo exilio” (p. 61). Ahora, muchos creían que tal encierro duraría poco, que un par de semanas bastaban para que todo mejorara y todo volviese a la normalidad. Además, la esperanza estaba puesta en que todo terminaría y las autoridades sanitarias sabrían cómo actuar frente a todo este asunto. Como se sabe no sucedió y nada mejoró.

Por tanto, el aislamiento preventivo fue el nuevo estilo de vida si no se quería ascender la lista de muertos: “Al grande y furioso impulso de las primeras semanas había sucedido un decaimiento que hubiera sido erróneo tomar por resignación, pero que no dejaba de ser una especie de consentimiento provisional” (Camus, 1979, p. 168). Fue así como las primeras semanas del encierro fueron duras, difíciles y con una incertidumbre constante.

Poco a poco, cada quien tuvo que adaptarse como fuera; encontrar nuevos modos de vida para convertir los días monótonos en un asunto llevadero y sin preocupaciones. Justo así se menciona en *La peste*: “Pero se pasan los días fácilmente en cuanto se adquieren hábitos, y puesto que nuestra ciudad favorece justamente los hábitos, puede decirse que todo va bien” (Camus, 1979, p. 5). Con esto queda claro que, sea cual sea el contexto y época, la sociedad se adapta a las circunstancias que se estén presentando, sean o no favorables para su diario vivir:

Se habían puesto al compás de la peste, se habían adaptado, como se dice, porque no había medio de hacer otra cosa. Todavía tenían la actitud que se tiene ante la desgracia o el sufrimiento, pero ya no eran para ellos punzantes (Camus, 1979, p. 168).

El encierro es un asunto que también desemboca cierta sensibilidad y resistencia. A pesar de que ya se empezaba a notar una aceptación frente al asunto, había quienes llegaban a su punto máximo de tranquilidad, para después retroceder y apoderarse de las capacidades de resistencia antes logradas.

5.2 DIFERENTES ESTADOS DE LA MUERTE

Otro punto importante que no se ha tocado, y tal vez dé cuenta de lo anterior, es el asunto de la muerte. Gran parte de los pensamientos de las personas generadas tras el aislamiento era la posibilidad de morir una vez contagiado, y no tener las defensas suficientes para combatir el virus; o también, que un familiar cercano muriese:

Era fuerte y resistente y, en realidad, todavía no estaba cansado. Pero las visitas, por ejemplo, se le iban haciendo insoportables. Diagnosticar la fiebre epidémica significaba hacer aislar rápidamente al enfermo. Entonces empezaba la abstracción y la dificultad, pues la familia del enfermo sabía que no volvería a verle más que curado o muerto (Camus, 1979, p. 82).

Un asunto complicado, debido a que en la mayoría de los casos no fue posible despedirse como se debía o enterrar al muerto como comúnmente se hace. En esencia, tras toda esta situación afloran asuntos relacionados con la soledad, existencia y transformación personal. Las personas ya se empezaban a agotar mentalmente, y muchos se cuestionaban por qué tal situación estaba sucediendo, y aún no se encontraba una cura que acabara con el virus de una vez por todas.

En concordancia con lo antes mencionado, Viktor Emil Frankl en su libro *El hombre en busca de sentido*, narra la experiencia de cómo fue vivir en campos de concentración. Se puede decir, entonces, que Frank –tras su experiencia vivida allí– daría luces de cómo el encierro afecta, en el día a día, la mente de las personas; claro está, con relación a los tiempos de coronavirus. De entrada, se da una contextualización de cómo el autor llegó hasta el punto de estar en los campos; asimismo, poco a poco va comentando qué tan difícil fue estar allí y cómo, en cierta medida, superó el encierro después de que tantas veces intentara darse por vencido. En este punto habría que recalcar el asunto que nos ha traído hasta acá. Recordemos, pues, que se ha ido tratando el tema del coronavirus a la luz de autores que han abordado tópicos que bien pueden desligarse de la pandemia. En primera instancia, queda claro ese paralelismo entre la pandemia del Covid-19 y la enfermedad epidémica de la peste. Además, como se mencionó, el tema de la existencia humana, y aquella parte psicológica que conlleva el encierro, son concepciones que bien pueden presentarse en cualquier situación de la vida cotidiana, sea buena o mala.

En esta misma línea de sentido, y volviendo sobre el tema del encierro para aquellas personas que la pasaron solas, el transcurrir de los días hacia que todo aquello que se hiciera –y por más ganas que se pusiera a cualquier actividad– recayese en lo mismo: el aburrimiento. “El vacío existencial se manifiesta principalmente en un estado de tedio (aburrimiento). Hoy entendemos mejor a Schopenhauer cuando afirma que, aparentemente, la humanidad estaba condenada a oscilar eternamente entre los extremos de la tensión y el aburrimiento” (Frankl, 1946, p. 158).

Es así como tras varios meses de encierro, y después de que ya se diera en cierto sentido costumbre a los aislamientos, siempre hubo una tensión que nunca se esfumaba. Puede que muchos empezaran a cuestionarse sobre el ritmo que la vida estaba llevando, pues ya no se soportaba el hecho de que no se podía volver a hacer todo aquello que requería contacto físico. Además, está el tema de las personas que se contagiaban y se pensaban el contagio como un reto más que la vida les ponía. Para esto, Frankl (1946) agrega que:

Tales personas olvidaban que, en multitud de ocasiones, son las circunstancias excepcionalmente adversas o difíciles las que otorgan al hombre la oportunidad

de crecer espiritualmente más allá de sí mismo. En vez de aceptar las dificultades del campo como una manera de probar su fuerza interior, no toman su vida en serio y la desdeñan como algo inconsecuente (p. 77).

Con todo este asunto, no queda más que comentar que el Covid-19 ha sido la causa de que el año 2020 fuera una época llena de cambios para la vida humana. Después de la pandemia podría decirse que, a pesar de las circunstancias que se presentaron, el mundo entero estuvo unido por los mismos interrogantes, inquietudes y preocupaciones. Además, al ser un hecho que se mueve en torno a la misma vida humana, se puede entender fácilmente desde otros puntos de vista.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Blanco, M. D. P. (2020). La soledad y las personas mayores. *Labor hospitalaria: organización y pastoral de la salud*, (326), 67-79.

Camaño, M. C., Axel, D., Célia, C., Bernardo, S. M., Damián, D. V., y Daniela, P. (2020). *Educación Superior y Covid-19 en América Latina*. [Tesis de Especialización]. Universidad de Costa Rica. <https://repositorio.iis.ucr.ac.cr/handle/123456789/598>

Camus, A. (1979). *La peste*. Editorial Sur.

Frankl, V. E. (1946). *El hombre en busca de sentido*. Editorial Herder.

Gené, B. J. C., Belchín, A., Erdozain, M. Á., Cáliz, L., Torres, S., y Rodríguez, R. (2020). Perfiles de soledad y aislamiento social en población urbana. *Atención Primaria*, 52(4), 224-232.

Jaramillo, V. B., Largo, T. S., y Gómez, M. L. (2020). Sobre el vínculo afectivo y los procesos de aprendizaje en niños de 7 a 9 años de edad. *Educación y Humanismo*, 22(38), 1-19.

López, O. F. D., Santander, U. J. X., y Cadiz, B. A. A. (2020). *Guía técnica: Recomendaciones para la prevención de contagio y manejo de COVID-19 en establecimientos de larga estadía para adultos mayores (ELEAM)*. Facultad de Medicina, Universidad de Chile. Santiago de Chile. Escuela de Educación Pública Dr. Salvador Allende. [Tesis de Especialización]. <https://bit.ly/3k9gc00>

Pardo, C. Á., y Rodríguez, S. V. (2020) *Ser directivo docente en tiempos de pandemia*. Editorial ExE.

Saientz, G. E., (2020) *El coronavirus y la vacuna discursiva: El año en que se cayó el sistema*. Editorial Humanitas.

Valencia, B. J. (2020). La dimensión socio-afectiva y su trascendencia en la vida del niño. *Aletheia*, 12(2), 183-196.

Zafra, R. C. A. (2020). *Aprendizaje de la automatización industrial en tiempos de pandemia. Una Experiencia virtual de aprendizaje basado en proyectos*. [Tesis de Especialización]. Universitaria Agustiniiana. <https://repositorio.uniagustiniana.edu.co/handle/123456789/1314>

CAPÍTULO 10

MARILYN MONROE – A TRAGÉDIA POR TRÁS DO ESTRELATO

Data de submissão: 18/01/2022

Data de aceite: 18/02/2022

João Martins Correia

Interno de Formação Específica de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE

Diana Cruz e Sousa

Interno de Formação Específica de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE
Portugal

Salomé Mouta

Interno de Formação Específica de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE
Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-0480-0262>

Silvina Fontes

Assistente Graduada de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE
Portugal

Isabel Fonseca Vaz

Interno de Formação Específica de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE
Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1506-6112>

Sara Freitas Ramos

Interno de Formação Específica de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE
Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-7376-7531>

Bianca Jesus

Interno de Formação Específica de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE
Portugal

RESUMO: Marilyn Monroe foi uma distinta modelo, atriz e cantora que rapidamente se tornou um marcante *sex symbol*. Apesar da sua aparência estonteante, sofria de uma privação emocional severa, com recursos limitados para escapar aos fantasmas do passado. Marilyn nunca foi diagnosticada com uma patologia psiquiátrica específica. Contudo, tendo em conta as recorrentes depressões e relacionamentos instáveis, bem como a identidade dissociativa, instabilidade emocional e impulsividade, muitos especialistas acreditam que sofreria de Perturbação de Personalidade *Borderline*.

Este diagnóstico é suportado pela história de consumos abusivos de álcool e medicação e pelas diversas tentativas de suicídio. Muitos fatores podem ter influenciado o estado psicológico de Marilyn, tais como os antecedentes familiares de patologia psiquiátrica e a infância passada em orfanatos e lares adotivos onde foi maltratada e sofreu abusos sexuais. Assim, propomos uma abordagem a aspetos da vida da artista que sugerem o desenvolvimento de patologia psiquiátrica e risco de suicídio.

PALAVRAS-CHAVE: Marilyn Monroe. Saúde mental. Perturbação de personalidade *borderline*. Suicídio.

MARILYN MONROE – THE TRAGEDY BEHIND STARDOM

ABSTRACT: Marilyn Monroe was a distinguished model, actress and singer who quickly became an outstanding sex symbol. Despite her stunning appearance, she suffered from severe emotional deprivation, with limited resources to escape the ghosts of the past. Marilyn was never diagnosed with a specific psychiatric condition. However, given the recurrent depressions and unstable relationships, as well as dissociative identity, emotional instability and impulsiveness, many experts believe that she suffered from Borderline Personality Disorder. This diagnosis is supported by the history of alcohol and medication abuse and by several suicide attempts. Many factors may have influenced Marilyn's psychological state, such as a family history of psychiatric pathology and childhood spent in orphanages and foster homes where she was mistreated and sexually abused. Thus, we propose an approach to aspects of the artist's life that suggest the development of psychiatric pathology and suicide risk.

KEYWORDS: Marilyn Monroe. Mental health. Borderline personality disorder. Suicide.

1 INTRODUÇÃO

A coexistência de intensas variações de humor num indivíduo já teria sido reconhecida por Homero, Hipócrates e Areteu. Mais tarde, Théophile Bonet utilizou o termo “folie maniaco-mélancolique” para descrever a instabilidade do humor que seguia um curso imprevisível. Outros escritores observaram o mesmo padrão, incluindo C. Hughes e J. C. Rosse, que o apelidou de perturbação “insanidade *borderline*”. Em 1921, Kraepelin identificou uma “personalidade excitável” que se aproximava bastante das características atualmente aceites para o diagnóstico de Perturbação de Personalidade *Borderline* (PPB). Contudo, foi apenas em 1980 que a PPB foi incluída como um diagnóstico de perturbação de personalidade com a publicação do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders III*.

Assim, face à impulsividade marcada e instabilidade nos afetos, nos relacionamentos interpessoais e na autoimagem que caracterizam a PPB, existem aspetos da vida atribulada de Marilyn Monroe que nos levam a questionar se a atriz poderia sofrer desta perturbação.

2 BREVE BIOGRAFIA

Nascida em Los Angeles a 1 de junho de 1926, Norma Jeane Mortenson era a terceira filha de Gladys Pearl Monroe. Antes do seu nascimento, a mãe já se tinha separado duas vezes (de John Newton Baker e Edward Martin Mortensen) e os seus irmãos viviam com o respetivo pai, Baker, no Kentucky desde o divórcio de Gladys. Norma nunca conheceu o pai e a sua identidade permanece desconhecida, tendo sido utilizados os apelidos “Baker” e “Mortensen” em registos públicos ao longo da sua infância.

Até junho de 1933, Norma viveu com uma família adotiva (Albert e Ida Bolender), até a sua mãe reunir condições financeiras para a acolher. No entanto, poucos meses mais tarde, no início de 1934, Gladys foi hospitalizada e diagnosticada com Esquizofrenia Paranoide, tendo passado o resto da sua vida institucionalizada e com contacto escasso com a filha.

Após este episódio, Norma passou a sua infância e adolescência em orfanatos e lares adotivos, onde terá sido várias vezes maltratada, inclusivamente sofrendo abusos sexuais. Alguns relatos revelam que, nesta época, a artista sofreria de dislexia, insónia e ansiedade.

Aos 16 anos de idade (1942), Norma casou com James Dougherty (presumidamente para escapar ao ambiente abusivo que vivia num lar adotivo) e abandonou os estudos para se tornar “dona de casa”.

Posteriormente trabalhou como operária fabril, emprego que abandonou em 1945 para se tornar modelo após conhecer o fotógrafo David Conover numa visita que este realizou à fábrica para fotografar imagens moralizadoras de trabalhadoras do género feminino.

Com o intuito de atrair mais atenção publicitária e obter trabalho mais facilmente, optou por pintar o seu cabelo de loiro e, ao ingressar numa agência de atores em 1946, adotou o nome artístico “Marilyn Monroe”. Neste mesmo ano, assinou contrato com a *20th Century-Fox* e iniciou a sua carreira como atriz.

Desde então, a popularidade e carreira de Marilyn cresceram progressivamente de forma a que a artista se tornou num ícone de Hollywood. Monroe foi uma modelo, atriz e cantora distinta, que rapidamente se tornou conhecida como um grande *sex symbol*. Estrelou um grande número de filmes de sucesso até ao início dos anos 1960, que arrecadaram centenas de milhões de dólares desde a sua estreia em 1950.

Contudo, o tempo relativamente curto que passou no centro das atenções foi repleto de escândalos, sexualização e sensacionalismo e os seus últimos anos de vida foram marcados por um severo declínio da sua carreira e do seu estado de saúde mental.

Marilyn foi encontrada morta pelo seu psiquiatra Ralph Greenson, na madrugada de 5 de agosto de 1962 no seu quarto (na sua casa em Los Angeles) com frascos de medicamentos vazios junto à cama. A análise toxicológica concluiu que a causa da sua morte terá sido intoxicação por barbitúricos (a atriz apresentava níveis elevados destes fármacos a nível sanguíneo e hepático) e a possibilidade de *overdose* acidental foi descartada pois as doses encontradas no seu organismo excediam largamente o limite letal. Este facto, aliado à falta de qualquer indício de crime, levaram à classificação da sua morte como um provável suicídio.

3 VIDA AMOROSA

Marilyn teve um total de três casamentos fracassados. Em 1946 pôs fim ao seu casamento com James Dougherty uma vez que este não apoiava a sua carreira profissional enquanto modelo. A atriz chegou a descrever esta relação como “entediante” e a referir que o casamento “não a deixou triste, mas também não a fez feliz”.

No início do ano 1952, começou um romance com o jogador de basebol Joe DiMaggio, uma das personalidades do desporto mais famosas da época, com quem viria a casar dois anos mais tarde. Contudo, o casamento terá durado apenas 9 meses, marcados por violência física e verbal, ciúmes e atitude controladora por parte do desportista. A atriz manteve o seu relacionamento com DiMaggio durante o processo de divórcio e desenvolveu casos com o ator Marlon Brando e o dramaturgo Arthur Miller, tendo este último relacionamento culminado no divórcio de Miller da sua esposa e posterior casamento com Marilyn em 1956. O casal ter-se-á divorciado em 1960, quando Marilyn se deparou com uma carta secreta escrita por Miller que afirmava sentir-se desapontado e envergonhado por estar casado com ela.

Monroe também teve vários casos breves e condenados ao fracasso com celebridades. Consta que, durante a produção do filme musical *Ladies of the Chorus* (1948), teve um caso com o seu preparador vocal, Fred Karger, que lhe pagou uma correção dentária. Mais tarde, Marilyn tornou-se a “protegida” e amante de Johnny Hyde, o vice-presidente da agência de talentos William Morris, que também foi responsável por lhe pagar alguns procedimentos estéticos. Por volta do ano de 1951, teve um curto relacionamento com o diretor cinematográfico Elia Kazan e casos breves com vários outros homens, incluindo o diretor Nicholas Ray e os atores Yul Brynner e Peter Lawford. Acredita-se que também manteve um caso amoroso com o ator Tony Curtis e que terá engravidado deste. Em 1959, voltou a estrear na comédia musical *Let's Make Love* e teve um caso extraconjugal com o co-protagonista Yves Montand. Começou um

relacionamento com Frank Sinatra em 1961 e julga-se que, nos últimos 2 anos da sua vida, teve um caso com o presidente americano Robert F. Kennedy.

Existem rumores de que Monroe optou por realizar várias interrupções voluntárias da gravidez ao longo da sua vida. No entanto, apesar da sua própria educação disfuncional, a atriz desejava ter um filho assim que se casou com Miller em 1956, mas infelizmente nunca foi capaz de levar uma gravidez a termo. Durante o casamento, teve dois abortos espontâneos e uma gravidez ectópica entre 1956 e 1958, e embora o abuso de substâncias pudesse ter causado alguns dos problemas ginecológicos e obstétricos que Marilyn experimentou, a artista também sofria de endometriose.

4 FRAGILIDADES E DECLÍNIO

Apesar do seu trabalho árduo e determinação para atingir o estrelato em Hollywood, Marilyn Monroe sofria de um terrível medo do palco, e no início da sua carreira, os professores da escola de teatro consideravam-na muito tímida e insegura para ter um futuro como atriz. Monroe ficava tão nervosa antes das filmagens de cada cena que chegava a ter erupções cutâneas. Custava-lhe decorar as falas e esquecia-se dos requisitos técnicos, como atuar na posição correta. Esses problemas faziam com que os editores muitas vezes tivessem que recorrer à edição de vários *takes* para formar uma cena aproveitável.

Constava que era difícil trabalhar com Marilyn, o que terá piorado progressivamente ao longo da sua carreira: chegava consecutivamente atrasada ou não aparecia, era pouco produtiva, não se lembrava das falas nem dos gestos que devia encenar, exigia que as suas cenas fossem regravadas diversas vezes antes de ficar satisfeita com o seu desempenho e era muito dependente dos preparadores de atuação.

Tais problemas motivaram diversos conflitos no seu trabalho (como, por exemplo, os seus despedimentos) e foram atribuídos a uma combinação de perfeccionismo, baixa autoestima e medo do palco. Todas estas questões parecem ter promovido e agravado sintomas de depressão e ansiedade, bem como o consumo de barbitúricos, anfetaminas e álcool como método para aliviar o seu estado psicológico.

De acordo com várias fontes, Marilyn Monroe inicialmente terá sido medicada com analgésicos fortes na tentativa de controlar as dores resultantes da endometriose, e barbitúricos e outros sedativos para a insónia. Face aos problemas que enfrentava, a atriz começou a apresentar uma perturbação de abuso de substâncias: tomava medicação para a insónia regularmente, bebia álcool de forma exagerada e consumia drogas no estúdio - a sua dependência tornou-se tão grave que a maquilhagem geralmente tinha que ser aplicada enquanto ainda estava sob o efeito de barbitúricos.

Conforme o seu estado de saúde mental se ia degradando, Marilyn chegou a ser internada algumas vezes em hospitais psiquiátricos e, segundo os biógrafos, foram várias as tentativas de suicídio ao longo da sua vida: duas tentativas aos vinte anos; após a morte de Johnny Hyde Marilyn sofreu uma *overdose* por barbitúricos e deixou uma nota de suicídio; possibilidade de até três tentativas de suicídio durante seu casamento com Arthur Miller devido à depressão motivada pelos sucessivos abortos espontâneos; *overdose* de sedativos durante as filmagens de *Some Like It Hot*; *overdose* após se divorciar de Miller. São relatadas tentativas de suicídio até mesmo nas semanas anteriores à sua morte. Posto isto, claramente que o risco de uma das suas tentativas finalmente ter sucesso era muito elevado.

5 RISCO DE DESENVOLVIMENTO DE DOENÇA MENTAL

Marilyn suportou, ao longo de toda a sua vida, um alto risco de desenvolver psicopatologia e suicídio. Dentro dos fatores de risco apresentados pela atriz, podemos destacar que: passou grande parte da sua infância e adolescência institucionalizada e em lares adotivos sem alguma vez ter conhecido o pai, sofreu abusos sexuais, lidou com um legado familiar de doença mental, lutou contra a ansiedade, depressão e abuso de substâncias, enfrentou uma grande dificuldade em estabelecer relacionamentos interpessoais, passou por três casamentos falhados sem nunca conseguir dar à luz o filho que tanto desejava, perdeu o emprego e tentou acabar com a própria vida em diversas ocasiões, entre outros aspetos traumáticos.

6 PERTURBAÇÃO DE PERSONALIDADE BORDERLINE

Inserida no grupo de Perturbações da personalidade *Cluster B* (teatral/emotivo/errático), a Perturbação de Personalidade *Borderline* é caracterizada por um padrão inflexível de instabilidade dos afetos, das relações interpessoais e da autoimagem, bem como desregulação do pensamento e comportamentos impulsivos.

Múltiplos fatores parecem contribuir para o desenvolvimento desta perturbação. A maioria dos estudos parecem concordar que um ambiente familiar instável, traumas e sentimentos de abandono na infância, história de abuso físico e sexual, negligência e separação ou perda de uma figura parental são comuns entre estes doentes e preveem o desenvolvimento de PPB. Para além disso, é igualmente sabido que, o componente genético desempenha um papel importante no desenvolvimento de patologia psiquiátrica.

Deste modo, facilmente conseguimos detetar aspetos da vida de Marilyn Monroe que a conduziram a um estado psicológico disfuncional: vários elementos da sua família

materna sofriam de doença psiquiátrica, nomeadamente a sua mãe, tio, avó e bisavô (que terá mesmo chegado a cometer suicídio); e Marilyn teve uma infância marcada por abandono e abusos, sem nunca ter conhecido o seu pai.

Embora nunca tenha sido diagnosticada com uma patologia psiquiátrica específica, são evidentes as características de Marilyn compatíveis com Perturbação de Personalidade *Borderline*, tal como seguidamente sugerido.

É comum os doentes com PPB exibirem incertezas e perturbações de identidade, com insegurança quanto ao seu valor pessoal e autoimagem ou sentido de identidade persistentemente instáveis. Norma Jean reinventou-se como Marilyn Monroe na tentativa de obter o amor e atenção que tanto ansiava e dos quais permanecera privada durante toda a infância.

A dificuldade em controlar a raiva e a instabilidade emocional em reação a eventos do dia-a-dia são muito marcadas, reagindo com irritabilidade ou tristeza às situações (sentimentos esses que muito rapidamente oscilam com a calma ou alegria). Existem diversos relatos de pessoas que conheciam a atriz que descrevem precisamente o seu humor instável e “temperamento difícil” que alimentavam a arduidade em trabalhar com ela.

Geralmente apresentam uma extrema sensibilidade à rejeição, evitamento do abandono real ou imaginário e relações interpessoais intensas e instáveis. Não aceitam pequenas críticas e são frequentemente conflituosas, o que leva a uma grande dificuldade em estabelecer relações saudáveis e, conseqüentemente, a separações e perdas que têm dificuldade em aceitar, sentindo-se desprezadas e abandonadas (suscitando crises emocionais). Este padrão vai de encontro aos três casamentos fracassados de Marilyn e aos seus múltiplos casos amorosos, assim como ao sofrimento causado por algumas das separações.

Os sentimentos crónicos de vazio são igualmente descritos como parte integrante desta perturbação e, segundo partes recuperadas do diário de Marilyn, o vazio era constante e repetido na sua vida.

Por outro lado, a PPB está frequentemente associada a outras perturbações, como a depressão ou a ansiedade, também elas compatíveis com sintomatologia apresentada pela artista em algumas fases da sua vida.

A impulsividade manifestada por estes doentes é potencialmente autodestrutiva ocasionando, por exemplo, perturbações alimentares, gastos excessivos, sexo desprotegido, abuso de substâncias, condução imprudente, etc. O abuso de substâncias e os múltiplos casos amorosos de curta duração são temas significativos quando falamos acerca de Marilyn Monroe.

É ainda de referir os frequentes e recorrentes comportamentos autolesivos e suicidas que caracterizam esta perturbação. Tal como mencionado anteriormente, a atriz cometeu várias tentativas de suicídio ao longo dos anos.

Posto isto, todas as características de Marilyn supracitadas parecem ser altamente compatíveis com o diagnóstico de Perturbação de Personalidade *Borderline*, o que nos leva a crer que a estrela de Hollywood sofreria desta patologia.

7 SUICÍDIO

Torna-se também relevante refletir acerca de aspetos associados a um elevado risco de suicídio e que possam ter influenciado este comportamento em Marilyn.

Um fator de risco importante é a doença (real ou imaginária) e, como referido anteriormente, a artista efetivamente sofreu problemas de saúde, sobretudo ginecológicos.

Divórcio, separação e *stress* familiar também contribuem para o risco suicidário e sem dúvida alguma que estes eventos foram uma constante na vida da atriz (o seu último divórcio terá mesmo ocorrido apenas cerca de um ano e meio antes da sua morte).

No que respeita à predisposição suicida provocada pela morte ou doença terminal de um parente ou amigo, podemos recordar o estado psicológico abalado e a tentativa de suicídio de Marilyn aquando da morte do seu amante Johnny Hyde.

Perda de emprego, casa, dinheiro, *status* social, autoestima ou segurança pessoal podem também levar ao suicídio e, neste caso, é pertinente relatar que Marilyn falecera com pouco dinheiro no banco e, pouco antes da sua morte, ela havia sido despedida, processada e difamada pelo estúdio onde trabalhara.

Como é do conhecimento geral, os estudos têm associado perturbações depressivas e de ansiedade com risco aumentado de tentativa de suicídio e, face a todas as adversidades que enfrentava, muito provavelmente Monroe encontrava-se deprimida durante os últimos meses da sua vida. Embora muitos relatórios digam que estava a começar a sentir-se melhor no momento de sua morte, é de salientar que os estágios iniciais da recuperação da depressão podem ser um período de alto risco.

Outro fator de risco significativo é o abuso de álcool ou drogas e, como sabemos, a atriz tinha um problema com drogas de prescrição e era conhecida por utilizar a combinação potencialmente letal de álcool e medicamentos sedativos.

Deste modo, é inegável que Marilyn Monroe reunia várias condições promotoras tanto do desenvolvimento de psicopatologia como de um alto risco de suicídio.

8 CONCLUSÃO

A verdadeira tragédia da vida de Marilyn Monroe é que se tratava de uma pessoa frágil e com uma história complexa, que encontrou a fama, mas nunca o verdadeiro amor nem a estabilidade.

Depois de longos anos combatendo as adversidades, na noite de 4 de agosto de 1962, a luta de Marilyn chegou ao fim quando, tragicamente, pôs termo à própria vida, com apenas 36 anos de idade. Apesar de todo o seu sucesso enquanto artista de cinema, Monroe morreu sem ninguém a quem recorrer ou convencê-la do seu valor.

Deste modo, é natural imaginar o que poderia ter sido diferente se Marilyn Monroe vivesse nos dias de hoje e acreditar que, se assim fosse, teria ao seu dispor um melhor suporte no que respeita a cuidados de saúde mental, o que muito provavelmente poderia evitar um desfecho tão trágico.

BIBLIOGRAFIA

American Psychiatric Association. (2013). Borderline Personality Disorder. In *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*, (5ª edição), (pp. 663-666). Arlington, Va.

Wikipedia. (2021). Borderline personality disorder. *En.wikipedia.org*. Acedido a 27 de novembro de 2021, em https://en.wikipedia.org/wiki/Borderline_personality_disorder#History. <https://www.atlasdasaude.pt/artigos/perturbacao-de-personalidade-borderline>.

NIMH. (2017). Borderline Personality Disorder. *National Institute of Mental Health*. Acedido a 27 de novembro de 2021, em <https://www.nimh.nih.gov/health/topics/borderline-personality-disorder>.

Blum, H. (2018). Marilyn Monroe-What You Didn't Know About Her Journey with Mental Illness. *H2H*. Acedido a 27 de novembro de 2021, em <https://halfway2hannah.com/2018/07/19/marilyn-monroe-what-you-didnt-know-about-her-journey-with-mental-illness/>.

Bla Writing. Marilyn Monroe and Mental Illness. *Bla Bla Writing*. Acedido a 27 de novembro de 2021, em <https://blablawriting.com/marilyn-monroe-and-mental-illness-essay>.

PsychReel. (2021). Marilyn Monroe: Did She Have Borderline Personality Disorder? *PsychReel*. Acedido a 27 de novembro de 2021, em <https://psychreel.com/marilyn-monroe-borderline-personality-disorder/>.

Rambeau, L. (2016). Marilyn Monroe And The Mental Illness We Don't Talk About. *Affinity Magazine*. Acedido a 27 de novembro de 2021, em <http://affinitymagazine.us/2016/02/23/2016223cultural-icons-and-mental-illness/>.

Wilhelmina, K. (2012). Marilyn Monroe Mental Illness. *Chatterbusy*. Acedido a 27 de novembro de 2021, em <https://chatterbusy.blogspot.com/2012/03/marilyn-monroe-mental-illness.html>.

Heisler, M. (2014). A Psychological Analysis of Marilyn Monroe. *makaylaheisler*. Acedido a 27 de novembro de 2021, em <https://makaylaheisler.wordpress.com/2014/06/08/a-psychological-analysis-of-marilyn-monroe/>.

Palace, S. (2019). Marilyn Monroe was Allegedly Committed to a Mental Asylum Against her Will. *The Vintage News*. Acedido a 27 de novembro de 2021, em <https://www.thevintagenews.com/2019/10/14/marilyn-monroe/>.

Borrelli, C. (2018). Marilyn Monroe – What We Can Learn From Her Life and Mental Health Struggles. *bpHope*. Acedido a 27 de novembro de 2021, em <https://www.bphope.com/blog/marilyn-monroe-what-we-can-learn-from-her-life-and-mental-health-struggles/>.

Martindale, L. (2018). Mental Health & Marilyn - the private pain of one of cinema's greatest stars. *Epigram*. Acedido a 27 de novembro de 2021, em <https://epigram.org.uk/2018/12/05/mental-health-marilyn-monroe/>.

Lavender, N. (2020). The Tragic Real-Life Story Of Marilyn Monroe. *Grunge*. Acedido a 27 de novembro de 2021, em <https://www.grunge.com/267638/the-tragic-real-life-story-of-marilyn-monroe/>.

Marilyn Monroe: The Psychological Portrait of a Broken Doll. *Exploring your mind*. (2016). Acedido a 27 de novembro de 2021, em <https://exploringyourmind.com/marilyn-monroe-psychological-portrait-broken-doll/>.

CAPÍTULO 11

O TUDOR QUE FICOU POR NASCER! – MARIA TUDOR E AS SUAS GESTAÇÕES FANTASMA

Data de submissão: 03/02/2022

Data de aceite: 18/02/2022

Isabel Fonseca Vaz

Interno de Formação Específica de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE
Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1506-6112>

Diana Cruz e Sousa

Interno de Formação Específica de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE
Portugal

Sara Freitas Ramos

Interno de Formação Específica de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE
Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-7376-7531>

Bianca Jesus

Interno de Formação Específica de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE
Portugal

João Martins Correia

Interno de Formação Específica de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE

Salomé Mouta

Interno de Formação Específica de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE
Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-0480-0262>

Sílvia Castro

Assistente Graduada de Psiquiatria
Departamento de Psiquiatria e
Saúde Mental da Unidade Local de
Saúde da Guarda, EPE
Portugal

Ana Marinho Soares

Assistente de Medicina Geral e Familiar
Unidade de Saúde Familiar Felgueiras Saúde
Felgueiras, Portugal

RESUMO: Maria Tudor foi a única filha do primeiro casamento de Henrique VIII a atingir a idade adulta. Aos 38 anos chegou ao trono, solteira e com um problema urgente de sucessão à coroa Inglesa. Assim, em 1554 casou-se com Filipe de Espanha e para espanto de todos, pouco tempo após o

matrimônio, anunciou uma gravidez. Porém, este anúncio acabou por não se confirmar: Mary não estava grávida. Dois anos depois a história repetiu-se e uma nova gravidez “fantasma” voltou a assombrá-la, revelando-se fatal com o seu falecimento aos 42 anos. Vários autores defendem que a mesma sofreu de gravidez psicológica, atualmente designada de pseudociese, uma condição em que há uma conexão estreita entre fatores psicológicos e alterações neuroendócrinas. Nesta reflexão pretende-se explorar aspectos da vida da rainha, como a depressão, solidão e marginalização que sofrera e que podem ter contribuído ao surgimento deste raro e bizarro síndrome.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Tudor. Gravidez psicológica. Falsa gravidez. Pseudociese. Pseudogestação.

THE TUDOR WHO REMAINED UNBORN! – MARY TUDOR AND HER PHANTOM PREGNACIES

ABSTRACT: Maria Tudor was the only daughter of Henry VIII's first marriage to reach the adult stage. She was crown at the age of 38, single and with an urgent problem of succession to the English crown. In order to assure an heir she married Philip of Spain and, to everyone's astonishment, she announced a pregnancy shortly after her marriage. However, this announcement ended up not being confirmed: Mary was not pregnant. Two years later, history repeated itself and a new “phantom” pregnancy came back to haunt her and causing her death at the age of 42. Several authors argue that she suffered from psychological pregnancy, currently called pseudocyesis, a condition in which there is a close connection between psychological factors and neuroendocrine changes. In this reflection, we intend to explore aspects of the monarch's life, such as the depression, loneliness and marginalization she suffered and which might have contributed to the emergence of this rare and bizarre syndrome.

KEYWORDS: Mary Tudor. Psychological pregnancy. False pregnancy. Pseudocyesis. Pseudopregnancy.

1 INTRODUÇÃO

No ano 300 A.C. Hipócrates descreveu 12 casos de mulheres que “imaginavam-se grávidas, visto que o mêstruo era ausente e a matriz crescida”. Vários relatos semelhantes ao longo do tempo foram contados, tendo sido empregados termos como, “gravidez imaginária”, “gravidez histérica”, “gravidez fingida”, “gravidez espúria”, “gravidez (de fundo) nervoso”. Em 1823, John Mason Good, utilizando duas palavras gregas, pseudo (falsa) e Kyesis (gravidez), introduziu o conceito de pseudociese, que visava a uniformização do termo e eliminar a conotação pejorativa associada.

Várias mulheres famosas da História foram acometidas por esta condição. Talvez o mais notável exemplo seja o de Maria Tudor, não só pela sua importância histórica, mas também pela existência de uma recidiva. Partindo deste célebre caso, propomos uma análise sobre a condição psicossomática mais antiga conhecida.

2 A VIDA DE UMA (PSEUDO) RAINHA...

A 18 de Fevereiro de 1516, no Palácio de Placentia em Greenwich, quando Henrique VIII tinha 24 anos e Catarina de Aragão 31, nasceu Maria Tudor futura rainha de Inglaterra. Após perderem 4 filhos, Maria viria a tornar-se a filha mais velha do rei de Inglaterra e da sua primeira esposa. Relatos da época descrevem-na com uma bebé “forte e rechonchuda”, o suficiente para dissipar qualquer receio de uma morte prematura. Contudo, a tranquilidade do nascimento não se manteve por muito tempo. Desde os seus primeiros dias, ela mudou-se de palácio em palácio, estando a sua criação e educação a cargo da Condessa de Salisbury. Geralmente, os locais escolhidos eram próximos da corte de modo a que Catarina pudesse facilmente visitá-la.

Contudo, tudo isto viria a complicar-se após a separação dos seus pais. Henrique VIII apaixonara-se por Ana Bolena, recém-chegada da corte francesa, tendo a intenção de desposá-la e acreditando que, finalmente, teria o filho varão que sempre desejara. Para tal requereu a anulação do seu casamento com Catarina ao papa Clemente VII. Quando Catarina, católica devota, soube disso, ela própria apelou ao Papa, defendendo a sua posição, contra o divórcio. No final, este acabaria por não conceder o divórcio, despoletando uma rutura religiosa entre a Inglaterra e a Igreja Católica Romana, resultando na criação da Igreja Anglicana.

Durante todo esse período de conflito entre a igreja católica e o rei inglês, Maria viu as suas relações afetadas. Apesar de conseguir a anulação do seu casamento, por Thomas Cranmer, arcebispo de Canterbury, Henrique VIII proibira que mãe e filha convivessem. Catarina de Aragão seria forçada a renunciar o seu título e a deixar a corte real, vivendo em casas senhoriais com poucas condições e mesmo à data da sua morte fora-lhe negado um último encontro com a filha.

Em 1534, Henrique assinou o Ato de supremacia e sucessão, que transformava Maria legalmente em bastarda e os únicos herdeiros legítimos seriam os filhos do seu segundo casamento. A relação entre pai e filha tornara-se ainda mais tensa com a recusa de Maria em aceitar o pai como chefe da Igreja Inglesa. Maria era uma católica fervorosa, pela forte influência da sua mãe e das suas raízes espanholas.

Maria, viria a ser obrigada a servir a sua irmã, como dama de companhia e a receber ameaças de uma possível prisão ou execução caso não reconhecesse o casamento dos seus pais como ilegal e o rei como chefe supremo da igreja inglesa.

Com a decadência de Ana Bolena, que culminou na sua decapitação, e a assinatura do documento em que Maria aceita a sua ilegitimidade e nega a autoridade do papa em Inglaterra, há uma reaproximação ao rei e esta é convidada a frequentar novamente a corte.

A vida de Maria sofre um novo golpe no reinado do seu irmão, Eduardo VI. Apesar de Henrique VIII ter cortado relações com o Vaticano, nunca permitiu a rejeição da doutrina católica, nomeadamente das suas cerimónias. Foi durante o reinado de Eduardo VI, que a reforma religiosa se estabeleceu, onde se incluíam a abolição das missas e a reformulação da eucaristia. A instituição do protestantismo foi fortemente contestada pela Tudor mais velha que, mesmo após a reforma anglicana, nunca abandonou as suas crenças e fé católicas. Isto levaria a um novo período de perseguição e ameaças à sua vida, que só terminou com a morte de Eduardo VI, com a tenra idade de 15 anos.

Ainda que após a morte de Eduardo, os seguidores e apoiantes do protestantismo tivessem tentado boicotar a sua ascensão ao trono, Maria acaba por tornar-se rainha de Inglaterra em 1553 aos 38 anos de idade.

À ocasião Maria, que permanecia solteira, viria a ser disputada por várias casas reais. Contudo, pela relação afetiva e interesses políticos com a casa de Aragão e Castela casou-se a 25 de julho de 1553, na Catedral de Winchester, com o príncipe Filipe, mais tarde, Filipe II, rei de Espanha. O nascimento de um herdeiro era fortemente desejado em todo o reino, uma vez que governaria Inglaterra e Países Baixos. Além disso, na eventual morte do seu meio irmão (D. Carlos, filho do primeiro casamento de Filipe com Maria Manuela de Portugal, filha de D. João III) iria também governar a coroa espanhola e os seus territórios americanos. Isso significaria que teria poder sobre a maior parte do mundo ocidental! Durante o seu curto casamento, Maria acreditou estar grávida duas vezes. Em setembro de 1554 um dos seus médicos escreveu “a rainha tem estado doente, tenho razões para acreditar que está grávida”. Em novembro é reportado a Filipe, que se encontrava ausente da corte que “a rainha está realmente grávida, pois sentiu o bebé e existem outros sintomas habituais, como o aumento dos seios”. Todavia, a gestação prolongada fez com que se espalhassem rumores sobre a veracidade da gravidez, o que tornou necessário um esclarecimento ao seu marido, “Ela, médicos e senhoras provaram estar fora dos seus cálculos por cerca de dois meses mas não se pode duvidar que está grávida. Um sinal disso é que a criança se mexe e o volume da sua barriga. Depois há o endurecimento dos seus seios e o fato deles destilarem”. Em setembro de 1555 confirma-se “a rainha está bem, embora não haja mais esperança dela estar grávida”. Aos 40 anos de idade, sem filhos e longe do marido, que tinha prolongadas estâncias em Bruxelas, mergulha numa profunda tristeza. Em março de 1557, depois de uma dessas ausências, Filipe regressa para junto da esposa, esta já com uma saúde bastante debilitada. Em Outono desse ano volta a acreditar que está grávida. Nos seis meses seguintes reviveu as mesmas experiências ocorridas em 1555.

Em maio de 1558 adoece, apresentando um quadro com períodos de confusão, febre e perda quase total da visão. Às 7 da manhã do dia 17 de novembro de 1558, aos 42 anos, é declarado o seu óbito, deixando o trono vazio e, dando início ao fim de uma dinastia.

3 UMA BARRIGA CHEIA DE NADA...

A pseudociese, chamada vulgarmente de gravidez falsa, é uma síndrome que imita a gravidez em todos os aspetos, exceto no mais crucial de todos: a mãe nunca dá à luz. Amenorreia, ingurgitamento mamário, inchaço abdominal e náuseas matinais podem estar presentes e, em alguns casos, como no de Maria Tudor, a mulher descreve os movimentos fetais. Apesar dos sinais clássicos de gravidez, o resultado esperado nunca acontece.

Os primeiros casos reportados remontam ainda ao período Antes de Cristo, com Hipócrates a considerar que o fenómeno se devia a uma combinação entre excesso de ar no estômago e retenção de fluido menstrual. Em 1721, Mauriceau defendia que o aumento do volume abdominal era de origem uterina e causado por “uma matéria estranha como o vento misturado com as águas”. Chapman (1864) considerava o coito excessivo na recém-casada, a menopausa e os deslocamentos uterinos como fatores etiológicos importantes. Por sua vez, Tichenor (1879) não concordava que a causa se devesse a uma distensão abdominal causada pelo vento, afirmando que é “contra a fisiologia, contra a patologia e contra o bom-senso falar do vento, sendo capaz de distender um material como o útero. O ar é muito subtil para permanecer silenciosamente trancado numa garrafa que não tem rolha”. Em 1891, Haultain após uma experiência para provar que a distensão abdominal poderia ser devido à contração muscular conclui que o inchaço abdominal era um efeito secundário da contração muscular e que a causa primária era “puramente nervosa”. Alguns anos mais tarde, especialmente em França, muita atenção foi dada, a um possível fundo *histérico* como predisponente da condição. Bouchacourt escreveu sobre “conceção delirante”. Questionando Charcot sobre a base *histérica*, este respondeu: “*Histérico*, não. Mental, sim”. No início do século XX, Meynet não tinha dúvidas de que falávamos de uma condição *histérica*, apoiando-se na definição de histeria de Babinski - “um estado psíquico que torna o sujeito capaz de auto-sugestão”. Esta “crença” levou a que estudiosos procurassem explicações psicogénicas para o quadro. Já em 1892 Leavitt sugeria que tal acontecia pelo medo intrínseco que a mulher tinha de engravidar e de ser mãe. Por outro lado, Novak (1921) propôs que era o desejo de ser mãe que levava à pseudociese, levando a que a amenorreia, pela chegada da menopausa, fosse interpretada erroneamente como uma gravidez. Posteriormente, postulou-se que a pseudociese seria o resultado de ambas as experiências vividas simultaneamente. Assim,

tratava-se de um fenómeno de conversão da ansiedade e culpa deste conflito interior experienciado pela mulher, e de certa forma, protetor em relação à verdadeira gravidez e maternidade. Por sua vez, Paddock, (1928) introduziu o conceito de culpa associada ao ato sexual, como sendo um componente importante no surgimento de uma falsa gravidez. Iniciar-se-iam pequenas alterações psicossomáticas, como a ausência de menstruação, e com a crescente sensação de delito, mais sintomas surgiriam.

Helene Deutsch dedicou-se ao estudo da psicologia feminina. Ao abordar o conceito, destacou que embora os mecanismos psicológicos envolvidos sejam diferentes de caso para caso, vários aspetos são similares: a ambivalência em relação à gestação, a vontade e o medo de que esta se concretize; o desejo de uma gravidez que se encontra vinculada a ganhos secundários; por vezes o desejo (inconsciente) de auto-punição (aliado à deceção e fatalidade de não gerar um novo ser); e a contrariedade entre o conhecimento e a negação de que a gravidez é uma ilusão, seja por negar-se à realização de exames ou pela sua busca desenfreada, bem como de especialistas que confirmem a gravidez.

Fatores sociais como isolamento ou privação social crónica, história familiar problemática e instabilidade nos padrões de relacionamento têm sido fortemente associados ao quadro. Ora reportando-nos ao caso de Maria Tudor, esta teve uma infância turbulenta e stressante, em parte por causa das diferentes religiões e do divórcio litigioso dos seus pais. Num momento crucial do seu desenvolvimento, como a infância e juventude, e em plena fase de construção da sua personalidade, viu-se privada de conviver com a mãe e mantinha a dúvida constante do amor do pai por si, que tanto a ameaçava, retirava-lhe os títulos e considerava-a ilegítima, como voltava a incluí-la na linha de sucessão.

Baseando-nos na Teoria da Vinculação, Bowlby defende que esta não é mais do que um vínculo que transmite uma sensação de segurança. No seu desenvolvimento a criança faz representações mentais das suas experiências. Esta habilidade é denominada de modelo interno de funcionamento e integra a personalidade do individuo. O cuidador principal é o espelho, sendo que a criança desenvolve as expectativas sobre si mesma e as relações sociais com o meio a partir de observações do comportamento dele. Além disso, a qualidade do laço entre os dois, como a presença dos pais na vida dos filhos ou as respostas deles em momentos difíceis e exigentes, influencia diretamente no modelo interno de funcionamento. Quando este modelo é negativo vamos ter um adulto inseguro, dependente e que não consegue interagir com o mundo e as pessoas da forma como deveria. Vale a pena recordar que Maria passou a sua infância longe dos pais e que a certa altura foi proibida de privar e estabelecer contacto com a mãe, inclusive no leito da

sua morte. Com os casamentos subsequentes de Henrique VIII e, muitas vezes, temendo pela sua própria segurança, especialmente depois de a terceira esposa de seu pai, Jane Seymour, ter dado à luz um rapaz, Maria cresceu num ambiente incerto, inseguro e numa clara ausência de vínculo que resultou numa saúde “mais instável do que qualquer outra criatura” como a própria afirmava e “de tristeza e melancolia a ponto de doença” como os outros diziam.

Quando Maria Tudor chegou ao trono, aos 38 anos, era uma rainha casta, órfã de pai e mãe e com uma Inglaterra dividida entre o catolicismo e o protestantismo. Se, inicialmente se diz “casada com Inglaterra”, acabou por ceder à pressão de “produzir” um descendente, herdeiro ao trono. Assim, viria a casar-se com Filipe II de Espanha, que tinha apenas 27 anos. Notada pelas suas crenças e raízes católicas, durante o seu reinado perseguiu e condenou centenas de hereges, sendo, muitos deles, velhos conhecidos e inimigos políticos. Embora a gravidez fosse improvável devido à idade de Maria, o casal queria desesperadamente um filho para unir os dois grandes reinos independentes.

Nos dias atuais, sabe-se que a pseudociese é encontrada em sociedades com ideias culturais e religiosas rígidas, incluindo aquelas que colocam um alto grau de pressão social sobre as mulheres para que tenham mais filhos e, particularmente, do sexo masculino. Em sociedades dominadas por homens, a infertilidade é sinal de “defeito”, em que é atribuída à mulher uma conotação negativa e de menos-valia por incumprimento da função para a qual foi concebida. Geralmente, resulta no divórcio do casal e rejeição social da mulher, pelo que a pseudociese serve como mecanismo de defesa e prevenção desse fim.

Numa perspetiva orgânica, observou-se que as mudanças fisiológicas desta condição podem ser atribuídas a alterações da função ovárica, desencadeadas pelo eixo hipotálamo-hipofisário. As primeiras hipóteses formuladas seriam a de um bloqueio do impulso nervoso do hipotálamo para a hipófise devido a um conflito psicológico. O aumento da prolactina é capaz de levar a uma diminuição da secreção das hormonas luteinizante (LH) e do foliculo-estimulante (FSH), responsáveis pela estimulação das gónadas. Isto pode causar alterações corporais, como amenorreia, que reforçam a crença de uma gravidez. Uma das causas, hoje conhecidas, é a existência de tumores secretores de prolactina, os prolactinomas. Há quem defenda que este seria o verdadeiro problema da rainha Tudor. Contudo, se hoje em dia a incógnita seria relativamente simples de solucionar-se, com vários exames complementares de diagnóstico, no século XVI os recursos disponíveis eram escassos. O diagnóstico precoce de uma gravidez não era confiável e só passados quatro séculos é que um teste de gravidez passou a estar disponível.

Contudo, o que na atualidade ainda se mantém incerto é o papel dos fatores psicogénicos no controle do sistema neuroendócrino. Indivíduos com hiperprolactinemia frequentemente apresentam problemas emocionais. Variações nas concentrações de prolactina no sistema nervoso central poderiam afetar o humor, as emoções e o bem-estar. Por outro lado, traços da personalidade e fatores externos ambientais podem estimular a secreção de prolactina e ter um papel na gênese do quadro.

4 CONCLUSÃO

Apesar de Maria ocupar o mais alto cargo de Inglaterra, ter o seu médico particular e os cuidados de saúde mais avançados, a rainha não conseguiu contornar as limitações de viver no século XVI, onde uma saúde precária imperava e nem a corte escapava aos seus dissabores. Como exemplo, temos a própria rainha. A única filha de 5 gestações que atingiu a idade adulta. Maria, conhecida por um reinado sangrento e cruel, o que lhe valeu o apelido de “Bloody Mary”, também experienciou a barbárie dos outros, sendo vítima de marginalização e alienação parental em períodos cruciais do seu desenvolvimento.

Contra todas as previsões viria a tornar-se a primeira mulher a ocupar o lugar mais cobiçado, que, contudo, não lhe trouxe felicidade, pelo contrário, acentuou a sua tristeza e sofrimento crónicos, ao não cumprir o “dever” de dar à luz um herdeiro e impedir o fim da malfadada dinastia Tudor.

BIBLIOGRAFIA

DALEY M. D. (1946). Pseudocyesis. *Postgraduate medical journal*, 22(254), 395–399. Acedido a 28 de junho 2021, em <https://pmj.bmj.com/content/22/254/395>.

Lowenfels, A. (2010). *The Case of the Famous Woman With a Bloated Belly*. Medscape General Surgery. Acedido a 24 de junho 2021, em https://www.medscape.com/viewarticle/714607_4.

Upadhyay, S. (2008). *Pseudocyesis*. *Journal of the Nepal Medical Association* 47(171):147-50 Acedido a 24 de junho 2021, em https://www.researchgate.net/publication/23660214_Pseudocyesis.

Azizi, M., & Elyasi, F. (2017). Biopsychosocial view to pseudocyesis: A narrative review. *International journal of reproductive biomedicine*, 15(9), 535–542. Acedido a 28 de junho de 2021, em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5894469>.

B, J. (2020). *Felipe II nunca la creyó: así fue el trágico embarazo psicológico de María Tudor*. El Español. Acedido a 28 de junho de 2021, em https://www.elespanol.com/cultura/historia/20200221/felipe-ii-tragico-embarazo-psicologico-maria-tudor/466454215_0.html.

Seeman M. V. (2014). Pseudocyesis, delusional pregnancy, and psychosis: The birth of a delusion. *World journal of clinical cases*, 2(8), 338–344. Acedido a 28 de junho 2021, em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4133423/>.

Cervera, C. (2015). *María «la sanguinaria», la mujer que convirtió a Felipe II en Rey de Inglaterra*. abc. Acedido a 30 de Junho de 2021, em https://www.abc.es/historia/abci-maria-sanguinaria-mujer-convirtio-felipe-inglaterra-201512100152_noticia.html.

Quayle, J. (1997). *Obstericia Psicossomática*. Acedido a 30 de junho de 2021, em (PDF) Pseudociense, in *Obstericia Psicossomática, 1997* (researchgate.net).

CAPÍTULO 12

POR QUE MENTIMOS? - A MENTIRA NA PSICOPATOLOGIA

Data de submissão: 15/02/2022

Data de aceite: 04/03/2022

Rafaela Nunes Farinha

Centro Hospital do Médio Tejo
Tomar, Portugal
rafaela.nfarinha@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6277-1634>

Melissa Alfamar Marques

Centro Hospital do Médio Tejo
Tomar, Portugal
melissa.alfamar@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6941-4015>

Filipa Tavares Pontes

Centro Hospital do Médio Tejo
Tomar, Portugal
filipapon@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7289-6940>

RESUMO: A maioria dos investigadores acredita que a mentira e o engano surgiram nos animais como mecanismo de sobrevivência. Quando em situações de perigo, em que a luta ou a fuga não são viáveis, o engano surge como forma de autopreservação. O ser humano encara a mentira e o engano como moralmente questionáveis, no entanto são comportamentos frequentes, usados com várias finalidades (obtenção de benefícios, evitar punições,

proteger os outros ou o próprio da verdade). Este processo pode ser consciente ou inconsciente e pode ter implicações legais, morais e sociais importantes. A mentira encontra-se na descrição de vários diagnósticos psiquiátricos e vários conceitos têm sido propostos para caracterizar vários tipos de mentira (mentira patológica, mitomania, pseudologia fantástica), no entanto estamos longe de um consenso. Este trabalho tem como objetivo rever a evolução da mentira como fenómeno psicopatológico.

PALAVRAS-CHAVE: Mentira patológica. Mitomania. Pseudologia fantástica.

WHY DO WE LIE? - LIE IN PSYCHOPATHOLOGY

ABSTRACT: Most researchers believe that lying and deceit are present in animals as a survival mechanism. When in dangerous situations, in which fight or flight is not viable, deceit appears as a form of self-preservation. The human being sees lying and deceit as morally questionable, however they are frequent behaviors, used for multiple purposes (obtaining benefits, avoiding punishment, protecting others or oneself from the truth). This process can be conscious or unconscious and can have important legal, moral and social implications. Lying is found in the description of several psychiatric diagnoses and several concepts have been proposed to characterize various types of lying (pathological lying, mythomania, pseudologia fantástica,

compulsive lying), however we are far from a consensus. This work aims to review the evolution of lying as a psychopathological phenomenon.

KEYWORDS: Pathological lying. Mythomania. Pseudologia fantastica.

1 INTRODUÇÃO

Nos dicionários a mentira é definida como ato de mentir, enganar propositadamente, aquilo que engana ou ilude. Algumas características da mentira são a consciência da falsidade, a intenção de ganhar e o ganho premeditado. Se não houver consciência da falsidade podemos estar perante outros fenómenos. Os ganhos são variados e por vezes não são óbvios.

Têm havido várias tentativas de categorizar a mentira, nomeadamente através do motivo (por exemplo, ganhos, impressionar outros), processo (por exemplo, omissão, exagero ou adição), grau de prejuízo ou presença de patologia.

Em termos morais a mentira tem uma conotação negativa. As crianças são ensinadas que não se deve mentir e que a mentira é errada, no entanto todos somos capazes de pensar em situações em que mentir pode ser desculpável e até uma atitude de bondade para com o outro. O valor moral da mentira está fora do âmbito deste trabalho, mas pode ser um dos fatores que contribui para a dificuldade em estudar este fenómeno do ponto de vista psicopatológico, uma vez que é difícil separá-lo do julgamento moral implícito a este comportamento.

2 POR QUE MENTIMOS?

A mentira não pode ser reduzida a um fenómeno psicopatológico e talvez seja esta uma das dificuldades, distingui-la enquanto fenómeno socialmente enquadrável e fenómeno com potencial significado psicopatológico.

Na natureza, um animal na presença de um perigo imediato, do qual não consegue escapar (através da luta ou fuga), utiliza o engano e a dissimulação para sobreviver. Estes comportamentos têm sido comparados à mentira, uma vez que apresentam algumas das mesmas características, nomeadamente enganar de forma intencional de modo a obter ganho (sobrevivência), e são muitas vezes vistos como antecedentes menos sofisticados desta.

O mimetismo (semelhança com o meio ou com outras espécies) é um dos exemplos do fenómeno do engano presente na natureza, com a finalidade da sobrevivência. Esta semelhança permite aos animais passarem despercebidos aos predadores ou serem confundidos com animais mais fortes/rápidos e menos suscetíveis a ataque por parte doutros.

Outros exemplos de dissimulação e engano na natureza são o de alguns animais, nomeadamente algumas aranhas, que quando em perigo, caem imóveis no chão para simular ou 'fingir' a morte. Existe uma espécie de caranguejo, que quando atacada, lança as suas garras para longe, e estas permanecem em movimento enquanto o caranguejo desaparece. Certos pássaros, quando atacados, produzem um ruído semelhante ao sibilar de uma serpente para assustar seus inimigos.

Assim mentir é um processo natural, com valor para a sobrevivência e tem funções de autoproteção ou agressivas.

Em termos psicológicos, a mentira na criança pode ter funções a nível da afirmação da autonomia pessoal, uma vez que, quando indetetável, revela uma falha no pai idealizado. Pode ainda constituir um mecanismo de defesa, através da repressão e negação, permitindo o evitamento de aspetos dolorosos da realidade. Ainda em termos psicológicos pode servir funções de regulação do autoconceito e autoestima.

A mentira pode ter motivações relacionadas com a obtenção de poder. A transmissão de falsas informações coloca o outro numa situação de desconhecimento face à realidade e, ao mesmo tempo, a pessoa que está na posse de toda a informação, numa situação privilegiada e de maior poder.

A perspetiva de obtenção de ganhos materiais também pode facilitar o uso do engano e da mentira.

A tentativa de evitar punições ou castigos pode igualmente ser um dos motivos. Esta motivação estende-se também ao âmbito judicial, em que se usa a mentira na tentativa de evitar condenações, ou reduzir a extensão das mesmas.

3 A MENTIRA NA PSICOPATOLOGIA

O conceito de mentira ou engano aparece várias vezes na definição e caracterização de alguns diagnósticos psiquiátricos. Na perturbação da conduta e na perturbação antissocial da personalidade está incluída nos critérios de diagnóstico. Na perturbação narcísica da personalidade pode estar presente como uma das formas de alimentar o padrão de grandiosidade em relação ao próprio. Na perturbação *borderline* da personalidade a mentira pode ser utilizada com a finalidade de evitar o abandono, mas também pode ocorrer no contexto de impulsividade, que tipicamente caracteriza esta condição. Na perturbação histriónica da personalidade pode ser um meio de obtenção de atenção. Em relação às perturbações aditivas, está presente nos critérios de diagnóstico da perturbação de jogo, como forma de dissimular a extensão do problema. À semelhança, em perturbações por uso de substâncias este comportamento pode ser utilizado para

tentar manter o problema oculto, convencendo o outro da sua abstinência, ou para a obtenção das substâncias psicoativas. Na perturbação factícia a mentira ocorre sob a forma da falsificação de sinais ou sintomas físicos ou psicológicos.

Apesar de presente, a sua caracterização em termos psicopatológicos é marcada pelo uso de vários termos, nomeadamente mentira patológica, mitomania e pseudologia fantástica, frequentemente de forma intercambiável. Outra das dificuldades é a utilização do termo mentira patológica no dia-a-dia, com significado diferente do utilizado em sentido psicopatológico.

Vários autores desta área de estudo enquadram estes fenómenos como alterações da imaginação ou da memória, no entanto outros aproximam-nos das alterações do pensamento, nomeadamente do pensamento fantástico. Há também autores que defendem a mentira patológica como um quadro distinto.

O mentiroso patológico foi descrito por Healy e Healy (1915) como um indivíduo cujas mentiras são desproporcionais ao benefício que delas possa retirar. Estas são complexas e extensas e constituem um padrão duradouro, na ausência de outras patologias. Assim, segundo estes autores, a mentira patológica constituiria um traço ou uma inclinação.

Anton Delbrück (1891) descreveu a pseudologia fantástica, como uma forma patológica de mentira, que se desenvolve gradualmente em indivíduos sadios. Os indivíduos vão misturando as suas fantasias com a realidade, originando relatos grandiosos sobre a sua vida, em que estes parecem crer.

Geralmente são indivíduos com personalidades caracterizadas por teatralidade, sugestionabilidade, vida imaginativa rica e procura de reconhecimento por parte do outro.

Fish (1967) utiliza o termo pseudologia fantástica para se referir a uma confabulação que ocorre sem patologia orgânica, nomeadamente em indivíduos com perturbações antissociais e histriónicas da personalidade. Geralmente acontece em períodos de crise, como por exemplo situações legais. Apesar de parecer que o indivíduo acredita nas suas histórias e que os limites entre a fantasia e a realidade se encontram esbatidos, quando confrontado com factos incontornáveis, admite que está a mentir. Este autor admite formas menos graves deste fenómeno, em que os indivíduos alteram parte da sua história pessoal para impressionar outro.

Neste sentido, importa distinguir do conceito de confabulação. Este fenómeno, caracterizado por uma falsificação da memória, ocorre sem alterações do estado de consciência, mas está associado a amnésia decorrente de patologia médica orgânica (como por exemplo, a Síndrome de Wernicke-Korsakoff). A sugestionabilidade também é característica. O doente não está consciente de que está a confabular, nem que

tem alterações da memória. Bonhoeffer (1901) descreveu dois tipos de confabulação, o tipo constrangido/envergonhado em que o doente preenche as lacunas mnésicas com informação, para tentar encobrir os défices, e a confabulação espontânea. Na confabulação espontânea ou do tipo fantástico, as lacunas são preenchidas com informação que excede as necessidades de compensação do défice mnésico, por vezes com descrições de episódios fantasiosos. Este último tipo partilha algumas características com a pseudologia fantástica, no entanto, nesta não há um défice mnésico, e o doente, quando confrontado reconhece que os seus relatos não correspondem à realidade.

Ernest Dupré (1905) descreveu a mitomania como uma tendência patológica a mentir e criar histórias longas e complicadas sobre os seus feitos e aventuras, de forma mais ou menos consciente. Este autor caracterizou vários tipos de mitomania, designadamente o subtipo maligno em que estaria presente uma intenção de prejudicar outra pessoa e o subtipo vaidoso, em que a mentira seria utilizada para impressionar os outros.

Como critérios essenciais definiu que a história contada deveria ser provável e manter relação com a realidade, as aventuras fantasiosas manifestar-se-iam em diversas circunstâncias e de forma duradoura e, apesar dos temas diversificados, o herói ou a vítima seria invariavelmente o sujeito.

É difícil distinguir os conceitos de pseudologia fantástica e mitomania e muitos autores referem-se a eles como mentira patológica. Alguns autores distinguem-nos, afirmando que na mitomania predomina a mentira e manipulação e, na pseudologia fantástica a autossugestão e a busca de reconhecimento. No entanto há autores que usam termos diferentes, para se referir ao mesmo fenómeno.

Na criança estes fenómenos são geralmente considerados não patológicos, uma vez que traduzem a presença do pensamento fantástico.

Nesta fase faz sentido falar da distinção entre estes fenómenos e o pensamento fantasioso. A fantasia tem funções importantes, permite imaginar cenários antes de eventos significativos de modo a podermos antecipar o que dizer ou como nos comportar. Tem particular utilidade no processo criativo e para além disso permite escapar da realidade e transformá-la numa alternativa mais aprazível. Neste último caso, o esbatimento entre a fantasia e a realidade poderia levar à pseudologia fantástica.

Em adultos, a mentira patológica é mais frequente em indivíduos com perturbações da personalidade. Em períodos intensos do ponto de vista emocional, indivíduos com perturbações da personalidade ou perturbações afetivas podem apresentar distorções da memória, alterando eventos ou circunstâncias. Pessoas com um perfil hipertímico ou em estados hipomaniacos também podem apresentar esta tendência a criar histórias fantasiosas, em grande parte decorrentes da elação do humor.

Faz sentido, também, diferenciar do delírio, que é uma alteração do pensamento, que consiste numa crença falsa, mantida com extraordinárias convicção e certeza, e que não é sensível à argumentação lógica e factos contraditórios. Neste fenómeno, como patente na definição o indivíduo crê verdadeiramente nestas crenças e estas não visam nenhum ganho. Os delírios são frequentes na esquizofrenia, perturbação delirante, perturbação esquizoafetiva e podem também ocorrer nas perturbações afetivas.

4 CONCLUSÃO

Mentir é um comportamento complexo, multidimensional e heterogéneo. Acontece em indivíduos sem doença e sem significado psicopatológico e talvez seja este um dos principais motivos da dificuldade em enquadrá-lo psicopatologicamente.

Serão qualitativamente diferentes, mentiras com e sem significado psicopatológico? Será que o seu significado psicopatológico é intrínseco ou, em vez disso, determinado pela presença de outros fenómenos?

Existe ainda muita indefinição na caracterização da mentira do ponto de vista psicopatológico e uma das razões será, sem dúvida, a imprecisão dos termos utilizados para a descrever. Para além disso a conotação moral negativa, bem como a sua ligação ao que está errado e é condenável, pode condicionar o seu estudo como fenómeno psicopatológico.

É importante uma uniformização dos termos utilizados e uma definição psicopatológica precisa quando nos referimos aos fenómenos relacionados com a mentira. Em alguns casos, nomeadamente na prática clínica, utilizarmos apenas o termo mentira pode ser redutor e não demonstrar o significado total daquele comportamento. Para uma compreensão mais completa do fenómeno devemos avaliar todas as dimensões da mentira, nomeadamente o controlo do indivíduo sobre ela, a sua função, as motivações, o grau de consciência sobre ela e o impacto na funcionalidade do indivíduo.

CITAÇÕES

ALTSCHULER, I.M. **The Psychopatology of Lying**. The Journal of neurology and psychopathology, v. 6, n. 21, p. 20–26. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1136/jnnp.s1-6.21.20>

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders** 5. ed. Arlington: American Psychiatric Publishing. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425596>

CASEY, P.; KELLY, B. **Fish's Clinical Psychopathology – signs and symptoms in psychiatry**. 3. ed. RCPsych 2007.

CASSANO, A.; GRATAGLIANO, I. **Lying in the medicolegal field: Malingering and psychodiagnostic assessment**. La Clinica terapeutica, v. 170, n. 2, p. e134-e141. 2019. <https://doi.org/10.7417/CT.2019.2123>

DALGARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

DICIONÁRIO ONLINE PRIBERAM DE PORTUGUÊS, mentira, Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/mentira>. Acesso em: 14 fev. 2022.

DIKE, C.C.; BARANOSKI, M.; GRIFFITH, E.E. **Pathological lying revisited**. The journal of the American Academy of Psychiatry and the Law, v. 33, n. 3, p. 342-349. 2005

FORD, C.V.; KING, B.H.; HOLLENDER, M.H. **Lies and liars: psychiatric aspects of prevarication**. The American journal of psychiatry, v. 145, n. 5, p. 554-562.1998. DOI: <https://doi.org/10.1176/ajp.145.5.554>

KING, B.H.; FORD, C.V. **Pseudologia fantastica**. *Acta psychiatrica Scandinavica*, v. 77, n. 1, p. 1-6. 1988. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.1988.tb05068.x>

MUZINIC, L.; KOZARIC-KOVACIC, D.; MARINIC, I. **Psychiatric aspects of normal and pathological lying**. International journal of law and psychiatry, v. 46, p. 88-93. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2016.02.036>

OYEBODE, Femi. **SIMS' Symptoms in the mind. Textbook of Descriptive Psychopathology**. 4. ed. Edimburgo: Saunders/Elsevier, 2008.

TUCKET, A. **'Bending the truth': professionals' narratives about lying and deception in nursing practice**. International journal of nursing studies, v. 35, n. 5, p. 292-302. 1998. DOI: [https://doi.org/10.1016/s0020-7489\(98\)00043-1](https://doi.org/10.1016/s0020-7489(98)00043-1)

CAPÍTULO 13

IMPORTANCIA DE LA VALORACIÓN HOLÍSTICA DE LAS ARTICULACIONES TEMPOROMANDIBULARES EN PACIENTES CON ARTRITIS REUMATOIDE

Data de submissão: 15/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Eduardo Albiero

Doctor en Medicina
Universidad Nacional de Córdoba
Argentina

Karen Vanesa Rhys¹

Magister en Formador de Formadores
Universidad Nacional de Córdoba
Argentina

Paula Alba

Doctora en Medicina
Universidad Nacional de Córdoba
Argentina

Carla Andrea Gobbi

Doctora en Medicina
Universidad Nacional de Córdoba
Argentina

Beatriz Busamia

Doctora en Odontología
Universidad Nacional de Córdoba
Argentina

María Elena Castrillón

Doctora en Medicina
Universidad Nacional de Córdoba
Argentina

Carolina Paulazo

Médica Radióloga
Universidad Nacional de Córdoba
Argentina

Matías Moron

Técnico Radiólogo
Universidad Nacional de Córdoba
Argentina

RESUMEN: Las articulaciones temporomandibulares son las más sociales del organismo, de ellas depende la alimentación y el habla. La artritis reumatoide es una enfermedad autoinmune crónica degenerativa sistémica inflamatoria progresiva que afecta articulaciones principalmente simétricas. Esta patología perturba a más de 21 millones de personas mundialmente, afecta la productividad laboral de los enfermos, e incluso es capaz de instalar discapacidades, por tales razones se la considera una enfermedad de relevancia para la salud pública mundial. Es en este contexto que el diagnóstico y tratamiento, deberían ser pilares fundamentales para la resolución interdisciplinaria de la sintomatología.

PALABRAS CLAVES: Articulaciones temporomandibulares. Artritis reumatoide. Ultrasonido. Cuestionario. Das 28.

¹No existe conflicto de intereses de ningún autor.

IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO HOLÍSTICA DAS ARTICULAÇÕES TEMPOROMANDIBULARES EM PACIENTES COM ARTRITE REUMATOIDE

RESUMO: As articulações temporomandibulares são as mais sociais do organismo, a alimentação e a fala dependem delas. A artrite reumatoide é uma doença autoimune crônica degenerativa sistêmica inflamatória progressiva que afeta principalmente articulações simétricas. Essa patologia incomoda mais de 21 milhões de pessoas em todo o mundo, afeta a produtividade laboral dos pacientes, sendo inclusive capaz de instalar incapacidades, por esses motivos é considerada uma doença de relevância para a saúde pública mundial. É neste contexto que o diagnóstico e o tratamento devem ser pilares fundamentais para a resolução interdisciplinar dos sintomas.

PALAVRAS-CHAVES: Articulações temporomandibulares. Artrite reumatóide. Ultrassom. Questionário. Das 28.

1 INTRODUCCIÓN

La artritis reumatoidea es una enfermedad sistémica inflamatoria crónica autoinmune que se caracteriza por la poliartritis periférica, generalmente simétrica de articulaciones pequeñas. Provoca alteraciones y discapacidades. Suele acompañarse con otras manifestaciones que van desde fatiga y nódulos hasta afecciones poli sistémicas y multiorgánicas (Harrison´s. 2013).

Los paradigmas contemporáneos para el diagnóstico de la artritis reumatoidea se basan en los criterios del American College of Rheumatology, publicados en septiembre de 2010. Se establece que debe existir una evaluación clínica integral junto con exámenes radiológicos y de laboratorio (factor reumatoide y/o anticuerpos contra el péptido cíclico citrulinado y los reactantes de fase aguda). Para evaluar la actividad de la enfermedad se utiliza el DAS 28, el cual es un instrumento que combina 28 articulaciones inflamadas y 28 articulaciones sensibles, la evaluación global del paciente y el índice de sedimentación eritrocitaria o proteína C reactiva, utilizado para evaluar el estado actual y la respuesta al tratamiento (Scott. 2010) (Aletaha. 2010) (Mjaavatten. 2013).

La artritis reumatoide es una enfermedad degenerativa progresiva en la que el diagnóstico y tratamiento precoz es un factor determinante. Si el diagnóstico se establece tardíamente afecta directamente el pronóstico. En la situación de que estos se establezcan tardíamente puede llevar a la discapacidad. Como es un problema sanitario relevante, la Sociedad de Reumatología y Servicio Nacional de Rehabilitación han establecido las normativas para otorgar certificados de discapacidad en pacientes con artritis reumatoide. (S. Reumatología. 2017).

La frecuencia de la artritis reumatoide es mayor en el sexo femenino que en el sexo masculino, en una relación de 3 a 1. (Rev. Arg. Reumat. 2008). La edad promedio con mayor frecuencia es entre los 25 y los 55 años. (Harrison´s. 2013)

Entre las articulaciones comprometidas la Sociedad de Reumatología cita: “inflamación articular en forma simétrica de pequeñas y grandes articulaciones como manos, pies, rodillas, codos, hombros, caderas, pudiendo comprometer articulaciones diartrodiales como las temporomandibulares y cricoaritenoideas”.

Existen diferencias entre las articulaciones temporomandibulares y el resto de las articulaciones, es una gínglimo diartrosis bicondílea sinovial. Cinéticamente son articulaciones siamesas relacionadas por el arco mandibular (Figún y Gariño. 2015).

En estudios previos de pacientes con artritis reumatoide se observó: derrame (90%), distensión capsular (15%), degeneraciones de cabeza del cóndilo del maxilar inferior (60%), alteraciones de la trayectoria condilar anterior (50%). Pero ningún paciente presentó dolor previo o espontáneo (Rhys. 2013).

2 OBJETIVO

- Encontrar herramientas inocuas, útiles y rápidas para estudiar prontamente el daño articular de las articulaciones temporomandibulares en pacientes con artritis reumatoide.

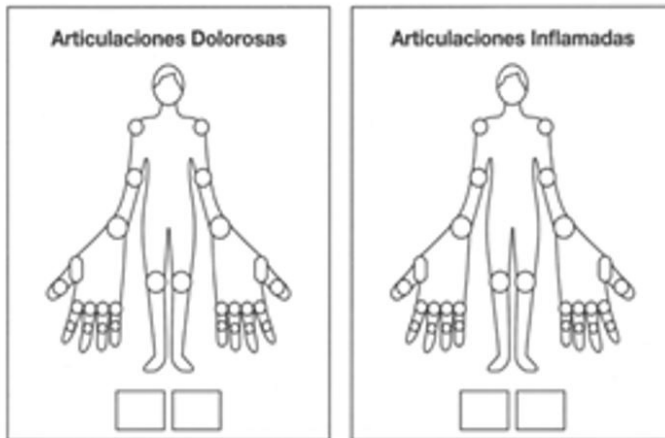
3 MATERIAL Y MÉTODOS

El presente estudio es de carácter observacional, descriptivo, prospectivo, de corte transversal y establecido en serie de casos. Se incluyeron 100 pacientes consecutivos que asistieron a la consulta al Servicio de Reumatología de un Hospital Polivalente, que cumplieron con los criterios 2010 para artritis reumatoide del American College of Rheumatology. Los pacientes fueron debidamente instruidos del estudio y firmaron el Consentimiento Informado. Este trabajo fue aprobado por el CIEIS del Adulto del Hospital Córdoba. Durante todo el estudio se respetaron las normas de ética para las investigaciones en humanos delineadas por la Declaración de Núremberg, Helsinki, Tokio y de la Asociación Médica Mundial.

Los pacientes fueron examinados en forma conjunta por médico reumatólogo y odontólogo. A todos los pacientes se les realizó el Cuestionario para Evaluar las disfuncionalidades de las articulaciones temporomandibulares en artritis reumatoide (CEDATAR). Es un cuestionario dicotómico de 20 preguntas, que dimensiona la conceptualización y operacionalización de las áreas de dinámica, estática, traslación en cierre y traslación en apertura de las articulaciones temporomandibulares. (Rhys. 2021)

	Si	No
1. Al bostezar, ¿siente dolor en la cara del lado derecho?		
2. Al bostezar, ¿siente dolor en la cara del lado izquierdo?		
3. Al bostezar, ¿siente dolor en el cuello del lado derecho?		
4. Al bostezar, ¿siente dolor en el cuello del lado izquierdo?		
5. ¿Siente ruidos del lado derecho al abrir la boca?		
6. ¿Siente ruidos del lado izquierdo al abrir la boca?		
7. ¿Siente ruidos del lado derecho al cerrar la boca?		
8. ¿Siente ruidos del lado izquierdo al cerrar la boca?		
9. ¿Siente zumbidos en el oído derecho?		
10. ¿Siente zumbidos en el oído izquierdo?		
11. ¿Siente dolores de cabeza a los costados?		
12. ¿Puede morder alimentos duros o semiduros como nueces o tostadas a la mañana?		
13. ¿Puede morder alimentos duros o semiduros como nueces o tostadas a la tarde?		
14. ¿Puede masticar del lado derecho igual que del lado izquierdo?		
15. ¿Siente que cuando mastica por más de dos minutos seguidos se cansa y se le dificulta continuar masticando?		
16. Al mover la mandíbula hacia la derecha, ¿siente molestias?		
17. Al mover la mandíbula hacia la izquierda, ¿siente molestias?		
18. Al adelantar la mandíbula, ¿siente molestia?		
19. Cuando pasa un tiempo largo sin mover la boca, ni comer, ni hablar, ¿siente molestia?		
20. ¿Siente dolor si aprieta fuerte las muelas mordiendo unas contra otras?		

Se escogieron de los 100 pacientes, aleatoriamente 30 pacientes, se les hizo el CEDATAR, examen clínico e historia clínica. A estos pacientes en particular se les realizó el Índice Disease Activity Score o DAS 28, consolidado como variable fundamental para valorar la actividad de la artritis reumatoide, es el principal parámetro utilizado para establecer decisiones terapéuticas, incluidos el inicio y los cambios en el tratamiento. El DAS 28 evalúa 28 articulaciones, que son las muñecas, metacarpofalángicas, interfalángicas proximales, codos, hombros y rodillas. Registra el número de articulaciones inflamadas, el número de articulaciones dolorosas, proteína C reactiva y escala analógica visual del dolor. Se analizaron los resultados de CEDATAR en relación con el DAS 28 en estos pacientes en particular.



ERS: mm/h

Prot. C reactiva:

EVALUACIÓN DE LA ACTIVIDAD DE LA ENFERMEDAD POR EL PACIENTE



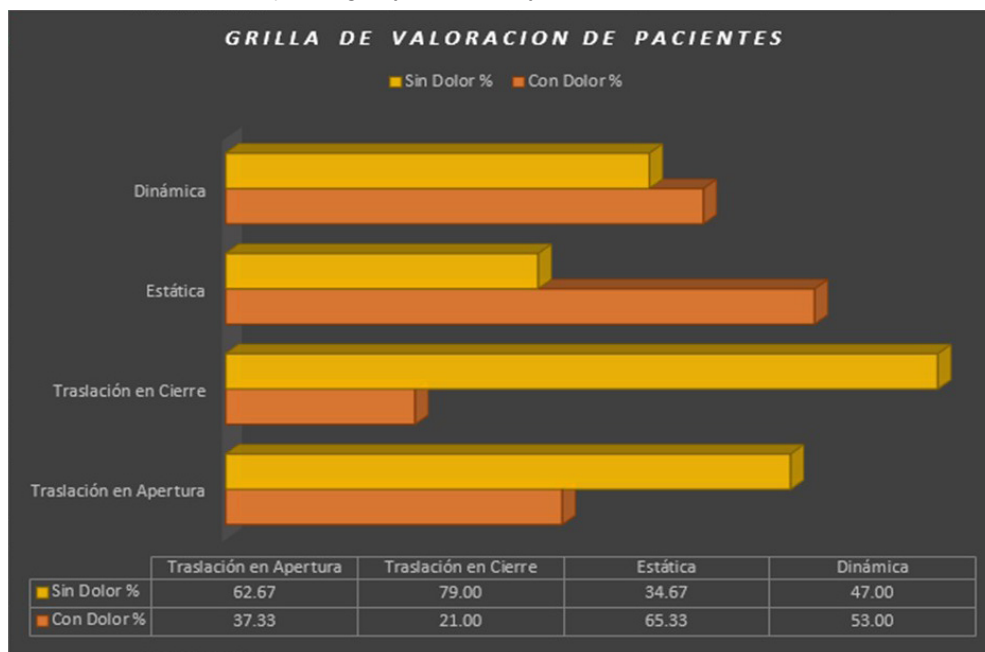
DAS 28:

Se escogieron de los 100 pacientes, aleatoriamente 21 pacientes, se les hizo el CEDATAR, examen clínico e historia clínica. A estos pacientes en particular se les realizaron ecografías de alta resolución y potencia Doppler de ATM para evaluarlas y ecografías de las manos para comparar el daño articular.

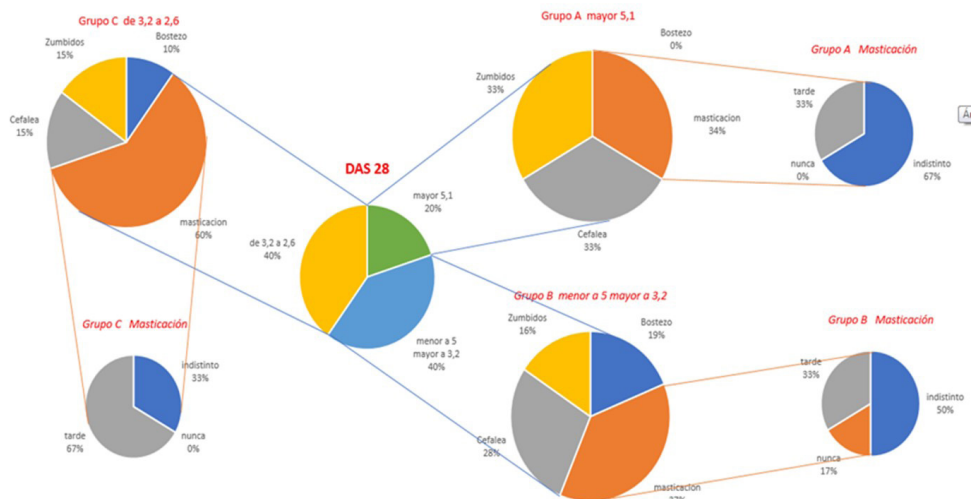
4 RESULTADOS

Se halló que la mayoría de los pacientes no consideraba necesario informar a los profesionales acerca de la sintomatología en las articulaciones temporomandibulares. Otros dijeron que si no existía dolor articular no era importante avisarles a los profesionales el resto de la sintomatología. Los pacientes piensan que es propio de su enfermedad el padecer dolor y molestias. Por lo que la utilización de CEDATAR fue altamente provechoso ya que puso en evidencia alteraciones existentes que de otra manera no se hubieran analizado.

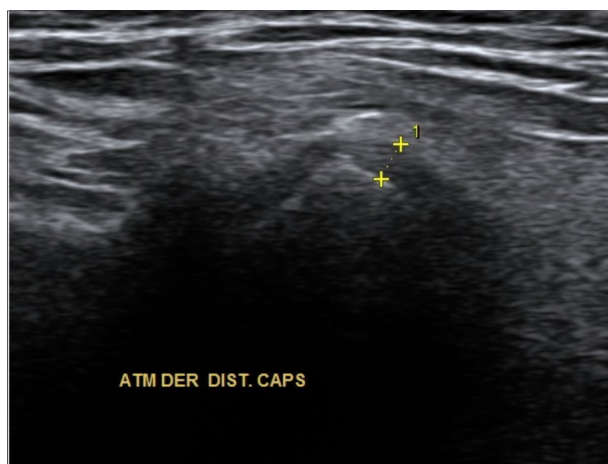
Gráfico 1. Porcentajes de signos y síntomas con y sin dolor en cada dimensión de Cedatar.



En relación al análisis de los pacientes que respondieron CEDATAR y se les realizó DAS 28 se encontró que: De la muestra de 30 pacientes: 6 pacientes presentaron DAS 28 mayor de 5,1 (Grupo Alta Actividad); 12 pacientes tenían DAS 28 menor de 5 y mayor de 3,2 (Grupo Moderada Actividad) y 12 pacientes acusaron un DAS 28 de 3,2 a 2,6 (Grupo Baja Actividad). Del Grupo Alta Actividad (6 pacientes), ninguno refirió molestias al bostezar (0%), 6 dolor de cabeza en zona temporal (100%), 6 zumbidos (100%) y 4 podían masticar con mayor fuerza por la tarde (66,67%). Del Grupo Moderada Actividad (12 pacientes), 6 molestias al bostezar (50%), 9 dolor de cabeza (75%), 5 zumbidos (41,67%), a 6 (50%) les era indistinto comer alimentos semiduros o duros a la mañana que a la tarde; 2 no podían comer nada duro (16,67%) y 4 (33,34%) preferían masticación vespertina. Del Grupo Baja Actividad (12 pacientes), 2 molestias al bostezar (16,67%), 3 dolor de cabeza (25%), 3 zumbidos (25%), 8 (66,67%) indistinta la masticación matutina que vespertina y 4 (33,34%) preferían vespertina.

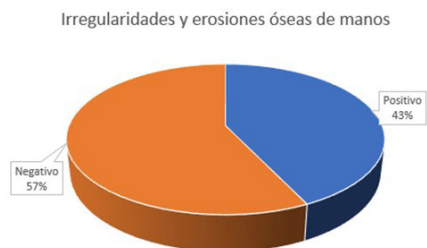
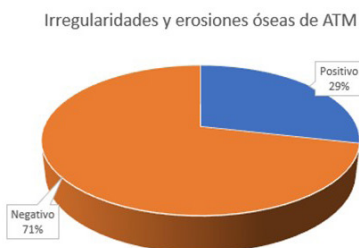
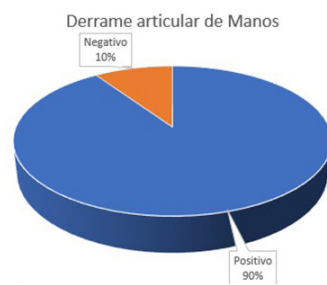
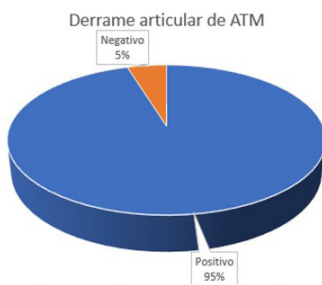
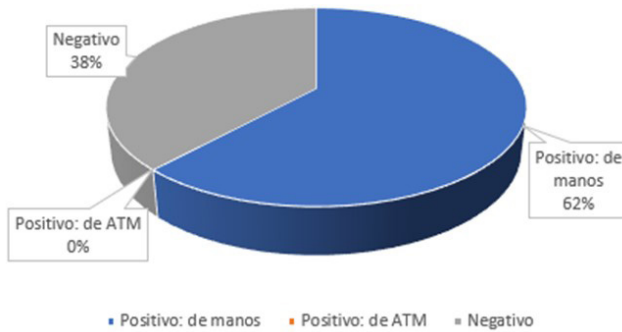


En referencia a las ecografías, ningún paciente presentó Ecografías Doppler Power positivo de ATM mientras que 13 pacientes (61,90%), tuvieron Ecografías Doppler Power positivo de 1 a 3 en articulaciones radiocarpianas y/o intercarpianas y/o metacarpofalángicas, $P < 0.005$. 20 pacientes (95,23%) presentaron derrame articular en las A.T.M. con un máximo de hasta 3,8 mm. Mientras que 19 pacientes (90,47%) acusaron derrame articular en manos con un máximo de hasta 3 mm, $P < 0.5$. 6 pacientes (28,57%) mostraron irregularidades y erosiones óseas en la cavidad glenoidea del temporal y en el cóndilo del maxilar inferior. Fueron 9 los pacientes (42,85%), que presentaron irregularidades y erosiones óseas en las manos, $P < 0.3$.





Ecografías Doppler



5 CONCLUSIONES

Este trabajo muestra la necesidad de valorar las articulaciones temporomandibulares y su implicancia clínica, epidemiológica y social en pacientes con artritis reumatoide.

Se considera primordial la evaluación de las articulaciones temporomandibulares dentro de la consulta rutinaria del paciente con artritis reumatoide. Ya que estas articulaciones son vitales, sociales y altamente utilizadas. Son articulaciones que deben valorarse para la toma de decisiones terapéuticas.

La utilización de CEDATAR permite un rápido análisis estadístico, lo que favorece la acción epidemiológica en estos pacientes. Sirve para optimizar la respuesta terapéutica en los pacientes afectados. Acelera los tiempos de interconsultas entre profesionales mejorando el pronóstico de los enfermos. A la vez que es capaz de evidenciar signos y síntomas a los que los enfermos no necesariamente perciben como tales. La pronta demostración semiológica acelera el diagnóstico y tratamiento mejorando el pronóstico de todos los pacientes y evitando discapacidades.

Las articulaciones temporomandibulares presentan en comparación con las manos menor nivel de irregularidades y erosiones óseas, no acusaron power Doppler positivo, pero mostraron alto grado de derrame articular lo que demuestra la importancia de estudiarlas. Las ecografías power doppler podrían ser un marcador seguro, inocuo y económico para el diagnóstico de trastornos en las ATM, por lo que los profesionales que atienden a estos pacientes, deberían considerarlas en el examen rutinario para prevenir el avance de la patología y como guía para el tratamiento mecánico y farmacológico de los trastornos de articulaciones temporomandibulares en pacientes con artritis reumatoide.

El integrar estas armas diagnósticas permite un pronto manejo del paciente reduciendo los costos terapéuticos y mejorando la sanidad pública. Disminuye el avance de la enfermedad por lo que reduce las ausencias laborales por el avance de la enfermedad y minimiza las secuelas.

La utilización de estas herramientas útiles, inocuas y rápidas integra el accionar de los distintos especialistas, reconociendo al paciente como una unidad, que debe ser abordado interdisciplinariamente si se pretende el éxito terapéutico.

BIBLIOGRAFÍA

Aletaha D, Neogi T, Funovits AJ, Felson D.T., Bingham C.O. (2010) 3rd rheumatoid arthritis classification criteria: an American College of Rheumatology European League Against Rheumatism collaborative initiative. *Ann rheum Dis.*, 69 pp. 15801588.

Figún M.E., Gariño R.R. (2015) *Anatomía Odontológica – Funcional y Aplicada*. Editorial El Ateneo. Cap. 2.

Harrison's. (2013) *Rheumatology*. 3° Edition. Editor: Anthony S. Fauci. Mc Graw-Hill Education. ISBN: 978-0-07-181484-3, MHID: 0-07-181484-1. Cap. 6. Pag. 87.

http://reumatologia.org.ar/normativa_cert_disc_pacientes_ar.php. 2017.

Mjaavatten M.D., Bykerk V.P. (2013). Early rheumatoid arthritis: The performance of the 2010 ACR/EULAR criteria for diagnosing RA. *Best Pract Res Clin Rheumatol.*, 27. pp. 451–466.

Realidad de la artritis reumatoidea en Argentina. *Revista Argentina de Reumatología*. (2008) ISSN 0327-4411. 2008. Año 19. N° 3. Pág. 10.

Rhys K, Busamia B, Gobbi C, Marchegiani S, Albiero E, Yorio M. (2013) Valoración del diagnóstico por imágenes en la articulación temporomandibular en pacientes con artritis reumatoidea. *Revista de la Facultad de Ciencias Médicas, Universidad Nacional de Córdoba. Abstract Suplemento*. Página 100.

Rhys K, Gobbi C, Busamia B, Albiero E, Alba P, Lagnarini L. (2021) Validación del cuestionario: CEDATAR (cuestionario para evaluar las disfuncionalidades de las articulaciones temporomandibulares en artritis reumatoide). *Revista Ocronos. Volumen IV. Número 7*. Pág. 66-71. ISSN 26038358. <https://revistamedica.com/validacion-cuestionario-cedatar>

Rhys K, Gobbi C, Busamia B, Albiero E, Alba P, Lagnarini L. (2021) Benefits of using the Questionnaire to Assess Temporomandibular Joint Dysfunctionalities in Rheumatoid Arthritis (CEDATAR). *South Florida Journal of Health. Volumen 2 Número 4*. Páginas 514-519. ISSN 2675-5467. DOI: 10.46981/sfjhn2n4-009

Scott D.L., Wolfe F., Huizinga T.W. (2010) Rheumatoid arthritis. *Lancet*. 376. pp. 1094–1108.

CAPÍTULO 14

ESTUDIO CUALITATIVO DE LAS ESTRATEGIAS DE AFRONTAMIENTO: HACIA UN MODELO DE AFRONTAMIENTO CREATIVO, REACTIVO Y PROTECTIVO

Data de submissão: 12/02/2022

Data de aceite: 04/03/2022

Lautaro Cirami

Lic. en Psicología

Instituto de Investigaciones de la

Facultad de Psicología de la

Universidad de Buenos Aires

<https://orcid.org/0000-0003-3886-5221>

Liliana Edith Ferrari

Dra. en Psicología

Instituto de Investigaciones de la

Facultad de Psicología de la

Universidad de Buenos Aires, Argentina

<https://orcid.org/0000-0002-4611-8923>

RESUMEN: Los estudios sobre afrontamiento en estrés y violencia en el trabajo son numerosos, no obstante, redundan en la clasificación de las estrategias de afrontamiento y su relación con sintomatología, dejando de lado el estudio del proceso de afrontamiento en detalle. A partir de la revisión de la literatura especializada, son escasos los estudios que trabajan el afrontamiento de la violencia laboral desde una perspectiva psicosocial y que tenga en cuenta diferentes procesos más allá de una clasificación de estilos. Por lo tanto, el objetivo

del presente artículo consiste explorar las estrategias de afrontamiento que despliegan los trabajadores frente a situaciones de violencia teniendo en cuenta: 1) Víctimas y testigos, 2) procesos creativos y funcionales, y 3) utilizando una metodología cualitativa. En este trabajo se utiliza una metodología cualitativa mediante análisis del discurso. El análisis se realizó sobre la información relevada en dos entrevistas administradas a dos trabajadores de Ciudad de Buenos Aires y Gran Buenos Aires. A partir de las unidades de significado emergen tres dimensiones para describir las distintas categorías extraídas en el análisis. En cada dimensión se diferencian dos categorías polarizadas que pueden entenderse también como un continuo: 1) Afrontamiento de Acatamiento/Creativo, 2) Afrontamiento Pasivo/Activo, y 3) Afrontamiento Instrumental/Resiliente. A partir de lo trabajado en este estudio, se complejiza el abordaje del estudio del afrontamiento más allá de las clasificaciones tradicionales. Además, si se interpretan los resultados cualitativos y se discuten con hallazgos cuantitativos previos, se llegan a conclusiones similares en tanto el carácter adaptativo y funcional de cada estrategia de afrontamiento se asocia a la flexibilidad, el aprendizaje y sus resultados al mediano y largo plazo.

PALABRAS CLAVE: Violencia Laboral. Estrategias de Afrontamiento. Metodología Cualitativa. Salud laboral. Factores de Riesgo Psicosocial.

QUALITATIVE STUDY OF COPING STRATEGIES: TOWARDS A CREATIVE, REACTIVE AND PROTECTIVE COPING MODEL

ABSTRACT: Studies on coping with stress or violence at work are numerous, however, they result in the classification of coping strategies and their relationship with symptomatology, leaving aside the study of the coping process in detail. From the review of the specialized literature, there are few studies that work on coping with workplace violence from a psychosocial perspective and that take into account different processes beyond a classification of styles. Therefore, the objective of this article is to explore the coping strategies deployed by workers in situations of violence, taking into account: 1) Victims and witnesses, 2) creative and functional processes, and 3) using a qualitative methodology. In this work, a qualitative methodology is used through discourse analysis. The analysis was carried out on the information collected in two interviews administered to two workers from the City of Buenos Aires and Greater Buenos Aires. Three dimensions emerge from the units of meaning to describe the different categories extracted in the analysis. In each dimension, two polarized categories are differentiated that can also be understood as a continuum: 1) Compliance/Creative Coping, 2) Passive/Active Coping, and 3) Instrumental/Resilient Coping. From what has been worked on in this study, the approach to the study of coping becomes more complex beyond traditional classifications. In addition, if the qualitative results are interpreted and discussed with previous quantitative findings, similar conclusions are reached insofar as the adaptive and functional nature of each coping strategy is associated with flexibility, learning and its results in the medium and long term.

KEYWORDS: Violence at Work. Coping Strategies. Qualitative Methodology. *Occupational Health. Psychosocial Risk Factors.*

1 INTRODUCCIÓN

La violencia en el trabajo es una problemática percibida y vivida por los trabajadores en las organizaciones (Cebeý & Ferrari, 2016). La misma se caracteriza por comportamientos establecidos en las relaciones de trabajo y que comprenden conductas de hostilidad, aislamiento, amenazas, agresiones físicas o verbales u hostigamiento (Cebeý & Trotta, 2011). Más allá de las distintas clasificaciones y modos de configuración de la violencia (Ferrari et al., 2015), los escenarios de violencia implican la interacción de varios actores: La víctima y el hostigador, así como también testigos directos, oyentes y/o cómplices que intervienen en esta dinámica puesto que habilitan, reproducen o sufren la escena desde otro lugar de exposición (Cirami et al., 2020; Lutgen-Sandvik et al., 2007; Lutgen-Sandvik & McDermott, 2008).

Frente a estas situaciones de riesgo y de violencia, los trabajadores utilizan distintas estrategias de afrontamiento para lidiar estos escenarios desfavorables. Estas estrategias son respuestas fisiológicas, emocionales, conductuales y cognitivas (Lazarus & Folkman, 1984), así como también pueden implicar comportamientos sociales (Cox et

al., 2014). En este sentido, el afrontamiento puede ser comprendido a partir de diferentes niveles de análisis: celular, fisiológico, psicológico y psicosocial (Cirami & Cebey, 2022). Es en los niveles psicológico y psicosocial en donde se ponen en juego aspectos cognitivos y relacionales a partir de la valoración primaria y secundaria en donde se evalúa el grado de amenaza y la disponibilidad de recursos respectivamente. En esta dirección, las condiciones de trabajo, las demandas y el control sobre el mismo, el apoyo social y las relaciones, así como la configuración del liderazgo y el clima son factores psicosociales que intervienen en el empleo de estas estrategias de afrontamiento (Ferrari et al., 2013, 2015; Ferrari et al., 2016; Pujol-Cols & Arraigada, 2017).

Se realizaron varias revisiones de la literatura respecto del afrontamiento en situaciones de violencia (Cirami et al., 2020; Cirami & Cebey, 2022; Cirami & Ferrari, 2019). Si bien, los estudios sobre afrontamiento en estrés o violencia en el trabajo son numerosos, en general redundan en la clasificación de las estrategias de afrontamiento y su relación con sintomatología, dejando de lado el estudio del proceso de afrontamiento en detalle (Cirami, 2013; Cirami & Cebey, 2022). Los estudios clásicos, enfocados en el afrontamiento del estrés, coinciden en la clasificación del afrontamiento según estén centrados en el problema, en la emoción, o bien, que presenten evitación cognitiva y/o conductual (Carver & Connor-Smith, 2010; Lazarus & Folkman, 1984; Nielsen & Knardahl, 2014). Según estos estudios, el uso del afrontamiento evitativo se presenta como un mantenedor del estrés y un agravante en su sintomatología, mientras que las estrategias emocionales y resolutivas se caracterizan por ser funcionales. Sin embargo, no existen estrategias de afrontamiento más aptas que otras a priori, sino que su valor adaptativo y funcional dependerá del contexto y la situación (Meichenbaum, 1987).

Por ejemplo, en situaciones de violencia doméstica, el afrontamiento activo puede comprometer la seguridad de la víctima (Lewis et al., 2006). En este sentido, Hershcovis (2017) estudio la violencia en contexto laboral y sus resultados sostienen que tanto la confrontación como la evitación, no son funcionales en esta situación. El afrontamiento activo o centrado en el problema sería recomendado sólo si está orientado a las relaciones sociales. Estos hallazgos convergen con la línea de investigación de la perspectiva de factores psicosociales (Cebey & Ferrari, 2016; Cebey & Ferrari, 2016; Cirami & Cebey, 2022) en donde uno de los focos de atención está puesto en las relaciones sociales y se configuran las mismas en la organización. Otros estudios llegan a conclusiones similares estudiando situaciones de violencia en personal hospitalario (Jeong & Kim, 2017), teniendo en cuenta el apoyo social (Parzefall & Salin, 2010), así como también teniendo en cuenta distintas modalidades de violencia (Lee & Brotheridge, 2006).

Como se mencionó en párrafos anteriores, el estudio de las estrategias de afrontamiento, generalmente se basan en la clasificación y la búsqueda de estilos funcionales (Carver & Connor-Smith, 2010), no obstante, el modelo teórico de Congruencia de Recursos de afrontamiento (Resource-Congruence Model) (Wong et al., 2006) comprende procesos más complejos. Este modelo consiste en el análisis de tres instancias:

- 1) Afrontamiento creativo: frente a una situación de tensión y estrés, la persona despliega acciones y cogniciones singulares a partir de distintos recursos psicológicos, intelectuales, espirituales, entre otros. Lo interesante de esta instancia es que las estrategias pueden adoptar distintas configuraciones, más allá de las evaluadas en las escalas clásicas de afrontamiento.
- 2) Afrontamiento reactivo: este consiste en que la estrategia puesta en práctica sea apropiada para la situación y el marco cultural. Es decir, que los recursos de afrontamiento deben ser congruentes con la situación y las expectativas socio-culturales.
- 3) Afrontamiento protectorio: la efectividad de este modelo no implica afrontamientos “sanos” o “patológicos”, ni “buenos” o “malos”, sino que sean funcionales a la situación. Así, al evaluar las estrategias de afrontamiento, es necesario evaluar el contexto cultural y situacional. Este enfoque es un área de vacancia en el estudio de afrontamiento, por lo tanto, en presente trabajo tiene como objetivo indagar sobre el modelo de congruencia de recursos para un afrontamiento activo desde una perspectiva cualitativa.

A partir de la revisión de la literatura especializada, son escasos los estudios que trabajan el afrontamiento de la violencia laboral desde una perspectiva psicosocial y que tenga en cuenta diferentes procesos más allá de una clasificación de estilos. Por lo tanto, el objetivo del presente artículo consiste explorar las estrategias de afrontamiento que despliegan los trabajadores frente a situaciones de violencia teniendo en cuenta: 1) Víctimas y testigos, 2) procesos creativos y funcionales, y 3) utilizando una metodología cualitativa.

2 METODOLOGÍA

En este trabajo se utiliza una metodología cualitativa mediante análisis del discurso (Hernandez Sampieri et al., 2010; Vázquez Sixto, 1996). El análisis se realizó sobre la información relevada en dos entrevistas administradas a dos trabajadores de Ciudad de Buenos Aires y Gran Buenos Aires.

El análisis consistió en cuatro fases según la recomendación de la bibliografía: 1) Lectura y familiarización de las entrevistas, 2) Codificación de unidades de registro de

significado, 3) Categorización a priori y 4) Categorización y discusión teórica a partir de la bibliografía relevada (Vázquez Sixto, 1996).

2.1 DESCRIPCIÓN DE LAS ENTREVISTADAS

La primera entrevistada (E1 a partir de ahora) es una trabajadora de 19 años de una organización del sector público de aproximadamente 200 trabajadores. Tiene un contrato estable y permanente en tareas administrativas sin personal a cargo.

La segunda entrevistada (E2 a partir de ahora) es una trabajadora de 33 años del sector privado de aproximadamente 15 trabajadores. Tiene un contrato estable y permanente en tareas administrativas con personal a cargo.

Las entrevistas se caracterizaron por ser semiestructuradas de una duración de entre 45 y 60 minutos. Las mismas fueron grabadas y transcritas con el consentimiento informado de las participantes.

3 ANÁLISIS Y RESULTADOS

Del análisis de las entrevistas se hallaron dos temas referidos a la 1) violencia en el trabajo y 2) el afrontamiento este tipo de situaciones. A continuación, se describirán cada uno de estos cuatro temas presentando y definiendo las categorías emergentes del discurso y las unidades de registro más significativas junto con fragmentos rescatados de las entrevistas.

3.1 VÍCTIMAS Y TESTIGOS: POSICIONAMIENTO FRENTE A LOS ESCENARIOS DE VIOLENCIA

En cada una de las entrevistas se dio lugar para indagar el posicionamiento que cada entrevistada daba respecto de situaciones de violencia y los modos de significar su lugar dentro de este escenario hostil. E1 enumera algunas situaciones de violencia, ya sea como testigo:

Yo he visto que otros compañeros los han tratado mal. A mí por suerte nunca me pasó pero a una compañera sí.

O bien, explicitando aspectos relacionales y de descalificación que están naturalizados en la organización que ella vive como protagonista:

Lo que pasa es que en mi trabajo (...) tiene otras reglas aparte. Hay una específica que es que te pueden hablar energéticamente, o sea, te gritan pero está justificado. (...) Siempre tratan de hacerte saber que tienen más grado que vos.

E1 no se posiciona como víctima, no obstante, la violencia la afecta directamente puesto que son comportamientos establecidos y naturalizados en las relaciones de trabajo. E2 relata otras situaciones de violencia en su experiencia laboral. Se pueden mencionar a modo de ejemplo algunas de ellas. En la primera, hay falta de claridad de rol y descalificación:

Me entero que en realidad mi función como recepcionista era hacerle de secretaria a ella, pero nunca nadie me lo había dicho.

Además, E2 señala aspectos naturalizados en la configuración de las relaciones de trabajo refiriéndose a la persona con cargo más alto en la organización:

Se le tenía mucho miedo a ese hombre, mucho miedo.

Además, relata una situación de violencia bajo la modalidad de acoso sexual:

Cuando fue lo del abogado que, un día estaba borracho en la oficina, yo estaba cerrándola, no me di cuenta que él estaba todavía ahí, me llama al interno totalmente ebrio (...) me doy vuelta, voy a la cocina y de golpe lo tenía acá atrás, me tocó, horrible.

E2, se posiciona como víctima de varias situaciones de violencia a lo largo de su trayectoria laboral. Puede reconocer con mayor precisión a las mismas que E1. Sin embargo, tanto E1 como E2 presentan sintomatología asociada al malestar en el trabajo. Los significados atribuidos a las situaciones a su propio lugar en cada situación generan modos diferentes de vivir la violencia en el trabajo. En esta dirección, emerge se pueden señalar dos categorías:

- 1) Víctima de situaciones de violencia: En este, la trabajadora se posiciona como blanco del acoso y de las agresiones y tiene mayor claridad para reconocer y describir lo que sucede, además de reportar sintomatología asociada al trabajo.
- 2) Testigo de situaciones de violencia: En esta categoría se enmarca la atribución de significado más vaga sobre lo que sucede en contextos de acoso, aunque sí hay reconocimiento de displacer y malestar, así como también sintomatología.

3.2 DESPLIEGUE DE ESTRATEGIAS PARA AFRONTAR LAS SITUACIONES DE VIOLENCIA

Al indagar sobre cuáles eran las respuestas en este tipo de situaciones, las entrevistadas presentaron diversas estrategias. E1 sugiere respuestas que respondan a las exigencias del ambiente de trabajo en tanto intenta adaptarse a lo que le piden y a acomodarse dentro de esta dinámica hostil y violenta establecida en la organización. Por ejemplo, cuando le gritaron para llamarle la atención ella respondió de la siguiente manera:

Le pido disculpas, me presento de nuevo, y sigo la conversación, le pregunto qué necesita.

En otra situación similar, respondió nuevamente acomodándose a la dinámica:

Trato de... como pasarlo, más o menos como que lo naturalizamos ahí, porque no queda otra.

También hace referencia a la búsqueda de apoyo social:

Tengo una compañera que sabe todo, todas las leyes, todo de ahí. Entonces le pregunto a ella y ella como que me va guiando y hago el trabajo. Así que ella es básicamente la luz de todos.

Así como también a ofrecerse como apoyo de compañeros en situaciones de violencia, aunque sin margen para actuar más allá de hacerse presente:

Trato de apoyarlo a él, darle apoyo; pero no se me ocurre otra cosa más que eso, porque...

En otra dirección, E2 muestra otros tipos de afrontamiento que pudo desplegar en situaciones en las que vivenció acoso laboral. En primer lugar, muestra una carga emocional exacerbada y un componente evitativo. Sin embargo, en segundo lugar consigue generar una frontamiento activo a partir del aprendizaje:

Cuando me puteaban, o me trataban mal, o me trataban de inepta me daba mucha furia y después mucha angustia porque yo tenía algo personal que no podía confrontarlos. Hasta que un día los confronté y me fui, pero fue un proceso largo, duro, complejo.

Siguiendo con la carga emocional, E2 presenta emociones intensas pero con flexibilidad. No deja de sentir displacer y de idear respuestas reactivas, no obstante, puede defusionarse de estos pensamientos y actuar de otra manera:

Esto se los voy a devolver, y mis compañeros “no, estás loca, agarrálo” la verdad que no me gustó nada la situación, pero bueno, después como que seguí la corriente del grupo.

Además, se sirve del apoyo social de un modo eficiente haciendo valer la escucha por parte de los demás, espacios extra-laborales para socializar y desahogarse, así como también el uso del humor:

Los chicos me hacían el aguante “che, que no te grite así, que no te hable así, no está bueno que te hable así” yo pensaba que le hablaba así a todo el mundo, me hicieron dar cuenta que no es así. (...) Nos juntábamos a tomar una cerveza después del trabajo, íbamos a comer (...) Descargábamos todo. (...) Armamos un grupo de whatsapp, que pusimos, una foto parodiando a mi jefe era igual con un nombre gracioso.

Por último, tanto E1 como E2 muestran procesos de aprendizaje en lo que refiere al afrontamiento, aunque con ciertas diferencias. Como se mencionó en fragmentos

recuperados previos, E1, genera una línea de respuestas y aprendizajes referidos al acatamiento, la pasividad y el carácter instrumental para acomodarse a las situaciones. En un momento de la entrevista, emergen comentarios sobre el carácter necesario para lidiar con el día a día de su organización, aunque no para su vida en general:

El carácter, la forma en que me organizo diferente. Aprendí un montón (...) el carácter solamente me sirve para estar ahí, y después yo no creo que lo necesite.

En este sentido, pareciera que E1 genero aprendizajes instrumentales y ancladas en situaciones particulares. Es decir, que sólo genero desarrollo sobre habilidades contextualizadas.

En cambio, E2 presenta un aprendizaje anclado en los procesos y con capacidad de descontextualización:

Sí, hoy me le paro a la gente enfrente, aprendí a confrontar, aprendí a decir las cosas cuando las tengo que decir, cuando algo no me parece lo digo, no pierdo los modales, porque eso es algo que jamás pierdo de vista, pero sí aprendí a hablar y... porque antes era "si le digo algo que no le gusta por ahí me echa".

A partir de todas estas unidades de significado emergen tres dimensiones para describir las distintas categorías extraídas en el análisis. En cada dimensión se diferencian dos categorías polarizadas que pueden entenderse también como un continuo:

- 1) Afrontamiento de Acatamiento/Creativo: Esta primera instancia comprende dos modalidades diferenciadas entre E1 y E2 en donde la primera suele acomodarse a las situaciones según las normas de la organización mientras que la segunda intenta generar aprendizajes, flexibilidad y la puesta en marcha de un repertorio más amplio para distintas situaciones. El acatamiento pareciera tener una característica de acomodación mientras que el afrontamiento creativo se caracteriza particularmente por la flexibilidad cognitiva y conductual.
- 2) Afrontamiento Pasivo/Activo: En este caso, también se generan patrones en E1 y E2 muy distintos, no obstante, se reconoce un aspecto reactivo del afrontamiento. En esta dimensión se pueden identificar las estrategias más relevadas por la literatura: Centradas en el problema, en la emoción y las evitativas. De este modo se genera un continuo entre la polaridad "pasivo-activo" en donde algunas estrategias se acercan a la confrontación y resolución y otras tienden a la evitación. Además, en este continuo se presentan aquellas estrategias sociales de apoyo, tanto instrumental, como emocional. En las entrevistas, E1 pareciera utilizar con mayor frecuencia estrategias evitativas y poco confrontativas, incluso al servir y servirse

respecto del apoyo social. En E2, a partir de la capitalización de procesos y el aprendizaje en la trayectoria laboral, el afrontamiento tiene un repertorio más amplio y flexible (como se dijo anteriormente), pero particularmente, orientado a la resolución y confrontación.

- 3) Afrontamiento Instrumental/Resiliente: En esta polaridad, se repiten nuevamente patrones en E1 y E2 como se dijo anteriormente. En E1, el objetivo del despliegue de estrategias de afrontamiento es instrumental y contextualizado, mientras que el de E2 tiende a la resiliencia. Es decir, que E2 presenta un afrontamiento que podría generar beneficios al mediano y largo plazo en tanto implican el aprendizaje y la descontextualización como característica.

En síntesis, la primera dimensión pretende identificar la singularidad y el grado de creatividad del uso de las estrategias. La segunda dimensión, el estilo de afrontamiento que se pone en juego. Mientras que la tercera dimensión describe el grado de protección a mediano plazo. En el apartado siguiente se discutirán estas categorías a la luz del modelo de Congruencia de Recursos de Wong et al. (2006).

4 DISCUSIÓN

A partir de las entrevistas, se pudieron identificar aspectos relacionados con el posicionamiento respecto de las situaciones de violencia dejando en evidencia lo difícil que resulta ocupar el lugar de víctima, así como también de testigos. En el caso de la E1, su posición de testigo genera displacer, sintomatología y estrés, aún cuando ella no se autotipifica como víctima. En esta dirección, los testigos precisan de especial atención, no sólo por su rol de habilitantes, moderadores o cómplices, sino porque este posicionamiento también implica un grado alto de exposición a la violencia y por tanto a verse comprometida la salud física y psicológica (Namie & Sandvik, 2010; Salin & Notelaers, 2020). En trabajos anteriores, esta problemática fue estudiada a la luz de que una de las principales diferencias entre víctima y testigo reside en la percepción de daño y de las expectativas de la situación (Cirami et al., 2020; Cirami & Ferrari, 2019).

En cuanto al afrontamiento, pudieron identificarse dimensiones complejas respecto del afrontamiento en tanto se visibilizaron, más allá de los clásicos estilos señalados por la literatura (Carver & Connor-Smith, 2010), procesos que refieren a la presencia/ausencia de creatividad y flexibilidad del afrontamiento, así como también su funcionalidad y descontextualización. De este modo, se pueden discutir las dimensiones y categorías obtenidas desde el modelo teórico de congruencia de recursos (Wong et al., 2006) en

donde se despliega el afrontamiento en tres instancias que pueden corresponderse con las tres dimensiones generadas en el análisis: 1) Afrontamiento Creativo (creatividad y flexibilidad), 2) Afrontamiento Reactivo (resolutivo, emocional o evitativo), y 3) Afronamiento Protectivo (qué tan funcional es respecto de la situación).

Entonces, a partir de lo trabajado en este estudio, se complejiza el abordaje del estudio del afrontamiento más allá de las clasificaciones tradicionales. Además, si se interpretan los resultados cualitativos y se discuten con hallazgos cuantitativos previos (Cirami et al., 2021; Cirami & Ferrari, 2019), se llegan a conclusiones similares en tanto el carácter adaptativo y funcional de cada estrategia de afrontamiento se asocia a la flexibilidad, el aprendizaje y sus resultados al mediano y largo plazo.

Las limitaciones de estudio consisten en primer lugar en su diseño metodológico. Al ser un estudio cualitativo se restringe la capacidad explicativa y predictiva de las conclusiones. Además, se cuenta con una cantidad de entrevistas acotada por lo que no hay saturación de las categorías (Hernandez Sampieri et al., 2010; Vázquez Sixto, 1996). En segundo lugar, sólo se hizo foco en el proceso de afrontamiento sin analizar aspectos socio-laborales-organizacionales. Hay variables que refieren a las trayectorias laborales que no fueron estimadas para el análisis (Cirami & Ferrari, 2018). En esta dirección, la flexibilidad y aprendizaje pueden estar incidiendo en la percepción y la atribución de significado de las vivencias de violencia laboral en el trabajo.

5 CONCLUSIÓN

La utilización del enfoque cualitativo habilitó la posibilidad de indagar sobre: 1) La atención en la creatividad para el desarrollo de estrategias de afrontamiento por sobre la estrategia en sí misma, y 2) La concepción de la efectividad a partir de respuesta flexible y descontextualizada. Las categorías emergentes a priori, en síntesis, con el modelo de Congruencia de recursos permitieron un entendimiento más exhaustivo acerca de cómo desarrolla y despliegan las estrategias de afrontamiento los trabajadores que han sido víctimas y/o testigos de violencia en el trabajo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carver, C. S., & Connor-Smith, J. (2010). Personality and Coping. *Ssrn*. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.093008.100352>.

Cebey, M. C., & Ferrari, L. E. (2016). *Significaciones Atribuidas a La Violencia Laboral*.

Cebey, M., & Ferrari, L. (2016). Violencia Laboral En Organizaciones Públicas Y Privadas: Percepciones Y Significaciones. *Anuario de Investigaciones*, 23(2).

Cirami, L. (2013). Un Abordaje Posible Al Estudio De Las Emociones: Una Mirada Social E Interfuncional. *V Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional En Psicología XX Jornadas de Investigación Noveno Encuentro de Investigadores En Psicología Del MERCOSUR.*, 4. <https://www.aacademica.org/000-054/561%0AActa>.

Cirami, L., & Cebey, M. C. (2022). Estrategias de afrontamiento: modelos explicativos, evaluación y aproximación a su participación en la modulación de los factores psicosociales en el trabajo. In Liliana Ferrari (Ed.), *Estrategias de afrontamiento: modelos explicativos, evaluación y aproximación a su participación en la modulación de los factores psicosociales en el trabajo*. Florencio Varela: Universidad Nacional Arturo Jauretche. https://books.google.com.co/books?id=MgB8DQAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=calidad+de+vida+laboral&hl=es&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=calidaddevidalaboral&f=false.

Cirami, L., Córdoba, E., & Ferrari, L. (2021). Estrategias de afrontamiento del estrés laboral en trabajadores de la salud y reflexiones acerca de las transformaciones organizacionales a partir de la pandemia de COVID-19. *Subjetividad y Procesos Cognitivos*, 24(2), 118-132(2020)., 24, 118–132.

Cirami, L., & Ferrari, L. E. (2018). ¿Cómo Investigar Las Trayectorias Laborales? Revisión Bibliográfica Sistemática Y Análisis De Los Principales Enfoques Teórico- Metodológicos. *Anuario de Investigaciones*, XXV, 35–41.

Cirami, L., & Ferrari, L. E. (2019). *Estrategias De Afrontamiento Y Modalidades De Violencia En El Trabajo: Resultados Preliminares De Un Estudio Desde Una Perspectiva Psicosocial*. 313–319.

Cirami, L., Yaket, L., & Ferrari, L. (2020). *Aproximación teórica a las estrategias de afrontamiento y el rol de los testigos en situaciones de violencia laboral*.

Cox, C. B., Johnson, J., & Coyle, T. (2014). Coping styles moderate the relationships between exposure to community violence and work-related outcomes. *Journal of Occupational Health Psychology*, 20(3), 348–358. <https://doi.org/10.1037/a0038556>.

Ferrari, L., Filippi, G., Cebey, M., Córdoba, E., & Napoli, M. (2013). *VARIABLES SOCIO-ORGANIZACIONALES Y SOCIODEMOGRÁFICAS DE ALTO IMPACTO SOCIO-ORGANIZACIONAL AND SOCIO-DEMOGRAPHICAL VARIABLES*.

Ferrari, L., Filippi, G., Córdoba, E., Cebey, M., Napoli, M., & Trotta, M. (2015). Cuestionario de Estilos, Modalidades y tipos de Acoso Laboral (CEMTAL). *Anuario de Psicología*, 22(1), 61–70.

Ferrari, Liliana, Filippi, E., C., Cebey, M., Napoli, M., Trotta, M., Bordalejo, M., & Furman, J. (2016). (Cefap): *Estructura Y Propiedades Psicométricas*. 67–75.

Hernandez Sampieri, R., Fernandez Collado, C., & Baptista Lucio, M. del P. (2010). *Metodología de la investigación*.

Hershcovis, S. (2017). *The Effects of Confrontation and Avoidance Coping in Response to Workplace Incivility*. July. <https://doi.org/10.1037/ocp0000078>.

Jeong, I., & Kim, J. (2017). *The Relationship between Intention to Leave the Hospital and Coping Methods of Emergency Nurses after Workplace Violence*. 0–2. <https://doi.org/10.1111/ijlh.12426>.

Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). Stress, appraisal, and coping. In *ش.ش.زو ب.ط*. Springer publishing company.

Lee, R., & Brotheridge, C. (2006). When prey turns predatory: Workplace bullying as a predictor of counteraggression/bullying, coping, and well-being. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 15(3), 352–377. <https://doi.org/10.1080/13594320600636531>.

Lewis, C. S., Griffing, S., Chu, M., Jospitre, T., Sage, R. E., Madry, L., & Primm, B. J. (2006). Coping and violence exposure as predictors of psychological functioning in domestic violence survivors. *Violence Against Women*, 12(4), 340–354. <https://doi.org/10.1177/1077801206287285>.

Lutgen-Sandvik, P., & McDermott, V. (2008). The constitution of employee-abusive organizations: A communication flows theory. *Communication Theory*, 18(2), 304–333. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2008.00324.x>.

Lutgen-Sandvik, P., Tracy, S. J., & Alberts, J. K. (2007). Burned by bullying in the American workplace: Prevalence, perception, degree and impact. *Journal of Management Studies*, 44(6), 837–862. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2007.00715.x>.

Meichenbaum, D. (1987). *Psicología cognitiva Manual de inoculación de estrés*. Martinez Roca. <http://www.psyciencia.com/wp-content/uploads/2012/12/Manual-de-inoculacion-de-estresocr.pdf>.

Namie, G., & Sandvik, P. E. L. (2010). Active and Passive Accomplices: The Communal Character of Workplace Bullying. *International Journal of Communication*, 4(0), 31.

Nielsen, M. B., & Knardahl, S. (2014). Coping strategies: A prospective study of patterns, stability, and relationships with psychological distress. *Scandinavian Journal of Psychology*, 55(2), 142–150. <https://doi.org/10.1111/sjop.12103>.

Parzefall, M. R., & Salin, D. M. (2010). Perceptions of and reactions to workplace bullying: A social exchange perspective. *Human Relations*, 63(6), 761–780. <https://doi.org/10.1177/0018726709345043>.

Pujol-Cols, L., & Arraigada, M. (2017). Psychometric properties of the Copsoq-Istas psychosocial risk questionnaire 21 in Argentinian university teachers. *Cuadernos de Administracion*, 30(55), 97–125. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cao30-55.ppcr>

Salin, D., & Notelaers, G. (2020). The effects of workplace bullying on witnesses: violation of the psychological contract as an explanatory mechanism? *International Journal of Human Resource Management*, 31(18), 2319–2339. <https://doi.org/10.1080/09585192.2018.1443964>

Vázquez Sixto, F. (1996). El análisis de contenido temático. *Objetivos y Medios En La Investigación Psicosocial. (Documento de Trabajo)*, 47–70.

CAPÍTULO 15

INVESTIGACIÓN Y APLICACIÓN DE ENERGÍAS LIMPIAS A TRAVÉS DE ENERGÍA SOLAR EN LA CIUDAD DE NEIVA

Data de submissão: 15/02/2022

Data de aceite: 25/02/2022

Ana Lucia Paque Salazar

Facultad de Ingeniería
Corporación Universitaria del Huila
CORHUILA
Neiva, Huila, Colombia
<https://orcid.org/0000-0002-1967-2873>

Arnold Ferney Torres Ome

Facultad de Ingeniería
Corporación Universitaria del Huila
CORHUILA
Neiva, Huila, Colombia
<https://orcid.org/0000-0001-8174-7373>

Camilo Rojas Ramírez

SunnyApp SAS
Neiva, Huila, Colombia

RESUMEN: Una solución para reducir el consumo de energía eléctrica es la autogeneración por medio de energía solar. Los módulos fotovoltaicos tienen una eficiencia aproximada del 16% en condiciones estándar, pero estas difieren de las operativas en Neiva. Según la literatura a mayores temperaturas la conversión de energía solar a eléctrica disminuye. Por esta

razón, se hace necesario realizar un estudio sobre la eficiencia de los paneles solares en las condiciones locales. En línea con las temáticas de investigación y desarrollo de los entes gubernamentales que promueven el uso de las energías renovables. Para este proyecto se utilizarán paneles solares, un inversor y un sistema de adquisición de datos; instalados en una estructura de acero inoxidable ubicada en la sede central de la CORHUILA. Adicionalmente se dispondrán puertos de carga para celulares y WiFi gratis. Se realizarán breves capacitaciones interactivas virtuales acerca del tema de estudio. Finalmente con la información recolectada se analizará, validará y relacionará en búsqueda de calcular la eficiencia de conversión y el potencial solar. **PALABRAS CLAVE:** Energía solar. Radiación. Eficiencia energética. Conversión de energía. Celda solar.

RESEARCH AND APPLICATION OF CLEAN ENERGIES THROUGH SOLAR ENERGY IN THE CITY OF NEIVA

ABSTRACT: One solution to reduce electricity consumption is self-generation using solar energy. The photovoltaic modules have an approximate efficiency of 16% in standard conditions, but these differ from those operating in Neiva. According to the literature at higher temperatures the conversion of solar energy to electricity decreases. For this reason, it is necessary to carry out a study on the efficiency of solar panels in local

conditions. In line with the research and development issues of government entities that promote the use of renewable energies. Solar panels, an inverter and a data acquisition system will be used for this project; installed in a stainless steel structure located at the CORHUILA headquarters. Additionally, charging ports for cell phones and free WiFi will be available. Brief virtual interactive training will be held on the subject of study. Finally, with the information collected, it will be analyzed, validated and related in the search to calculate the conversion efficiency and the solar potential.

KEYWORDS: Solar energy. Radiation. Energy efficiency. Energy conversion. Solar cell.

1 INTRODUCCIÓN

El costo de la energía eléctrica es un factor determinante para la productividad de las empresas e instituciones como las universidades. Por lo tanto, es requerido buscar soluciones para reducir el consumo e incluir alternativas para su autogeneración a través de fuentes renovables como la solar fotovoltaica.

Países como Qatar donde su economía está basada en el petróleo, similar a la situación del departamento del Huila, se han desarrollado estudios similares (Perez y Bachour, 2013), donde a partir de mediciones de radiación y variables ambientales en locaciones específicas de su territorio plantearon definir el potencial de energía solar como propuesta alternativa a los combustibles fósiles para generar su electricidad. Los paneles solares fotovoltaicos poli-cristalinos tienen una eficiencia aproximada del 16% en condiciones estándar ($T=25^{\circ}\text{C}$, radiación: 1000 W/m^2 , $MA=1.5$) y su producción de energía está en 1.2 kWh por panel 260 W . (Chen Julian, 2011). Basado en estudios de los autores (Skoplaki y Palyvos, 2008), se tiene que la temperatura de la celda y la eficiencia tienen una relación inversa, es decir que a temperaturas mayores que la estándar ($T=25^{\circ}\text{C}$), la eficiencia varía, y especialmente cuando la temperatura es muy alta, la conversión de energía solar a eléctrica disminuye debido al aumento de las pérdidas generadas por la conversión térmica del proceso asociado. Debido a esto, no se pueden tener los Kilo watts iguales a los que se pueden obtener a las condiciones mencionadas.

Hasta el momento, en el Huila, no se han encontrado estudios relacionados con el potencial de energía solar que tiene el departamento para generar energía eléctrica. Adicionalmente la información sobre la eficiencia de conversión de energía de los paneles solares poli-cristalinos bajo las condiciones ambientales es aún escasa y no permiten hacer una buena estimación de la energía que se produce.

Por las razones antes mencionadas, es necesario realizar un estudio donde se pueda conocer el comportamiento de la corriente generada por el módulo fotovoltaico y su correlación con la tendencia de los parámetros ambientales como son la temperatura y la radiación. Es en este punto donde se hace necesario un prototipo de adquisición y

monitoreo de parámetros ambientales correlacionados directamente con la producción de corriente a partir de los paneles solares fotovoltaicos poli-cristalinos comerciales. Para ello se realizó el diseño, evaluación técnica e implementación de un Kiosko de conectividad solar en la Corporación Universitaria del Huila CORHUILA.

En el presente documento se describe la metodología definida para realizar la adquisición de datos de los parámetros ambientales así como los lineamientos básicos para realizar el análisis y tratamiento de la información.

2 ANTECEDENTES

Se han realizado revisiones bibliográficas en bases de datos de interés científico donde se han encontrado estudios similares a nivel mundial que sustentan la importancia del desarrollo de este proyecto. El grupo de investigación está realizando medición de la conversión de energía solar a eléctrica en dos sistemas fotovoltaicos que tiene actualmente instalados: uno aislado en una vereda de Neiva y otro en la parte urbana interconectado a la red eléctrica. Debido a la distancia considerable entre los puntos instalados y la ubicación meteorológica del IDEAM no se ha podido hacer una correlación confiable con dichos datos, aunque se tienen algunos análisis preliminares al respecto.

Adicionalmente, autores como (Wittenmyer y Ferguson, 2015) de la Universidad de Texas en Austin desarrollaron un prototipo análogo “Campus Solar Charging Station Project” que proporciona a los estudiantes puntos de carga y Wifi, así como registro de datos de voltaje y corriente, pero no tiene en cuenta adquisición de información de variables ambientales como la radiación solar y temperatura. Como recomendación sugieren adicionar sensores ambientales para complementar la investigación. Esta última idea es tenida en cuenta en el desarrollo del presente proyecto.

3 DESCRIPCIÓN Y LOCALIZACIÓN DEL PROTOTIPO

3.1 DESCRIPCIÓN DE LA LOCACIÓN

El sitio seleccionado para el caso de estudio es la ciudad de Neiva, capital del departamento del Huila al sur de Colombia. Tiene una extensión de 1557 km², una altura sobre el nivel del mar de 442 metros y una población de 345.911 habitantes según información disponible en la página web del departamento.

Así mismo, CORHUILA, una institución de educación superior regional con cobertura departamental y presencia en 3 municipios del Huila, que tiene dentro de sus programas de formación universitaria de la facultad de ingeniería el programa de Ingeniería Industrial, que con su grupo de investigación PROCING y algunos profesionales

de otras ingenierías definieron el proceso de construcción e implementación del Kiosko como también la metodología de investigación.

Adicionalmente, gracias a la localización las condiciones ambientales varían poco, presentando una temperatura promedio entre 29 y 32 °C así como una radiación solar promedio de 4 kW/m². Estas condiciones se presentan debido a que la ubicación geográfica es cercana a la línea del ecuador, en donde el recorrido solar no es variable, lo cual se traduce en mayor disposición de horas de sol y radiación constante.

3.2 DESCRIPCIÓN DEL PROTOTIPO

El Kiosko de conectividad solar es un prototipo diseñado básicamente para cumplir tres funcionalidades: adquisición y monitoreo de parámetros ambientales, punto de conexión a internet inalámbrica y disponibilidad de una zona de estancia para los estudiantes con puntos de carga eléctrica para dispositivos electrónicos. Está compuesto por un sistema fotovoltaico, un sistema eléctrico, un sistema de adquisición de datos y un sistema estructural.

El sistema solar fotovoltaico se compone de paneles solares policristalinos de 260 W, (3) tres módulos para una potencia total instalada de 780W. Para la conversión de la corriente fue utilizado un Inversor Offgrid Onda Pura 800W/24V.

El sistema eléctrico está compuesto por toma corrientes, iluminación interna y externa, y materiales eléctricos como cable AGW 8 y un breaker AC como medida de protección.

El sistema de adquisición de datos se compone de un grupo de sensores tales como los mencionados en la tabla 1 y una estación de monitoreo RX3000, la cual será la encargada de recibir la señal de los dispositivos y transmitirla vía WiFi al software de administración de data, disponible en la Web así como su almacenamiento.

Finalmente, el Sistema estructural compuesto de un módulo estructural que integra la base para los paneles fotovoltaicos, el soporte del sistema de adquisición de datos y la zona de estancia (mesas y sillas para 4 personas).

Tabla 1. Sistema de Adquisición de datos.

Dispositivos	Variable medida	Unidades
Transductor de corriente DC de 200 A	Corriente (I)	Amperios (A)
Piranometro	Radiación (G)	Watts/metro cuadrado (W/m ²)
Sensor de temperatura ambiente	Temperatura (Ta)	Grados Celsius (°C)
Sensor de temperatura del panel	Temperatura (Tc)	Grados Celsius (°C)
SunnyLogger	Energía eléctrica	Potencia (kWh)

Fuente: Autor.

4 METODOLOGÍA

4.1 TIPO DE ESTUDIO

Investigación y desarrollo.

4.2 DISEÑO DE LA INVESTIGACIÓN

Es una investigación cuantitativa para analizar la influencia de la radiación solar, la temperatura de la celda y la de ambiente, y la corriente eléctrica generada por el panel (considerando las pérdidas); sobre la eficiencia de conversión de energía de la celda fotovoltaica del panel solar poli-cristalino comercial.

Según la literatura, análisis de este tipo son recomendados realizarlos por un periodo de 2 a 5 años, pero debido a que éste es un proyecto piloto que hace parte de una propuesta que se tiene formulada y evaluada para ser desarrollada en el departamento del Huila, se considera pertinente realizar un adquisición de datos por un tiempo de 10 meses de los 18 meses en total que dura la ejecución del proyecto.

4.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS

Se utilizará una técnica estadística basada en recolección de datos de las siguientes variables de medición: hora, nombre de la variable, descripción, tipo de variable, unidades y valor numérico.

4.4 RECOLECCIÓN DE DATOS

Los datos obtenidos por los equipos de medición serán registrados y transmitidos al servidor web cada 15 minutos durante 12 horas que corresponden a las horas normales del día con radiación solar. La información será medida por los sensores mencionados en la tabla 1, registrada por el RX3000, administrada por la interfaz HOBOLink y almacenada en una base de datos en lenguaje MySQL disponible en la web.

4.5 ANÁLISIS DE LOS DATOS

En primer lugar se realizara un análisis estadístico con los datos de cada periodo mensual. Se harán los análisis descriptivos empleando tablas de distribución de frecuencia, medidas de tendencia central, medidas de dispersión, forma y posición.

Seguidamente con un análisis inferencial y usando técnicas como chi cuadrado, varianza de ANOVA y diversos tipos de regresiones se determinará la relación y el comportamiento que presenta la energía producida (kWh) y la eficiencia con respecto a las variables definidas.

4.6 CORRELACIONES MATEMÁTICAS

Según una revisión sobre las expresiones matemáticas que existen en la literatura, diversos autores han implementado y desarrollado expresiones para analizar el comportamiento de la Energía producida (Kwh) por el modulo fotovoltaico como función de la temperatura (ambiente y celda del módulo FV) y la radiación solar. Así mismo, expresiones para la eficiencia de conversión en función de las mismas variables.

Según (Markvart, 2000) en su libro “Solar electricity” establece las condiciones estándar para una producción de energía solar fotovoltaica (kWh) las cuales son: radiación de referencia (G): 1000 W/m², masa específica del aire (AM) de 1.5, temperatura de referencia (T_{ref}) de 298.16 °K (25 °C).

4.7 EFICIENCIA DE CONVERSIÓN

La eficiencia de conversión de energía de la celda solar es el porcentaje de potencia convertida y recolectada, cuando la celda solar es conectada a un circuito eléctrico. El termino es calculado usando la relación del máximo punto de potencia (P_m) dividido por la radiación solar (E) (condiciones estándar) y el área de superficie (A_c) de la celda solar (m²) (Furkan & Emin, 2010).

Ecuación 1. Eficiencia de conversión.

$$\eta = \frac{P_m}{E A_c}$$

Por otra parte, el autor (Evans and Florschuetz, 1977) la eficiencia se puede expresar como función de la temperatura de la celda (T_c) como se muestra en la ecuación 2.

Ecuación 2. Eficiencia del módulo fotovoltaico.

$$\eta_c = \eta_{T_{ref}} [1 - \beta_{T_{ref}} (T_c - T_{ref})]$$

Donde $\eta_{T_{ref}}$ es la eficiencia a la temperatura de referencia con radiación solar de 1000 W/m² y $\beta_{T_{ref}}$ es el coeficiente de temperatura.

Para algunos autores (Garg and Agarwal, 1995) el valor de $\beta_{T_{ref}}$ puede ser estimado con la ecuación 3.

Ecuación 3. Coeficiente de temperatura.

$$\beta_{T_{ref}} = \frac{1}{T_0 - T_{ref}}$$

Donde T_0 es la temperatura máxima donde la eficiencia del módulo FV cae a cero.

Por otra parte, para el cálculo de la potencia de salida, es decir la energía generada por el sistema, existen autores como Jie (2007a) que presentan la potencia como función de la temperatura de la celda y otros como Furushima (2006) quien propone una correlación de la potencia en función de 4 variables $P = f(T_c, G_T, V_c, I_c)$.

Es importante mencionar que así como en el estudio se ignora el comportamiento del espectro solar y las variaciones del ángulo de incidencia, de igual forma se realizara la investigación sin considerar las variaciones de dichas variables.

4.8 REGRESIONES Y AJUSTES

Se construirán intervalos de confianza ya sean definidos por las estaciones del año (invierno o verano), por el recorrido del sol (equinoccio o solsticio) o por otros patrones que se determinen predominantes durante el análisis y procesamiento de la información.

Se validaran las correlaciones con los datos adquiridos en busca de definir ajustes en ellas que apliquen para la tendencia de las variables de estudio. Resaltando que el interés principal es determinar la energía (kWh) que se puede producir con la radiación solar (W/m²) del sitio de ubicación del Kiosko, definiendo las temperaturas máximas donde comienza la reducción de la eficiencia de conversión. Así mismo se busca definir una expresión matemática que proporcione el comportamiento de la producción de energía y eficiencia como función de las variables definidas (Ta, Tc, G, I).

Se indagara sobre todas las posibles interpretaciones que surjan en busca de contrastar o refutar la hipótesis inicial planteada. Como resultado se obtendrán los siguientes valores:

- Temperatura celda: valores máximos, mínimos y medios
- Temperatura ambiente: valores máximos, mínimos y medios
- Energía kWh: valores máximos, mínimos y medios
- Eficiencia de conversión de energía: valores máximos, mínimos y medios
- Temperatura perdida de eficiencia

Estos valores resultado del análisis de la información serán las condiciones de operación del sistema de generación de energía solar fotovoltaica a partir de módulos poli-cristalinos comerciales.

REFERENCIAS

Perez A, Bachour D (2013). DNI, GHI and DHI ground measurements in Doha, Qatar.

Chen J. (2011). Physics of Solar Energy. Department of Applied Physics and Applied Mathematics. Columbia University.

Wittenmyer A., Ferguson B. (2015). Visualizing Solar Data: Campus Solar Charging Station. The University of Texas at Austin.

Markvart, T. (2000). Solar electricity (Vol. 6). John Wiley & Sons, p. 37.

Furkan, D., & Mehmet Emin, M. (2010). Critical factors that affecting efficiency of solar cells. Smart Grid and Renewable Energy, 2010.

Evans, D.L., Florschuetz, L.W., 1977. Cost studies on terrestrial photovoltaic power systems with sunlight concentration. Solar Energy 19, 255–262.

Garg, H.P., Agarwal, R.K., 1995. Some aspects of a PV/T collector/forced circulation flat plate solar water heater with solar cells. Energy Conversion and Management 36, 87–99.

Jie, J., Hua, Y., Gang, P., Bin, J., Wei, H., 2007a. Study of PV-Trombe wall assisted with DC fan. Building and Environment 42, 3529–3539.

Furushima, K., Nawata, Y., Sadatomi, M., 2006. Prediction of photovoltaic power output considering weather effects. In: ASES Conference SOLAR 2006 – Renewable Energy Key to Climate Recovery. July 7– 13, Denver, Colorado.

CAPÍTULO 16

COSTOS DE ABATIMIENTO DEL CAMBIO CLIMÁTICO Y EXTRACCIÓN DE RECURSOS NO RENOVABLES EN EL PERÚ¹

Data de submissão: 15/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Edelina Coayla²

Instituto de Investigaciones Económicas
Facultad de Ciencias Económicas
Universidad Nacional Federico Villarreal
Lima, Perú
<https://orcid.org/0000-0002-2709-6749>

RESUMEN: Este estudio examina la relación entre la extracción de recursos no renovables, y la economía del cambio climático en el Perú, esto es, las emisiones de gases de efecto invernadero (GEI) que genera la extracción minera. Se usó los métodos de emisiones de dióxido de carbono equivalente y la curva de costo marginal de abatimiento (MACC) de emisiones. En Perú el sector energía que incorpora la minería es la tercera mayor fuente de emisiones de GEI con una contribución del 16% que corresponde a 24 millones de toneladas de CO₂eq (equivalente) al 2009; se ha cuantificado la contribución nacional anual de los principales contaminantes de

GEI liderado por el dióxido de carbono. De las empresas dedicadas a la actividad minera, se encontró que Doe Run Perú y Sociedad Refinería de Zinc emiten dióxido de azufre por encima del estándar de calidad ambiental peruano hasta el 2017 de 80 microgramos por metro cúbico (2006, 2009 y 2013). Entre las medidas de mitigación de emisiones de GEI en el sector energía, PlanCC (2013) propone el reemplazo de motores eléctricos antiguos, eficiencia en motores y auditorías energéticas que resultan en ahorro de costos por tCO₂eq mitigadas respecto a un escenario BAU (“business as usual” o “todo sigue igual”) sino se implementa ninguna medida de mitigación (2013-2050). En Perú se requiere una adecuada regulación de los contaminantes de GEI y la evaluación del costo ambiental que genera la extracción de recursos agotables.

PALABRAS CLAVE: Extracción de recursos no renovables. Emisiones de gases de efecto invernadero. Costos de mitigación.

ABATEMENT COSTS OF CLIMATE CHANGE AND NON-RENEWABLE RESOURCE EXTRACTION IN PERU

ABSTRACT: This study examines the relationship between the extraction of non-renewable resources, and the economics of climate change in Peru, that is, the greenhouse gas (GHG) emissions generated by mining extraction. The methods of equivalent carbon dioxide emissions and the marginal

¹ Versión preliminar presentado a V Congreso Internacional sobre Cambio Climático y Desarrollo Sustentable en: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/123203>

² Dra. en Ingeniería. Profesora investigadora, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional Federico Villarreal. Av. Nicolás de Piérola N° 262, Lima 1, Perú.

abatement cost curve (MACC) of emissions were used. In Peru, the energy sector that incorporates mining is the third largest source of GHG emissions with a contribution of 16%, corresponding to 24 million tons of CO₂eq (equivalent) in 2009. The annual national contribution of the main GHG pollutants, led by carbon dioxide, has been quantified. Of the companies dedicated to mining activity, it was found that Doe Run Peru and Sociedad Refinería de Zinc emit sulfur dioxide above the Peruvian environmental quality standard until 2017 of 80 micrograms per cubic meter (2006, 2009 and 2013). Among the measures to mitigate GHG emissions in the energy sector, PlanCC (2013) proposes the replacement of old electric motors, efficiency in motors and energy audits that result in cost savings per tCO₂eq mitigated compared to a BAU scenario (“business as usual”) if no mitigation measures are implemented (2013-2050). In Peru, adequate regulation of GHG pollutants and evaluation of the environmental cost generated by the extraction of exhaustible resources is required.

KEYWORDS: Extraction of non-renewable resources. Greenhouse gas emissions. Mitigation costs.

1 INTRODUCCIÓN

Para Dardati y Saygili (2012) la hipótesis de refugio de la contaminación sugiere que las regulaciones ambientales desiguales entre los países en desarrollo y los desarrollados son la causa de la relocalización de las actividades intensivas en polución a países en desarrollo donde las regulaciones son menos estrictas.

Los efectos del cambio climático cuantificados y monetizados incluyen los impactos en la agricultura y bosques, recursos de agua, zonas costeras, consumo de energía, calidad del aire y salud humana; obviamente la lista y el cálculo es incompleto (ToI, 2009: 43).

El cambio climático tendría un profundo impacto en la biodiversidad no sólo por los cambios en temperatura y precipitación, sino en las formas en que el cambio climático podría afectar los ciclos de nutrientes y el uso de la tierra, la acidificación de los océanos y los prospectos por invasión de especies ajenas en nuevos hábitats (ToI, 2009: 45).

Dado que el gas natural (metano) tiene un potencial de calentamiento global 21 veces superior a las emisiones de CO₂, los beneficios de reducir las emisiones fugitivas de metano es elevado (Johnson *et al.* 2009).

De acuerdo a Voors *et al.* (2011) mientras los países desarrollados en muchos casos tienen principios y leyes diseñados para promover el uso sostenible de sus recursos, los países en desarrollo con frecuencia carecen de capacidades institucionales y de medios para reforzar los derechos de propiedad.

El tema se justifica debido a que en el Perú la extracción de recursos agotables genera polución, emisiones de gases de efecto invernadero (GEI) y los pasivos

ambientales que deja la actividad minera es creciente en el tiempo (INEI, 2015) y no se ha cuantificado el costo ambiental de dicha actividad. Es necesario la mitigación de las emisiones de GEI por la extracción de los recursos agotables (minería e hidrocarburos) para afrontar la escasez de recursos ambientales públicos (agua dulce, fertilidad de suelos, biodiversidad, funciones biogeoquímicas del medio ambiente) que afecta el estándar de vida de los pobladores.

El objetivo de investigación es relacionar la extracción de recursos no renovables y la economía del cambio climático en el Perú.

2 MÉTODO

Ámbito temporal y espacial:

El estudio abarca las emisiones de GEI de la extracción minera (sector Energía) y los costos de mitigación del cambio climático en el Perú al 2050.

Técnicas de recolección de datos: Se usó **información secundaria** sobre emisiones de GEI de la extracción de recursos agotables, efectos económicos del cambio climático en el Perú de estadísticas del Ministerio del Ambiente-MINAM, Instituto Nacional de Estadística e Informática-INEI.

Procedimiento:

Primero, se revisó la documentación sobre la evolución del cambio climático, extracción de recursos no renovables, en América Latina y en el Perú.

Segundo, se cuantificó la concentración de los principales contaminantes del aire en el Perú.

Tercero, se revisó el nivel de emisiones de GEI debido a la extracción de recursos no renovables por empresas mineras en el Perú.

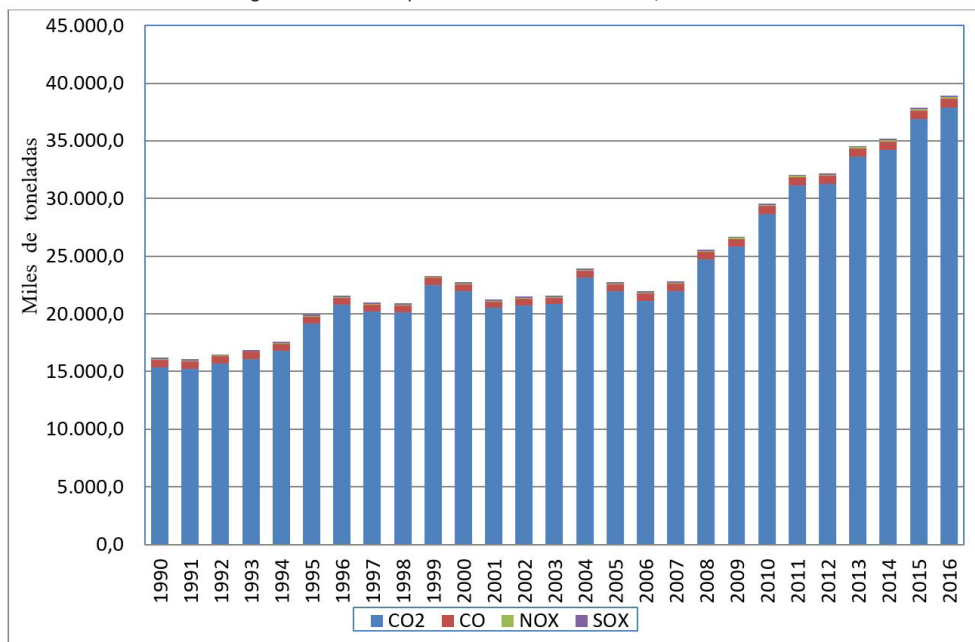
Cuarto, se analizó la distribución de las emisiones de GEI por sectores, las medidas de mitigación, así como los costos de mitigación de las emisiones de GEI del sector energía incluido la minería.

Se usa los métodos de emisiones de dióxido de carbono equivalente y las curvas de costos marginales de abatimiento (MACC).

3 RESULTADOS

El Perú afrontará gastos de 400 millones de dólares anuales en adaptación y mitigación del cambio climático, pese a que contribuye con menos del 0.5% de emisiones de GEI del mundo, asevera Durand, Director General de Cambio Climático (MINAM, 2011).

Figura 1. Perú: Principales contaminantes del aire, 1990-2016.



Fuente: INEI "Perú: Anuario de estadísticas ambientales 2018".
Elaboración Propia.

En Perú, los mayores contaminantes del aire son el dióxido de carbono y el monóxido de carbono; para el año 2012 se reportaron 31,258 y 696 miles de toneladas de CO₂ y CO respectivamente (figura 1).

El Ministerio de Economía y Finanzas (MEF, 2013) estimó que las pérdidas económicas debido a los efectos del cambio climático en Perú serían el 4.4% del PBI, por ello se requieren acciones para afrontar y mitigar dichos efectos.

En 2013, en el proyecto peruano PlanCC (Planificación ante el cambio climático) se desarrolló un estudio de escenarios para la identificación de tendencias y acciones más rentables económica, social y ambientalmente, en las cuales se debe invertir como sociedad. Se identificó las potenciales medidas de mitigación de emisiones GEI por sectores económicos, y se cuantificó el potencial de reducción de emisiones de CO₂, los costos de implementación de dichas medidas y el impacto en el abatimiento de emisiones de GEI en el período 2013-2050.

En el año 2010, en México se emitieron 748 MtCO₂eq. Los rubros de energía y agricultura participaron con casi 80% de las emisiones. El sector energía es la mayor fuente de emisiones de GEI y tuvo un crecimiento en emisiones de 57.9% entre 1990 y 2010, debido principalmente al crecimiento en emisiones por transporte (Instituto Nacional de Ecología y Cambio Climático de México, 2012).

La curva de costos marginales de abatimiento introduce el criterio de costo-efectividad. La curva de costos analiza costos económicos incrementales para diferentes alternativas de abatimiento utilizando un enfoque de abajo hacia arriba. En el eje horizontal se grafica el potencial de abatimiento de cada iniciativa (en toneladas de CO₂eq). En el eje vertical se muestra el costo marginal de abatimiento (monto por cada tonelada de CO₂eq evitada o reducida). El costo marginal se calcula dividiendo la inversión incremental entre las toneladas de carbono evitadas. La inversión incremental es el diferencial entre el capital requerido para implementar la opción tecnológica baja en carbono y la opción tecnológica del escenario tendencial (Instituto Nacional de Ecología y Cambio Climático de México, 2012).

Los costos marginales de abatimiento se ordenan en forma creciente. Del lado izquierdo de la curva se encuentran aquellas medidas cuyo costo marginal de abatimiento es negativo, y representan un ahorro neto con respecto al escenario tendencial. Al lado derecho de la curva están los proyectos que representan costos incrementales para la economía, ya que la infraestructura involucrada requiere altas inversiones o altos costos de operación en comparación con el escenario tendencial o BAU. Idealmente, el cálculo del costo marginal de abatimiento de cada iniciativa debería considerar, por un lado, el costo de vencer las barreras para su implementación, y por el otro, la cuantificación de los cobeneficios (Instituto Nacional de Ecología y Cambio Climático de México, 2012).

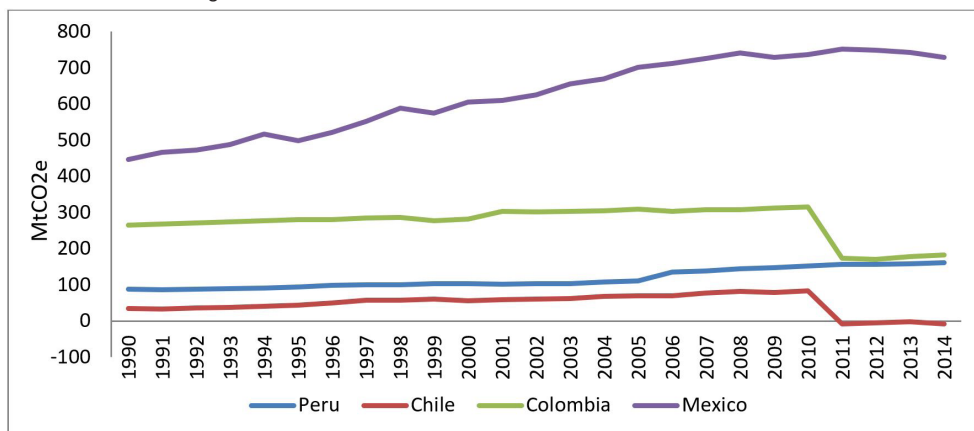
Para Cante y Trujillo (2014: 44) el inevitable deterioro ambiental inherente a la extracción de recursos naturales no renovables se puede al menos aminorar y aplazar con un aumento de la gobernanza por parte de comunidades y sectores de la sociedad civil, e incremento en la gobernabilidad por parte del Estado.

Acuff y Kaffine (2013) encuentran que los beneficios de reducir las emisiones de GEI son igual o mayor que los beneficios de reducción de residuos sólidos, así obtienen una reducción de emisiones GEI de 25 dólares /TCO₂eq como costo social de carbono y 33 dólares como el daño marginal social de una tonelada de desperdicio.

Según Vicuña (2013) el progreso en la reducción de emisiones de gases de efecto invernadero depende, entre otros factores, de mecanismos transparentes de monitoreo, información y verificación. Las emisiones de cada país tienen relación directa con la importancia relativa de las distintas actividades económicas desarrolladas en ellos.

A nivel de los países de la Alianza del Pacífico: Chile, Colombia, México y Perú, en términos de millones de toneladas de CO₂eq, Chile destaca por sus menores emisiones de GEI (Figura 2).

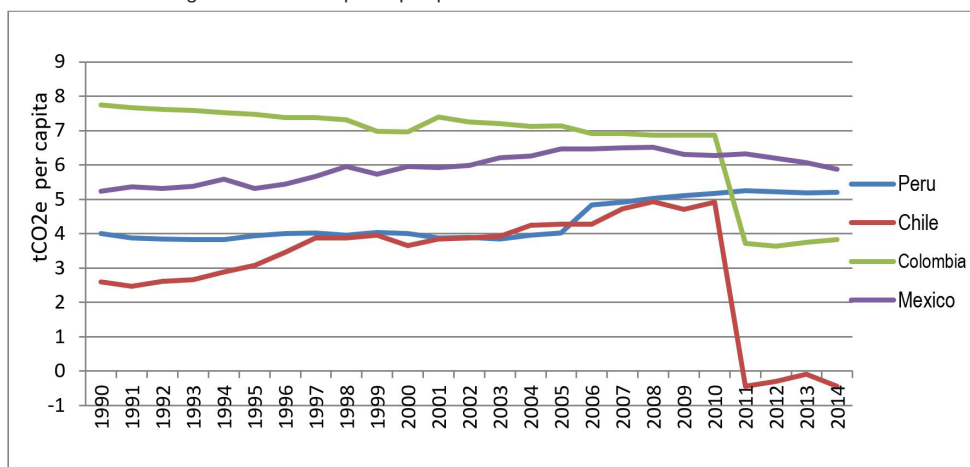
Figura 2. Emisiones MCO2e: Países de Alianza del Pacífico 1990-2014.



Fuente: Elaborado con datos del Instituto de los Recursos Mundiales (WRI), "Climate Analysis Indicators Tool (CAIT) Version 7.0" (www.cait.wri.org) consultado el 21 de Julio de 2019.

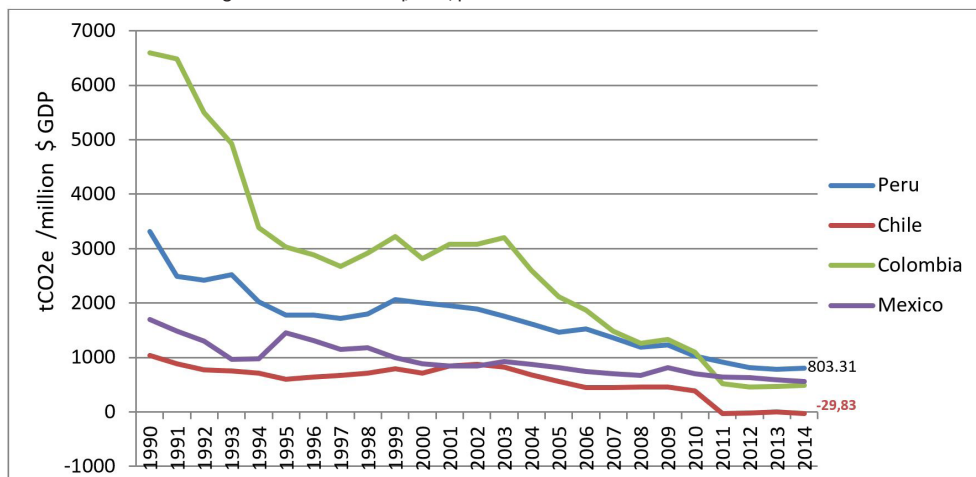
Respecto a emisiones GEI per cápita, en el año 2008, Perú y Chile emitían alrededor de 5 tCO₂e/ habitante, pero a partir del 2011 Chile experimentó un notable descenso de dichas emisiones (Figura 3).

Figura 3. Emisiones per cápita países de la Alianza del Pacífico 1990-2014.



Fuente: Elaborado con datos del Instituto de los Recursos Mundiales (WRI), "Climate Analysis Indicators Tool (CAIT) Version 7.0" (www.cait.wri.org) consultado el 21 de Julio de 2019.

Figura 4. Ratio tCO₂eq/ PBI, países Alianza del Pacífico 1990-2014.



Fuente: Elaborado con datos del Instituto de los Recursos Mundiales (WRI), "Climate Analysis Indicators Tool (CAIT) Version 7.0" (www.cait.wri.org) consultado el 21 de Julio de 2019.

La figura 4, muestra la relación de las emisiones de GEI, respecto al PBI, en los países de la Alianza del Pacífico, a medida que aumenta el PBI, el CO₂eq crece en menor proporción, claramente hay un desacople más pronunciado para Colombia y Chile, para el caso peruano el ratio tCO₂eq/ PBI de 803.31 muestra que no se ha logrado dicho desacople, es decir, a mayor PBI más emisiones de CO₂eq; existe una correlación positiva entre el PBI y el dióxido de carbono equivalente (Figura 5).

Figura 5. Correlación PBI-CO₂eq.

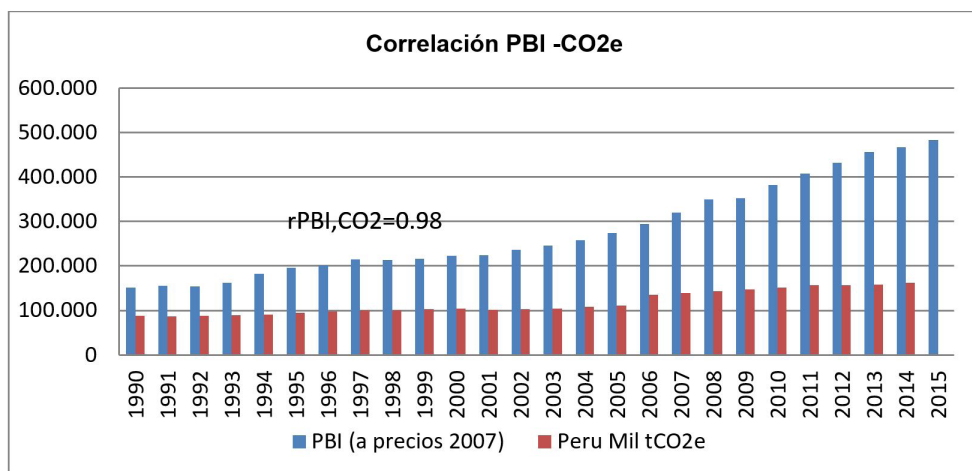
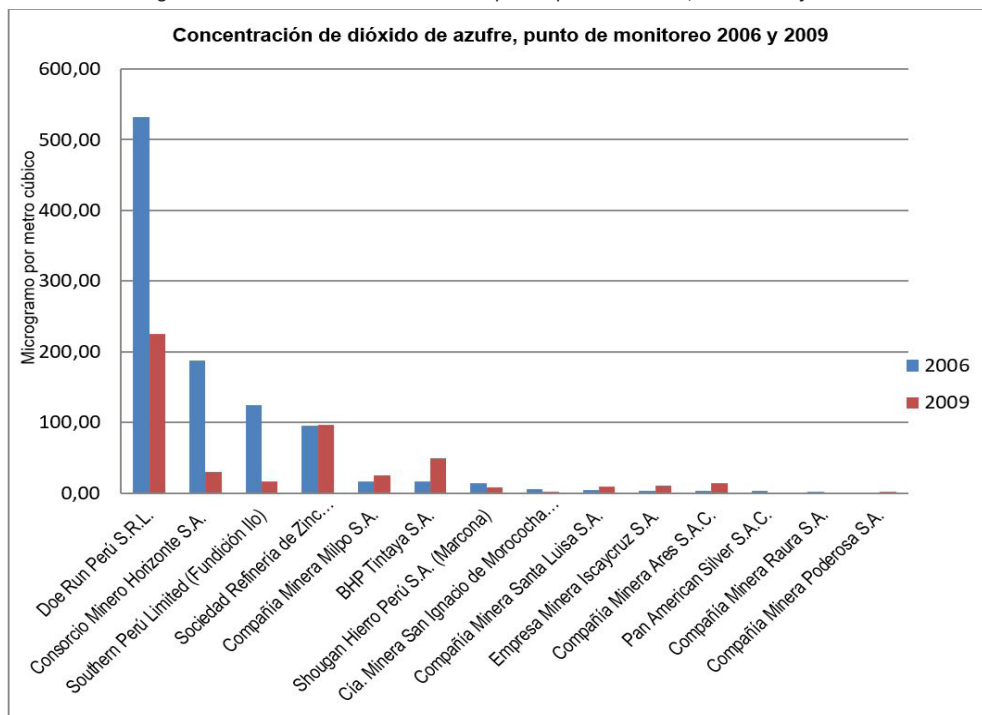


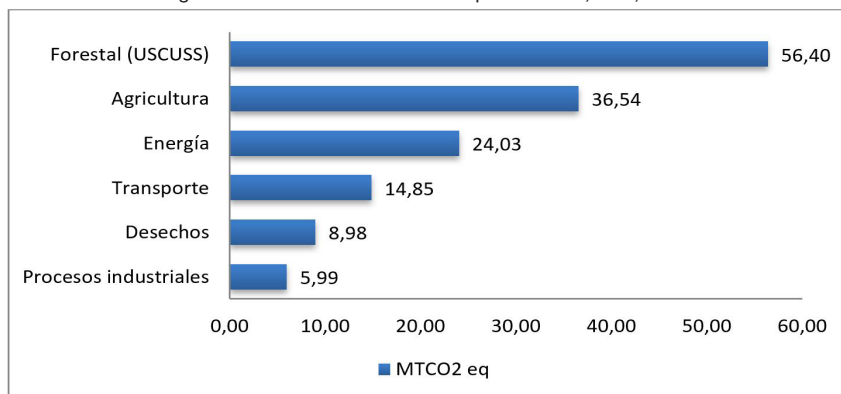
Figura 6. Emisiones de dióxido de azufre por empresas mineras, Perú: 2006 y 2009.



Nivel máximo permisible de anhídrido sulfuroso o dióxido de azufre SO_2 : 80 $\mu g/m^3$ de concentración anual (2017: 250 $\mu g/m^3$). Fuente: INEI "Perú: Anuario de estadísticas ambientales 2015". Elaboración Propia.

En las áreas de influencia de las operaciones mineras en Perú, las empresas que superan los estándares de calidad ambiental (ECA: 80 $\mu g/m^3$) de dióxido de azufre el año 2009 son Doe Run Perú y Sociedad Refinería de Zinc (figura 6); según el INEI (2015) estas mismas mineras reportan concentraciones anuales de 91 y 85 microgramos/ m^3 al 2013 respectivamente. A partir de junio del 2017 el ECA vigente es 250 $\mu g/m^3$.

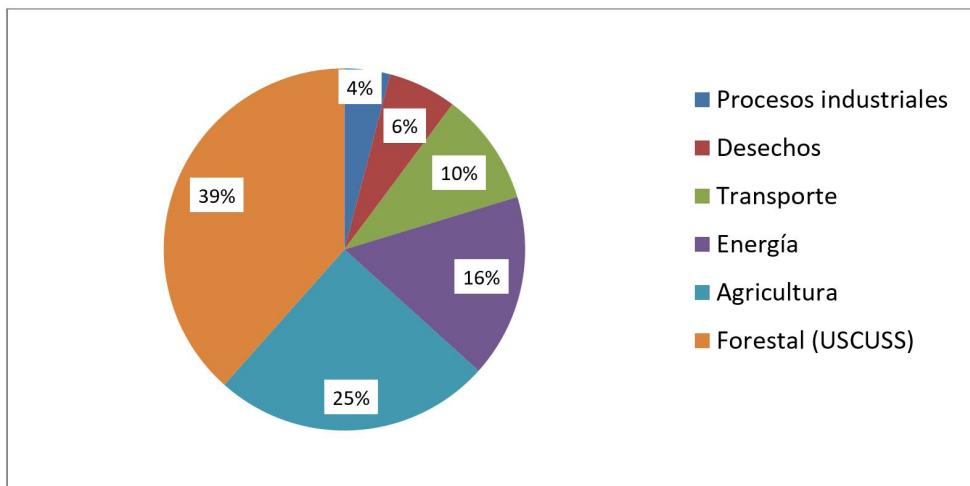
Figura 7a. Total de emisiones de GEI por sectores, Perú, 2009.



Fuente: Proyecto PlanCC e INEI "Perú: Anuario de estadísticas ambientales 2015". Elaboración Propia.

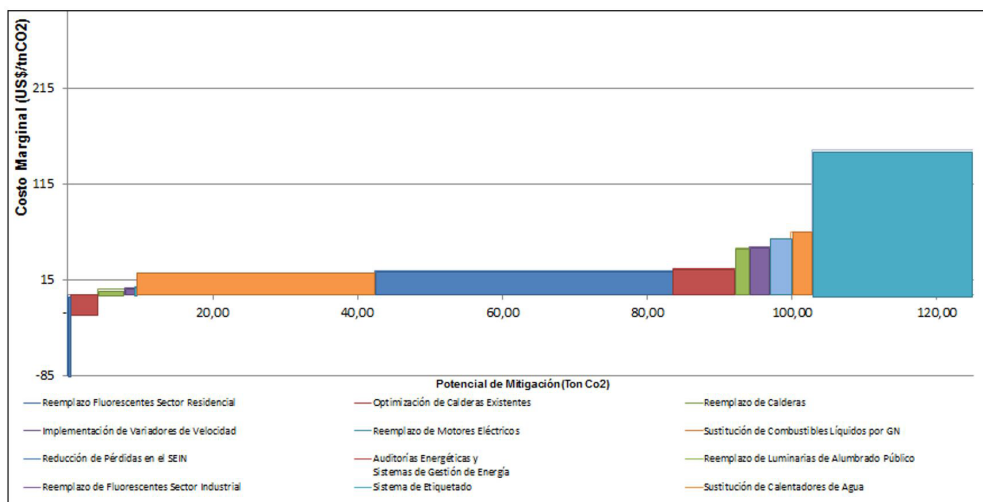
El nivel de emisiones de GEI de la extracción de recursos no renovables del Perú se incluye en el sector energía. En Perú, el INEI (2015) reporta para el 2009, un nivel de emisiones de GEI del sector energía de 24 millones de toneladas de CO₂eq (figura 7a) dentro de este sector la minería (uso energético requerido para la extracción y producción minera) aporta 1.9 millones de tCO₂eq. Las emisiones mineras están cuantificadas en función del consumo de combustible (CEPAL, 2019, p. 54). El inventario nacional de emisiones de GEI al 2009 es de 146.8 millones de tCO₂eq.

Figura 7b. Contribución de emisiones de GEI por sectores, Perú, 2009.



Fuente: INEI "Perú: Anuario de estadísticas ambientales 2015". Elaboración Propia.

Figura 8. Perú, Sector Energía: Curvas de costos de abatimiento de emisiones GEI al 2050.



Fuente: PlanCC (2013). Proyecto Planificación ante el Cambio Climático, Perú 2013-2050.

Entre las medidas de mitigación de emisiones de GEI del sector energía 2013-2050, PlanCC (2013) propone la sustitución de motores eléctricos existentes por otros de mayor eficiencia en los sectores industrial y minero metalúrgico (potencial de reducción de GEI de 1.2 millones de t CO₂/año y un ahorro de costos de 285.15 soles /t CO₂eq.), eficiencia en motores con variadores de velocidad (potencial de mitigación de GEI de 1.6 millones de t CO₂/año y un costo marginal de – 253.14 soles /t CO₂eq.), auditorías energéticas en los sectores minero, industrial y servicios (potencial de reducción de GEI de 27.1 millones de t CO₂/año y un ahorro de costos de 195.23 soles /t CO₂eq.) (Figura 8).

4 CONCLUSIONES

A nivel de países de la Alianza del Pacífico, a partir del 2011 Chile evidenció un notable descenso de sus emisiones per cápita a nivel país, sin embargo Perú mantuvo un 5.2 CO₂eq por habitante (Figura 3). En México los sectores de energía y agricultura generan casi 80% de las emisiones de GEI, siendo el sector energía la mayor fuente de dichas emisiones. En Perú los sectores forestal, energía y agricultura son causantes del 80% de las emisiones de gases de efecto invernadero y el sector energía contribuye con el 16% del total de emisiones de GEI al año 2009 (figura 7b).

El principal contaminante de GEI en el Perú es el dióxido de carbono. Las mineras Doe Run Perú y Sociedad Refinería de Zinc emiten dióxido de azufre por encima del estándar de calidad ambiental peruano (al 2017) de 80 microgramos por metro cúbico (2006, 2009 y 2013).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acuff, K. y Kaffine, D. (2013). Greenhouse gas emissions, waste and recycling policy. *Journal of Environmental Economics and Management* 65 (1):74-86.

Cante, F. y Trujillo, L. (2014). Posibilidades de gobernabilidad y gobernanza en distintos tipos de minería. *Opera*, N°14, p. 27-45.

CEPAL (2019). Minería para un futuro bajo en carbono: oportunidades y desafíos para el desarrollo sostenible. *Serie Seminarios y Conferencias*, No 90 (LC/TS.2019/19), Santiago: CEPAL.

Dardati, E. y Saygili, M. (2012). Multinationals and Environmental Regulation: Are Foreign Firms Harmful? *Environment and Development Economics*, 17(2):163-186.

Instituto Nacional de Ecología y Cambio Climático (2012). *Bases para una estrategia de desarrollo bajo en emisiones en México*. México: INECC.

INEI (2015). Perú: Anuario de estadísticas ambientales 2015. Lima: INEI.

Johnson, T.; Alatorre C.; Romo, Z. y Liu, F. (2009). *México: estudio sobre la disminución de emisiones de carbono*. Washington: Banco Mundial.

MINAM (2011). *Sector Ambiente. Gestión 2008-2011*. Perú: MINAM.

PlanCC (2013). *Medidas de mitigación identificadas para el sector energía (versión preliminar)*, Perú: PlanCC.

Tol, R. (2009). The Economic Effects of Climate Change. *Journal of Economic Perspectives*, 23(2): 29-51.

Vicuña, S. (2013). *Estudio sobre los inventarios de emisiones de gases de efecto invernadero en América Latina*. Chile: CEPAL.

Voors, M.; Bulte, E.; Kontoleon, A.; List, J. & Turley, T. (2011). Using Artefactual Field Experiments to Learn about the Incentives for Sustainable Forest Use in Developing Economies. *American Economic Review: Papers & Proceedings*, 101(3):329-333 May.

CAPÍTULO 17

LA APLICACIÓN DEL CONVENIO EUROPEO DEL PAISAJE A LA PLANIFICACIÓN DE LOS ESPACIOS NATURALES PROTEGIDOS ANDALUCES

Data de submissão: 31/01/2022

Data de aceite: 18/02/2022

José David Albarrán Periañez

Investigador Independiente

Cádiz, Andalucía, España

<https://orcid.org/0000-0002-4774-9639>

RESUMEN: El Convenio Europeo del Paisaje (CEP) fue el primer tratado internacional en atender al paisaje como una entidad integrada, convirtiéndose en una referencia obligada para la protección, gestión y planificación del paisaje por parte de todas las administraciones europeas. Éste ponía por primera vez el acento en la percepción de las personas que habitan el territorio al tiempo que proponía modelos de cogobernanza y participación entre los diferentes actores y entes implicados. Sin embargo, su efectividad ha sido permanentemente cuestionada en el plano académico. El objetivo de esta investigación es determinar en qué medida los discursos del CEP han sido incorporados a las herramientas operativas puestas en marcha por las instituciones de la Comunidad Autónoma de Andalucía, una de las regiones con mayor volumen de superficie protegida del sur de Europa. Para ello se atiende a un estudio de casos en el que son considerados

cuatro parques naturales, aplicando una metodología de análisis de los contenidos de los documentos de planificación vigentes a través de técnicas de revisión documental. Las conclusiones de este estudio ponen de manifiesto la existencia de una constante evolución en la asimilación de los planteamientos integrales del patrimonio y la incorporación de mecanismos de participación en los instrumentos de planificación sectorial de los espacios naturales protegidos en Andalucía, sin embargo, no ha sido hasta pasada una década desde su ratificación en España cuando el CEP ha estado plenamente presente en dicha planificación.

PALABRAS CLAVE: Convenio Europeo del Paisaje. Espacios naturales protegidos. Gestión integral del territorio. Participación local. Andalucía.

THE APPLICATION OF THE EUROPEAN LANDSCAPE CONVENTION TO THE PLANNING OF ANDALUSIAN PROTECTED NATURAL AREAS

ABSTRACT: The European Landscape Convention (ELC) was the first international treaty to attend to the landscape as an integrated entity, becoming an obligatory reference for the protection, management and planning of the landscape by all European institutions. This put emphasis on the perception of the people inhabiting the land for the first time, while proposing models of

co-governance and participation of the different actors and entities involved. However, its effectiveness has been permanently questioned at the academic level. The purpose of the research is to determine to what extent the discourses of the ELC have been incorporated into the operational tools put in place by the Andalusian institutions, in Spain, which is one of the regions with the largest volume of protected area in southern Europe. To do this, a case study which considers the cases of four natural parks is carried out, applying a methodology of analysis of the contents of their planning documents through documentary review techniques. Conclusions show the existence of a constant evolution in the assimilation of comprehensive approaches to heritage and the incorporation of participatory mechanisms in the sectoral planning instruments of protected natural spaces in Andalusia. Nevertheless, it has not been until a decade after its ratification in Spain when the ELC has been fully present in that planning.

KEYWORDS: European Landscape Convention. Protected Natural Areas. Comprehensive Land Management. Local Participation. Andalusia.

1 INTRODUCCIÓN

En el año 2000 se llevaba a cabo en la ciudad de Florencia la firma del Convenio Europeo del Paisaje (CEP), el primer acuerdo internacional centrado específicamente en este tema y con el que se pretendía guiar a las instituciones gubernamentales en la implementación de enfoques más holísticos para la elaboración de estrategias futuras. Redactado por el Consejo de Europa, el documento se convertiría a partir de entonces en una referencia obligada para toda la administración del continente en la protección, gestión y planificación del paisaje, integrando las diferentes funciones de éste y a los diferentes actores implicados en un solo sistema de gestión.

Este hecho se producía en un contexto marcado por la alta profusión académica y los continuos cambios doctrinales vinculados a las nociones del patrimonio, con constantes llamamientos a pasar de la valoración e interpretación de los recursos sobre el territorio a la propia interpretación de éste como recurso. Esto implicaba entender al territorio no solo como soporte de bienes patrimoniales, sino bajo su propia consideración patrimonial (Magnaghi, 1980; Latarjet, 1992; Ortega, 1998; Silva, 2009; Silva y Fernández, 2017; Pillet, 2011; Troitiño y Troitiño, 2015), suponiendo un paso más en la continua evolución conceptual del patrimonio hacia la aproximación entre los ámbitos cultural y natural. Asimismo, este fenómeno conllevaba una paulatina desaparición en los criterios de catalogación de ciertos valores que habían sido prioritarios hasta bien entrada la segunda mitad del siglo pasado y que primaban una belleza excepcional o unos ecosistemas primigenios frente a la antropización en el caso de los espacios naturales (Wall-Reinius et al., 2019), o el mantenimiento de la identidad histórica en la conservación de los bienes culturales. En consecuencia, muchos organismos de ámbito supranacional

tratarían de generar herramientas con las que superar las problemáticas derivadas de unos programas sectoriales en los que la conservación de la naturaleza no consideraba las vidas y los medios de subsistencia de las personas que habitaban el lugar, al tiempo que la concepción cultural había desestimado ciertas manifestaciones no alineadas con la tradición general.

De este modo, y frente a dichos procesos, el Consejo de Europa plantearía nuevos modelos de gestión que implicaban un sistema social y ecológico en un espacio geográfico determinado. Este hecho suponía asimilar la necesidad de poner en valor nuevos patrones de gobernanza bajo una perspectiva integrada, en los que se dieran cabida a lugares de cualidades más heterogéneas y ámbitos de mayor complejidad, y que requerían de la interacción de diferentes actores que, en última instancia, habrían de establecer unos objetivos colectivos. Así, la firma del CEP tendría un papel trascendental en la evolución hacia enfoques territoriales más integradores.

En su primer artículo, este documento define el concepto de paisaje como “resultado de la acción e interacción de factores naturales y/o humanos” (Consejo de Europa, 2000, art.1), haciendo hincapié en las personas que viven en el territorio, al tiempo que plantea la idea de que todos los territorios tienen interés como paisajes bajo la noción de áreas percibidas según la visión más cotidiana, superando la identificación tradicional del mismo con áreas escénicamente atractivas (Silva, 2010). Además, en su articulado se reclama una estrecha cooperación entre autoridades de distintas escalas administrativas y organizaciones privadas, así como altos niveles de participación pública en la definición de los valores y límites de los paisajes (Fernández y Plaza, 2019). Finalmente, entre las medidas incluidas, el CEP fija la necesidad de integrar el paisaje en “las políticas de ordenación territorial y urbanística, en las políticas en materia cultural, medioambiental, agrícola, social y económica, así como en cualesquiera otras políticas que puedan tener un impacto directo o indirecto sobre el paisaje” (Consejo de Europa, 2000, art.5). Por tanto, el documento representa un ejemplo paradigmático de cómo los esfuerzos gubernamentales se centran en la búsqueda de enfoques de gestión, protección y desarrollo más holísticos, proporcionando un marco político a los países adheridos. De este modo, uno de los valores más destacados por los autores contemporáneos es el papel que este convenio tiene como punto de partida para numerosas políticas con implicaciones territoriales implementadas con posterioridad, tanto a nivel nacional como regional (Instituto del Patrimonio Cultural de España, 2012). Sin embargo, su aplicación depende de la ratificación de los principios por parte de los diferentes países, que pueden o no asumir como suya esa filosofía. A día de hoy, la ratificación de la convención por 41 de los 47 países miembros del Consejo de Europa conduce a un escenario donde

la presencia de los paisajes en la gestión pública es cada vez mayor, con una paulatina creación de estructuras jurídicas y administrativas con responsabilidades sobre el mismo.

En España, donde el CEP entró en vigor en marzo de 2008, la legislación relacionada con el paisaje es compleja y diversa. Así, a nivel nacional, aunque la primera disposición de protección medioambiental aprobada en democracia, la *Ley de Conservación de los Espacios Naturales y de la Flora y Fauna Silvestres* de 1989, ya incorporaba la figura de Paisaje Protegido entre las categorías de protección natural, no fue hasta el año 2007 cuando ésta se adaptó a la definición llevada a cabo en el convenio internacional, con la posterior aprobación de la *Ley del Patrimonio Natural y la Biodiversidad*, aún en vigor. Frente a aquella, que seguía supeditando la protección de los lugares a valores naturales intactos y una escasa transformación, incluyendo cualidades como la de la belleza, la rareza o la singularidad, la norma de 2007, en línea con los planteamientos del CEP, introduce conceptos como el de Custodia del Territorio, entendido como “el conjunto de estrategias y técnicas jurídicas mediante las cuales los propietarios y usuarios de la tierra se implican en la conservación y uso de la naturaleza, cultura y valores y recursos del paisaje” (Ley 42/2007, 2007, art.3). Sin embargo, esta norma expone en su Preámbulo que no pretende “ser el instrumento a través del cual se implantarán en España, de manera generalizada, las políticas de protección del paisaje como legislación básica”.

Asimismo, en un contexto administrativo tan descentralizado como el español, se hace necesario analizar la realidad regulatoria a nivel regional, pues el artículo 148 de la Constitución Española incluye la ordenación del territorio, la agricultura, la ganadería, los bosques, la protección del medio ambiente, la artesanía o el patrimonio monumental entre las materias en las que las Comunidades Autónomas podrán asumir competencias. En este sentido, y aunque no se utiliza de manera expresa el término Paisaje, en la Carta Magna se alude a cuestiones directamente relacionadas con éste, por lo que algunos gobiernos regionales han aprobado normativas que han de tenerse en cuenta.

De esta manera, el presente trabajo atiende al análisis de una serie de espacios naturales protegidos localizados en la Comunidad Autónoma de Andalucía, una región donde la normativa medioambiental destaca por ser considerablemente más integradora que en otras autonomías e, incluso, que la propia legislación estatal. Esto deriva, en gran medida, de la incorporación de aspectos antropológicos en la concepción del paisaje de manera explícita ya desde el año 1989, con la aprobación de la *Ley por la que se aprueba el Inventario de Espacios Naturales Protegidos de Andalucía y se establecen medidas adicionales para su protección*. Esta norma planteaba por primera vez la posibilidad de que la transformación antropológica del espacio natural no conllevara pérdida de sus valores, estableciendo una clasificación de los espacios mediante la aplicación de criterios

físicos, naturales y culturales. De este modo, la andaluza se adelantaba a muchas de las declaraciones internacionales que durante las últimas décadas de la pasada centuria y los primeros años del siglo actual reclamaban un cambio en la conceptualización tradicional del patrimonio en favor de puntos de vista más holísticos. Estos planteamientos resultan especialmente llamativos en un contexto en el que, en paralelo, era aprobada a nivel nacional la *Ley de Conservación de los Espacios Naturales y de la Flora y Fauna Silvestres*.

Además, y pese a carecer de una normativa específica sobre paisaje, en Andalucía la evolución legislativa hacia una cada vez mayor integración de éste y los entornos en la concepción patrimonial se ha llevado a cabo con la asimilación del urbanismo como herramienta para mejorar la protección de los bienes culturales, siguiendo lo que se define en la ley vigente como “los planteamientos doctrinales más recientes” (Ley 14/2007, 2007, Exposición de Motivos), o con el reconocimiento de la interdependencia entre hombre y medio como un principio de valor universal (Ley 8/2003, 2003, Exposición de Motivos). Asimismo, se ha atendido a la creación de nuevas tipologías jurídicas más amplias en la catalogación tanto cultural como medioambiental.

2 METODOLOGÍA

Comprobada la existencia en la normativa andaluza de notables enunciaciones respecto a la necesidad de articular medidas de protección, planificación y gestión del territorio desde una perspectiva que atienda al paisaje, el presente estudio trata de determinar el grado en que los fundamentos del CEP han sido asimilados por los instrumentos operativos puestos en marcha en la Comunidad, evaluando la efectividad del mismo. Con este fin se desarrolla una propuesta metodológica basada en un análisis del contenido de los instrumentos de políticas públicas a través de técnicas de revisión documental, para lo que se lleva a cabo, en primer lugar, un análisis de la formulación de los Planes Generales en materia medioambiental aprobados en Andalucía y, posteriormente, un análisis de los Planes de Ordenación de los Recursos Naturales (PORN) y Planes Rectores de Uso y Gestión (PRUG) de una serie de espacios naturales protegidos en la región en tanto que instrumentos sectoriales que se organizan según lo dispuesto en la legislación vigente y los planes generales aprobados. Además, se atiende a la revisión de los Planes de Uso Sostenible de estos espacios, establecidos por la Ley 2/1989 para los municipios incluidos en los límites de los parques naturales declarados y su zona de influencia con objeto de dinamizar las estructuras socioeconómicas y salvaguardar la estabilidad ecológica y medioambiental de acuerdo con lo dispuesto en los planes rectores pertinentes. Éstos, en su conjunto, suponen los instrumentos básicos

para la planificación de los espacios naturales protegidos de la región, por lo que deben ser considerados herramientas ideales para el análisis de la efectividad de las políticas públicas en el manejo del territorio.

La selección de los espacios en esta investigación responde a criterios temporales y espaciales. Esto implica, por un lado, que la aprobación de los diferentes planes de ordenación y gestión se haya producido entre largos periodos de tiempo, lo que permite comparar de manera más efectiva cómo se ha producido la evolución de sus contenidos en un mismo contexto espacial de escala regional; y, por otro, que éstos supongan espacios de gran complejidad geográfica, afectando en su delimitación a un importante volumen de personas, por lo que la integración de aspectos antrópicos debe ser suficientemente representativa en estos planes. De este modo, es abordado un análisis según estudios de caso como método que permite investigar en un tema con mayor profundidad que los estudios estadísticos (Yacuzzi, 2005; Beck, 2010) y que se justifica en el supuesto de que lo global se refleja en lo local. Éstos son los casos del Parque Natural Sierra de Grazalema, la primera Reserva de la Biosfera declarada en España; el Parque Natural Cabo de Gata-Níjar, primer espacio marítimo-terrestre protegido de Andalucía; el Parque Natural Sierra Nevada, que afecta a una sesentena de municipios de las provincias de Granada y Almería; y el Parque Natural de Los Alcornocales, uno de los espacios protegidos de mayor superficie de la Península Ibérica.

3 RESULTADOS

Del análisis del contenido de estos instrumentos se desprenden importantes hallazgos. En primer lugar, puede determinarse que el primer plan en ser aprobado, el Plan de Desarrollo Sostenible del Parque Natural Cabo de Gata-Níjar, vigente desde 2004, aún mantenía una perspectiva del paisaje ligada a valores ecológicos, de alta belleza, sobre el que se debían evitar impactos asociados a la intervención antrópica.

Frente a estos planteamientos, la aprobación en 2008 de su PORN y PRUG, apenas un mes antes de la entrada en vigor del Convenio Europeo del Paisaje en España, ya introducía conceptos como los de “paisaje hecho por la mano del hombre” o “muestra viva de la interacción del hombre con la naturaleza”. No obstante, aunque estos planes presentan entre sus objetivos una clara evolución hacia ideas ya recogidas en el CEP, en su zonificación priorizan la conservación de la geodiversidad, preservando el ecosistema en el estado más natural posible, limitando la intervención humana y minimizando su impacto, destacando, además, la exclusión de todos los núcleos urbanos. En este sentido, por ejemplo, se atiende a la prohibición de los parques eólicos, la construcción o ampliación

de puertos, la construcción de desaladoras o la instalación de piscifactorías. Por último, la acción de los residentes se limita en este plan al desarrollo de una actividad turística en la que éstos han de estar implicados, y que se debe orientar a apoyar la implantación de una oferta compatible con los objetivos del Parque Natural.

En esta misma línea, los PORN, PRUG y Plan de Desarrollo Sostenible del Parque Natural Sierra de Grazalema, todos ellos del año 2006, identificaban al paisaje con valores eminentemente ecológicos, botánicos o faunísticos, así como de gran relevancia estética por sus cualidades geomorfológicas, priorizando las zonas con escasa antropización o donde ésta no influye en la manipulación de las que llama “características originarias” del lugar, llegándose incluso a asociar la agricultura con la erosión de los suelos pese a que se reconocen sus efectos beneficiosos sobre la diversidad del paisaje y los valores culturales asociados. Entre sus objetivos, por ejemplo, destaca el de “poner en valor el patrimonio cultural desde una óptica integrada siempre que no suponga un deterioro de los recursos naturales”, o el establecimiento de capacidad de carga ganadera. En la zonificación propuesta es notoria la preferencia por valores ecológicos excepcionales, relegando las zonas de cultivo a un tercer nivel. Finalmente, en el apartado “Criterios y directrices generales para la ordenación del espacio”, pese a atenderse a la necesaria cooperación institucional, la participación de la población local se restringe a lo que define como “compatibilización entre el desarrollo socioeconómico, el conocimiento y disfrute de los recursos naturales, y los objetivos de conservación del Parque”.

En 2011, tanto el PORN como el PRUG del Parque Natural de Sierra Nevada se refieren al paisaje como componente esencial del patrimonio natural y cultural, destacando la influencia del hombre en la configuración de su diversidad y riqueza. Estos planes van más allá que los anteriores al señalar que la agricultura ha generado una diversidad de paisajes y ecosistemas que forman parte del patrimonio natural actual del lugar, poniendo asimismo de relieve la relación entre la arquitectura tradicional y las singularidades paisajísticas del territorio. Sin embargo, la zonificación propuesta sigue estando basada en “una ponderación de valores ambientales intrínsecos”, con criterios que buscan reducir progresivamente la intervención antrópica.

En cuanto a los criterios y directrices generales, ya se enumera, en primera posición, la “participación social”, incluso por encima de la “conservación de los recursos naturales”, considerándose prioritario “reforzar la participación social en la gestión del espacio natural a través del Consejo de Participación”, “mantener un marco de relaciones fluidas con las poblaciones locales y la Administración Local para que la solución a las demandas y necesidades sean acordes a la realidad social” y “contar con un permanente asesoramiento científico en los procesos de toma de decisiones”. Además, se prevé una

ejecución de las acciones tutelada por la Consejería competente, “que podrá proponer la colaboración de la población local y el resto de las administraciones”, estableciéndose asimismo “el fomento de la participación del sector privado y entidades sociales en materia de conservación”. Asimismo, el Plan de Desarrollo Sostenible de este espacio, aprobado en 2018, establecía criterios tanto culturales como naturales para la categorización paisajística propuesta.

Finalmente, los PORN y PRUG del Parque Natural de Los Alcornocales, aprobados en el año 2017, se fundamentan en la idea de ecosistema manejado, donde la presencia humana es equilibrada y existen paisajes de gran valor natural y cultural. Además, y pese a que en su zonificación continuaban priorizándose las áreas de mayor valor ecológico, de escasa transformación antrópica y con un alto grado de naturalidad, en ésta se lleva a cabo una descripción del paisaje vinculada a cuestiones de reconocimiento social. Asimismo, se hace referencia en ellos a la necesidad de establecer un marco de actuación común en el que se integren políticas patrimoniales, urbanísticas, de ordenación del territorio, de desarrollo económico, etc., acentuándose la demanda de cooperación institucional entre Consejerías, entidades de desarrollo local o Ayuntamientos, apuntándose además a la implicación de propietarios y usuarios del Parque Natural. No obstante, además, el Parque cuenta desde hace años con una Red de Voluntariado implicada en la participación social, y su Plan de Desarrollo Sostenible, aprobado en 2018, integra criterios tanto naturales como culturales en las categorizaciones de unidades de paisaje.

4 CONCLUSIONES

Esta investigación ha permitido certificar que la evolución hacia planteamientos más holísticos en términos teóricos, así como hacia sistemas de gestión más coordinados, ha alcanzado niveles insólitos hasta el momento en la planificación medioambiental andaluza.

Así, el análisis del contenido de los Planes Generales de Medioambiente aprobados pone de manifiesto que siendo ésta la primera Comunidad Autónoma en aprobar un documento de planificación general, ya en 1997, a día de hoy la región aún no ha logrado resolver a nivel operativo las continuas demandas en relación a la integración de perspectivas más integrales del patrimonio y a una mayor coordinación entre diferentes políticas sectoriales. Pese a que estos planes han ensalzado los componentes social, cultural, o económico del paisaje, no han expuesto mecanismos concretos para su gestión integral.

En cuanto a la planificación específica de los espacios naturales protegidos, en consecuencia con lo anterior, los documentos aprobados en las últimas décadas muestran

una marcada evolución hacia una cada vez mayor integración de los planteamientos del Convenio Europeo del paisaje. En este sentido, (i) es notoria la mayor asimilación del territorio como sistema patrimonial que tiene características culturales y naturales. Además, (ii) son constantes las alusiones a la necesidad de tejer redes de cooperación y colaboración administrativa, así como (ii) con la sociedad civil, planteando la creación de un marco de relaciones con la población local para la aplicación de estos planes. Además, en todos ellos es común el desarrollo de campañas de educación ambiental y de sensibilización de la población.

Sin embargo, en el caso del Parque Natural Cabo de Gata-Níjar, el primero en ser aprobado, se evidenciaba cierta incapacidad para regular los usos compatibles con la conservación del espacio natural pese a haberse establecido el objetivo de “facilitar la generación de condiciones socioeconómicas que evitasen el desarraigo de las comunidades rurales y favorecieran su progreso”. Además, la participación ciudadana quedaba en este plan limitada al sometimiento a “los trámites de audiencia a los interesados, información pública y consulta”. Esto ha cambiado de manera exponencial con la incorporación de la población local a la gestión de las actuaciones a través de mecanismos de consulta o la creación de instrumentos como redes de voluntariado, así como a la creación de sistemas de participación y de consenso en los últimos planes aprobados, en el año 2018, insólitos hasta la fecha, y que dan prioridad a la coordinación administrativa y el fomento de la participación del sector privado con convenios o acuerdos de colaboración.

No ha sido hasta pasada una década desde su ratificación por parte del Gobierno de España cuando el Convenio Europeo del Paisaje ha estado plenamente presente en los instrumentos de planificación sectorial de los espacios naturales protegidos a escala andaluza.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Beck, S. (2010). Morals, Metaphysics and the Method of Cases. *South African Journal of Philosophy*, 29(4), 331-342.

Consejo de Europa (2000). *Convenio Europeo del Paisaje*. Florencia.

Fernández, R. y Plaza, J.I. (2019). Participación ciudadana y educación en materia de paisaje. *Cuadernos Geográficos* 58(2), 262-286.

Fernández, S., Fernández, V., Rodrigo, J.M., Díaz, J.M., Durán, I., Cuevas, J., González, B. y López, E. (2015). Balance y perspectivas del Registro de Paisajes de Interés Cultural de Andalucía. *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* 88, 166-189.

Instituto del Patrimonio Cultural de España (2012). *Plan Nacional de Paisaje Cultural*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.

Latarjet, B. (1992). *L'aménagement culturel du territoire*. Paris: Datar La documentation française.

Ley 14/2007, de 26 de noviembre, de Patrimonio Histórico de Andalucía. (BOJA, nº 248, de 19 de Diciembre de 2007).

Ley 42/2007, de 13 de diciembre, del Patrimonio Natural y de la Biodiversidad. (BOE, nº 299, de 14 de diciembre de 2007).

Ley 8/2003, de 28 de octubre, de la Flora y la Fauna Silvestres. (BOJA, nº 218, de 12 de diciembre de 2003).

Magnaghi, A. (1980). *Per una geografia politica dell'uso di classe del territorio*. Vernora: Bertani editore.

Ortega, J. (1998). Patrimonio territorial: el territorio como recurso cultural y económico. *Ciudades* 4, 33-48.

Pillet, F. (2011). El turismo de interior y el patrimonio territorial en Castilla-La Mancha. *Cuadernos de Turismo* 27, 725-741.

Silva, R. (2009). Agricultura, paisaje y patrimonio territorial. Los paisajes de la agricultura vistos como patrimonio. *Boletín de la AGE* 49, 309-334.

Silva, R. (2010). Multifuncionalidad agraria y territorio. Algunas reflexiones y propuestas de análisis. *EURE* 36(109), 5-33.

Silva, R. y Fernández, V. (2017). El nuevo paradigma de patrimonio y su consideración con los paisajes. *Documents d'Anàlisi Geogràfic* 63(1), 129-151.

Troitiño, M.Á. y Troitiño, L. (2015). Territorio y Sistemas Patrimoniales: la Región Urbana de Madrid. *Ciudad y territorio: Estudios territoriales* 47(184), 255-273.

Wall-Reinius, S., Prince, S. y Dahlberg, A. (2019). Everyday life in a magnificent landscape: Making sense of the nature/culture dichotomy in the mountains of Jämtland, Sweden. *Environment and Planning E: Nature and Space* 2(1), 3-22.

Yacuzzi, E. (2005). El estudio de caso como metodología de investigación: teoría, mecanismos causales, validación. *CEMA Working Papers: Serie Documentos de Trabajo*.

CAPÍTULO 18

PAISAJE RIBEREÑO, APROPIACIÓN E IDENTIDAD¹

Data de submissão: 14/02/2022

Data de aceite: 04/03/2022

Cecilia Craig

Magister Arquitecta
FAU Universidad Nacional de La Plata
La Plata, Argentina

Nora Pastor

Magister Arquitecta
FAU Universidad Nacional de La Plata
La Plata, Argentina

Sandra Ursino

Magister Licenciada en Ciencias Sociales
Universidad Nacional de La Plata
La Plata, Argentina

Dante Barbero

Magister Licenciado en Informática
Universidad Nacional de La Plata
La Plata, Argentina

RESUMEN: El área de intervención en la que diseñamos el proyecto de paisaje aquí presentado se ubica en la región noreste de la provincia de Buenos Aires y comprende

¹ Este trabajo resume el trabajo final del Taller de Proyecto de paisaje, de la Maestría Paisaje Medio ambiente y Ciudad de la FAU, UNLP en su curso 2009-2010. Los autores conformamos un equipo multidisciplinar de trabajo para la elaboración del proyecto.

principalmente los territorios correspondientes a los partidos de Ensenada y Berisso, así como también una parte del partido de La Plata.

Se trata de un paisaje cultural significativo, exponente de la influencia creadora del río de La Plata por un lado, combinado con los procesos histórico-sociales, los ritmos cambiantes de la política socio-económica, productiva, y de injerencia multi-cultural, por el otro lado. Luego del análisis crítico del sector, realizamos el diagnóstico cuya lectura “desde el río” exploró la relación de los pobladores respecto al frente costero. Y producto del mismo, se constató que el devenir histórico fragmentó la región, dado que las relaciones de poder dejaron una enorme deuda ecológica y social, como consecuencia de la falta de entendimiento, valoración y respeto por el medio natural y la identidad cultural. Por lo antedicho se buscó promover, a través de la intervención paisajística, el acercamiento y el compromiso de los diversos actores sociales respecto al uso del frente público costero; considerando que el mismo puede consolidarse, recomponerse, reconstruirse a través de la **identidad**, valor con el que las personas organizan su relación con el entorno y con los demás sujetos con los que interactúan. Con todo lo antes presentado en consideración, se propone un sistema de circuitos y espacios públicos que articula los fragmentos, consolidando un nuevo frente ribereño que, además de preservar las zonas de reserva natural y recuperar los espacios

degradados cualquiera que sea el origen de la actividad que lo afectó, incluye programas de educación ambiental y participación ciudadana, revalorización de patrimonio edilicio y promoción de actividades comerciales, culturales, deportivas y recreativas.

PALABRAS CLAVE: Paisaje. Identidad. Área ribereña.

RIVERSIDE LANDSCAPE, APPROPRIATION AND IDENTITY

ABSTRACT: The area of intervention in which we designed the landscape project presented here is located in the northeast region of the province of Buenos Aires and it mainly includes the territories corresponding to the districts of Ensenada and Berisso, as well as a part of the district of La Plata. It is a landscape of cultural significance, it is an example of the creative influence of the River Plate on the one hand, in combination with the historical-social processes, the changing rhythms of socio-economic and productive politics, and multi-cultural intersection, on the other. After the critical analysis of the studied area, we carried out the diagnosis whose reading “from the river” explored the relationship of the inhabitants towards the coastline. And as a result of it, it was found that the historical evolution fragmented the region, given that power relationships left an enormous ecological and social debt, as a consequence of the lack of understanding, appreciation and respect for the natural environment and cultural identity. Due to the foregoing, it was sought to promote, through landscaping intervention, the approach and commitment of the various social actors regarding the use of the coastal public front; considering that it can be consolidated, recomposed, reconstructed in consequence of identity, a value around which people organize their relationship with the environment and with the other subjects with whom they interact. Taking everything presented above into consideration, it is proposed a system of circuits and public spaces that articulates the fragments, consolidating a new riverside front that, in addition to preserving the nature reserve areas and recovering degraded spaces whatever the origin of the activity that affected it in the past, including environmental education and citizen participation programs, revaluation of building heritage and promotion of commercial, cultural, sports and recreational activities.

KEYWORDS: Landscape. Identity. Riverside area.

1 INTRODUCCIÓN

El área de intervención se ubica en la región noreste de la provincia de Buenos Aires y comprende principalmente los territorios correspondientes a los partidos de Ensenada y Berisso, así como también una parte del partido de La Plata.

La génesis de las ciudades y poblados que integran el área adquieren su impronta espacial en relación a los roles que cada una de ellas ha desempeñado en la región: Berisso y Ensenada ligadas a la producción (Ensenada: portuaria y hoy también industrial y Berisso: industrial) y La Plata como ciudad administrativa, educativa y de servicios (origen político).

La historia de la ciudad de Berisso está fuertemente asociada a la cultura inmigrante, ya que durante las oleadas inmigratorias de fines del siglo XIX y principios del siglo XX, recibió gran cantidad de familias europeas, en su mayoría españoles e italianos, pero también de los países eslavos, que se instalaron en su territorio.

La Ensenada del Fuerte Barragán tiene una rica historia nacionalista, que se debe al hecho de haber participado en conflictos bélicos como las Invasiones Inglesas y la Guerra con Brasil. Y debido a su amplia faja costera fue y es un área propicia para las actividades navales.

La ciudad de La Plata, paradigma de la ciudad ideal, desde los orígenes se sustentaba sobre tres ejes armónicamente articulados entre sí: ciudad, verde y río. Hoy, sin embargo, la región se encuentra inmersa en una crisis urbano/ambiental dominada por la disfuncionalidad y desarticulación, en donde aquella unidad no se sostuvo en el tiempo, siendo hoy precaria la relación entre sus componentes (Sbarra, 2007).

Figura 1: Imagen satelital del área de estudio.



Antes de plantear la propuesta del proyecto de paisaje aquí descrita estudiamos profundamente la región, tanto en sus aspectos ecológico-ambientales, geográfico-

urbanísticos como así también en los histórico-culturales. Por un lado, para descifrar el carácter del paisaje y su vocación, y por otro porque entendemos que la transformación del territorio natural en uno artificial urbanizado es una consecuencia de la lucha existencial que ha sostenido desde toda la evolución el ser humano, tratando de ser y subsistir en una Tierra que siempre sintió hostil y que por lo tanto debía conquistar, transformar y consumir en este proceso y en ese orden histórico (Naseli, 2006).

Así, como nos invita Philippe Sers a hacerlo, tomamos al Paisaje como lugar de lectura de la historia, para entenderlo no sólo como soporte físico de la actividad humana, sino como proceso a través del cual el hombre construye la historia teniendo en cuenta su entorno.

El río y la ribera constituyen un patrimonio de espacio público común a todos los habitantes, sin embargo, la privatización de amplios espacios costeros en estos partidos, cercenó el derecho al libre uso de la ribera.

La ausencia de planes que orienten el desarrollo urbano y los espacios verdes públicos, junto a la debilidad normativa, presupuestaria y en muchos casos política, hace que la ribera sea objeto de presión y demanda privada.

Por otro lado, las transformaciones de los procesos productivos que se dieron en el área de estudio, se traducen en el abandono de infraestructuras y equipamientos industriales, encontrándonos hoy con potencialidades reales leídas como paisajes fragmentados, abandonados, contaminados, desechados o en vías de renovación (Ravella y Varela, 2008).

Consecuencia de todas las cuestiones antes mencionadas, gran parte de la población de la región se encuentra excluida socialmente, en malas condiciones socioeconómicas, inserta en la pobreza y la desocupación.

Entonces, dado que el devenir histórico fragmentó la región, y en sus apropiaciones no se refleja un entendimiento ni respeto por el medio natural, consideramos que el mismo puede consolidarse, recomponerse, reconstruirse a través de la identidad, entendiendo por tal, al valor con el que los hombres organizan su relación con el entorno y con los demás sujetos con los que interactúa. Este valor “no es una esencia con la que uno nace y va a morir. En lugar de una esencia, es un proceso de identificación que puede continuar o perderse” (Sánchez 2000, pp. 216).

Por este motivo el objetivo de intervención se centra en proponer la recomposición de espacios de acceso público a la ribera y programas de apoyo, para reforzar la identidad ribereña y la valoración del lugar. Sobre todo, porque tenemos en cuenta al espacio público como el ámbito de la inclusión social, en un sentido sociopolítico, y de las representaciones colectivas, en un sentido sociocultural (Bennato, 2006).

Este nuevo frente público costero se propone como “un espacio común, general, colectivo y jerárquico (Barreto, 2004), que proyecte o refleje, en tanto orden espacial, los procesos sociales en sus más diversas escalas y modos”. (Bennato, 2006)

Para su diseño tuvimos en mente a Henri Lefebvre cuando plantea que el espacio se produce y reproduce, a partir de tres momentos que se interrelacionan íntimamente: las “representaciones espaciales” (que sería el espacio concebido), los “espacios de representación” (espacio vivido), y las “prácticas espaciales” (espacio percibido).

2 EL ÁREA

La lectura de la región se realizó desde el río, explorando la identidad que los pobladores tienen respecto a su relación con el frente costero público y a las características geomorfológicas y sus dinámicas naturales.

A partir de un profundo análisis de los datos de fuentes primarias y secundarias reunidos, ahondamos en el conocimiento de la identidad ribereña. De este modo, nuestra propuesta integra un programa que afianza estas representaciones sociales² e incluye prácticas³ inspiradas y relacionadas con el paisaje ribereño. De esta manera, los elementos de la naturaleza que se observan hoy como residuales pasen a ser protagónicos en la vida de los pobladores y el momento de encuentro entre “ambientes objetivos” y “percepción subjetiva”.

Situamos el problema en la interfase entre el sistema natural y el antrópico. Entendiendo por interfase al área de superposición, punto de contacto, concentración o intercambio entre sistemas distintos.

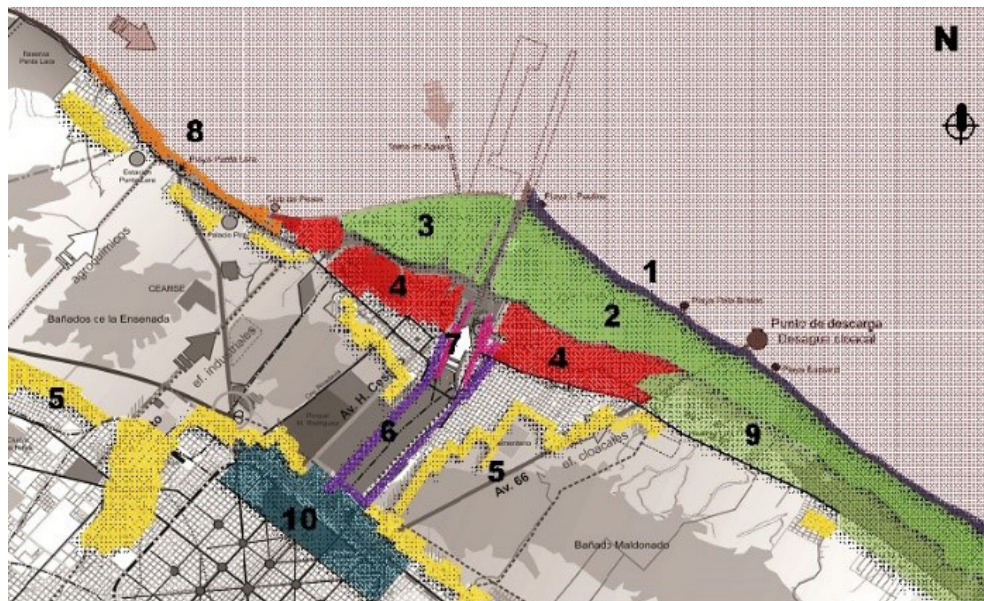
En base a la noción de interfase señalada en el marco teórico se detectaron **10 interfaces** en el área de estudio: Río de La Plata / Llanura aluvional: playa; Río de La Plata / Llanura aluvional (antigua); Río de La Plata / Llanura aluvional (antigua y reciente); **Llanura / urbanización sobre cordón litoral (albardón)**; Urbanización / llanura de fango interior; Puerto / urbanización (sector canales); Puerto / urbanización (sector patrimonial histórico); Río de La Plata / urbanización sobre cordón litoral; Llanura / quintas sobre cordón litoral y conchilla (albardón); Urbanización terraza alta / terraza baja.

² Las representaciones sociales no son sólo productos mentales, sino construcciones simbólicas que se crean y recrean en el curso de las interacciones sociales. Para Moscovici, las representaciones son un conjunto de conceptos, declaraciones, explicaciones originadas en la vida cotidiana. Equivalen, en nuestra sociedad, a los mitos y sistemas de creencias de las sociedades tradicionales; son la versión contemporánea del sentido común. (1981:181).

³ Las prácticas espaciales “... se refieren a las formas en que se genera, utiliza y percibe el espacio”. (Oslender 2002). Estas prácticas espaciales están asociadas con las experiencias de la vida cotidiana y las memorias colectivas de formas de vida diferentes, más personales e íntimas. Por eso llevan también un potencial para resistir la colonización de los espacios concretos.

Luego elegimos una de las interfaces para desarrollar el proyecto a modo de metodología repetible en las otras 9 interfases identificadas.

Figura 2: 10 interfases detectadas.



El factor de demarcación de la interfase (4) seleccionada es aquella que vincula al medio natural-geomorfológico con la acción del hombre, y el análisis de la relación que se da entre ellos.

Los problemas detectados en la interfase n° 4 ocurren tanto en Berisso como Ensenada, sin embargo, se escogió Ensenada por ser el área más comprometida debido al avance que ha tenido la inversión privada y pública en el área verde.

Las representaciones sociales que se constituyeron sobre el lugar, están formadas por diversos actores sociales: municipio, empresas privadas, clubes náuticos, puertos, medios de comunicación, etc. que tienen poder en la región, y reproducen la idea del lugar como centro industrial-productivo. Dichas representaciones tratan de restarle importancia a las prácticas espaciales que llevan a cabo los lugareños y las percepciones que tienen del paisaje⁴.

⁴ En este trabajo se considera al paisaje como “la manifestación formal de la relación sensible de los individuos y de las sociedades en el espacio y en el tiempo con un territorio más o menos intensamente modelado por los factores sociales, económicos y culturales. El paisaje es así el resultado de la combinación de aspectos naturales, culturales, históricos, funcionales y visuales. Esta relación puede ser de orden afectivo, identitario, estético, simbólico, espiritual o económico e implica la atribución a los paisajes por los individuos o las sociedades, de valores de reconocimiento social a diferentes escalas (local, regional, nacional o internacional).” (Carta del Paisaje Mediterráneo)

Se diseñó un sistema de espacios públicos que se articula con el tejido urbano existente a través de una red de vinculaciones entre la ciudad y el río formada por tres circuitos y ocho lugares de encuentro.

Estos lugares de encuentro serán los nuevos nodos, hitos o actividades convocantes, centros de alegoría y significado para la población.

El impacto medioambiental en el área es complejo y una respuesta a esta complejidad se basa en el hecho de reconocer la importancia de la salud humana y el medioambiente al momento de elaborar una propuesta. Por ello se plantea una construcción de tipología ribereña palafítica que se repite en distintos sectores de la red propuesta y se constituyen en elementos identificadores de la operación global. Y se utilizarán materiales que respeten el ambiente y la fisonomía natural del lugar, como la madera, los juncos, metal, etc.

La finalidad de la intervención es motivar a repensar el modo de relacionarse y de percibir el medio natural y el ambiente. Se marcarán con íconos que representen las diversas características de los materiales que se utilizaron para la construcción y los usuarios encontrarán carteles explicativos del significado de cada uno.

Con esta medida se intenta promover y alentar la educación ambiental sobre conceptos de desarrollo sostenible que promuevan un cambio de valores para afrontar la crisis ambiental.

Figura 4: Propuesta para la interfase 4.



3 Circuitos:

- CIRCUITO NÁUTICO
- CIRCUITO DE LA SELVA
- CIRCUITO URBANO

8 Lugares de encuentro:

- PASEO DE LA RIBERA
- PARQUE DEL PUENTE GIRATORIO
- FERIA Y TALLERES ARTESANALES
- OBSERVATORIO DEL PAISAJE RÍO SANTIAGO
- ESCUELA DE PRÁCTICAS NÁUTICAS
- CENTRO CULTURAL FUERTE BARRAGÁN
- CENTRO INTEGRAL DEL AGUA
- PASEO NÁUTICO DE LA RIBERA.

REFERENCIAS

Abalo, C. (coord.). *Hacia un proyecto de gestión ambiental. Propuesta para el plan de rejerarquización de la región capital La Plata/ Berisso/ Ensenada.* 1996.

Benato, A. *Sistema de paisaje ribereño en el AMGR. Hacia una posible definición territorial.* UNNE, 2006.

Clément, Gilles. *Manifiesto de tercer paisaje.* Editorial Gustavo Gilli, 2007.

Fernández, Milani, R. *Una aproximación a la sociología para arquitectos y urbanistas.* Editorial Nobuko. 2008.

Moisset, Inés. *Paisaje Latinoamericano.* I+P editorial, 2005.

Municipalidad de La Plata /UNLP. *Observatorio de calidad de vida,* 2001.

Naselli, César. *Forma Urbana.* I+P editorial, 2006.

Oslender, Ulrich. *Espacio, lugar y movimientos sociales: Hacia una “espacialidad de resistencia”.* Scripta Nova, Vol VI, n° 115, 2002.

Ravella O. y Varela. *Diseñando el paisaje.* Maestría Paisaje Medio Ambiente y ciudad, 2008.

Rizo, Marta. *Bifurcaciones. Año 2. Conceptos para pensar lo urbano. El abordaje de la ciudad desde la identidad, el hábitus y las representaciones sociales.*

Roger, Alain. *Breve tratado del paisaje.* Editorial Biblioteca Nueva, 2007.

Sbarra, A. *Apunte de la cátedra del Taller Vertical de Arquitectura.* Facultad de Arquitectura y Urbanismo, UNLP. 2007.

Sierra, Pablo A. Periferias y nueva ciudad. 2003.

Subirats, J. ¿Es el territorio urbano una variable significativa de los procesos de exclusión e inclusión social?, Biblioteca virtual top, 2005.

CAPÍTULO 19

UNA HERRAMIENTA PRÁCTICA PARA LA EVALUACIÓN DE LA HUELLA HÍDRICA EN GRANJAS DE PRODUCCIÓN DE LECHE DE LA REGIÓN PAMPEANA ARGENTINA¹

Data de submissão: 15/02/2022

Data de aceite: 04/03/2022

Gustavo Daniel Gimenez

Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA)

Agencia de Extensión Rural Roldán
Catamarca 948, Roldán, S2134ANY,
Santa Fe, Argentina

Universidad Nacional de Rosario
Facultad de Ciencias Veterinarias
Centro Latinoamericano de Estudios de
Problemáticas Lecheras
Ruta 33 y Ovidio Lagos, Casilda, S2170HGJ,
Santa Fe, Argentina
<https://orcid.org/0000-0003-3089-0457>

Pablo Roberto Marini

Universidad Nacional de Rosario Facultad de
Ciencias Veterinarias
Centro Latinoamericano de
Estudios de Problemáticas Lecheras
Ruta 33 y Ovidio Lagos, Casilda, S2170HGJ,
Santa Fe, Argentina
Universidad Nacional de Rosario
Carrera de Investigador Científico (CIC)
Maipú 1065, Rosario, S2000CGK,
Santa Fe, Argentina
<https://orcid.org/0000-0003-0826-0387>

RESUMEN: En un contexto global que exige producir bienes de consumo con el menor impacto ambiental posible, los sistemas intensivos en cuanto al uso de los factores de la producción, deben reducir las emisiones de gases y optimizar el uso del agua. Este último punto se evalúa a partir de indicadores como huella hídrica (*Water Footprint Network*) o huella de agua (*ISO 14.046*). El objetivo del trabajo fue desarrollar una herramienta de aplicación práctica en el campo, que permitiera recolectar información a nivel de predios lecheros; para calcular la huella hídrica del proceso productivo. El soporte informático de la herramienta se basó en planillas de *Microsoft Excel*[®], con vínculos hacia *software* desarrollados por la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (*FAO*, por su sigla en inglés), como *Climwat*[®] y *Cropwat*[®], más

¹ El presente trabajo es una adaptación y actualización de la publicación “Una herramienta práctica para la evaluación de la Huella de Agua en los sistemas de producción de leche” (Gimenez, G. D. & Marini, P. R.) difundida en el Libro de Resúmenes de II Reunión Transdisciplinaria en Ciencias Agropecuarias. XVIII Jornadas de divulgación técnico-científicas de la FCV y V Jornadas Latinoamericanas (2017) 275-276; y de su Comunicación Oral, presentada en el 10° Congreso de Agro Informática (2018). Asimismo, trata de algunos resultados preliminares obtenidos como parte de la tesis doctoral de Gimenez, G.D, intitulada “Evaluación de huellas ambientales seleccionadas en sistemas de producción primaria de leche con distintos niveles de intensificación, de la cuenca lechera central argentina”.

otras fuentes de información del proceso agropecuario tales como *National Research Council (NRC)*, INTA, SIIA, MAIZAR. Dichas planillas se aplicaron durante el período 2012-17, sobre doce lecherías localizadas en la región pampeana argentina, diferenciadas por su estrategia según carga animal, suplementación alimentaria del rodeo y productividad anual. Los resultados sugieren que la huella hídrica absoluta promedia valores cercanos a 9.798 m³/ha anuales, mientras que la huella relativa se estimó en una media de 1.494 l agua/ kg FPCM. La intensificación del sistema de producción, propuesta en términos de mayor carga animal no se tradujo en una mayor cantidad de agua dulce consumida para el proceso. Se concluye, que la herramienta desarrollada cumplió con los objetivos previstos, ya que permitió un relevamiento ágil y práctico a nivel predial, y consiguió realizar cálculos dinámicos de la huella hídrica producida por los sistemas lecheros regionales. Se calificó como útil y apropiada para estos fines, permitiendo seguir el criterio de *WFN* o *ISO*.

PALABRAS CLAVE: Huella hídrica. Lechería. Ambiente. Sustentabilidad. Intensificación.

A PRACTICAL TOOL FOR THE ASSESSMENT OF THE WATER FOOTPRINT IN DAIRY FARMS IN THE ARGENTINA PAMPA ´S REGION

ABSTRACT: In a global context that requires producing consumer goods with the least possible environmental impact, intensive systems in terms of the use of production factors must reduce gas emissions and optimize the use of water. This last point is evaluated based on indicators such as the water footprint (Water Footprint Network and ISO 14,046). The aim of the work was to develop a tool for practical application in the field, which would allow the collection of information at the level of dairy farms; to calculate the water footprint of the production process. The tool's computer support was based on Microsoft Excel® spreadsheets, with links to software developed by Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), such as Climwat® and Cropwat®, plus other sources of information on the agricultural process such as the NRC, INTA, SIIA, MAIZAR. These spreadsheets were applied during the period 2012-17, on twelve dairies located in the Pampa ´s Argentina region, differentiated by their strategy according to animal stocking rate, herd feed supplementation and annual productivity. The results suggest that the absolute water footprint averages values close to 9,798 m³/ha per year, while the relative footprint was estimated at an average of 1,494 l water/kg FPCM. The intensification of the production system, proposed in terms of higher stocking rates, did not translate into a greater amount of fresh water consumed for the process. In conclusion, developed tool fulfilled the planned objectives, since it allowed an agile and practical survey at the farm level, and managed to perform dynamic calculations of the water footprint produced by the regional dairy systems. It was qualified as useful and appropriate for these purposes, allowing to follow the *WFN* or *ISO* criteria.

KEYWORDS: Water footprint. Dairy. Environment. Sustainability. Intensification.

1 INTRODUCCIÓN

En sus Reportes de Riesgos Globales, el Foro Económico Mundial (*World Economic Forum*, 2016) postula la importancia de abordar la crisis del agua, que se refleja

en las distintas esferas del Desarrollo Sustentable. En lo social se verifican condiciones perjudiciales para la salud, sea por su falta o mala calidad para su consumo; pero también su escasez puede promover migraciones forzadas de poblaciones y conflictos entre comunidades. Desde la perspectiva económica, genera riesgos para las compañías donde es indispensable para distintos procesos industriales y comerciales. La faz ambiental acusa signos como el colapso de ecosistemas y pérdida de biodiversidad. Por ello, el contexto global exige producir bienes de consumo con el menor impacto ambiental posible, incentivando a los sistemas que usan intensivamente los factores de producción a la búsqueda de máxima eficiencia productiva, con reducción de emisiones de gases con efecto invernadero y optimizando el uso del agua, un recurso altamente demandado para la producción agropecuaria en general, y de leche en particular.

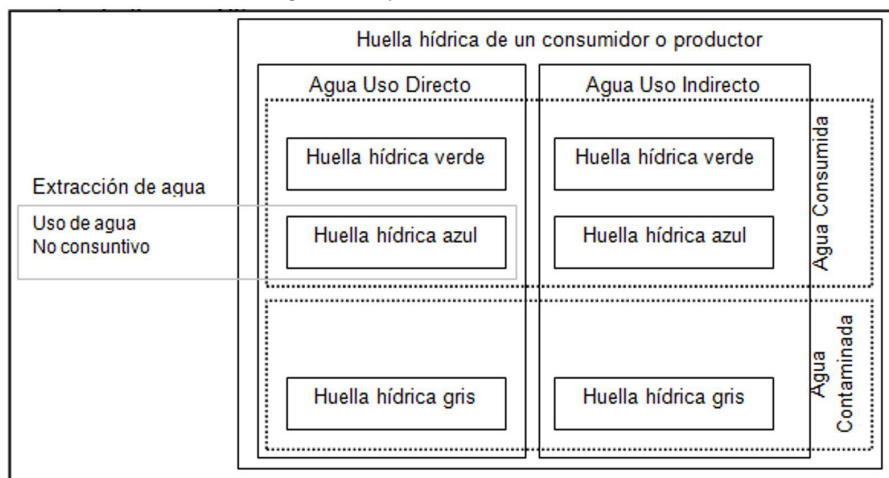
Para evaluar características del estado de un sistema se emplean indicadores (Toro *et al.*, 2010). Los indicadores se generan del análisis de los procesos que utilizan recursos ambientales para producir resultados. En el caso del agua, un indicador temporal y espacial que cuantifica de manera integral el consumo de agua dulce de un producto, permitiendo conocer la cantidad de agua empleada a lo largo de toda la cadena de producción es la huella hídrica. Este indicador puede variar en su concepción, según se base en el método desarrollado por *Water Footprint Network (WFN)* o en el propuesto por *ISO*, a partir de su norma 14.046.

ISO (2014) concibe a la huella de agua como una “opción metodológica para evaluar el impacto potencial de productos, servicios u organizaciones de manera integral, ya que toma en cuenta tanto la cantidad como la calidad del agua y un enfoque de ciclo de vida” (Centro de Análisis de Ciclo de Vida y Diseño Sustentable, 2016).

Por su parte, *WFN* define la huella hídrica como un indicador que permite obtener información que puede orientarse a definir estrategias desde el uso y disposición del agua en los cultivos, la cantidad usada en cada producto y la adopción de estrategias consensuadas con otras partes involucradas, con las que se comparte espacio geográfico, recursos, impactos y riesgos. Es herramienta para toma de decisiones para el sector productivo.

El concepto contempla la apropiación humana del agua dulce, que incluye el uso (volumen por unidad de tiempo) directo e indirecto, y a su vez cada uno compuesto por agua verde, azul y gris; mientras las primeras hacen referencia a cantidad (consumo), el agua gris es medida de calidad (contaminación) del recurso (Chapagain & Hoekstra, 2003).

Figura 1. Componentes de la huella hídrica.



Fuente: Hoekstra *et al.* (2011).

El informe “La larga sombra del ganado”, publicado por la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO por su sigla en inglés) (Steinfeld *et al.*, 2009), caracterizó al sector pecuario como “un elemento muy importante de stress para muchos ecosistemas... y uno de los causantes principales de la pérdida de biodiversidad, mientras que en los países desarrollados y emergentes es quizá la principal fuente de contaminación del agua”.

De esta manera forzó a los sistemas de producción pecuarios a iniciar un sendero de evaluación de las condiciones en que se ejecuta el proceso de obtención de materias primas, gestionando los recursos para promover modelos productivos más sustentables.

Argentina, país básicamente productor de materias primas y *commodities*, ha mutado de su rol de productor ganadero a productor de oleaginosas y cereales. La mayor ocupación de superficie destinada a la agricultura derivó en la reducción de tierras para la producción bovina de carne y leche (Viglizzo *et al.*, 2010). Así, a fin de sostener los *stocks* animales y los índices de producción y productividad, los modelos ganaderos debieron intensificar el uso de tierra, trabajo y capital (Centeno, 2013). En el sector lechero, los resultados se focalizan en déficit en la gestión ecológico-ambiental (Litwin *et al.*, 2017), producto de elevados niveles en los consumos de agua y energía (Gimenez, 2017; Rótolo y Charlón, 2013).

2 OBJETIVOS

El objetivo del trabajo se centró en desarrollar una herramienta de aplicación práctica en el campo, basada en las metodologías de huella hídrica y huella de agua,

que permitiera recolectar información básica a nivel predial en sistemas de producción primaria de leche; y con ella calcular la huella hídrica del proceso.

3 MATERIALES Y MÉTODOS

3.1 DESCRIPCIÓN DEL ÁREA

La Región Pampeana Argentina agrupa a las provincias de Buenos Aires, Córdoba, Entre Ríos, La Pampa y Santa Fe, en una superficie de aproximadamente 500.000 kilómetros cuadrados (Buelink *et al.*, 1996). En esta extensión hay gran variabilidad edáfica, con predominio de suelos francos (cuenca de Villa María –Córdoba-), franco-arenosos y arenosos (hacia La Pampa), argiudoles en la zona central, vertisoles hacia el oriente (principalmente Entre Ríos).

Respecto de las condiciones climáticas, Patiño (2005) caracteriza la región dentro del tipo templado, con temperaturas medias entre 16 y 18°C y precipitaciones entre 790 y 900 mm anuales.

Con este marco edafoclimático, la producción de leche promedia 2.870 litros por día, obtenidos a partir de una producción individual de 19,2 litros por vaca en ordeño y por día (L/VO/día) y una carga media de 1,32 vacas totales por hectárea vaca total (VT/haVT), aunque con variaciones entre provincias y distintas subcuencas dentro de una misma provincia (Gastaldi *et al.*, 2015).

3.2 SELECCIÓN DE CASOS

Se seleccionaron aleatoriamente doce unidades de análisis (n=12) de la población de granjas lecheras, distribuidas entre las provincias de Santa Fe, Córdoba, Entre Ríos y Buenos Aires. En todos los casos se trata de sistemas de producción primaria de leche a escala comercial.

Las características principales de las unidades en estudio se describen en Cuadro 1.

Cuadro 1. Características principales de las unidades de análisis (sistemas comerciales de producción primaria de leche de la cuenca central argentina, durante el período de inicio de las evaluaciones, 2012-2013).

Unidad (Tambo)	Ubicación		Superficie Tambo (haVT)	Rodeo (VT)	Producción anual (l leche/año)	Suplementación (kg conc/año)
	Provincia	Cuenca				
1	Santa Fe	sur	103,5	106	391.193	140.400
2	Córdoba	sur	146,3	205	1.338.361	571.380
3	Santa Fe	centro	136,0	300	2.116.525	580.350

Unidad (Tambo)	Ubicación		Superficie Tambo (haVT)	Rodeo (VT)	Producción anual (l leche/año)	Suplementación (kg conc/año)
	Provincia	Cuenca				
4	Santa Fe	centro	160,8	206	1.179.200	564.324
5	Santa Fe	sur	283,0	343	2.645.083	1.147.787
6	Buenos Aires	oeste	249,5	353	2.018.931	729.300
7	Córdoba	Villa María	153,8	150	862.765	396.000
8	Santa Fe	sur	133,3	124	548.721	276.728
9	Santa Fe	centro	103,4	211	1.481.328	1.009.611
10	Entre Ríos	principal	163,0	134	648.000	241.560
11	Santa Fe	sur	120,2	176	1.173.015	367.200
12	Entre Ríos	principal	244,0	265	1.786.884	372.000

VT: vaca total; l: leche; conc: alimento energético.

Se tomaron en consideración las variaciones entre unidades, referidas a las estrategias de producción basadas en criterios como carga animal y nivel de suplementación alimentaria.

3.3 LA HERRAMIENTA

El soporte informático de la herramienta se basó en planillas de *Microsoft Excel*®, que pueden dividirse en cuatro categorías:

- Descriptiva, donde se presenta la herramienta y consta de un instructivo para su uso y carga, información temática y de la base metodológica aplicada.
- Carga de información referida al sistema de producción lechero (datos del establecimiento, instalaciones, rodeo y manejo del mismo, planteo técnico de la superficie en cultivos y forrajes, prácticas culturales).
- Bases de datos de regiones agroecológicas, clima y suelos, agroquímicos y fertilizantes, labores y maquinarias, producción forrajera y de semillas.
- Resultados, donde se obtiene una tabla de valoración que expresa el consumo de agua (huellas verde y azul) y gráficos sobre las participaciones cuantitativas y porcentuales de cada una. Las variables utilizadas fueron: consumo de agua a niveles absoluto (expresada en m³/ año) y relativo (l agua consumidos/ l leche producidos).

La herramienta cuenta con vínculos hacia *software* desarrollados por *FAO*, como *Climwat*® y *Cropwat*®, de los cuales apropia información de clima (temperaturas, humedad, evaporación y precipitaciones), suelos, cultivos y el requerimiento de agua de estos últimos. Los ítems componentes de huella hídrica verde (HHV), huella hídrica azul (HHAz) y huella hídrica gris (HHG) se basaron en metodologías e información suministrada por diferentes fuentes, tales los casos de *National Research Council (NRC)*, Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), Sistema Integrado de Información Agropecuaria (SIIA), Asociación de Maíz y Sorgo Argentino (MAIZAR) y otros.

HHV corresponde al agua de lluvia, fuente principal en terrenos de secano para la producción de forrajes; cuyo valor total estuvo determinado por la suma de alimentos producidos en el predio, tanto forraje en pie como conservado, y los alimentos no producidos en el predio, pero ingresados para balancear la alimentación.

La HHAz directa se denominó al agua de bebida para los animales y la utilizada en la instalación de ordeño, mientras que la HHAz indirecta quedó referida al volumen necesario para el suministro energético del sistema (electricidad, combustibles y lubricantes), más el agua utilizada para la transformación industrial de granos en alimento balanceado (extrapredial) y su transporte, el agua directamente atribuible a los insumos utilizados durante el proceso productivo (agua de dilución de fertilizantes, agua derivada del combustible utilizado en las labores o prácticas culturales, volumen necesario para producir el envase o recipiente que los contiene).

La HHG es el agua que se necesita para diluir los contaminantes (fertilizantes, pesticidas y efluentes industriales) que llegan a un sistema natural y se excluyó del estudio, debido a limitantes propias de los predios analizados para la recolección de la información necesaria para su determinación.

3.4 LÍMITES DEL TRABAJO

Dichas planillas se aplicaron durante el período 2012-2017, estableciéndose un seguimiento del proceso desde el inicio de la etapa productiva hasta su llegada a la puerta al establecimiento (*cradle to gate*), sin considerar etapas posteriores, como transporte a usina láctea, transformación industrial, empaque, distribución y consumo. No se incluyeron salidas por otro concepto que no fuera el fluido lácteo, excluyéndose así la venta de animales de descarte y aquellos sometidos a procesos de engorde, reservas forrajeras, producción granaria, estiércol y/o compostaje). Sí se incluyeron los aportes de insumos externos al predio (semillas, biocidas, fertilizantes, combustible, genética y alimento balanceado) y servicios (maquinaria de terceros y electricidad).

3.5 PLAN DE TRATAMIENTO Y ANÁLISIS DE DATOS

Los datos relevados fueron analizados estadísticamente utilizándose una versión del software *JMP 5.1.2*® desarrollado por SAS (2004). A partir del mismo se obtuvieron valores promedio, desvíos estándar, se calcularon las funciones de regresión lineal, diferencias significativas, los análisis de varianza y *tests de Tukey- Kramer HSD* para un nivel de 5%.

Se efectuaron análisis univariados para determinar la existencia de diferencias significativas entre los estratos de carga animal y suplementación en la expresión de los diferentes componentes de huella hídrica azul.

3.6 UNIDADES DE REFERENCIA

Para cada unidad analizada se determinaron dos valores: huella absoluta, expresada en metros cúbicos de agua por hectárea y por año (m³/ha/año); y huella relativa, en litros de agua consumida por kilogramos de leche corregida (l/kg FPCM).

Para la corrección de la producción lechera por grasa y proteína se aplicó la ecuación de FIL IDF (2015) que se muestra:

$$\text{FPCM} \left(\frac{\text{kg}}{\text{año}} \right) = \text{Producción} \left(\frac{\text{kg}}{\text{año}} \right) * [0,1226 * \text{GB}\% + 0,0776 * \text{PB}\% + 0,2534]$$

Referencias: GB% (% de grasa butirosa); PB% (% de proteína bruta). Fuente: FIL IDF (2015).

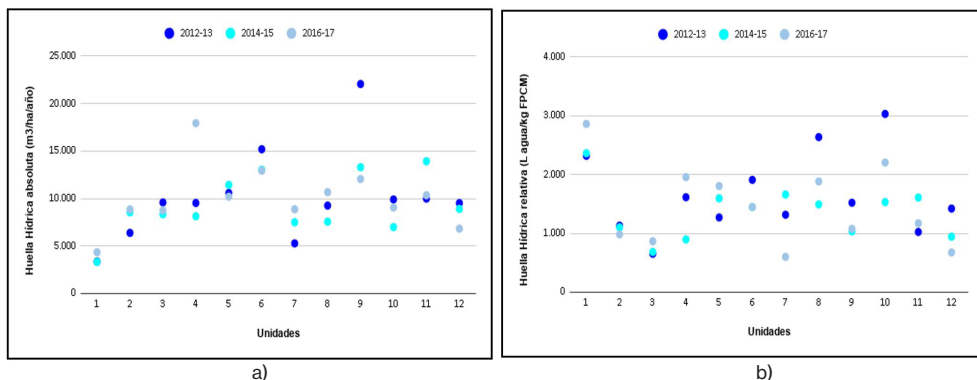
4 RESULTADOS

La herramienta generada permitió recolectar información a nivel predial; suficiente para calcular la huella hídrica del proceso productivo de granjas lecheras; sus medidas absoluta y relativa, y las fracciones correspondientes a consumo de agua, es decir agua verde y agua azul.

Se obtuvo una huella hídrica absoluta promedio anual de 9.798 m³/ha/año; con un mínimo de 3.330 y un máximo de 22.060 m³/ha/año (Figura 2a).

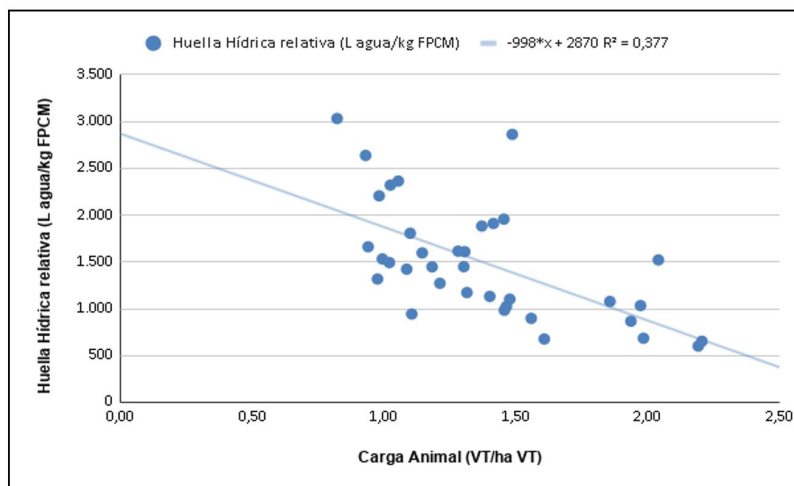
En términos de huella relativa, el promedio de 1.494 l agua/kg FPCM, surgió de un rango entre un mínimo de 602 y un máximo de 3.032 l/kg FPCM (Figura 2b). El componente agua verde totalizó 98,1% del agua utilizada, y solo 1,9% correspondió a la fracción de agua azul.

Figura 2. Huella hídrica en 12 granjas lecheras de la cuenca central argentina durante los ciclos de evaluación (2013-13, 2014-15 y 2016-17). a) Huella hídrica absoluta; b) Huella hídrica relativa.



Se verificaron diferencias significativas para $p < 0,05$, entre los valores de huella relativa según el criterio de carga animal. En la Figura 3 se observa la tendencia a generar una huella menor en la medida que se incrementa la carga animal ($R^2 = 0,377$).

Figura 3. Correlación entre Huella hídrica relativa y Carga Animal en 12 granjas lecheras de la cuenca central argentina durante los ciclos de evaluación (2013-13, 2014-15 y 2016-17).



5 DISCUSIÓN

Sea considerada como unidad de referencia huella hídrica absoluta o relativa, los valores promedio obtenidos se ajustan a las mediciones realizadas por Alvarez *et al.* (2013) en Argentina, Mekkonen y Hoekstra (2012) para sistemas pastoriles y mixtos en China, India, Holanda y Estados Unidos. También es comparable con lo expresado por EPD (2016) para leche fluida de la empresa Granarolo (Italia), o la medida por Ibdih & Ben

Salem (2019) en Túnez. Las diferencias obtenidas pueden asociarse a las herramientas usadas, enfoques y límites impuestos. En los límites aplicados en el estudio, si bien algunos autores consideraron el aporte de forrajes extraprediales en el valor del agua verde, no incluyen en los cálculos el agua utilizada para el proceso industrial que deriva en la producción del alimento balanceado o de los subproductos del maíz, trigo y soja; como así tampoco los volúmenes correspondientes al combustible requerido para transporte de suplementos e insumos, labores y prácticas culturales.

Aunque la HH absoluta muestra relación directa entre carga animal y consumo de agua, al incluir en la ecuación la variable productividad, la huella relativa es menor. Un mayor número de animales por hectárea, inclusive manteniendo una misma relación VO/VT, significa más vacas ordeñadas diariamente, más leche obtenida. Si bien se incrementa la demanda de energía (tiempo de ordeño, consumo de electricidad, gas), el AAz utilizada en instalaciones (para higiene y limpieza) no depende directamente de la cantidad de animales, sino más bien de la superficie cubierta de las edificaciones. Por otro lado, el agua destinada a la conservación y refrescado de la leche se encuentra en recirculación dentro del sistema, y a igual capacidad del tanque de frío, su uso es relativamente inferior cuanto mayor volumen de leche se halle almacenado. Por ello, la experiencia mostró que las menores huellas hídricas tendieron a asociarse con aquellos sistemas que adoptaron como estrategia de intensificación el incremento de su carga animal (Figura 3).

6 CONCLUSIONES

Puede concluirse que la herramienta desarrollada cumplió con los objetivos previstos, permitió un relevamiento ágil y práctico a nivel predial, y consiguió realizar cálculos dinámicos de la huella hídrica producida por los sistemas lecheros zonales siendo útil y apropiada para estos fines.

Por el mestizaje de su concepción, admite mejoras y actualizaciones que incorporen el concepto de HHG (y adecuarse a WFN), así como avanzar en los eslabones siguientes de la cadena láctea o incorporar indicadores de escasez y toxicidad (cumplimentando el enfoque de ciclo de vida requerido por ISO).

BIBLIOGRAFÍA

Álvarez, H.J., Larripa, M.J., Galli, J.R. & Civit, B.M (2013). Inventario de la huella de agua en sistemas lecheros diferenciados por el uso de la tierra y el nivel de suplementación. Comunicación. Revista Argentina de Producción Animal 33 (1). 90.

Buelink, D.; Schaller, A. & Labriola, S. (1996). Principales cuencas lecheras argentinas. Departamento de Lechería. Secretaría de Agricultura, Pesca y Alimentación. Segunda Edición, Buenos Aires.

- Centeno, A. (2013). Intensificación en el tambo. ¿Qué cambió? Hoja de información técnica N°33. INTA UEEA San Francisco. Julio de 2013.
- Centro de Análisis de Ciclo de Vida y Diseño Sustentable (CADIS), Embajada de Suiza en Colombia, Agencia Suiza para la Cooperación y el Desarrollo (COSUDE). Martínez A., Chargoy J., Puerto M., Suppen N., Rojas D. Autores Contribuyentes: Alfaro S, Ayes D., Barrantes L., Carrasco L., Castro J., Charlón V., Civit B., Conza A., Díaz C., Díaz L., Farell C., Francke I., García A., Gmünder S., González M., Grisales C., Laura R., Lloret P., Monteiro R., Naranjo C., Papi S., Peña C., Petrocelli N., Revilla V., Rodríguez L., Rosa E., Sacayón E., Toro C., Vera A., Victoria J., Villarraga J. (2016). Huella de Agua (ISO 14.046) en América Latina, análisis y recomendaciones para una coherencia regional.
- Chapagain, A.K. & Hoekstra, A.Y. (2003). Virtual water flows between nations in relation to trade in livestock and livestock products. Value of Water Research Report Series N° 13. Institute for Water Education. UNESCO-IHE. <https://ayhoekstra.nl/pubs/Report13.pdf>
- Environmental Product Declaration (EPD). (2016). Dichiarazione ambientale di prodotto del latte fresco pastorizzato alta qualità confezionato in bottiglie di pet. Granarolo.
- Fédération Internationale Du Lait- International Dairy Federation (FIL-IDF). (2015). A common carbon footprint approach for the dairy sector. Bulletin 479.
- Gastaldi, L.; Litwin, G.; Maekawa, M.; Centeno, A. Engler, P.; Cuatrin, A.; Chimicz, J.; Ferrer, J.L. & Suero, M. (2015). El Tambo Argentino: una mirada integral a los sistemas de producción de leche de la Región Pampeana. Ed. INTA. <https://inta.gob.ar/documentos/el-tambo-argentino-una-mirada-integral-de-los-sistemas-de-produccion-de-leche-de-la-region-pampeana>
- Gimenez, G. D. (2017). Sustentabilidad en lecherías de Argentina. Evaluación de la gestión de sustentabilidad en sistemas de producción primaria de leche en la región pampeana argentina. Editorial Academica Española.
- Hoekstra, A. Y., Chapagain, A. K., Aldaya, M.M. & Mekonnen, M.M (2011).The water footprint assessment manual. Setting the global standard. Earthscan.
- Ibidhi, R. & Ben Salem, H. (2019). Water footprint and economic water productivity assessment of eight dairy cattle farms based on field measurement. Animal, July 2019.
- International Organization for Standardization (ISO). (2014). ISO 14.046. Environmental management- Water footprint- Principles, requirements and guidelines.
- Litwin, G., Gimenez, G., Álvarez, H., Esnaola, I., Centeno, A., Moretto, M., Maekawa, M., Butarelli, S., Engler, P., Spilj, G., Almada, G., Ferrer, J., Tieri, M. & Charlón, V. (2017). Propuesta para medir la sustentabilidad de tambos en la región pampeana. *Planteos Ganaderos SD/ AAPRESID* (2017), 82-86. <https://www.aapresid.org.ar/wp-content/uploads/2017/08/Planteos-Ganaderos-WEB.pdf>
- Mekonnen, M.M & Hoekstra, A.Y. (2012). A global assessment of the water footprint of farm animal products. *Ecosystems* 15, 401-415.
- Patiño, E.M. (2005). *El desafío del desarrollo lechero en las provincias del NEA*. http://www.produccion-animal.com.ar/produccion_bovina_de_leche/produccion_bovina_leche/08-desarrollo_lechero_en_nea.pdf.
- Rótolo, G. & Charlón, V. (2013, marzo). *Evaluación ambiental de un sistema de producción intensivo de leche en la cuenca central de Argentina utilizando el análisis de ciclo de vida (ACV) expandido*. International Conference of LCA, Mendoza, Argentina. <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.1.4309.7842>

Steinfeld, H., Gerber, P., Wassenaar, T., Castel, V., Rosales, M., & De Haan, C. (2009). *La larga sombra del ganado problemas ambientales y opciones*. FAO.

Toro, P., García, A., Gómez-Castro, A. G., Perea, J., Acero, R., & Rodríguez-Estévez, V. (2010). Evaluación de la sustentabilidad en agroecosistemas. *Archivos de zootecnia*, 59(232), 71-94. <https://doi.org/10.21071/az.v59i232.4908>

Viglizzo, E.F.; Carreño, L.V.; Pereyra, H.; Ricard, F.; Clatt, J. & Pincén, D. (2010). Dinámica de la frontera agropecuaria y cambio tecnológico. En *Expansión de la Frontera Agropecuaria en Argentina y su Impacto Ecológico-Ambiental*. Viglizzo, E.F. y Jobbágy, E. editores. Ed. INTA.

World Economic Forum. (2016). *The Global Risks Report 2016* (No. 11th). The Global Competitiveness and Risk Team. https://www3.weforum.org/docs/GRR/WEF_GRR16.pdf

CAPÍTULO 20

FLORA PRELIMINAR DA FLORESTA CILIAR DO RIO MOGI GUAÇU NA GUARNIÇÃO DA AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA (SÃO PAULO, BRASIL)

Data de submissão: 23/12/2021

Data de aceite: 21/01/2022

Renata Sebastiani

UFSCar

Programa de Pós-Graduação em
Ciências Ambientais

Programa de Pós-Graduação em
Educação em Ciências e Matemática
Araras – SP.

<http://lattes.cnpq.br/9773755519907716>

Ana Lúcia Batista Botelho Laschi

UFSCar

Departamento de Ciências da Natureza
Matemática e Educação
Araras – SP.

<http://lattes.cnpq.br/3842795731479162>

Emmanuély Maria de Souza Fernandes

UFSCar

Programa de Pós-Graduação em
Agroecologia e Desenvolvimento Rural
Araras – SP.

<http://lattes.cnpq.br/6412905392717570>

Israel Henrique Buttner Queiroz

UFSCar

Departamento de Ciências da Natureza
Matemática e Educação
Araras – SP.

<http://lattes.cnpq.br/1284583166118910>

João Victor Urbano

UFSCar

Departamento de Ciências da Natureza
Matemática e Educação
Araras – SP.

<http://lattes.cnpq.br/4157088060445059>

José Victor da Silva

UFSCar

Programa de Pós-Graduação em
Ciências Ambientais
Araras – SP.

<http://lattes.cnpq.br/1032739471985184>

Luis Felipe Mendes

UFSCar

Departamento de Ciências da Natureza
Matemática e Educação
Araras – SP.

<http://lattes.cnpq.br/7633080111365497>

Pedro Henrique Godoy Fernandes

UFSCar

Programa de Pós-Graduação em
Ciências Ambientais
Araras – SP.

<http://lattes.cnpq.br/5104545255226893>

Ricardo Vinicius Zandonadi

UFSCar

Departamento de Ciências da Natureza
Matemática e Educação
Araras – SP.

<http://lattes.cnpq.br/8246486274271111>

RESUMO: A Floresta Ciliar e a Floresta Estacional Semidecidual são fitofisionomias altamente fragmentadas e ameaçadas pela expansão agrícola no interior do Estado de São Paulo. Nos limites da Guarnição da Aeronáutica de Pirassununga há cerca de quatro quilômetros de Floresta Ciliar do Rio Mogi Guaçu contínua à um grande fragmento de Floresta Estacional Semidecidual. Considerando a escassez de estudos sobre grandes fragmentos associados a estas fitofisionomias no estado de São Paulo, o objetivo do presente estudo foi realizar o levantamento florístico preliminar da Floresta Ciliar do Rio Mogi Guaçu na Guarnição. Principalmente por meio de caminhadas aleatórias e coleta de plântulas e de amostras de solo para identificação de plântulas, foi possível reconhecer até o momento 153 espécies pertencentes a 44 famílias. Dentre as famílias com maior riqueza de espécie destacam-se Fabaceae (16 espécies), Orchidaceae (15), Euphorbiaceae (9) e Asteraceae (8). O hábito mais representado foi o arbóreo (74 espécies). Os resultados preliminares aqui obtidos sugerem que a Guarnição da Aeronáutica de Pirassununga é um ponto estratégico de conservação da biodiversidade da bacia do Rio Mogi Guaçu.

PALAVRAS-CHAVE: Floresta Estacional Semidecidual. Floresta Ripária. Florística. Levantamento florístico.

PRELIMINARY FLORA OF THE RIPARIAM FOREST OF THE MOGI GUAÇU RIVER AT THE GUARNIÇÃO DA AERONAUTICA DE PIRASSUNUNGA (SÃO PAULO, BRAZIL)

ABSTRACT: The Riparian Forest and the Seasonal Semideciduous Forest are highly fragmented phytophysiognomies and are threatened by agricultural expansion in the interior of the São Paulo State. In the limits of the Guarnição da Aeronáutica de Pirassununga there are about four kilometers of Riparian Forest of the Mogi Guaçu River, continuous with a large fragment of Semideciduous Seasonal Forest. Considering the scarcity of studies on large fragments associated with these phytophysiognomies in the São Paulo State, the aim of this study was to carry out a preliminary floristic survey of the Riparian Forest of the Mogi Guaçu River in Guarnição. Mainly through random walks and collection of seedlings and soil samples for seedling identification, it was possible to recognize 153 species belonging to 44 families so far. Among the families with the greatest species richness are Fabaceae (16 species), Orchidaceae (15), Euphorbiaceae (9) and Asteraceae (8). The most represented habit was the arboreal one (74 species). The preliminary results obtained here suggest that the Guarnição da Aeronáutica de Pirassununga is a strategic point of biodiversity conservation in the Mogi Guaçu River basin.

KEYWORDS: Floristics. Floristic survey. Ripariam Forest. Seasonal Semideciduous Forest.

1 INTRODUÇÃO

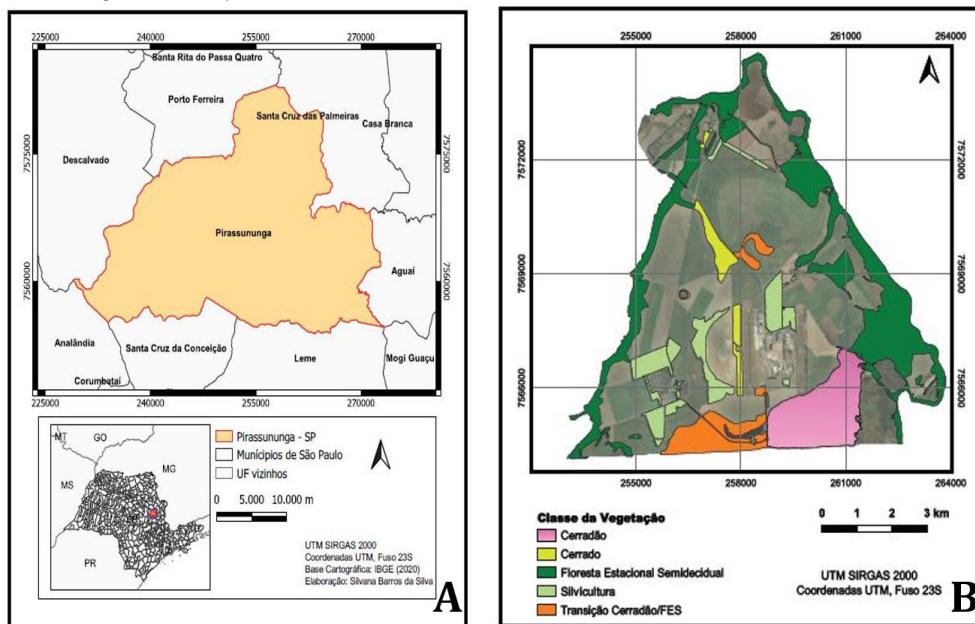
No estado de São Paulo, apesar da vegetação remanescente estar altamente fragmentada devido à monocultura, esses fragmentos ainda são extremamente importantes na manutenção da biodiversidade (KRONKA et al., 2005; NALON et al., 2008). Grande destaque deve ser dado às formações de Mata Atlântica e Cerrado associadas à floresta ciliar no estado de São Paulo, pois são importantes do ponto de vista ecológico e de manutenção de recursos hídricos. Consideradas Áreas de Preservação Permanente (APPs), têm como funções ambientais a preservação dos recursos hídricos; contribuir para diminuição da contaminação das águas causadas por praguicidas; reduzir os custos do seu tratamento; controlam a erosão; diminuem o risco de enchentes, fornecem alimento, abrigo e refúgios para diversos animais, além de servirem como corredor ecológico, interligando os fragmentos florestais, o que aumenta a diversidade, a qualidade do ambiente e a prestação dos serviços ecossistêmicos (AQUINO et al., 2012; TONHASCA JUNIOR, 2005).

No estado de São Paulo ainda existem muitos fragmentos de vegetação que até o momento não estão sob a tutela da conservação ambiental (METZGER et al., 2008; XAVIER et al., 2008), como é o caso da Guarnição da Aeronáutica de Pirassununga. Segundo Kronka et al. (2005), há necessidade de levantamentos que propiciem o entendimento da distribuição espacial da vegetação natural remanescente do estado de São Paulo, bem como sua quantificação, caracterização e possibilidades de conectividade entre os fragmentos remanescentes. Neste contexto, o objetivo do presente estudo foi realizar o levantamento florístico preliminar da floresta ciliar do Rio Mogi Guaçu na Guarnição da Aeronáutica de Pirassununga.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A Guarnição da Aeronáutica de Pirassununga (Município de Pirassununga, Estado de São Paulo), possui uma área total de 6.500 hectares, com aproximadamente 3.500 hectares ocupados por atividades agropecuárias e agroindustriais. Cerca de 1.500 hectares contêm áreas fragmentadas de Floresta Estacional Semidecidual (Mata Atlântica), Cerrado e Floresta Ciliar, sendo um dos principais limites desta área o Rio Mogi-Guaçu (Figura 1).

Figura 1 - Área de estudo. A. O Município de Pirassununga, no Estado de São Paulo. B. A Guarnição da Aeronáutica de Pirassununga. As regiões coloridas representam as classes de vegetação, enquanto o restante abriga as áreas agropecuárias e agroindustriais e edificações referentes às atividades da Guarnição da Aeronáutica de Pirassununga (elaborado pelos autores).



As coleções botânicas foram obtidas basicamente através coleta de três ramos em estágio reprodutivo, prensagem e secagem em estufa e preparação de exsicatas (depositadas no Herbário da UFSCar *campus* Araras), para o caso dos espécimes adultos. As coleções foram obtidas por meio de caminhadas aleatórias pela trilha principal do fragmento de transição entre Floresta Ciliar do Rio Mogi Guaçu e Floresta Estacional Semidecidual, entre os anos de 2014 e 2019 e identificadas principalmente através de Souza e Lorenzi (2014), Flora do Brasil 2020 e SpeciesLink (2021). De forma complementar, foram coletadas plântulas na área de estudo bem como amostras de solo que foram mantidas na estufa da Universidade Federal de São Carlos *campus* São Carlos para o crescimento das plântulas e posterior identificação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente estudo foi possível reconhecer até o momento 153 espécies pertencentes a 44 famílias (Tabela 1). Dentre as famílias com maior riqueza de espécie destacam-se Fabaceae (16 espécies), Orchidaceae (14), Euphorbiaceae (9), Astereaceae (8), Piperaceae (7), Meliaceae e Cactaceae (6), Solanaceae, Rubiaceae, Rutaceae e Bromeliaceae (5), sendo as demais famílias representadas por quatro ou menos espécies.

O hábito mais representado foi o arbóreo (74 espécies), seguido por trepador (25), epífítico (23), herbáceo (16) e arbustivo (15). Do total de espécies, 125 espécies foram reconhecidas somente através da coleta de material botânico. Por outro lado, 15 espécies foram reconhecidas somente através de plântulas e 13 espécies somente através do banco de sementes do solo, estas últimas caracterizando-se basicamente por ervas de ampla distribuição, por vezes tratadas como ruderais. Mais detalhes sobre estudos envolvendo plântulas e banco de sementes podem ser obtidos em Queiroz et al. (2021) e Fernandes et al. (2022).

Dentre as espécies, cinco são consideradas ameaçadas no Estado de São Paulo segundo a Resolução SMA - 57 (05-06-2016). A partir do presente estudo também foi possível reconhecer *Goepertia flavescens* (Lindl.) Borchs. & S.Suárez (Maranthaceae), *Ficus nymphaeipholia* Mill. e *Combretum lebrosum* Mart. (Combretaceae) como novas ocorrências para o Estado de São Paulo, segundo a Flora do Brasil 2020.

Considerando as informações da Flora do Brasil 2020, 27 espécies ainda não foram relatadas para Floresta Ciliar e Floresta Estacional Semidecidual, 55 espécies ainda não tinham sido citadas para Floresta Ciliar e 27 só eram reconhecidas para a Floresta Estacional Semidecidual, encontrando-se aqui também relacionadas à Floresta Ciliar. De acordo com a Flora do Brasil 2020, parte destas espécies ocorre na Floresta Estacional Semidecidual e não na Floresta Ciliar, como o *Cedrela fissilis* Vell., o *Centrolobium tomentosum* Guillem. ex Benth. e o *Holocalyx balansae* Micheli, enquanto outras ocorrem em ambas as formações, como o *Euterpe edulis* Mart. e a *Enterolobium contortisiliquum* (Vell.) Morong. A ocorrência de espécies de Floresta Estacional Semidecidual muito próximas à margem do rio pode ser justificada pela continuidade da Floresta Ciliar e este tipo de vegetação.

Tabela 1. Lista preliminar das espécies reconhecidas para a floresta ciliar da Guarnição da Aeronáutica de Pirassununga. Hábitos e habitats segundo Flora do Brasil 2020. Hábitos: árvore (Ar); arbusto ou subarbusto (Ab); erva (Er); epífita (Ep); trepadeira (Tr). Espécies de Arecaceae foram consideradas árvores devido ao espaço que ocupam na floresta, mas seu caule é do tipo estipe. Habitat: FC: Floresta Ciliar; FES: Floresta Estacional Semidecidual; - : não relatado para FC e FES. * Espécies ameaçadas para o Estado de São Paulo. ^aEspécies naturalizadas no Brasil, segundo a Flora do Brasil 2020. ^bEspécies reconhecidas somente pelo banco de sementes (Fernandes et al., 2022). ^cEspécies reconhecidas somente por plântulas coletadas (Queiroz et al., 2021).

Família/Espécie	FC	FES	Hábito
Acanthaceae			
<i>Mendoncia puberula</i> Mart.	-	-	Tr
<i>Ruellia brevifolia</i> (Pohl) C.Ezcurra	x	x	Ab
<i>Ruellia sceptrum-marianum</i> (Vell.) Stearn	x	x	Ab
Anacardiaceae			
<i>Astronium graveolens</i> Jacq.	x	x	Ar
Apocynaceae			
<i>Allamanda cathartica</i> L.	-	-	Tr

Família/Espécie	FC	FES	Hábito
<i>Aspidosperma cylindrocarpon</i> Müll.Arg.	x	x	Ar
<i>Aspidosperma polyneuron</i> Müll.Arg.	-	x	Ar
<i>Forsteronia</i> sp.	x	x	Tr
Araliaceae			
<i>Dendropanax cuneatus</i> (DC.) Decne. & Planch.	x	x	Ar
Arecaceae			
<i>Acrocomia aculeata</i> (Jacq.) Lodd. ex Mart.	x	x	Ar
<i>Euterpe edulis</i> Mart.*	x	-	Ar
Asteraceae			
<i>Ageratum conizoides</i> L. ^b	-	-	Er
<i>Conyza bonariensis</i> (L.) Cronquist ^b	-	-	Ar
<i>Conyza canadiensis</i> (L.) Cronquist ^b	-	-	Ar
<i>Emilia fosbergii</i> Nicolson ^{b,n}	-	-	Er
<i>Emilia sonchifolia</i> (L.) DC. ex Wight ^{b,n}	-	-	Er
<i>Erechtites hieraciifolius</i> (L.) Raf. ex DC. ^b	-	-	Er
<i>Pterocaulon virgatum</i> (L.) DC. ^b	-	-	Er
<i>Pseudogynoxys cabreræ</i> H.Rob. & Cuatrec.	x	x	Tr
Bignoniaceae			
<i>Bignonia binata</i> Thunb.	x	x	Tr
<i>Cuspidaria convoluta</i> (Vell.) A.H.Gentry	x	x	Tr
<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. ex DC.) Mattos	-	-	Ar
<i>Pyrostegia venusta</i> (Ker Gawl.) Miers	x	x	Tr
Bromeliaceae			
<i>Tillandsia loliacea</i> Mart. ex Schult. & Schult.f.	x	x	Ep
<i>Tillandsia pohliana</i> Mez	-	x	Ep
<i>Tillandsia recurvata</i> (L.) L.	x	x	Ep
<i>Tillandsia tenuifolia</i> L.	x	x	Ep
<i>Tillandsia tricholepis</i> Baker	x	x	Ep
Cactaceae			
<i>Epiphyllum phyllanthus</i> L.Haw.	x	x	Ep
<i>Pereskia grandifolia</i> Haw.	x	x	Ar
<i>Rhipsalis burchellii</i> Briton & Rose	-	-	Ep
<i>Rhipsalis campos-portoana</i> Loefgr.	-	-	Ep
<i>Rhipsalis cereuscula</i> Haw.	x	x	Ep
<i>Rhipsalis teres</i> (Vell.) Steud.	x	x	Ep
Cannabaceae			
<i>Celtis iguanaea</i> (Jacq.) Sarg.	x	x	Ar
<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	x	x	Ar

Família/Espécie	FC	FES	Hábito
Clusiaceae			
<i>Garcinia gardneriana</i> (Planch. & Triana) Zappi	x	x	Ar
Combretaceae			
<i>Combretum leprosum</i> Mart.	-	x	Ar
<i>Combretum fruticosum</i> (Loefl.) Stuntz	x	x	Tr
Commelinaceae			
<i>Tradescantia fluminensis</i> Vell. ^p	x	x	Er
Dilleniaceae			
<i>Davilla rugosa</i> Poir.	-	-	Tr
<i>Dolioscarpus dentatus</i> (Aubl.) Standl.	x	-	Tr
Dioscoreaceae			
<i>Dioscorea ceratandra</i> R.Knuth	x	-	Tr
<i>Dioscorea multiflora</i> Mart. ex Griseb.	-	x	Tr
Euphorbiaceae			
<i>Actinostemon concolor</i> (Spreng.) Müll.Arg.	-	-	Ar
<i>Actinostemon klotzschii</i> (Didr.) Pax ^p	x	-	Ar
<i>Alchornea glandulosa</i> Poepp. & Endl.	x	-	Ar
<i>Croton floribundus</i> Spreng.	x	x	Ar
<i>Croton urucurana</i> Baill.	x	x	Ar
<i>Dalechampia pentaphylla</i> Lam.	-	x	Tr
<i>Dalechampia stipulacea</i> Müll.Arg.	-	x	Tr
<i>Dalechampia triphylla</i> Lam.	-	-	Tr
<i>Pachystroma longifolium</i> (Nees) I.M.Johnst.	-	x	Ar
Fabaceae			
<i>Albizia niopoides</i> (Spruce ex Benth.) Burkart ^p	x	x	Ab
<i>Bauhinia longifolia</i> (Bong.) Steud. ^p	x	x	Ar
<i>Centrolobium tomentosum</i> Guillem. ex Benth.	-	x	Ar
<i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.	x	x	Ar
<i>Enterolobium contortisiliquum</i> (Vell.) Morong	x	x	Ar
<i>Erythrina falcata</i> Benth.	x	x	Ar
<i>Holocalyx balansae</i> Micheli ^p	-	x	Ar
<i>Hymenaea courbaril</i> L.	x	-	Ar
<i>Inga marginata</i> Willd. ^p	x	x	Ar
<i>Inga vera</i> Willd.	x	x	Ar
<i>Lonchocarpus latifolius</i> (Willd.) DC. ^p	x	-	Ar
<i>Myroxylon peruiferum</i> L.f	x	x	Ar
<i>Ormosia arborea</i> (Vell.) Harms	-	x	Ar
<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J.F.Macbr. ^p	x	x	Ar
<i>Platycyamus regnellii</i> Benth.	x	x	Ar

Família/Espécie	FC	FES	Hábito
<i>Senegalia polyphylla</i> (DC.) Britton & Rose	x	x	Ar
Lamiaceae			
<i>Aegiphila vitelliniflora</i> Walp.	x	x	Tr
Lauraceae			
<i>Nectandra megapotamica</i> (Spreng.) Mez ^p	x	x	Ar
Lecythidaceae			
<i>Cariniana estrellensis</i> (Raddi) Kuntze	-	x	Ar
<i>Cariniana legalis</i> (Mart.) Kuntze* ^p	-	-	Ar
Magnoliaceae			
<i>Magnolia ovata</i> (A.St.-Hil.) Spreng.	x	-	Ar
Malpighiaceae			
<i>Banisteriopsis muricata</i> (Cav.) Cuatrec.	-	x	Tr
<i>Carolus chlorocarpus</i> (A.Juss.) W.R.Anderson	x	x	Tr
<i>Heteropterys crenulata</i> Mart. ex Griseb.	-	x	Tr
<i>Mascagnia cordifolia</i> (A.Juss.) Griseb.	-	x	Tr
Malvaceae			
<i>Luehea divaricata</i> Mart.	x	-	Ar
<i>Malvastrum coromandelianum</i> Garcke	-	x	Ab
<i>Pseudobombax grandiflorum</i> (Cav.) A.Robyns	-	x	Ar
Maranthaceae			
<i>Goeppertia flavescens</i> (Lindl). Borchs. & S.Suárez	-	-	Er
Melastomataceae			
<i>Clidemia hirta</i> (L.) D.Don	-	x	Ab
Meliaceae			
<i>Cedrela fissilis</i> Vell.*	-	x	Ar
<i>Guarea guidonia</i> (L.) Sleumer	x	-	Ar
<i>Guarea macrophylla</i> Vahl	x	x	Ar
<i>Trichilia catigua</i> A.Juss.	x	x	Ar
<i>Trichilia hirta</i> L.	x	x	Ar
<i>Trichilia pallida</i> Sw.	x	x	Ar
Moraceae			
<i>Ficus adhatodifolia</i> Schott in Spreng.	x	x	Ar
<i>Ficus guaranítica</i> Chodat	-	x	Ar
<i>Ficus nymphaeifolia</i> Mill.	-	-	Ar
Myrtaceae			
<i>Eugenia brasiliensis</i> Lam.	-	x	Ar
<i>Eugenia speciosa</i> Cambess.	x	x	Ar
<i>Myrcia strigosa</i> A.R.Lourenço & E.Lucas	-	-	Ar
<i>Syzygium jambos</i> (L.) Alston ⁿ	-	-	Ar

Família/Espécie	FC	FES	Hábito
Orchidaceae			
<i>Campylocentrum micranthum</i> (Lindl.) Rolfe	-	x	Ep
<i>Catasetum fimbriatum</i> (C. Morren) Lindl.	x	x	Ep
<i>Cattleya cernua</i> (Lindl.) Van den Berg	-	x	Ep
<i>Cyclopogon</i> sp.	x	x	Er
<i>Dryadella</i> sp.	x	x	Ep
<i>Epidendrum</i> cf <i>latilabrum</i> Lindl.	-	-	Ep
<i>Galeandra beyrichii</i> Rchb.f.	x	x	Er
<i>Ionopsis utricularioides</i> (Sw.) Lindl.	x	x	Ep
<i>Maxillaria</i> sp.	x	x	Ep
<i>Mesadenella cuspidata</i> (Lindl.) Garay	x	x	Er
<i>Oeceoclades maculata</i> (Lindl.) Lindl. ^a	x	x	Er
<i>Pleurothallis</i> sp.	x	-	Ep
<i>Polystachia concreta</i> (Jacq.) Garay & Sweet	x	x	Ep
<i>Trichocentrum pumilum</i> (Lindl.) M.W.Chase & N.H.Williams	x	x	Ep
<i>Vanilla</i> sp.	x	x	Tr
Piperaceae			
<i>Peperomia campinasana</i> C.DC.	x	-	Ep
<i>Peperomia circinnata</i> Link	x	x	Ep
<i>Peperomia urocarpa</i> Fish & C.A.Mey	x	-	Ep
<i>Peperomia velloziana</i> Miq.*	x	-	Ep
<i>Piper aduncum</i> L.	x	x	Ar
<i>Piper amalago</i> L.	x	x	Ab
<i>Piper claussonianum</i> (Miq.) C.DC	x	x	Ab
Phyllanthaceae			
<i>Phyllanthus tenellus</i> Roxb. ^b	x	-	Er
<i>Savia dictyocarpa</i> Müll.Arg.	-	x	Ar
Phytolaccaceae			
<i>Gallesia integrifolia</i> (Spreng.) Harms	-	-	Ar
Primulaceae			
<i>Geissanthus ambiguus</i> (Mart.) G.Agostini	-	-	Ab
Proteaceae			
<i>Roupala montana</i> Aubl. ^p	x	x	Ar
Rhamnaceae			
<i>Gouania ulmifolia</i> Hook. & Arn.*	x	x	Tr
<i>Rhamnidium elaeocarpum</i> Reissek	x	x	Ar
Rosaceae			
<i>Prunus myrtifolia</i> (L.) Urb.	-	-	Ar

Família/Espécie	FC	FES	Hábito
Rubiaceae			
<i>Chiococca alba</i> (L.) Hitchc.	x	x	Ar
<i>Guettarda viburnoides</i> Cham. & Schltld.	-	x	Ar
<i>Guettarda uruguensis</i> Cham. & Schltld.	x	-	Ab
<i>Palicourea marcgravii</i> A.St.-Hil.	x	-	Ab
<i>Psychotrya carthagenensis</i> Jacq. ^p	x	x	Ab
Rutaceae			
<i>Balfourodendron riedelianum</i> (Engl.) Engl.	-	x	Ar
<i>Esenbeckia febrifuga</i> (A.St.-Hil.) A. Juss. ex Mart.	-	x	Ar
<i>Esenbeckia grandiflora</i> Mart. ^p	x	x	Ar
<i>Galipea jasminiflora</i> (A.St.-Hil.) Engl. ^p	-	x	Ar
<i>Metrodorea nigra</i> A.St.-Hil.	x	x	Ar
Salicaceae			
<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	x	x	Ar
Sapindaceae			
<i>Allophylus racemosus</i> Sw. ^p	x	x	Ar
<i>Paullinia spicata</i> Benth.	x	x	Tr
<i>Serjania tristis</i> Radlk.	-	x	Tr
Sapotaceae			
<i>Chrysophyllum gonocarpum</i> (Mart. & Eichler ex Miq.) Engl.	x	x	Ar
Solanaceae			
<i>Capsicum praetermissum</i> Heiser & P.G.Sm	x	x	Ab
<i>Physalis angulata</i> L. ^{b,n}	-	-	Er
<i>Solanum americanum</i> Mill. ^b	-	-	Er
<i>Solanum lycocarpum</i> A.St.Hil. ^b	-	-	Ab
<i>Solanum sanctae-catharinae</i> Dunal	x	x	Ar
Urticaceae			
<i>Cecropia glaziovii</i> Snethl.	-	x	Ar
<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul	x	x	Ar
<i>Urtica dioica</i> L. ^{b,n}	x	-	Er
<i>Urera</i> sp.	x	x	Ab
Verbenaceae			
<i>Citharexylum myrianthum</i> Cham.	x	x	Ar
<i>Lantana</i> sp.	x	x	Er

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Guarnição da Aeronáutica de Pirassununga, a vegetação foi inicialmente preservada para o treinamento militar. No entanto, atualmente há também a preocupação

com a conservação da biodiversidade, motivo pelo qual foi concedida a autorização para atividades de pesquisa em seus fragmentos. Apesar de não constituir uma Unidade de Conservação, trata-se de uma área contendo fragmentos florestais amplos e bem protegidos. Os resultados preliminares obtidos no presente estudo sugerem que a Guarnição é um ponto estratégico de conservação da biodiversidade da bacia do Rio Mogi Guaçu. Através dos estudos botânicos aqui iniciados, espera-se contribuir para o reconhecimento de uma área de importante interesse para a conservação da biodiversidade do estado de São Paulo, bem como favorecer a criação de corredores ecológicos ligando a Guarnição e Unidades de Conservação próximas (E.E. Mogi-Guaçu, E.Ec. Mogi-Guaçu, E.E. de Luis Antônio, E.Ec. do Jataí, E.E. de Santa Rita do Passa Quatro e P.E. de Vassununga).

REFERÊNCIAS

Aquino, F.G. et al. **Cerrado: Restauração de Matas de Galerias e Ciliares**. Brasília-DF, Embrapa, 2012. 40p.

Durigan, G. et al. **Fanerógamas**. In: Rodrigues, R.R. et al. (Eds.). Diretrizes para a conservação e restauração da biodiversidade no Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente; Instituto de Botânica; Fapesp, 2008. p. 104-109.

Fernandes, P.H.G. et al. **Seed bank analysis and species similarity in the Guarnição da Aeronáutica de Pirassununga (São Paulo State, Brazil)**. Hoehnea 49 (artigo aceito para publicação). 2022.

Flora do Brasil 2020. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/> >. Acesso em: 21 Dez. 2021.

Kronka, F.J N. et al. **Inventário florestal da vegetação natural do Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente; Instituto Florestal; Biota Fapesp; Imprensa Oficial, 2005. 200 p.

Metzger, J.P. et al. **Procedimentos metodológicos**. In: Rodrigues, R.R. et al. (Eds.). Diretrizes para a conservação e restauração da biodiversidade no Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente; Instituto de Botânica; Fapesp, 2008. p. 57-69.

Nalon, M.A. et al. **Meio físico e aspectos da fragmentação da vegetação**. In: Rodrigues, R.R. et al. (Eds.). Diretrizes para a conservação e restauração da biodiversidade no Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente; Instituto de Botânica; Fapesp, 2008. p. 15-21.

Queiroz, I.H.B. et al. **Plântulas de espécies arbóreas na floresta ciliar do rio Mogi Guaçu, Pirassununga, SP, Brasil**. Hoehnea v. 48, e1122020. 2021.

Resolução SMA 57. **Segunda revisão da lista oficial das espécies da flora ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2016/06/resolucao-sma-57-2016/>. Acesso em 21 Dez. 2021.

Souza, V.C. ; Lorenzi, H. **Chave de identificação para as principais famílias de Angiospermas e Gimnospermas nativas e cultivadas do Brasil**. São Paulo: Nova Odessa; Ed. Plantarum, 3a edição, 2014. 31 p.

SpeciesLink. Centro de Referência em Informações Ambientais. Disponível em: < <http://splink.org.br> >. Acesso em: 21 Dez. 2021.

Tonhasca-Junior, A. **Ecologia e história natural da Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005. 198p.

Xavier, A.F. et al. **Unidades de Conservação da Natureza no Estado de São Paulo** In: Rodrigues, R.R. et al. (Eds.). Diretrizes para a conservação e restauração da biodiversidade no Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente; Instituto de Botânica; Fapesp, 2008. p. 23-42.

CAPÍTULO 21

USO Y ABUSO DEL PLASTICO Y UNICEL EN ODONTOLOGÍA LA UAO/UAZ

Data de submissão: 11/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Jesús Rivas Gutiérrez

Doctor en Ciencias de la Educación
Universidad Autónoma de Zacatecas
Zacatecas, México
<https://orcid.org/0000-0001-7223-4437>

José Ricardo Gómez Bañuelos

Maestria y Doctorando en
Ciencias de la Educación
Universidad Autónoma de Zacatecas
Zacatecas, México
<https://orcid.org/0000-0002-9029-481X>

Nubia Maricela Chávez Lamas

Maestria en Ciencias

María del Carmen Gracia Cortes

Doctor en Ciencias

Guadalupe Rodríguez Elizondo

Químico Farmacéutico Biólogo

*“¿Esto del Medio Ambiente
será porque ya hemos destruido la mitad?”*

RESUMEN: Nuestro planeta está sufriendo consecuencias críticas por la gran contaminación que el hombre en general ha ocasionado con el paso de los años, cambio

climático en particular y sus manifestaciones, aparición de nuevas y viejas enfermedades ocasionadas por la migración de fauna nociva como trasportadores de estas enfermedades y otras muchas cosas más. En particular el plástico y el uncel son dos tipos de residuos que desde hace tiempo sobresalen entre los materiales más comunes y contaminantes; fáciles de producir, resistentes y económicos para su elaboración y venta son algunas de sus principales características que los han llevado a estar presentes en casi todas las actividades sociales alrededor del mundo generando una cultura de “cómprese, úsese y tírese”. Desafortunadamente la principal característica que es su resistencia y duración a través de los años sin prácticamente transformarse los han hecho indestructibles y sumando su nula incapacidad para biodegradarse y por consiguiente aumenta día a día la magnitud de contaminación por cantidad a nivel mundial. Como consecuencia de su elaboración como derivado del petróleo, los convierte en desechos altamente riesgosos para la salud de cualquier ser vivo, ya sea por ser consumido en microparticulas o al ser inhalados los gases tóxicos (dioxinas principalmente) al ser incinerados. Estas son algunas de las razones que contextualizan la importancia de investigar el statu quo de estos materiales en la educación odontológica para plantear acciones y transformar la cultura existente.

PALABRAS CLAVE: Contaminación. Plástico. Unicel. Dioxinas.

ABSTRACT: Our planet is suffering critical consequences due to the great pollution that man in general has caused over the years, climate change in particular and its manifestations, appearance of new and old diseases caused by the migration of harmful fauna as carriers of these diseases and many other things. In particular, plastic and unigel are two types of waste that have long stood out among the most common and polluting materials; easy to produce, resistant and cheap to manufacture and sell are some of their main characteristics that have led them to be present in almost all social activities around the world, generating a culture of “buy, use and throw away”. Unfortunately, the main characteristic that is their resistance and duration though the years without practically transforming have made them indestructible and adding their null inability to biodegrade and therefore the magnitude of contamination by quantity worldwide increases day by day. As a consequence of their production as a derivative of petroleum, they become highly risky waste for the health of any living being, either by consumed in microparticles or by inhaling toxic gases (mainly dioxins) when incinerated. These are some of the reasons that contextualize the importance of investigating the status quo of these materials in dental education to propose actions and transform the existing culture.

KEYWORDS: Pollution. Plastic. Unigel. Dioxins.

1 INTRODUCCIÓN

Cambio del clima, inundaciones, sequías, deshielos, frío y calor atípico intenso, contaminación de aire, agua y tierra, pérdida de biodiversidad y enfermedades y otras muchas cosas más nos agobian; el mundo desde hace ya algún tiempo está padeciendo una de las peores crisis ambientales de su historia y la principal culpable de esta situación es la humanidad misma. La contaminación ambiental en la última década ha tenido un enorme aumento exponencial de gran consideración, convirtiéndose por ello en un problema de importancia y dimensiones catastróficas y mundiales; los años pasan y parece que el problema no tiene solución y por el contrario sigue en aumento; uno de los principales contaminantes y culpables de esta situación en la actualidad lo es el unigel o poliestireno expandido el cual es un material inorgánico y de consumo abundante en todo el mundo debido al hábito social, la costumbre, la disponibilidad y su bajo costo.

Cuando un descubrimiento genera una invención y posteriormente un producto y este producto se convierte en un gran negocio, generalmente en lo que no se piensa o menos se piensa es que hacer con los desechos de ese producto, esta reflexión se ha convertido en la antítesis máxima del progreso y desarrollo de la humanidad, es decir, en lo que menos se piensa es si será o no dañino al medio ambiente a corto, mediano o largo plazo, por lo regular en lo primero que se piensa es que tan fácil será su producción y cuanta ganancia generará. Cada vez que surge un descubrimiento que brinda bienestar y confort a la sociedad, todos tratamos de aprovecharlo al máximo y

en principio no nos ocupamos en preocuparnos por los efectos nocivos que este pueda acarrear a la naturaleza, a la biodiversidad y al ser humano mismo, debe de pasar un tiempo considerable y verse los daños que esto ocasiona para tomar conciencia de esa situación y para ese tiempo muchas conciencias ya han sido acalladas por el dinero, el poder, la coerción o la represión.

Imágenes, paisajes, sonidos y especies naturales que a pesar de todo aun podemos disfrutar de forma incomparable, aunque cada vez son más distantes y más difícil su disfrute, cada día que pasa son cada vez más opacados por la contaminación ambiental, auditiva y visual generada por las máquinas de combustión interna, las fabricas, la industria y los basurero a donde va a parar todo tipo de desechos contaminantes debido sobre todo la conciencia consumista y despilfarradora de las personas. El desarrollo social, industrial, empresarial y tecnológico sin planeación, descontrolado, con orientación capitalista, consumista y sin responsabilidad social, lo único que están originando es contaminación por todos lados, la huella ecológica y de carbón que las comunidades, organizaciones, ciudades, países o regiones están dejando sobre el medio ambiente es objetiva, medible y notoriamente palpable; la contaminación originada por el estilo de vida, de desarrollo y progreso que se ha instaurado en la sociedad, que tiene como resultado exceso de desechos generados, ha acarreado una conciencia de indiferencia y despreocupación, en la cual hemos aprendido y comprendido que la única manera de soportarlo es aprendiendo a vivir con ella, tanto ha sido el impacto de los desechos al medio ambiente que los moradores del planeta ya llaman contaminación a cualquier manifestación de objetos arrojados en los basureros, caminos y calles o bajo otro enfoque al mar, la tierra y el aire. Hoy día no hay lugar por donde no se vean objetos multicolores, livianos, de múltiples formas y tamaños, regados por doquier, colgando de árboles y hasta volando por los aires.

Entre ese sin fin de objetos y cosas, hay dos materiales contaminantes soberanos que son los plásticos y el unicel, estos pueden ser duros, flexibles, de multicolores o monocolors, de una y mil formas, completos, en trozos, pegados con otros objetos o productos, grandes, medianos, pequeños o microscópicos, esos objetos que el hombre aprendió a moldear como una necesidad primero y después como un gran negocio en la actualidad son los reyes de los contaminantes. Estos materiales se llaman así porque en algunas etapas de su fabricación o de su utilización tiene ciertas propiedades que le dan la característica de ser elástico solo una vez y posteriormente ser rígido o pueden ser elásticos y rígidos tantas veces como se quiera; los plásticos pueden ser materiales orgánicos y poseer una característica química basada en el carbono o pueden ser sintéticos productos de la industria química que convierte materias primas en formas

nuevas y radicalmente diferentes, estos poseen un elevado peso molecular, el unicel es también un material plástico celular y rígido fabricado a partir del moldeo de perlas pre-expandidas de poliestireno, un derivado del petróleo que presenta una estructura celular cerrada y rellena de aire.

Aunque el sol los tueste, los cuarteo y los decolore, las gotas de lluvia los pulverice, el viento los esparza, todas esas porciones que se han fragmentado siguen siendo “macromoléculas” en un área determinada. Son tan persistentes que pueden llegar a las corrientes de agua y mezclarse de manera tal que se cuelan a través de los poros de los filtros, pueden llegar a estar presentes en la atmósfera y mezclados con el aire son incorporados en nuestros pulmones, más aún, después de fragmentarse continúan estando presentes en los suelos de manera que las plantas los incorporan junto a los nutrientes o impregnan sus hojas y tallos para que los animales les ingirieran posteriormente y de esa manera incorporarse a la cadena alimenticia. En función de evitar continuar con la contaminación, muchas cosas se piensan, algunas alternativas se vislumbran como difíciles y costosas, una de esas ideas es la de su reciclado, esto no sólo resulta costoso sino que no es fácil que los materiales reciclados tengan las mismas propiedades mecánicas que el material original, por lo que el uso se ve restringido, lo que si es factible y económico es elaborar otros materiales con los reciclados y darles usos diferentes a los que tuvo el material de origen; otra alternativa más duradera pero más difícil y tardada, pero al mismo tiempo más prometedora es la de trabajar en las escuelas para generar una conciencia pro-ambiental en la población, comenzando por los niños y pensando posteriormente en los adultos.

Después de señalar algunas características generales y particulares que hacen similares y al mismo tiempo diferentes al plástico y el unicel, nos centraremos en hablar del unicel. Si la población en general llegara a comprender lo sencillo que sería seleccionar los materiales de desecho en el hogar o en los lugares de trabajo y colocarlo en recipientes separadores apropiados y disponibles para los recolectores urbanos, se daría inicio a programas que irían desde la creación de microempresas hasta industrias de reprocesamiento y se le daría a la naturaleza un respiro y quizá hasta una verdadera solución a una parte del problema de la contaminación generada por el unicel que día a día crece más y que ya no solo ha llegado a nuestra puerta sino que ha entrado a nuestra casa y ni así hemos tomado conciencia de ello, al pasar nosotros por la calle, oficina, escuela, parques, playas, bosques y hasta en nuestra casa cuando nos cruzamos con el problema contaminante preferimos brincar en lugar de solucionarlo. ¿Cómo es que estas cosas están sucediendo?, ¿cómo es que el unicel convertido en objetos tan útiles se han convertido en un problema y no se previeron las consecuencias de convertirse

en un desecho a tiempo?, ¿quiénes serían los culpables?. Las respuestas son muy sencillas, “por no prever”, “por la ambición, el consumismo y la mercadotecnia” y “los culpables somos todos”; todo mundo se ha beneficiado al extremo de estos materiales y continúa haciéndolo, se han creado leyes en algunos países que prohíben su producción y comercialización y en su lugar se les obliga a sustituirlos por materiales de origen natural, pero son muchas veces los mismos responsables de la aplicación de estas leyes son los primeros que las violentan al no aplicarlas y dejarse corromper por él dinero.

2 POLÍMEROS

El termino polímero es un término que se deriva de las palabras griegas *poly* que significa muchos y *mero* que significa partes, los polímeros son macromoléculas formadas por la unión de moléculas más pequeñas llamadas monómeros. Se sabe que el término fue utilizado por el Químico Sueco Jöns Jacob Berzelius en 1833. El poliestireno y el poli (etilénglicol) fueron de los primeros polímeros en inventarse y datan del Siglo XIX, estos fueron los primeros polímeros verdaderamente sintéticos y de amplia proyección comercial junto con la resina de fenol-formaldehído, conocida como “bakelita”, en homenaje a su creador, el Químico de origen Belga Leo Baekeland. La versatilidad de los materiales polímeros los hacen cada día insustituibles en el avance de la humanidad y cada vez son muchos los descubrimientos que se develan sobre este material, son inmensas las aplicaciones y los tipos de materiales polimeros de que hoy se dispone, los materiales polímeros tienen excelentes propiedades térmicas y son muy resistentes a la oxidación o a los efectos de la luz solar, sirven de base para la construcción en general, su versatilidad y efectividad no deja de sorprender pues actualmente se produce este material para uso aeroespacial por su capacidad liviana y resiste a la aplicación de fuerzas, muchas veces es impenetrables a los impactos de proyectiles y actualmente este material es capaz de reemplazar los metales en muchas aplicaciones como engranajes, barras, cuerdas, láminas, etc.

3 HISTORIA DEL UNICEL

El poliestireno fue obtenido por primera vez en Alemania en el año 1930, el primer poliestireno de uso general se introdujo comercialmente en los Estados Unidos en el año 1938 y el primero de alto impacto en el año 1948. El unicel es un material plástico celular rígido fabricado a partir del modelo de perlas pre-expandidas de poliestireno expandible o uno de sus co-polimeros que presenta una estructura celular cerrada y rellena de aire, al poliestireno se le identifica con el numero 6 rodeado por tres flechas en el fondo de

los envases (sistema de identificación de plásticos). Por lo tanto, el unicel es la espuma de plástico que se utiliza para empaquetar la comida rápida, en la fabricación de vasos y platos desechables, en la industria de la construcción (como aislante termico y acústico principalmente) y en empaques para embalaje de artículos electrónicos. Los productos fabricados con unicel terminan habitualmente en el bote de la basura y posteriormente en el basurero municipal en el mejor de los casos, aunque muchas veces lo encontramos tirado en la calle, en el campo y hasta en lugares mas improbables como en las montañas y en los mares, convirtiéndose en un símbolo más de nuestra cultura de “comprar, usar y tirar”, casi en la misma proporción de popularidad es su capacidad de contaminar todo pues este producto ni se descompone ni se degrada y por consiguiente no se integra a la naturaleza.

Hace aproximadamente poco más de siete décadas se creó el unicel el cual no era muy utilizado como en la actualidad y por lo tanto sus daños eran menores ahora a nivel mundial, por cada 8000 toneladas de recipientes producidos el 54% es de unicel y por consiguiente, en caso de que no se haga nada para detener el uso excesivo de este contaminante se seguirá produciendo y causando daños al ecosistema, por ejemplo: es un factor primordial en el riesgo de la extinción de especies en la vida marina, terrestre y aérea, lo máximo que puede hacer la naturaleza con su estructura, a corto tiempo es dividirla en partes más pequeñas pero estas flotarían en la superficie del océano o se depositarían en la tierra como pequeñas bolita que parecen comida y los animales las comen, o desplazarían por los aires recorriendo de esa forma grandes distancias originando en las especies marinas cuando lo comen que pierden su capacidad de sumergirse y mueren de hambre o asfixia, en el suelo también producen contaminación y muerte en algunos animales que las comen entre las hierba y las hojas y en el aires algunas aves al vuelo las comen pensando que son insectos, por otro lado en los rellenos sanitarios ocupa mucho espacio y en caso de que se quemara seria mayor el riesgo debido a que despide muchos gases tóxicos y cancerígenos para todo ser vivo lo cual acarrea un alto riesgo para la salud y un gran desequilibrio ecológico.

4 FUENTES DE CONTAMINACIÓN POR DIOXINAS

La producción de unicel involucra el uso de sustancias cancerígenas como el estireno y algunos hidrocarburos tóxicos, generándose cloruro de hidrogeno, clorofluorocarbonos (CFC`s) y dioxinas cuando es incinerado. Las dioxinas son fundamentalmente subproductos de procesos industriales, pero también pueden producirse en procesos naturales como las erupciones volcánicas y los incendios

forestales, son subproductos no deseados de numerosos procesos de fabricación tales como la fundición, el blanqueo de la pasta de papel con cloro o la fabricación de algunos herbicidas y plaguicidas. En cuanto a la liberación de dioxinas al medio ambiente, la incineración descontrolada de desechos (sólidos y hospitalarios) suele ser la causa más grave, dado que la combustión es incompleta; actualmente existe tecnología que permite la incineración controlada de desechos con bajas emisiones. Aunque la formación de dioxinas es local, su distribución ambiental es mundial, se encuentran en todo el mundo en prácticamente todos los medios, las mayores concentraciones se registran en algunos suelos, sedimentos y alimentos, especialmente los productos lácteos, carnes, pescados y mariscos, sus concentraciones son muy bajas en las plantas, el agua y el aire.

Existen en todo el mundo grandes depósitos de aceites industriales de desecho con Bifenilos Policlorados (PCB), muchos con grandes concentraciones de Dioxinas y Furanos (PCDD y PCDF), el almacenamiento prolongado y la eliminación inadecuada de este material puede liberar dioxinas hacia el medio ambiente y contaminar los alimentos humanos y animales, los residuos con PCB no se pueden eliminar fácilmente sin que contaminen el medio ambiente y la población humana, por tal razón los materiales tienen que ser tratados como residuos peligrosos y lo mejor es destruirlos mediante incineración a altas temperaturas en instalaciones especializadas. En muchos países se analiza el contenido de dioxinas en los alimentos, esto ha permitido una detección rápida de la contaminación y a menudo ha reducido su impacto. En muchos casos la contaminación con dioxinas se introduce a través de alimentos contaminados, por ejemplo en la leche o en la grasa o gránulos de pulpa de cítricos utilizados en la producción de alimento para animales.

5 EFECTOS DE LAS DIOXINAS EN LA SALUD

Las dioxinas constituyen un grupo de compuestos químicos que son contaminantes ambientales persistentes (COP), se encuentran en el medio ambiente de todo el mundo cuando se quema el unicel, este gas toxico se incluye y acumula en la cadena alimentaria, principalmente en el tejido adiposo de los animales y de las personas que lo respiran, más del 90% de la exposición humana a esta toxina se produce por medio de los alimentos, en particular los productos cárnicos y lácteos, pescados y mariscos. El nombre químico de la dioxina es 2,3,7,8-tetraclorodibenzo-para-dioxina (TCDD); el término dioxinas se utiliza a menudo para referirse a una familia de compuestos relacionados entre sí desde el punto de vista estructural y químico, constituida por las dibenzo-para-dioxinas policloradas (PCDD) y los dibenzofuranos policlorados (PCDF), bajo esa designación también se incluyen

algunos bifenilos policlorados (PCB) análogos a la dioxina que poseen propiedades tóxicas similares. Se han identificado unos 419 tipos de compuestos relacionados con la dioxina, pero se considera que sólo aproximadamente 30 de ellos poseen una toxicidad importante, siendo la TCDD la más tóxica.

Numerosas autoridades nacionales ejecutan programas de seguimiento de los artículos alimentarios para supervisar la no presencia de este toxico debido a su elevada toxicidad y efecto sobre la reproducción y desarrollo, sobre el sistema inmunitario, interfiere con la producción de hormonas y por ser un producto altamente cancerígeno, debido a la presencia generalizada de dioxinas, todas las personas generan antecedentes de exposición; una vez que penetran en el organismo persisten en él durante mucho tiempo gracias a su estabilidad química y a su fijación al tejido graso donde quedan almacenadas, se calcula que su permanencia en el organismo oscila entre 7 y 11 años. La exposición breve del ser humano a altas concentraciones de dioxinas puede causar lesiones cutáneas, tales como acné clórico y manchas oscuras, así como alteraciones funcionales hepáticas; la exposición prolongada se ha relacionado con alteraciones inmunitarias, del sistema nervioso en desarrollo, del sistema endocrino y de la función reproductora, como las dioxinas están omnipresentes en todos lados, todos tenemos una exposición de fondo y una cierta concentración de dioxinas en el organismo, la llamada carga corporal. En general, no es de suponer que la exposición de fondo normal actual tenga efectos en la salud humana, no obstante, debido al gran potencial tóxico de esta clase de compuestos, son necesarias medidas para reducir la exposición, el feto es particularmente sensible a la exposición a las dioxinas, el recién nacido, cuyos órganos se encuentran en fase de desarrollo rápido, también puede ser más vulnerable a algunos efectos; algunos individuos o grupos de individuos pueden estar expuestos a mayores concentraciones de dioxinas debido a sus dietas (por ejemplo, grandes consumidores de pescado en algunas zonas del mundo o comida empaquetada en envases de unicel) o a su trabajo (por ejemplo, trabajadores de la industria del papel y de la pasta de papel, o de plantas de incineración y vertederos de desechos peligrosos).

Al final de cuentas se ha demostrado que las dioxinas son cancerígenas, mutagénicas y persistentes en la cadena alimenticia en la que el ser humano esta al final, por lo que recibe concentraciones mas altas. La generación de dioxinas y la creación de normas y leyes a propiciado que algunos restaurantes de comida rápida cambiaran sus recipientes de unicel por recipientes de papel o cartón. Los vasos de unicel, tienen una capa de cera que el hígado no puede eliminar si se ingiere regularmente líquidos en estos recipientes, el unicel de las orillas internas del vaso, al momento de calentarse junto con los ingredientes de sopa, café, chocolate, etc., crea micro-aleaciones que se

introducen al intestino, la formación de la costra interna, comienza por el intestino delgado, sigue al grueso hasta el hígado; de tal forma, que se puede provocar constipación, mala absorción y cáncer. En sí mismo el unigel no es tóxico ni genera las Dioxinas, es altamente contaminante debido a que no se degrada, el problema mayor es cuando se quema que es cuando se producen y emiten las Dioxinas. La incineración adecuada del material contaminado es mejor método disponible para prevenir y controlar la exposición a las dioxinas, asimismo, puede destruir los aceites de desecho con PCB. El proceso de incineración requiere temperaturas elevadas, superiores a 850 °C, para destruir grandes cantidades de material contaminado se necesitan temperaturas aún más elevadas de 1000 °C o más.

6 RELACIÓN DE LAS DIOXINAS CON EL USO Y ABUSO DEL UNIGEL

Pagar 16 pesos por un paquete de 25 vasos de unigel parece no ser tanto, tomando en cuenta que son 65 centavos por pieza; sin embargo, la transacción no termina ahí, por la misma cantidad también se compran cientos de daños ecológicos y así el precio ambiental que todos pagamos por el uso de un vasito tan inofensivo al final es realmente alto. El hecho de que este material no se integre a la naturaleza causa que pueda hallarse intacto mil años después de haber sido utilizado, de acuerdo con el fondo mundial para la naturaleza, hoy en día representan el 30% de la basura que se halla en los tiraderos de todo el mundo; volumen que tiende a aumentar en especial si se piensa que, según la Procuraduría Federal del Consumidor, tan solo en México se producen anualmente 9 millones 500 mil toneladas de este material, la mayoría para vasos, platos y charolas. Por otro lado, están los “peros” ambientales que habría que ponerle a algunos de sus procesos de producción, pues, además del gasto energético, están los agentes químicos empleados en la elaboración, el uso de petróleo que es un recurso no renovable y las emisiones de dioxinas así como gases clorofluorocarbonados (CFC`s) que afectan a la capa de ozono.

7 RECICLAJE DEL UNIGEL EN MÉXICO

La Universidad Autónoma de México (UNAM) desarrolló un programa para reciclar productos hechos con poliestireno expandido (unigel), convirtiéndose en la primera institución en Latinoamérica en promover iniciativas de este tipo, el presidente de la Sociedad de Energía y Medio Ambiente (SOEMA) de la Facultad de Ingeniería (FI) de la UNAM, menciona que este proyecto será apoyado por la Empresa Privada Dart, especialista en reciclaje de unigel. El programa empezó a funcionar en las instalaciones

de la Facultad de Ingeniería de la UNAM, donde se instalaron contenedores para que la comunidad deposite vasos, envolturas o cualquier cosa que contenga unicel, después los productos se llevaran a la planta de la Empresa Dart para reciclarlos. El proceso consiste en calentar los productos para obtener el poliestireno, al enfriarse se obtienen bloques que se trituran en forma de tiras del grosor de un espagueti, que posteriormente se emplean para fabricar otros objetos de plástico como macetas, teclados, marcos para fotografías, cajas para CD y carcasas de teléfonos móviles.

Mientras los países desarrollados reciclan entre 35 y 60% de la basura que generan, en México apenas se reutiliza el 12%, de acuerdo con datos de la Secretaría del Medio Ambiente y Recursos Naturales (SEMARNAT), ese porcentaje resulta alarmante si se considera la cantidad de basura plástica generada en el país: alrededor de 9.5 millones de toneladas, según cálculos de la Asociación Nacional de Industrias del Plástico (ANIPAC).

8 BIOEMPAQUES ELABORADOS CON NANOMATERIALES

El uso de materiales más amigables con el ambiente como los polímeros biodegradables, se ha visto como una de las muchas estrategias para minimizar el impacto ambiental, los materiales biodegradables presentan características y campos de aplicaciones muy prometedores. Existen varios polímeros sintéticos que son biodegradables y compostables a la vez, sin embargo, algunos plásticos provenientes de un monómero natural, pueden perder su propiedad de biodegradarse debido a modificaciones químicas, como la polimerización. No obstante, el uso de polímeros biodegradables se limita un poco debido a problemas que se relacionan con tratamiento, rendimiento (barrera de gas y humedad son muy pobres) y costosos.

Mediante la aplicación de nanotecnología se abren nuevas posibilidades para mejorar no sólo las propiedades del material sino también la relación costo-precio-eficiencia. Los nano-compuestos a base de biopolímeros son temas de investigación en el área de la ciencia de materiales, electrónica y ciencia biomédica. Un nano-biocompuesto es un material híbrido que consiste en una matriz biopolimérica reforzado con una fibra, una plaqueta o partícula que tiene una dimensión en la escala nanométrica. Debido a las partículas de tamaño nanométrico y dispersas en la matriz biopolimérica, estos nanobiocompuestos exhiben una notable mejora en las propiedades mecánicas, térmicas, ópticas y fisicoquímicas en comparación con el polímero puro o los convencionales (microscópico), esas mejoras incluyen, por ejemplo, el aumento de módulos de elasticidad, fuerza y resistencia al calor, y la disminución de la permeabilidad a los gases y a la

inflamabilidad. Mediante nuevas tecnologías que se complementan con la nanotecnología y materiales sostenibles, se puede desarrollar empaques activos y bioactivos. Por lo tanto, la combinación adecuada de estos tres pilares tecnológicos proporcionará la innovación en el sector de empaque de alimentos en los próximos años.

9 DEGRADACIÓN

El uso de los bioplásticos tiene como fin imitar el ciclo de vida de la biomasa conservando los recursos fósiles y produciendo agua y dióxido de carbono. Uno de los pasos más importantes en este ciclo es la biodegradación, el cual es un proceso donde el carbono se descompone en presencia de enzimas segregadas por organismos vivos y depende de la temperatura, humedad, presencia de oxígeno y tipo de microorganismos, el tipo de enlace químico es el que define en qué momento los microorganismos pueden degradar el material. Algunos de los bioplásticos utilizados como material de empaque se encuentran en celulosa, almidón, poli-beta-hidroxialcanoatos, ácido poliláctico, entre otros.

10 NANOMATERIALES Y NANOCOMPUESTOS PARA EMPAQUES Y OTROS MATERIALES BIODEGRADABLES

Se puede definir la nanotecnología como la fabricación y utilización de estructuras con al menos una dimensión en la escala nanométrica, las estructuras a nanoescala muestran una alta proporción de superficie-volumen, lo que es ideal para aplicaciones que involucran materiales compuestos, reacciones químicas, transporte de drogas, liberación controlada de sustancias en tecnologías de envase activo. Entre los principales beneficios que ofrecen los nanomateriales para ser utilizados en material de empaque se encuentran la innovación ya que son productos nuevos y pueden dar mayores posibilidades de elección a los consumidores, cambios sociales y estilos de vida así como abrir nuevos mercados, impulsando el crecimiento económico; son ligeros y por lo mismo se utiliza menos material de empaque, pero con el mismo rendimiento, esto podría proporcionar un menor contenido en el carbono ambiental a la hora de su fabricación y transporte, generan una mayor protección y conservación de alimentos, mediante la mejora de las propiedades de barrera se puede ayudar a mantener la calidad de los alimentos y aumentar la vida útil, sin conservantes químicos adicionales. Entre estos nuevos materiales tenemos a la arcilla, la cual es un material inorgánico y de gran disponibilidad, bajo costo y con una sencilla forma de procesamiento; dentro de los tipos de arcilla que existen, el más estudiado es la montmorillonita (MMT) la cual es utilizada como refuerzo muy efectivo como relleno ya que posee una superficie de área muy alta. Las organoarcillas son más baratas que

otros nanomateriales, ya que éstas se obtienen de recursos naturales disponibles y se producen a escala de una manera fácil.

Otro de estos materiales renovable, biodegradable y biocompatible es la celulosa la cual tiene un alto potencial para ser utilizada como materia prima en materiales de empaques. Debido a su inmiscibilidad o capacidad para no disolverse en otro líquido o material se suele convertir en derivados para hacerla más procesable tales como: éteres de celulosa como la metilcelulosa (MC), carboximetilcelulosa (CMC), hidroxipropilcelulosa (HPC), hidroxipropilmetilcelulosa (HPMC). Como nanomateriales nuevos existe actualmente las nanofibras de celulosa que son un material de un bajo costo, ampliamente disponible, amigables con el medio ambiente y se requiere bajo consumo de energía en la fabricación. Esto hace que sean una clase de nanomaterial atractivo para la elaboración de nanobiocompuestos de bajo coste, ligeros y de alta resistencia como charolas.

Almidón: El almidón es uno de los biopolímeros naturales más utilizados para desarrollar los materiales de embalaje amigables con el medio ambiente en sustitución de los plásticos no biodegradables, al ser un material de bajo costo, biodegradable y renovable. Sin embargo, las aplicaciones han sido limitadas debido a la baja propiedad de barrera contra el agua y pobres propiedades mecánicas, como la fragilidad de películas causadas por la fuerza intermolecular. Con el fin de mejorar las propiedades, incluyendo la resistencia a las propiedades del agua y mecánicas de los plásticos de almidón, el refuerzo de almidón con minerales a nano escala se ha considerado, sin interferir en la biodegradabilidad de los materiales compuestos.

Quitosano: El quitosano es una parte desacetilada derivado de la quitina, que es el segundo biopolímero natural más abundante junto a la celulosa. Debido a que el quitosano es biodegradable, no tóxico y biocompatible con facilidad, se ha estudiado ampliamente para diversas aplicaciones industriales y de empaque. Sin embargo, sus propiedades como material de embalaje también se deben mejorar, al igual que otros materiales hidrofílicos naturales. La adición de estas nanopartículas mejora significativamente las propiedades mecánicas y propiedades de barrera de las películas.

11 TRES IDEAS MUY RECOMENDABLES PARA REEMPLAZAR EL UNICEL

El unigel está en todos lados y no hay dudas de que es un material útil, lo encontramos en envoltorios, bolsas, botellas, juguete, vasos, platos charolas, etc., el problema es que una vez que cumplió su función, se convierte en un peligro que amenaza prácticamente todo, no solo es el problema de convertirse en basura y contaminar el ambiente, también contribuyen al calentamiento global por la manera en que es producido,

ya que el unigel provienen de combustibles fósiles. Sin embargo, su industria es de las más boyantes, a escala global se producen más de 288 millones de toneladas al año y el consumo crece a un ritmo anual del 5%. En todo el mundo se trabaja para desarrollar materiales menos dañinos para el medio ambiente que puedan ser una alternativa y un reemplazo para el unigel.

12 EL PROBLEMA DEL USO DEL UNIGEL EN LA UNIDAD ACADÉMICA DE ODONTOLOGÍA

El uso del unigel dentro de las Unidades Académicas de la Universidad Autónoma de Zacatecas, es un problema latente y que día a día crece, incrementando con ello el grado de contaminación producida por este producto pues en él se aplica la costumbre de “usar y tirar donde caiga”. En nuestra sociedad moderna la contaminación producida por los hábitos o costumbres sociales es muy latente y se ve reflejado en el uso y abuso del unigel en la forma de productos de usos cotidiano como vasos, platos y charolas, los cuales al tirarse y revolverse con todo tipo de basura contamina el ambiente, la gran mayoría de las personas que emplean estos productos desconocen el riesgo y peligro que representa su uso, por tratarse de un producto derivado del petróleo, en su fabricación se desprenden vapores tóxicos y si el producto es incinerado después de usarse se desprenden gases aún más tóxicos como lo son las dioxinas. Para este caso, las escuelas en general y en particular las de educación superior pueden jugar un papel muy importante en beneficio de la sociedad al crear y recrear una nueva conciencia, por ello es de vital importancia trabajar en ello como complemento de la educación y formación integral de todos los estudiantes.

La investigación que se realizó en la Unidad Académica de Odontología sobre el uso y abuso del unigel debe de ser ejemplo a seguir dentro de nuestra Universidad, pues la idea es conocer el estado de la cuestión para posteriormente plantear alternativas culturales y programas educativos que transformen la cultura ambiental actual en una más amigable con el medio ambiente, Generar el hábito y la costumbre de reducir nuestros desechos orgánicos e inorgánicos es algo tan sencillo pero al mismo tiempo tan difícil debido a que implica la transformación de un estilo de vida que ha tardado muchos años en consolidarse y por lo mismo se requiere bastante tiempo y mucha insistencia para su cambio. En esta finalidad, docentes, estudiantes y trabajadores tienen un papel muy importante que jugar cada quien en la cadena de transmisión del conocimiento de lo nocivo que es usar el unigel.

La responsabilidad y trato respetuoso al medio ambiente es uno de los propósitos de la actual administración por lo que es importante emprender acciones de mejora. “El

concepto de sostenibilidad considera el desarrollo en condiciones ambientales, sociales y culturales; sin embargo el desarrollo sostenible, que intenta mantener cierto equilibrio entre economía y naturaleza, no es más que la alternativa de desarrollo económico más óptimo con la preservación de los recursos naturales vitales para la vida de las poblaciones y su diversidad ambiental. Trabajando con empeño y entusiasmo y sobre todo convicción se podrá lograr generar cambios significativos que a la larga generen un ambiente más limpio y más saludable. El objetivo de la investigación fue evaluar el estado de la cuestión referente al uso del unigel en la Unidad Académica de Odontología, la metodología fue de corte cuantitativo y cualitativo, se utilizó a los docentes, estudiantes y trabajadores como universo de estudio y el objeto de estudio fue investigar sobre el uso y abuso del unigel en esta unidad académica.

13 RESULTADOS GRAFICADOS

A continuación se presentan algunos resultados de los más significativos.

Gráfica No. 1



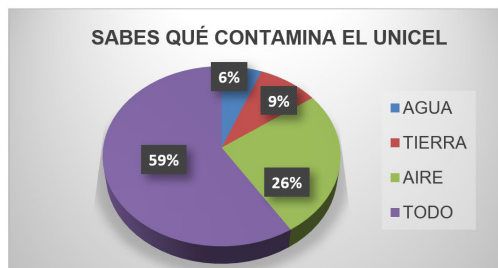
El 95% de la población estudiada utiliza el unigel en algún momento de sus actividades cotidianas, solo un 5% refirió no utilizarlo nunca.

Gráfica No. 2



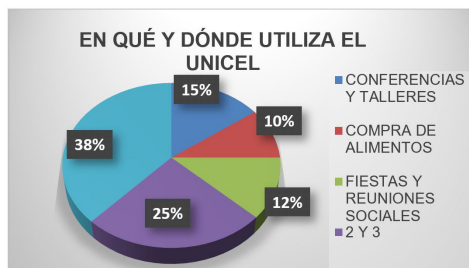
El 93% de la población encuestada dijo que después de utilizar el unigel simplemente lo arroja a la "basura", sólo un 7% lo reutiliza de alguna forma.

Gráfica No. 3



El 59% sabe que el unigel contamina todo ambiente, el 26% el aire, el 9% la tierra y el 6% el agua.

Gráfica No. 4



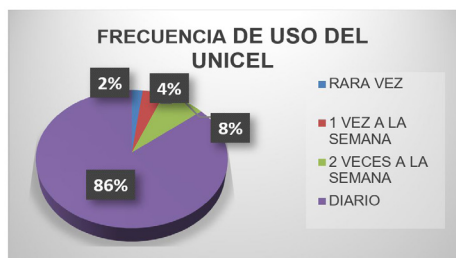
El 38% utiliza unigel en conferencias y talleres, el 10% comprando comida, el 12% en fiestas y reuniones sociales y un 25% durante la compra de comida, fiestas y reuniones sociales.

Gráfica No. 5



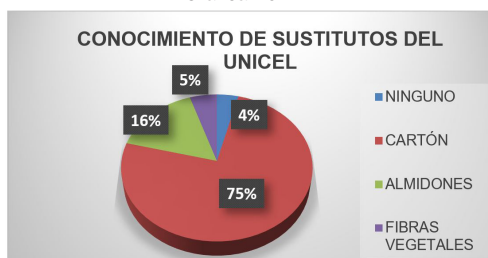
El 100% de la población desconoce el tiempo que tarda el unicel en degradarse.

Gráfica No. 6



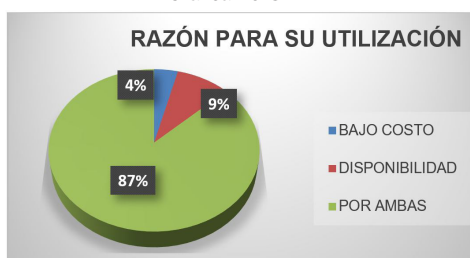
El 86% utiliza el unicel diario, el 2% rara vez, el 4% una vez a la semana y el 8% dos veces por semana.

Gráfica No. 7



El 75% sabe que el cartón puede sustituir al unicel, el 16% sabe del almidón, el 5% sabe de algunas fibras vegetales y el 4% no conoce ningún sustituto.

Gráfica No. 8



El 86% utiliza el unicel por su bajo costo y disponibilidad, el 4% por el bajo costo y el 9% solo por disponibilidad.

14 DISCUSIÓN

Indudablemente la contaminación que actualmente tenemos en todos lados, se debe principalmente a la cultura que tenemos de comprar, usar y tirar, además de la visión clásica capitalista de producción pensando exclusivamente en la ganancia generada, sin asumir ninguna responsabilidad social, económica y política sobre el final del producto generado. Esta situación a llevado de la mano a la generación de una cultura social e individual de consumismo, indiferencia e irresponsabilidad respecto a la forma como tratamos y tiramos nuestros desechos que consideramos como basura, si realmente asumiéramos una actitud con conciencia del grave daño que le estamos generando al medio ambiente y con ello a nuestra salud, tendríamos un mejor ambiente y una mejor calidad de vida.

15 CONCLUSIÓN

La comunidad de esta unidad académica tienen bajo conocimiento acerca de la contaminación de tierra, aire y agua que provoca este material a largo plazo al medio ambiente, así como también desconocen el gran riesgo que representan para

la salud de los seres vivos, además de que se evidencio que no se tiene una cultura de reutilizarlo o reciclarlo. Por lo tanto podemos concluir que falta información general y específica al respecto y la aplicación de acciones estratégicas para informarlos, sensibilizarlos y generar en ellos una cultura y conciencia más amigable con el medio ambiente y la salud personal.

16 RECOMENDACIONES

Es importante que la educación ambiental también se dirija hacia el personal que labora dentro de la Universidad Autónoma de Zacatecas, ya que si los docentes no tienen conciencia sobre esta situación es difícil que se logre a una cultura ambiental en todos los sentidos.

BIBLIOGRAFÍA

Burgos, O. Foro de análisis: “Investigación y gestión tecnológica en ITESCA” Materiales compuestos para la fabricación de aislantes Térmicos. Cd. Obregón, Sonora. <http://www.itesca.edu.mx/investigacion/foro/carp%20ponencias/31.pdf>. Obtenido el 2 de Noviembre del 2021.

Camacho, M. Vega, J. Campos, A. Uso de nanomateriales en polímeros para la obtención de bioempaques en aplicaciones alimentarias. Disponible en: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1810-634X2011000400007&script=sci_arttext. Obtenido el 20 de Noviembre del 2021.

Gilberto A. Pérdomo M. “Plásticos y medio ambiente”. Revista Iberoamericana Polímeros. Volumen 3. No. 2. Abril 2002. Disponible en: <http://www.ehu.es/reviberpol/pdf/abr/perdomo.pdf>. Obtenido el 4 de Noviembre del 2014.

Muñoz, J. Chávez, M. Muñoz, C. Maldonado, C. Reveles, R. Muños, y. et. al. “Importancia de las instituciones de educación en el cuidado del medio ambiente. Experiencia de la cultura ambiental en la Universidad Autónoma de Zacatecas” REDVET. Vol. 13. No. 5. 2012.

Reforma. Platos y vasos de unicelel ¿Valen lo que pesan? 9 de mayo del 2010 <http://www.zocalo.com.mx/seccion/articulo/ecologia-platos-y-vasos-de-unicelel-valen-lo-que-pesan>. Obtenido el 22 de Noviembre del 2021.

Tres ideas muy recomendables para reemplazar el plástico. BBC MUNDO <http://www.bbc.co.uk/mundo/>. 8 de Diciembre del 2021.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Jorge José Martins Rodrigues é economista. Licenciado, mestre e doutor em Gestão (ISCTE-IUL). Mestre e pós doutorado em Sociologia – ramo sociologia económica das organizações (FCSH NOVA). Professor coordenador no ISCAL – *Lisbon Accounting and Business School* / Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. Exerceu funções de direção em gestão (planeamento, marketing, comercial, finanças) no setor privado, público e cooperativo. É investigador integrado no Instituto Jurídico Portucalense. Ensina e publica nas áreas de empresa familiar e família empresária, estratégia e finanças empresariais, gestão global, governabilidade organizacional, marketing, planeamento e controlo de gestão, responsabilidade social e ética das organizações.

Maria Amélia Marques, Doutora em Sociologia Económica das Organizações (ISEG/ULisboa), Mestre em Sistemas sócio-organizacionais da atividade económica - Sociologia da Empresa (ISEG/ULisboa), Licenciada (FPCE/UCoimbra), Professora Coordenadora no Departamento de Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos (DCOGRH) da Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS), Portugal. Membro efetivo do CICE/IPS – Centro Interdisciplinar em Ciências Empresariais da ESCE/IPS. Membro e Chairman (desde 2019 da ISO-TC260 HRM Portugal. Tem várias publicações sobre a problemática da gestão de recursos humanos, a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, os novos modelos de organização do trabalho, as motivações e expectativas dos estudantes Erasmus e a configuração e dinâmica das empresas familiares. Pertence a vários grupos de trabalho nas suas áreas de interesses.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Actor-red 15, 24

Agencia 15, 22, 65, 73, 133, 134, 218, 228

Agricultura familiar 61, 63, 64, 65, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Ambiente 21, 27, 34, 36, 39, 43, 67, 69, 77, 80, 83, 84, 88, 89, 94, 95, 98, 99, 101, 104, 115, 116, 133, 136, 147, 172, 182, 183, 184, 185, 189, 197, 201, 208, 215, 216, 219, 232, 240, 241, 242, 243, 244, 248, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257

Andalucía 198, 201, 202, 203, 206, 207

Área ribereña 209

Arquitectura 15, 22, 24, 25, 204, 216

Articulaciones temporomandibulares 157, 159, 161, 165, 166

Artritis reumatoide 157, 158, 159, 160, 165, 166

B

Brasil 13, 34, 35, 51, 59, 60, 61, 77, 79, 81, 82, 84, 86, 96, 97, 99, 100, 101, 210, 230, 233, 234, 240

C

Celda solar 179, 184

Citizenship 1, 2, 12

Contaminación 108, 188, 220, 221, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 254, 256

Contestation 1

Convenio Europeo del Paisaje 198, 199, 203, 206

Conversión de energía 179, 180, 181, 183, 184, 185

Coronavirus 119, 120, 121, 122, 125, 126, 129, 130

Corrientes turísticas 102, 105, 107

Costos de mitigación 187, 189

Costumbres y tradiciones 102, 104, 108, 110, 111, 114, 116, 117

Crisis 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 117, 122, 210, 215, 219

Cuestionario 112, 157, 159, 166, 177

Cultura 16, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 102, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 148, 201, 207, 210, 242, 247, 254, 256, 257

D

DAS 28 157, 158, 160, 162
Desenvolvimento local 37, 38, 39, 45
Dioxinas 242, 247, 248, 249, 250, 254

E

Efecto demostración 102, 116
Eficiencia energética 179
Emisiones de gases de efecto invernadero 187, 188, 191, 196, 197
Energía solar 179, 180, 181, 184, 185
Espacios naturales protegidos 198, 201, 202, 203, 205, 206
Estratégia 17, 37, 43, 45, 64, 78, 79, 167, 170, 176, 196, 219, 227
Estrategias de afrontamiento 167, 168, 169, 170, 175, 176, 177
Europe 1, 4, 5, 7, 11, 199
Existencia 48, 115, 119, 122, 124, 126, 129, 142, 147, 198, 202, 225
Extracción de recursos no renovables 187, 189, 195

F

Factores de Riesgo Psicosocial 167
Falsa gravidez 142, 146
Fatores 27, 29, 30, 31, 33, 40, 44, 132, 136, 142, 145, 146, 148, 151
Favela 47, 50, 53, 55, 58, 60
Floresta Estacional Semidecidual 231, 232, 233, 234
Floresta Ripária 231
Florística 231

G

Gestión integral del territorio 198
Gravidez psicológica 142

H

Huella hídrica 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227

I

Identidad 25, 105, 106, 108, 118, 199, 208, 209, 211, 212, 214, 216
Impactos culturales 102

Intensificação 218, 219, 227, 228

Intertextualidad 119

Inundações urbanas 27, 28, 29, 30, 34, 35

L

Lechería 219, 227, 228

Levantamento florístico 231, 232

M

Maria Tudor 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148

Marilyn Monroe 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Mentira patológica 150, 153, 154

Método 15, 19, 30, 44, 48, 58, 100, 135, 189, 203, 220, 250

Metodología Cualitativa 167, 170

Mitomania 150, 153, 154

Modelo 15, 19, 20, 23, 24, 27, 33, 38, 40, 43, 44, 47, 68, 77, 86, 105, 131, 133, 134, 146, 167, 170, 175, 176, 246

Movimentos sociais 13, 61, 63, 64, 73, 77

P

Paisaje 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 216

Participación local 198

Pertencimento 47, 48, 49, 56, 58

Perturbação de Personalidade Borderline 131, 132, 136, 137, 138, 139

Planeamento 28, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45

Plástico 242, 245, 246, 247, 251, 257

Pluviosidade 27

Políticas públicas 39, 47, 58, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 202, 203

Processo colaborativo 37

Processos 27, 28, 29, 45, 47, 48, 49, 61, 64, 66, 67, 69, 70, 73, 76

Projetos culturais 47, 48, 52, 54, 58

Pseudociese 142, 145, 147, 149

Pseudogestão 142

Pseudologia fantástica 150, 151, 153, 154, 156

R

Radiación 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Receita média 80, 81, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97

Resorts 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101

S

Salud laboral 167

Saúde mental 131, 132, 133, 136, 139, 141

Semiárido 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78

Suicídio 132, 134, 136, 137, 138

Sustentabilidad 219, 228, 229

Sustentabilidade 37, 77, 79

T

Taxa de ocupação 80, 81, 83, 85, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 98

Transformación 119, 122, 123, 129, 201, 205, 211, 224, 254

Transtextualidad 119

TRevPAR 80, 81, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

U

Ultrasonido 157

Unicel 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257

Urbanicidade 47

V

Violencia laboral 167, 170, 176, 177